

Pedro Martins  
Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes  
Organizadores

# TERRITÓRIO & SOCIABILIDADE

## População, Memória e Fronteiras

Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes  
Elisa Quint de Sousa de Oliveira  
Esdras Pio Antunes da Luz  
Fábio Andreas Richter  
Fernanda Cerqueira  
Isa de Oliveira Rocha  
Ivón Natalia Cuervo  
João Mitia Antunha Barbosa  
Juan Carlos Aguirre-Neira  
Márcia Fusinato Barbosa Athayde  
Maria Ignez Silveira Paulilo  
Orivaldo Nunes Júnior  
Pedro Martins  
Suzana Morelo Vergara Martins Costa  
Tânia Welter

*Edições do Instituto Egon Schaden*

PEST 20 anos

**TERRITÓRIO**  
&  
**SOCIABILIDADE**  
População, Memória e Fronteiras



Pedro Martins  
Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes  
Organizadores

# TERRITÓRIO & SOCIABILIDADE

## População, Memória e Fronteiras

COM TEXTOS DE

Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes  
Elisa Quint de Sousa de Oliveira  
Esdras Pio Antunes da Luz  
Fábio Andreas Richter  
Fernanda Cerqueira  
Isa de Oliveira Rocha  
Ivón Natalia Cuervo  
João Mitia Antunha Barbosa  
Juan Carlos Aguirre-Neira  
Márcia Fusinato Barbosa Athayde  
Maria Ignez Silveira Paulilo  
Orivaldo Nunes Júnior  
Pedro Martins  
Suzana Morelo Vergara Martins Costa  
Tânia Welter

*Edições do Instituto Egon Schaden*

*PEST 20 anos*

São Bonifácio, 2022

©2022 – Direitos autorais dos respectivos autores

Edição: **Pedro Martins**

Revisão: **Carmen Garcez**

Diagramação, capa e projeto gráfico: **Rita Motta e Ryan Dias**

Fotos da capa: **Cestaria Kaingang (Pedro Martins, 2022).**

Foto da contracapa: **Criança Cafuza (Pedro Martins, 1985).**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Território & sociabilidade : população, memória e fronteiras / organização Pedro Martins, Carmen Garcez , Douglas Ladik Antunes. -- São Bonifácio, SC : Instituto Egon Schaden, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN Digital 978-85-54158-03-3

ISBN Físico 978-85-54158-02-6

1. Ciências humanas 2. Memórias 3. População - Aspectos sociais 4. Sociedade 5. Território  
I. Martins, Pedro. II. Garcez, Carmen.  
III. Antunes, Douglas Ladik.

22-124350

CDD-300.72

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ciências humanas e sociais : Pesquisa 300.72

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Depósito legal na Biblioteca Nacional, de acordo com a Lei n. 10.994/2004.

*Edições do Instituto Egon Schaden*

Contato: ieseditora@yahoo.com

# INSTITUTO EGON SCHADEN – IES

O Instituto Egon Schaden foi fundado em 4 de julho de 2014, na cidade de São Bonifácio, Santa Catarina, como consequência das atividades realizadas em comemoração à passagem do centenário de nascimento do antropólogo Egon Schaden – ocorrido em 4 de julho de 2013. Entre as atribuições do Instituto, estabelecidas em sua Assembleia de Fundação, está o propósito de preservar a memória e o legado científico de Egon Schaden, contribuindo para a preservação da memória da colonização alemã no entorno de São Bonifácio e no diálogo intercultural entre os povos formadores da região.

## MANDATO 2022-2024

### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidenta – Tânia Welter

Vice-presidenta – Érica Schaden

1ª Secretária – Bianca Mara Souza

2ª Secretária – Verena Maria Buss

1ª Tesoureira – Rosane Schaden Preuss

2ª Tesoureira – Dayane da Silva Preuss

Diretor Científico – Pedro Martins

### CONSELHO FISCAL

Carmen Garcez

Cirley Haweroth Schaden

Egidio Moenster

Egon Luis Schaden

Egon Luis Schaden Júnior

Gileno Schaden Marcelino

Joab Dias Couto

José Giovanni Farias

Marina Schaden Couto

Ricardo de Souza Carvalho

### CONSELHO CIENTÍFICO

Douglas Ladik Antunes

João Baptista Borges Pereira (conselheiro emérito)

José Giovanni Farias

Maria Dorothea Post Darella

Miriam Pillar Grossi

Pedro Martins

Tânia Welter

## EDIÇÕES DO INSTITUTO EGON SCHADEN

Edições do Instituto Egon Schaden foi criada em 2016 por deliberação da Primeira Assembleia Geral do Instituto Egon Schaden. Tem a missão de trazer a público obras que atendam aos propósitos estabelecidos como objetivos do IES desde a sua fundação em 4 de julho de 2014, especialmente no que diz respeito à promoção do diálogo intercultural entre os povos formadores da região. Nesta edição comemorativa, Edições do Instituto Egon Schaden junta-se ao Grupo de Pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST, integrado por professores, técnicos e estudantes de graduação, mestrado e doutorado da Universidade do Estado de Santa Catarina, para festejar a decorrência de 20 anos de criação do PEST.

### CONSELHO EDITORIAL

Pedro Martins – Editor  
João Baptista Borges Pereira  
José Giovani Farias  
Maria Dorothea Post Darella  
Miriam Pillar Grossi  
Paulo Pinheiro Machado  
Tânia Welter

Todos os trabalhos selecionados para esta obra foram submetidos a avaliação por pares nos respectivos veículos onde ocorreu a publicação originalmente – revistas científicas indexadas ao **Qualis CAPES**, conforme indicado em cada obra.



# SUMÁRIO

## Apresentação

20 anos de história do PEST e as grandes mudanças de 2022..... 11

Tânia Welter

## Da guerrilha colombiana à maricultura em Florianópolis: breve olhar sobre a produção científica recente

nos 20 anos do PEST ..... 15

Pedro Martins

Carmen Garcez

Douglas Ladik Antunes

## **Seção 1 – Território da memória**

### Tombamento do arquivo Egon Schaden –

parecer técnico de admissibilidade ..... 23

Fábio Andreas Richter

### Território colonial e resistência:

o caso dos Schaden de São Bonifácio ..... 29

Pedro Martins

Tânia Welter

### O centenário de nascimento de Egon Schaden:

entrevista com Antonio Candido ..... 57

Pedro Martins

## **Seção 2 – População e sociabilidades**

### **Areais da Ribanceira:**

comunidade tradicional e território em Imbituba (SC) ..... 79

Elisa Quint de Souza de Oliveira

Douglas Ladik Antunes

Pedro Martins

### **Barragem Norte e suas influências socioespaciais no município de José Boiteux (SC):**

um olhar sobre as comunidades atingidas .....101

Márcia Fusinato Barbosa Athayde

Pedro Martins

### **Jovens rurais e seus vínculos com o território:**

o caso de El Garzal no contexto do conflito armado colombiano .....121

Ivón Natalia Cuervo

Juan Carlos Aguirre-Neira

Pedro Martins

### **Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico .....141**

Elisa Quint de Souza de Oliveira

Isa de Oliveira Rocha

Pedro Martins

### **A invisibilização das comunidades Guarani no Plano Diretor do município de Palhoça (SC):**

as implicações para o planejamento territorial .....167

Fernanda Cerqueira

Douglas Ladik Antunes

### **Presença, ocultação e permanência:**

os Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis .....197

João Mitia Antunha Barbosa

Orivaldo Nunes Júnior

Douglas Ladik Antunes

Do peso do trabalho leve à persistência da alma camponês:	
entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo.....	227
Pedro Martins	
Tânia Welter	
Ivón Natalia Cuervo	
Suzana Morelo Vergara Martins Costa	

O peso do trabalho leve .....	285
Maria Ignez Silveira Paulilo	

### **Seção 3 – Novas fronteiras**

Cultura náutica e patrimônio material:	
um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina.....	297
Esdras Pio Antunes da Luz	
Pedro Martins	

A maricultura como campo de conflitos ambientais territoriais.....	327
Carmen Garcez	
Douglas Ladik Antunes	

Maricultura e a expropriação de águas públicas .....	355
Carmen Garcez	
Douglas Ladik Antunes	

Quem são as autoras e os autores.....	383
---------------------------------------	-----





## Apresentação

### 20 anos de história do PEST e as grandes mudanças de 2022

Neste inverno de 2022 o mundo vive grandes traumas e busca se acomodar para superar muitas sequelas deixadas por esses eventos traumáticos. Nos últimos anos assistimos ao crescimento das manifestações antidemocráticas em diferentes países, a chegada da pandemia de Covid-19 e a eclosão de guerras devastadoras – como a que envolve Rússia e Ucrânia. No plano nacional, o Brasil enfrentou como pôde a pandemia e busca resistir à escalada dos movimentos antidemocráticos com um grande movimento suprapartidário em defesa da democracia.

Enquanto acompanhamos esses fenômenos com maior ou menor engajamento, o Instituto Egon Schaden trava suas próprias batalhas pela construção da sede própria e pela conservação do seu acervo representado, principalmente, pelo Arquivo Egon Schaden ao mesmo tempo que acompanha o marco histórico dos 20 anos de criação do grupo de pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST.

A pandemia de Covid-19, que ainda paira como grande ameaça sobre nós, teve seus custos, pessoais e sociais, que ainda seguimos pagando. Resta-nos, portanto, considerar os danos e seguir adiante

da maneira que for possível. Nada disto nos impede, no entanto, de comemorarmos nossas vitórias e, ainda que de maneira frugal, festejar os nossos feitos e as conquistas dos nossos parceiros.

O presente volume, contendo uma pequena amostra da produção científica do PEST e seus integrantes, trazido ao público com a chancela das Edições do Instituto Egon Schaden, busca materializar de forma singela a efeméride representada pela passagem dos 20 anos de trabalho coletivo de estudantes, professoras e professores determinados a fazer seu trabalho de produção científica no seio da Udesc mesmo em face de todas as adversidades que se impuseram e que persistem – ainda que sua superação já se mostre no horizonte como uma esperança.

O PEST é o parceiro primordial do IES. Nosso instituto surgiu em decorrência do trabalho de pesquisa iniciado pelo PEST em 2007 no município de São Bonifácio. Das redes de sociabilidades a atenção da pesquisa voltou-se para a presença da Família Schaden no município e logo a pesquisa derivou para a extensão com o propósito de dar suporte à consolidação do IES – criado no mesmo contexto.

A parceria com o IES, portanto, já alcança a marca dos 8 anos, que é o tempo de existência do próprio instituto.

Coincide com as comemorações pela passagem dos 20 anos de criação do PEST outro evento interno: a alternância da liderança na coordenação do grupo de pesquisa. Durante 20 anos esta tarefa esteve a cargo do Prof. Dr. Pedro Martins, professor titular da Udesc que se encaminha para a aposentadoria. Para substituí-lo, o grupo escolheu outro integrante de longa data: o Prof. Dr. Douglas Ladik Antunes, professor associado da Udesc que integra o quadro de professores permanentes do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan).

Ao saudar, com alegria e muita esperança no futuro, os 20 anos da criação do PEST e todos os seus integrantes, congratulo-me com o professor Pedro Martins pelo impecável trabalho realizado na

liderança do grupo, saúdo o professor Douglas Ladik Antunes pela tarefa e pelos desafios que agora assume e desejo que a presente obra seja um marco a ligar a história vivida até o presente a um futuro cheio de grandes realizações.

**Tânia Welter**

Presidenta do Instituto Egon Schaden

Gestão 2022-2024





## Da guerrilha colombiana à maricultura em Florianópolis: breve olhar sobre a produção científica recente nos 20 anos do PEST

**N**o momento em que começamos a sair da pandemia de Covid-19, que nos tomou tempo precioso ao longo de pelo menos dois anos e nos causou indescritível sofrimento, é hora de celebrar a vida e comemorar o marco histórico de 20 anos de criação do nosso grupo de pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST. Não se tratará aqui de inventariar nem avaliar a produção de todas as pessoas envolvidas ao longo de todo o período, mas de reunir em um volume uma parte da produção realizada mais recentemente e já divulgada em veículos científicos acreditados dentro do nosso campo acadêmico. Esta é a terceira coletânea publicada pelo PEST, focada no binômio “território e sociabilidade”, reunindo produção científica desenvolvida no cotidiano da prática acadêmica de ensino, pesquisa e extensão. O primeiro volume, *Temas e práticas interdisciplinares* (PEST, 2009), organizado por Pedro Martins, veio em um momento de consolidação do grupo de pesquisa e da pós-graduação na Udesc. O segundo volume, *Relatos latino-americanos* (Udesc, 2012), organizado por Pedro Martins, Héctor Ávila Sánchez e Tânia Welter, com a participação de pesquisadores e pesquisadoras

do Brasil e da América Latina, já refletia um indício de maturidade do grupo e apontava para a meta estabelecida. O presente volume tem apenas a pretensão de ser um marco deste momento histórico em que completamos 20 anos de trabalho coletivo, sobrevivemos à pandemia e ao trabalho em casa e refletimos sobre o futuro – com suas expectativas e desafios.

O trabalho ora apresentado ao público está dividido em três seções – apenas com o propósito de tornar mais prática a sua visualização.

A primeira seção traz um conjunto de três textos relacionados ao trabalho de resgate e preservação do patrimônio material e imaterial representado pelo legado do antropólogo catarinense Egon Schaden, natural do município de São Bonifácio, na Grande Florianópolis.

O texto que abre esta seção, o único inédito desta coletânea, constitui um documento de trabalho que revela a importância da trajetória de uma instituição parceira do PEST, o Instituto Egon Schaden. “Tombamento do Arquivo Egon Schaden – parecer técnico de admissibilidade”, elaborado por Fábio Andreas Richter, faz a defesa da importância do tombamento daquele arquivo como patrimônio histórico do estado de Santa Catarina.

“Território colonial e resistência: o caso dos Schaden de São Bonifácio”, de Pedro Martins e Tânia Welter, apresenta a trajetória da Família Schaden, de Leipzig, na Alemanha, até São Bonifácio (SC), no sul do Brasil, para refletir sobre o papel da educação no processo de resistência dos desbravadores dos territórios coloniais. A partir do contexto geral da imigração de alemães no Brasil, o texto foca, especialmente, na carreira acadêmica e profissional do antropólogo Egon Schaden mostrando sua trajetória a partir de São Bonifácio, passando pela condição de bolsista de inclusão social no Colégio Catarinense, até se tornar um dos pioneiros da implantação do ensino e da pesquisa em Antropologia no Brasil atuando na Universidade de São Paulo.

A seção é fechada com “O centenário de nascimento de Egon Schaden: entrevista com Antonio Candido”. Na entrevista, realizada por Pedro Martins em junho de 2013, às vésperas da comemoração

do centenário de nascimento de Egon Schaden, o crítico literário Antonio Candido fala de sua relação com o antropólogo catarinense, destacando diversos momentos da sua carreira profissional e revelando que foi Egon Schaden quem o converteu de cientista social em crítico literário por intermédio de suas constantes interações sociais ao longo do período em que ambos frequentavam espaços de formação profissional na Universidade de São Paulo.

A segunda seção alinha oito trabalhos voltados para a reflexão sobre populações tradicionais associadas ao mundo rural, sejam elas camponeses, atingidos por barragem, jovens rurais ou indígenas.

Esta seção é aberta pelo texto “Areais da Ribanceira: comunidade tradicional e território em Imbituba (SC)”, texto da lavra de Elisa Quint de Souza de Oliveira, Douglas Ladik Antunes e Pedro Martins. A partir do estudo de caso da comunidade, os autores estabelecem um desafiador debate entre Antropologia e Direito, ora como elementos complementares, ora como elementos em conflito, para propor, ao final, uma parceria estratégica entre os operadores de ambas as áreas no sentido de favorecer a mitigação dos danos causados às populações tradicionais pela forma errática da organização do Estado em relação ao uso das terras.

“Barragem Norte e suas influências socioespaciais no município de José Boiteux (SC): um olhar sobre as comunidades atingidas”, de autoria de Marcia Fusinato Barbosa Athayde e Pedro Martins, desenha um retrato das comunidades tradicionais do município de José Boiteux (SC), no Alto Vale do Itajaí, mostrando a persistência dos efeitos deletérios da construção de uma barragem de contenção sobre aquelas populações. O texto relata as dores causadas à população atingida, o ressentimento e as esperanças que perduram apesar de já terem decorridos 50 anos desde o início das obras. Decorrências do período histórico transcorrido são também as manifestações da comunidade indígena de onde brotam intelectuais integrados ao tempo atual e que começam a falar em nome dos povos originários em defesa de seus direitos ancestrais.

A seção segue com “Jovens rurais e seus vínculos com o território: o caso de El Garzal no contexto do conflito armado colombiano”, elaborado por Ivón Natalia Cuervo, Juan Carlos Aguirre-Neira e Pedro Martins. O texto apresenta um precioso quadro da situação geográfica da área pesquisada às margens do Rio Magdalena para analisar a condição social e política da sua população com destaque para a juventude rural. Mostra o comovente esforço da população civil para sobreviver deslocando-se por entre os movimentos de grupos guerrilheiros, paramilitares e grileiros de terras. Deixa como conclusão a necessidade de intervenção estatal na proteção da vida e dos sonhos dos jovens de El Garzal como parte de um projeto de emancipação da sociedade colombiana. É uma abordagem da situação social daquele país que se torna especialmente alvissareira no momento em que se assiste, pela primeira vez na história da Colômbia, à eleição de um político comprometido com os anseios populares por paz, terra e trabalho como seu presidente.

“Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico”, de Elisa Quint de Souza de Oliveira, Isa de Oliveira Rocha e Pedro Martins, aborda a questão da territorialização e do desenvolvimento econômico a partir da observação interativa com a população tradicional dos Areais da Ribanceira, no município de Imbituba (SC). Focando a observação da comunidade de agricultores/pescadores a partir do desenvolvimento de um grande projeto portuário capitaneado pelo Estado, os autores mostram como um projeto político mal conduzido pode causar danos irreversíveis à população mais fragilizada. Concluem que superar os efeitos deletérios da ação combinada do Estado com os agentes do capitalismo é um desafio quase intransponível para as populações relegadas ao acostamento da história.

A questão indígena aparece, inicialmente, com “A invisibilização das comunidades Guarani no Plano Diretor do município de Palhoça (SC): as implicações para o planejamento territorial”, de Fernanda Cerqueira e Douglas Ladik Antunes. O texto aborda as consequências

da invisibilização das Terras Indígenas Guarani Morro dos Cavalos e Massiambu, bem como os principais conflitos territoriais vividos pelas comunidades indígenas, com o objetivo de analisar as relações dos instrumentos de planejamento territorial, em escala local, com políticas setoriais e o agravamento dos conflitos territoriais.

Na mesma temática indígena temos o texto “Presença, ocultação e permanência: os Guarani da região metropolitana de Florianópolis”, de autoria de João Mitia Antunha Barbosa, Orivaldo Nunes Júnior e Douglas Ladik Antunes, que aborda a situação de resistência do povo Guarani aldeado na localidade de Morro dos Cavalos, no município de Palhoça (SC). Com esta motivação inicial, os autores traçam um quadro muito didático da história do contato desses povos originários com os diferentes segmentos da sociedade intrusiva ao longo de mais de 500 anos de atritos, beligerância, exclusão e resistência pela vida e pela dignidade. A construção de uma grande obra de engenharia, recentemente, recolocou para essa população todos os desafios que ao longo da história têm sido enfrentados pelas populações indígenas.

A seção traz também o texto “Do peso do trabalho leve à persistência da alma camponês: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo”. Na entrevista, realizada por Pedro Martins, Tânia Welter, Ivón Natalia Cuervo e Suzana Morelo Vergara Martins Costa, Maria Ignez Silveira Paulilo discorreu sobre os mais diferentes aspectos da sua vida, pessoal e acadêmica, resultando em um relato que junta informações relevantes para a história da expansão da pós-graduação no Brasil, sobre os percalços de se fazer ciências humanas em um país periférico e, principalmente, sobre a abordagem científica do mundo rural. Não passaram em branco as recorrentes crises a que os diferentes temas ligados à população rural estão ciclicamente submetidos.

Para fechar a seção, resgatamos o artigo clássico “O peso do trabalho leve”, de Maria Ignez Silveira Paulilo. Publicado inicialmente em 1987, o texto inspirou sucessivas gerações de camponês e

segue sendo uma referência importante para os estudiosos das questões rurais, especialmente aquelas ligadas aos estudos de gênero.

A terceira e última seção apresenta um conjunto de textos que refletem sobre a relação das populações com o mar, seja o mar como espaço de deslocamento e transição, seja o mar como fonte de recursos econômicos cruciais para a sobrevivência da população.

Esta seção traz, inicialmente, o texto “Cultura náutica e patrimônio material: um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina”, de Esdras Pio Antunes da Luz e Pedro Martins. A partir de um inventário das tecnologias náuticas presentes na comunidade da Costa da Lagoa, os autores traçam um quadro do processo de sociabilidade que dispensou o transporte terrestre para priorizar o transporte naval associado a um conceito de qualidade de vida. Mostram como uma estratégia econômica que associou o turismo ao cotidiano da comunidade tornou possível garantir a sobrevivência material daquela população ao mesmo tempo que prima pela conservação da natureza. O texto destaca a opção da comunidade da Costa da Lagoa pelo uso dos barcos como único meio de transporte em contraposição à recusa da classe dominante de Florianópolis em aproveitar os recursos navais para o transporte de pessoas em uma cidade insular estrangulada pelo excesso de automóveis e cercada de água por todos os lados.

Segue este bloco com o texto “A maricultura como campo de conflitos ambientais territoriais”, de Carmen Garcez e Douglas Ladik Antunes. O texto trata de inventariar as condições de implantação da maricultura no sul da Ilha de Santa Catarina arrolando os diferentes agentes públicos e privados relacionados aos conflitos cotidianos que a transformação de espaços públicos de multiusos em espaços de produção privada tende a causar. Ainda que a iniciativa tenha sido louvável e os resultados esperados sejam alvissareiros, os autores mostram que na prática a relação entre os agentes públicos e o público-alvo, não sendo adequada, dificulta a transposição das barreiras culturais ancestrais.

Por último, “Maricultura e a expropriação de águas públicas”, de Carmen Garcez e Douglas Ladik Antunes, expõe as dificuldades práticas dos operadores da maricultura no sul da Ilha de Santa Catarina. Tendo por base uma abordagem etnográfica do tema, os autores avançam na compreensão do fenômeno humano relacionado ao processo de desenvolvimento da maricultura, especialmente da malacocultura, numa localidade litorânea da Ilha de Santa Catarina. Destacam as agruras da luta diária dos criadores de moluscos e sua interação com as diferentes facetas da ação do Estado para concluir que o trabalho do mar, para a população envolvida, continua apresentando as mesmas dificuldades milenares sempre enfrentadas pelos trabalhadores do mar.

Pedro Martins  
Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes  
Organizadores





## Tombamento do arquivo Egon Schaden – parecer técnico de admissibilidade<sup>1</sup>

Fábio Andreas Richter

### **PARECER TÉCNICO – ADMISSIBILIDADE**

**ASSUNTO:** Tombamento do Arquivo Egon Schaden

**REQUERENTE:** Instituto Egon Schaden (IES), Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) e Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR)

**PROCESSO:** FCC 1.240/2020

**DATA DO PARECER:** 27/08/2020

Fls. 07

---

<sup>1</sup> Parecer apresentado à Direção da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) em virtude da solicitação de tombamento do Arquivo Egon Schaden apresentada pelo Instituto Egon Schaden (IES) e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) com apoio da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR).

Senhor Diretor de Patrimônio Cultural/FCC,

Cumprimentando-o cordialmente e em resposta à solicitação feita pelos Instituto Egon Schaden (IES) e Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), com apoio da Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais (ACCR), cujo objetivo é **requerer o tombamento do Arquivo Egon Schaden**, acervo localizado no município de São Bonifácio/SC, o corpo técnico da Gerência de Patrimônio Imaterial (GEPAI) da Diretoria de Patrimônio Cultural (DPAC) elaborou o presente parecer, o qual faz parte do processo FCC 1.240/2020.

Egon Francisco Willibald Schaden (1913-91) é amplamente reconhecido pelo seu papel na formação do campo da antropologia brasileira, para o qual contribuiu não só como professor, mas também como pesquisador, em um momento onde esse campo passou a se afirmar e desenvolver. O mérito da obra de Egon Schaden foi reconhecido por personalidades e especialistas como Luiz de Castro Farias (2018), Roque de Barros Laraia (2013) e Antonio Candido de Mello e Souza (Martins, 2014). Ele foi diplomado em Filosofia [1937] pela Universidade de São Paulo (USP), onde teve Claude Lévi-Strauss como um de seus professores, realizando toda a sua carreira acadêmica na Faculdade de Filosofia, tendo obtido os títulos de doutor, livre-docente e catedrático, além de assumir a regência da cadeira de Antropologia em 1950 (Pereira, 1994).

Como professor, Egon Schaden atuou para o fortalecimento institucional da Antropologia na USP, ampliando o corpo docente dessa disciplina e diversificando sua temática. Criou em 1953 a Revista de Antropologia, periódico que durante longo período foi veículo oficial da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), instituição da qual Schaden também foi um dos fundadores. Realizou igualmente Seminários, conferências e cursos internacionais em países como Alemanha, França, Canadá, Suíça, Japão, Colômbia, Equador e Paraguai, tendo sido igualmente convidado para ser professor catedrático

(cargo vitalício) de Etnologia da Universidade de Bonn na Alemanha (Pereira, 1994).

Já a relação de Egon Schaden com Santa Catarina foi além de meramente ter o estado como local de seu nascimento, que ocorreu na região do atual município de São Bonifácio. Primeiro dos 11 filhos de uma família de imigrantes alemães que se radicou em São Bonifácio, fez seus estudos primários (1920-24) na única escola da localidade, tendo somente cursado o ensino secundário (1928-32) no Ginásio Catarinense em Florianópolis, em regime de internato, graças a uma bolsa recebida do governador Adolfo Konder (1926-30) (Martins; Welter, 2013).

Seu pai, Francisco Schaden (1891-1957), que havia emigrado da Alemanha para o Brasil em 1910, exerceu inúmeras influências no seu encaminhamento profissional em especial no seu envolvimento com a temática indígena. Francisco, além de agricultor e morador de São Bonifácio onde se estabeleceu em 1912, foi professor (1912-38) atuando na única escola existente na localidade, onde também exerceu atividades letradas autodidatas, como o estudo de línguas estrangeiras (francês, latim, esperanto, ido, volupük), sendo igualmente fluente em alemão, sua primeira língua. Pelo notório conhecimento de línguas indígenas que possuía, escreveu uma gramática e um dicionário Tupi, um dicionário Xokleng e documentou a língua Kaingang. Francisco também teve um envolvimento com a questão indígena na região de São Bonifácio, onde ainda perambulavam grupos de índios Xokleng, tendo dessa interação coletado diferentes artefatos que passaram a integrar o Museu de São Bonifácio. Ele deixou uma considerável produção bibliográfica publicada tanto em jornais quanto em revistas, colaborando inclusive para a coleta de dados etnográficos para a obra de Emílio Willems sobre a integração dos imigrantes alemães no Brasil. O contato com o filho Egon perduraria mesmo com a ida deste para São Paulo, formando uma parceria fortalecida pela formação científica do filho, a qual se estenderia por muito tempo,

sendo responsável por parte significativa da divulgação científica da obra de Francisco Schaden (Martins; Welter, 2013).

A inegável importância e reconhecimento do catarinense Egon Schaden para a ciência brasileira torna oportuna e necessária a avaliação para um possível reconhecimento patrimonial do arquivo de documentos do cientista. Sobre esse acervo recai o valor de se configurar em um testemunho e fonte de conhecimentos sobre uma vida e obra que tanto simboliza o empenho e perseverança catarinense, como serviria de exemplo de dedicação à construção e ao compartilhamento de conhecimentos que beneficiaram o desenvolvimento cultural não só da sociedade brasileira, mas também da humanidade.

A preocupação por valorizar a obra de um renomado cientista, particularmente em uma área da ciência que se concentra em compreender os seres humanos e que envolve lidar diretamente com sua cultura, em especial a das sociedades indígenas, se reveste de um significado ainda maior quando confrontada com as vicissitudes da vida em sociedade. Vida sujeita a retrocessos promovidos pelo preconceito, intolerância, fanatismo, intransigência e mentira travestidos em fundamentos para a ação social, algo particularmente em destaque no atual momento histórico. Isso torna ainda mais importante reconhecer e destacar a vida e obra legada por pessoas que promoveram ao longo do tempo, de forma generosa, a busca pela verdade em uma perspectiva científica.

Por sua vez, reconhecer um acervo arquivístico como patrimônio cultural por meio do tombamento é algo pouco frequente, sendo mesmo inédito na atuação do governo estadual catarinense. A complexidade desse tipo de acervo, que frequentemente envolve milhares de documentos em variados tipos (cartas, projetos, livros, discursos, desenhos, fotos, filmes, gravações, etc.) e formatos (impressos, manuscritos, datilografados, fotocopiados, áudio, vídeo, etc.), dificulta não só o adequado entendimento do conjunto, mas principalmente a sua preservação. A essas peculiaridades soma-se o fato de arquivos, principalmente de celebridades, também estarem sujeitos à pressão

pela incorporação de documentos que não faziam parte do acervo quando este ainda estava em posse de seu formador, ou mesmo pelo descarte de documentos que já faziam parte.

As peculiaridades da constituição física e conceitual dos acervos arquivísticos, somadas a um eventual dinamismo relacionado à possível retirada, descarte ou aquisição de documentos, destacam a necessidade da realização de seu adequado inventário como pré-requisito para um possível reconhecimento do arquivo como bem cultural patrimonial. Esse procedimento é igualmente fundamental para possibilitar a preservação do acervo caso seja realizado o seu tombamento.

Como parte do desenvolvimento do processo de tombamento, visando embasar uma adequada abordagem do acervo, além de proceder a sua eventual preservação caso seja efetivamente tombado, é recomendado cientificar o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) da instauração do processo de tombamento pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC), bem como solicitar seu assessoramento nesse processo e nos encaminhamentos necessários à preservação do acervo. Essa recomendação decorre do fato de que, segundo o artigo 26 da Lei 17.565 de 06/08/2018, “a defesa e conservação dos documentos de interesse histórico cabem ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina”.

Finalmente, dada a natureza do bem cultural foco do presente processo de tombamento, solicitamos que os autores do pedido, que também são os detentores do acervo, apresentem relato ou projeto onde esteja descrita a forma como ocorrerá a guarda, a preservação física, bem como a disponibilização ao acesso público do acervo arquivístico de Egon Schaden após seu eventual tombamento. Também solicitamos que sejam indicadas eventuais instituições que tanto concordem como tenham condições de custodiar o referido acervo, sob as mesmas condições de conservação e acesso público apresentadas, caso em algum momento futuro ocorra a impossibilidade do IES continuar a manter o arquivo tombado.

## PARECER

Tendo em vista os aspectos discutidos e recomendações apresentadas, indicamos que ocorra a admissibilidade da solicitação e a abertura de processo de tombamento.

## Referências

FARIA, Luiz de Castro. Egon Schaden (1913-1991). **Anuário Antropológico**, v. 16, n. 1, p. 241-255, 30 jan. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6474>. Acesso em: 19 ago. 2020.

LARAIA, Roque de Barros. A etnologia de Egon Schaden. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 427-439, jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64507>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MARTINS, Pedro. O centenário de nascimento de Egon Schaden: entrevista com Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 23-31, jun. 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092014000200002&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000200002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 ago. 2020.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Egon Schaden, um alemão catarinense. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 441-468, jun. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64510>. Acesso em: 18 ago. 2020.

PEREIRA, João Baptista Borges. Emilio Willems e Egon Schaden na história da Antropologia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 249-253, dez. 1994.



## Território colonial e resistência: o caso dos Schaden de São Bonifácio<sup>1</sup>

Pedro Martins  
Tânia Welter

### Introdução

A educação é um aspecto fundamental dos projetos de vida de grupos de imigrantes. Entre os imigrantes alemães que formaram territórios coloniais no sul do Brasil este é um aspecto muito valorizado e pode ser observado a partir do resgate de diferentes experiências. Este texto parte de experiências particulares de pioneiros imigrantes alemães em São Bonifácio (SC) para resgatar trajetórias exemplares que permitem refletir sobre os processos de educação e sobre a educação como elemento de resistência no imaginário de um grupo de imigrantes em uma situação de pouca afluência – como é o caso da família Schaden. A pesquisa histórico-antropológica localiza-se no

---

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente publicado em Costa et al. (2022), sendo resgatado para esta publicação comemorativa dos 20 anos de criação do PEST.

marco do centenário de nascimento do antropólogo Egon Schaden, nascido em São Bonifácio em 1913, para destacar a importância do espírito empreendedor e autodidata do pioneiro imigrante Francisco Schaden – seu pai.

Egon Schaden é, provavelmente, o único antropólogo brasileiro de grande destaque de origem genuinamente rural, tanto do ponto de vista espacial quanto na perspectiva de classe. O estudo da fase catarinense da sua vida, que só atraiu atenção a partir do seu centenário de nascimento, pode contribuir de maneira significativa para a problematização da formação das elites intelectuais no país e sua relação com os problemas reais aos quais se dedicam os estudiosos das ciências humanas. Sua carreira científica, ainda não suficientemente conhecida, esteve ameaçada pela falta de oportunidade comum ao contexto de formação do país, mesmo em uma área de colonização europeia, e só se concretizou por conta de uma política de inclusão – ainda que embrionária e em uma época em que não se empregava este conceito.

Aqui trataremos de apresentar a trajetória de Egon Schaden vista desde um território colonial em Santa Catarina<sup>2</sup>, também visto como uma comunidade tradicional<sup>3</sup>, no sentido de contribuir para o conhecimento da sua origem e assim ajudar a esclarecer a natureza do seu perfil como pessoa e como antropólogo – derivados diretamente do seu contexto de origem. Nas páginas que seguem, apresentaremos o contexto da colonização alemã em São Bonifácio, sua terra natal, a formação e o perfil da sua família, buscando esclarecer as possíveis influências sofridas por Egon Schaden de sua avó paterna e de seu pai, ambos chegados ao Brasil na condição de imigrantes. A trajetória do seu pai, Francisco Schaden, pode ajudar a compreender, inclusive, as escolhas temáticas feitas por Egon no decorrer de sua carreira. Na

---

<sup>2</sup> Parte deste texto deriva de trabalhos anteriormente publicados por Martins e Welter (2012; 2013).

<sup>3</sup> No sentido em que é vista por Shiraishi Neto (2017) e Oliveira, Rocha e Martins (2021), entre outros.

seqüência, mostraremos a condição rural onde nasceu e cresceu, o destino que essa condição lhe havia desenhado e como um evento imprevisível – o inusitado mandato de Adolfo Konder como governador – acabou por alterar o curso “natural” das coisas proporcionando ao jovem Egon Schaden, que se encontrava havia três anos fora da escola, uma oportunidade já não mais esperada. Este fato chama a atenção para a força da imigração alemã em Santa Catarina e para a presença da educação no imaginário desses imigrantes. A trajetória acadêmica de Egon Schaden no ensino secundário ajuda a entender também o papel de uma grande escola catarinense na reprodução dos grupos de poder no estado. No momento marcado pelo centenário de nascimento de Egon Schaden, esses eventos todos foram férteis fontes de reflexão.

## São Bonifácio, um território colonial

A terra natal de Egon Schaden, hoje município de São Bonifácio, está localizada nas encostas da Serra Geral, distante 80 quilômetros de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Trata-se de um município de pequeno porte, tendo a última estimativa do IBGE, de 2021, registrado a presença de 2.791 habitantes<sup>4</sup>. O acesso a São Bonifácio se dá pela rodovia BR-282, que parte de Florianópolis em direção ao sul e logo sobe a encosta da Serra Geral. No município de Águas Mornas, o acesso segue pela Rodovia SC-435, que teve a pavimentação asfáltica concluída apenas em maio de 2004. O nome do município foi inspirado no santo padroeiro da Westfália, região alemã de origem da maioria dos primeiros imigrantes.

---

<sup>4</sup> Na verdade, o município vem perdendo população desde a década de 1970. No censo de 1980, São Bonifácio contava com uma população de 3.530 habitantes, caindo para 3.373 em 1990 e 3.218 em 2000. No último censo realizado pelo IBGE, em 2010, foram registrados no município 3.008 habitantes para chegar a 2021 nessa estimativa.

A origem do município de São Bonifácio está ligada à criação da Colônia Teresópolis, unificada com a Colônia Santa Isabel em dezembro de 1865. Partindo da ocupação inicial do Rio Cubatão, os imigrantes instalados na Colônia Teresópolis continuaram subindo as encostas e ocuparam a região do Rio Capivari e seus afluentes, alcançando o então São Bonifácio do Capivari o privilégio de Distrito de Paz em 1918. O distrito desmembra-se de Palhoça e alcança a condição de município em 23 de agosto de 1962.

As colônias mencionadas ocuparam terras de difícil acesso, habitadas originalmente por grupos indígenas nômades, onde foram assentados imigrantes católicos e luteranos provenientes, em sua maioria, da região da Renânia e Westfália, na Alemanha, além de imigrantes de diferentes regiões alemãs que já se encontravam estabelecidos em outras partes do Brasil – como nas fazendas de café em São Paulo.

A imigração alemã que dá origem a São Bonifácio insere-se no contexto das grandes migrações europeias, que tiveram início no século XIX entre o fim das Guerras Napoleônicas e o início da Primeira Guerra Mundial, e que pode também ser caracterizado como o período que vai de 1815 a 1914. Dos cerca de 60 milhões de pessoas que deixaram a Europa nesse período, algo em torno de 5 milhões eram alemães, dirigindo-se, a maioria, para os Estados Unidos da América e o restante para outros países como Canadá, Austrália, Argentina e Brasil. Dos imigrantes recebidos pelo Brasil no período de 1819 a 1947, 235.846 foram registrados, ao entrarem no país, como alemães (Jochem, 2002)<sup>5</sup>.

Além das Guerras Napoleônicas, outra causa subjacente ao quadro de migrações mencionadas é a Revolução Industrial na Europa. Quando a Revolução Industrial chega à Alemanha e os teares mecânicos substituem os trabalhadores, exacerba a situação de miséria que

---

<sup>5</sup> Deve-se atentar para a imprecisão desses números uma vez que as condições de identificação eram muito precárias. Por outro lado, a identificação dos imigrantes, como alemães, refere-se à cultura e não ao Estado Nacional.

já assolava camponeses e trabalhadores urbanos. Conforme resgate de Jochem (2002), enquanto a terra escasseava nas propriedades rurais em virtude das sucessivas partilhas por herança a cada geração, o processo de industrialização não conseguia incorporar o excesso de mão de obra deixando a classe trabalhadora sem perspectivas de ocupação ou ascensão profissional. Nessa circunstância, a emigração de trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, integrava uma estratégia de Estado no sentido de reduzir toda sorte de pressão interna<sup>6</sup>.

No tocante ao Brasil, na condição de país receptor das gentes emigradas, o processo também integrava uma estratégia de Estado. A colonização, do ponto de vista de Seyferth (1999), tinha o propósito de instalar no país agricultores brancos, livres e provenientes da Europa, tratando, assim, de povoar áreas ainda não ocupadas pela grande propriedade, tudo isso sob estrito controle do Estado. Essa ocupação, no entanto, em muitos casos se deu em terras previamente ocupadas por grupos indígenas que passavam a ser combatidos por milícias especiais como forma de garantir a instalação e a segurança dos colonos.

O propósito dessa forma de colonização baseada no regime de pequenas propriedades e trabalho livre, entende Jochem (2002), visava, da parte do Estado, profundas mudanças sociais em curto e longo prazos, buscando compor uma classe média rural formada pelos imigrantes europeus e seus descendentes. Os alemães, no contexto da época, eram considerados hábeis agricultores, o que os credenciava para o propósito de povoar supostos vazios demográficos constituindo pequenas propriedades rurais.

Em Santa Catarina, os imigrantes alemães chegaram a partir de 1829, indo se instalar inicialmente em São Pedro de Alcântara, na Grande Florianópolis, e posteriormente em outras regiões, como

---

<sup>6</sup> Após a Primeira Guerra Mundial, na vigência da República de Weimar, desenvolve-se um projeto específico de emigração com o propósito de criar colônias que pudessem substituir as colônias perdidas em consequência da derrota do Império Prussiano, conforme discutido por Rinke (2008).

o Vale do Itajaí. Como desdobramento da Colônia de Teresópolis, implantada na Região da Grande Florianópolis em 3 de junho de 1860, surgiram os municípios de Águas Mornas (1961) e São Bonifácio (1962). A primeira escola da comunidade de São Bonifácio do Capivari foi fundada em 1895, ainda na condição de escola particular que era mantida com recursos provenientes das próprias famílias. A escola se tornou pública em 1918 e nessa ocasião Francisco Schaden se tornou seu primeiro professor.

## A chegada dos Schaden ao Brasil

Francisco Serafim Guilherme Schaden nasceu em Leipzig, Alemanha, em 19 de fevereiro de 1891. Contam seus descendentes que ele teve outros cinco irmãos, todos mortos em função de uma doença estranha<sup>7</sup> que fez a mãe, Mathilde Verhey Schaden, desejar abandonar o país. A pequena família, composta por Franz Schaden, Mathilde e o filho Francisco, chegou de navio ao Rio de Janeiro em 1910. Franz Schaden decidiu lá mesmo que não ficaria no país, regressando de imediato à Alemanha e perdendo definitivamente o contato com a família no Brasil. Dele restaram apenas algumas fotografias para atestar a veracidade de sua existência.

Francisco Schaden e sua mãe se instalaram, inicialmente, na comunidade de Leopoldina, em Minas Gerais, de onde decidiram seguir para Anitápolis e, logo depois, para Löffelscheidt (hoje município de Águas Mornas), ambas comunidades em Santa Catarina, aonde chegaram em 1912.

---

<sup>7</sup> Hoje se sabe que a doença era a difteria.



Mathilde, Franz e Francisco Schaden em Leipzig, 1895.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

Mathilde Verhey Schaden, segundo comprova um cartão de visitas mantido nos arquivos da família, era enfermeira formada na Alemanha. Na localidade de Löffelscheidt, logo assume as funções atinentes à sua formação. Numa circunstância marcada por inúmeras carências, a presença de uma profissional dedicada à saúde é digna de destaque. Ela é lembrada por muitas pessoas como excelente e dedicada parteira, função que exerceu até sua morte.

Francisco Schaden, que chegou da Alemanha com formação escolar de nível primário mas com uma forte carga de autodidatismo, é logo convidado a assumir o cargo de professor na escola primária

de Löffelscheidt. A partir desse contato inicial, estabelecerá uma profunda ligação com a comunidade que o levará, anos mais tarde, a escrever e publicar uma breve história da formação do lugar (Schaden, 1946). Nesta publicação, ele esclarece que os habitantes de Löffelscheidt eram, em sua maioria, originários da região da Renânia e constituíam-se em um povo muito extrovertido e alegre, bem diferentes dos imigrantes originários da Westfália, que ocuparam o Alto Capivari e formaram a comunidade de São Bonifácio, muito sérios e carrancudos, embora os dois grupos fossem “muito eficientes”.

Em Löffelscheidt, Francisco conheceu a jovem Catharina Roth, descendente de uma geração anterior de imigrantes da Renânia, com quem se casou antes de aceitar o convite para subir a serra e juntar-se aos pioneiros que fundaram a comunidade de São Bonifácio.

## As ocupações de Francisco

Para entender a trajetória de Egon, é preciso antes compreender a trajetória de Francisco, seu pai, a partir da qual é possível perceber importantes relações causais.

Tendo se estabelecido em São Bonifácio, Francisco Schaden assumiu a responsabilidade de professor da única escola do lugar, na época ainda mantida com recursos das famílias locais. Sua vida profissional como professor, que iniciara em Löffelscheidt em 1912, estendeu-se até 1938 – quando foi aposentado compulsoriamente, segundo Jochem (1992)<sup>8</sup>, e passou a se dedicar com empenho a diferentes atividades científicas.

Paralelamente à atividade como professor na escola de São Bonifácio, Francisco Schaden atuou como organizador comunitário e

---

<sup>8</sup> Na condição de alemão, informa este autor, Francisco Schaden teria sido vítima de atos discricionários por parte do Estado brasileiro pois a nacionalização do ensino, determinada pelo Estado Novo, obrigava a substituição dos professores estrangeiros por brasileiros.

ativista pela emancipação política da comunidade. Defendeu a criação do Distrito de São Bonifácio e foi seu primeiro intendente distrital. Defendeu, também, a criação do cartório local e foi seu primeiro escrivão. Sua qualificação escolar diferenciada (ainda que com formação autodidata) e a limitação, nesse sentido, da maior parte dos seus conterrâneos, fez com que exercesse os novos cargos criados. Atuou no movimento pela construção da estrada de rodagem que ligava São Bonifácio a Florianópolis. Foi botânico autodidata. Estudava as plantas com o propósito de ensinar sobre elas mas também com o objetivo prático de produzir remédios naturais com os quais atendia seus conterrâneos. Organizou uma coleção de objetos que mostra a cultura material dos indígenas da região<sup>9</sup>, em sua época ainda não completamente extintos. Voluntariamente, organizou curso noturno de alfabetização de adultos décadas antes que essa atividade se tornasse uma preocupação do poder público.

O aprendizado de línguas foi outra preocupação constante na vida do pioneiro Francisco Schaden. Além do português e do alemão (idiomas pátrios), possuía bons conhecimentos de francês e latim, e havia estudado as línguas internacionais esperanto, ido e volopük. Seu interesse pelo esperanto é confirmado por Pauli (2002), ao fazer um apanhado da história dessa língua em Santa Catarina para o Congresso Universal do Esperanto (Fortaleza), quando registra como documento mais antigo sobre o tema no estado um trabalho inédito de Francisco Schaden<sup>10</sup>. São notórios, ainda, seus conhecimentos de línguas indígenas, os quais o levaram a escrever uma gramática e um dicionário Tupi, um dicionário Xokleng (Laklãnõ), e a documentar a língua Kaingang.

Os manuscritos deixados por Francisco Schaden, guardados atualmente no museu que leva seu nome, dão conta de que dominou

---

<sup>9</sup> Preservada no museu municipal que leva seu nome.

<sup>10</sup> “Apontamentos para a história do Esperanto em Santa Catarina”. O manuscrito deste texto compõe o acervo do Museu Francisco Schaden, em São Bonifácio.

perfeitamente a língua portuguesa a despeito de ter chegado ao Brasil já adulto e com formação escolar de ensino primário na Alemanha.

Francisco Schaden deixou uma produção bibliográfica considerável, ainda que não se possa estabelecer uma unidade de gênero entre os diversos materiais disponíveis. Iniciou a publicação de textos em jornais antes mesmo da Primeira Guerra Mundial. Sua estreia provavelmente teria ocorrido no jornal curitibano *Der Kompass*, atividade que continuou no jornal *Die Rundschau*, de Brusque, e na *Revista Pindorama* – da qual foi coeditor –, fundada em São Paulo por Egon Schaden com o propósito de partilhar temas brasileiros com leitores alemães. O primeiro número da *Revista Pindorama* foi lançado em 1937, o que mostra que a colaboração científica entre pai e filho começou cedo.

Após sua aposentadoria, Francisco dedicou-se mais fortemente à produção escrita registrando colaborações com o jornal *O Estado de S. Paulo* e as revistas *Sociologia*, *Boletim Bibliográfico* e a *Revista do Arquivo Municipal*, todos de São Paulo, além da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina* e da *Atualidade*, ambas de Florianópolis, e outros jornais também de Florianópolis. Parte dessa produção foi consolidada em uma coletânea organizada e editada por Egon Schaden (Schaden, 1963).

Merecem destaque, como trabalhos científicos, dois artigos de sua autoria sobre a questão indígena publicados na *Revista de Antropologia* (Schaden, 1953; 1958), na época dirigida por Egon Schaden. Santos (2006, p. 25) qualifica tais artigos como “exemplos marcantes” de resultados da pesquisa antropológica em Santa Catarina. O artigo de 1958 foi reeditado em coletânea organizada por Egon Schaden (1972), que teve uma segunda edição em 1977. Na mesma linha, apareceu o trabalho apresentado ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, publicado como separata dos anais do evento (Schaden, 1940), abordando a história de São Bonifácio e outros relatos pitorescos. Francisco Schaden iria ainda colaborar na coleta de dados

etnográficos para a obra de Emilio Willems (Willems, 1980)<sup>11</sup> que retrata o processo de integração dos imigrantes alemães no Brasil a partir da teoria da aculturação.

Embora fosse basicamente um agricultor que também exercia atividades letradas, Francisco construiu em torno de si um ambiente intelectual que influenciou profundamente o filho mais velho. Seu perfil, profundamente marcado pelo autodidatismo, parece ser decisivo na formação intelectual precoce de Egon e também na criação de uma atitude de resistência frente às adversidades colocadas em seu caminho.

## A família Schaden

Francisco Schaden e Catharina Roth Schaden tiveram onze filhos: Egon Francisco Willibald; Godwin Francisco Twisko; Eleonora Catharina Maria; Elmar Francisco José; Mathilda Catharina Maria; Thecla Catharina Olindina; Inocência Catharina Maria; Francisco Vicente Ingo; Balduino Francisco José; Siegfried Francisco Wunibaldo e Luzia Catharina Adelina<sup>12</sup>.

O filho mais velho do casal, Egon Schaden, nasceu em 4 de julho de 1913. Do pai, recebeu inúmeras influências, as quais foram definitivas para orientar toda a sua trajetória futura, especialmente a opção pela temática indígena, como afirma em carta datada de 15 de outubro de 1970 transcrita no livro tomo da Igreja Matriz de São Bonifácio.

Na escola pública local, onde Francisco lecionava desde sua instalação, Egon cursou os quatro anos do ensino primário e mais um ano conhecido como complementar. O complementar era, na verdade,

---

<sup>11</sup> Trata-se, neste caso, da segunda edição da obra. A primeira edição é datada de 1946. Em outro trabalho (Martins e Welter, 2012), buscamos demonstrar a formação de uma rede de colaboração envolvendo Egon, Francisco e Willems.

<sup>12</sup> Em setembro de 2021, Luzia ou Lúcia era a única da família ainda viva.

uma forma de reforçar a formação escolar dos alunos, que, via de regra, encerravam ali a carreira acadêmica.

Além da influência recebida do pai na condição de professor, Egon foi influenciado pela relação de Francisco com a questão indígena. Por essa época, ainda perambulavam pela região bandos de índios Xokleng/Laklãnõ com os quais Francisco interagiu em diferentes circunstâncias. Dessa interação ficou uma coleção de diferentes artefatos coletados por Francisco, que hoje integram o Museu de São Bonifácio. Conta-se que Francisco, em uma determinada ocasião, foi chamado para interferir em um episódio envolvendo atrito entre um grupo de indígenas e homens brancos, no qual se acreditava que os indígenas necessitavam de ajuda. Como era de seu costume, Francisco dirigiu-se ao local do atrito levando Egon em sua companhia. Lá chegando, não encontraram os homens brancos, mas apenas os indígenas – todos mortos e com as orelhas decepadas. Tal prática está amplamente registrada na literatura e caracterizava a maneira empregada pelos bugreiros para documentar a morte de indígenas como condição para receberem o pagamento relacionado ao serviço encomendado por grupos de interesse.

O relato referente ao primeiro encontro de Egon Schaden com a realidade dos indígenas da região nos foi apresentado por um informante que não era testemunha ocular dos fatos, tendo tomado conhecimento através de narrativas posteriores – mas está registrado pelo próprio Egon na já citada carta onde descreve a relação com seu pai. Além disso, a narrativa é corroborada pelo texto em que Santos (2003) refere-se à atividade dos bugreiros na região. Segundo este autor, o mais famoso de todos os bugreiros foi Martinho Marcelino de Jesus, conhecido como Martinho Bugreiro. Nascido em Bom Retiro (SC) em 1869, Martinho Bugreiro atuou na região do entorno de São Bonifácio, a serviço do agrimensor Carlos Miguel Koerich, no período de 1923 a 1928. Este registro torna plausível tanto o massacre de índios Xokleng/Laklãnõ desgarrados nas proximidades de São Bonifácio por essa época quanto a presença de Egon Schaden no local do massacre acompanhando o pai.

Outra influência de Francisco registrada sobre a formação intelectual de Egon está relacionada à Sociedade de Esperanto. Conforme já registrado, Francisco foi um dos pioneiros no estudo dessa língua em Santa Catarina e o próprio Egon, já na sua vida acadêmica em São Paulo, publicará um artigo a respeito. Em um registro fotográfico da Sociedade de Esperanto – não fica claro se de São Bonifácio ou de abrangência mais ampla –, Egon aparece solene ao lado da mãe, partilhando o registro também com o pai e outros adultos integrantes da sociedade. Egon era a única criança presente na foto e tinha 7 anos de idade na ocasião.

## Fora da escola

O *curriculum vitae* de Egon Schaden, organizado por ele próprio em 1973, traz uma lacuna a princípio difícil de ser compreendida. Schaden registra que realizou os cursos primário e complementar na escola pública de sua localidade natal nos anos de 1920 a 1924. Em seguida, registra que cursou o secundário no Ginásio Catarinense, em Florianópolis, no período de 1928 a 1932. Os anos de 1925 a 1927 estão, portanto, sem nenhum registro de atividade acadêmica. A família, aparentemente, já havia se acostumado à ideia de que as possibilidades de frequentar a escola, para alguém nascido em São Bonifácio, terminavam com o curso complementar.

Como relata Egon Schaden em depoimento (Schaden, 1970), Francisco ressentia-se por não ter estudado na escola formal até os níveis mais elevados – para os quais era, seguramente, qualificado. Entendia ele que o destino dos filhos seria o mesmo uma vez que a sua condição de agricultor, embora exercesse a profissão de professor, não lhe permitiria enviar os filhos para escolas caras. Dessa maneira, dedicava-se intensamente à educação dos filhos lançando mão dos seus recursos de autodidata. O maior beneficiário desse esforço, sem dúvida, foi o filho mais velho, Egon. Assim, Francisco tratou

desde cedo de inculcar no garoto o gosto pelo aprendizado de tudo o que pudesse ser aprendido. Além de estimular-lhe o aprendizado de diferentes línguas, instigava-o em direção à astronomia, botânica e antropologia. Nasce seguramente daí a vocação antropológica do filho, que contornando o prejuízo causado por três anos fora da escola, destaca-se entre todos os colegas de colégio quando a oportunidade de estudar se apresenta e o conduz diretamente à universidade e à carreira acadêmica de destaque internacional.

A escola mais próxima, para continuar os estudos, localizava-se em Florianópolis, a 80 quilômetros de distância ou três a quatro dias de viagem. Isso, no entanto, não seria nenhum obstáculo para o intrépido Egon. O verdadeiro obstáculo, intransponível na época, é que o Ginásio Catarinense, dirigido pelos padres jesuítas, era uma instituição de ensino privada inacessível para os padrões de renda de uma família de agricultores – ainda que contassem providencialmente com o salário de professor de primário.

## Um acontecimento chamado Adolfo Konder

Conta-se em São Bonifácio uma lenda, uma espécie de mito de origem do Dr. Egon Schaden. O enredo pode ser longo ou breve, contado com ufanismo ou alguma pitada de ressentimento. Das narrativas pode-se depreender, no entanto, mais ou menos o que segue.

Corria o ano de 1927 (o terceiro ano consecutivo em que Egon não frequentava a escola). Viviam, ele e a família, essa situação como fato consumado, dividindo o tempo entre as atividades intelectuais capitaneadas pelo pai e as lidas na agricultura, que, de fato, garantiam o sustento do grupo. Em um dia chuvoso naquela região isolada e montanhosa, a pequena localidade, na época ainda distrito de Palhoça, recebeu a visita do Dr. Adolfo Konder, governador do estado de Santa Catarina. Adolfo Konder buscou abrigo e pouso na residência da maior autoridade local, o professor Francisco Schaden,

que também era intendente distrital. Na propriedade dos Schaden, enquanto o governador se acomoda junto ao fogão a lenha da pequena cozinha, Francisco pede ao filho mais velho que recomponha os sapatos do ilustre visitante. Os sapatos estavam enlameados, pois o governador havia percorrido a longa e sinuosa estrada de acesso à localidade montado em um cavalo. Enquanto recebe a hospitalidade do dono da casa, Adolfo Konder estabelece comunicação com o garoto que limpa os sapatos e logo se encanta com a sua facilidade de comunicação e maturidade intelectual.

Ao arguir o dono da casa sobre a escolaridade do garoto, o governador fica desolado ao inteirar-se da situação educacional do menino Egon e logo lhe promete uma bolsa de estudos. Os informantes, em São Bonifácio, apresentam dúvidas acerca dos pormenores desse fato. Alguns chegam a propor a hipótese de que o governador financiou a bolsa com recursos próprios, mas o fato é que a abordagem do problema, por parte de Adolfo Konder, era bem mais complexa.

## Os motivos de Adolfo Konder

Adolfo Konder nasceu em Itajaí, distante 100 quilômetros ao norte de Florianópolis, em 16 de fevereiro de 1884. Era filho de Marcus Konder, imigrante alemão nascido em Trier – lugar de onde também vieram alguns dos colonos de São Bonifácio. Depois de formar-se em Direito, em São Paulo, Adolfo Konder participou ativamente da vida política nacional e estadual. Foi governador de Santa Catarina de 1926 a 1930, embora nessa época o cargo ainda tivesse o nome de presidente. Em 1929, empreendeu uma viagem através do estado de Santa Catarina, partindo de Florianópolis, no litoral, e atingindo o extremo oeste, na fronteira com a Argentina. Essa viagem, empreendida no período de 24 de abril a 16 de maio de 1929, ficou conhecida como a Bandeira Konder. Pela primeira vez, desde que a fronteira do estado havia sido fixada nos limites da Argentina, em 1850, um governador visitava a região (D’Eça, 1992).

Na sua mensagem de início de legislatura, em 11 de agosto de 1929, Adolfo Konder dedica dez páginas a relatar a situação da educação no estado no período anterior. Ao registrar informações relativas à “bandeira”, manifesta consternação com o estado da educação pública na fronteira com a Argentina (D’Eça, 1992). Entendia ele que a ausência da escola matava o talento e a própria cidadania. O governador entendia que a escola estava intrinsecamente ligada ao processo de formação da cidadania. Sem a presença e a força do Estado, a educação e, conseqüentemente, a cidadania não poderiam prosperar. Quase como um ato simbólico fundou, na ocasião, uma escola na localidade de Dionísio Cerqueira e nomeou para ela um professor. Em um tópico específico da mensagem referente ao Gymnasio Catharinense, de Florianópolis, explicava que dos 302 alunos matriculados 25 recebiam educação gratuita no estabelecimento, sendo indicados pelo Governo do Estado<sup>13</sup>. O colégio, para abrigar esses bolsistas, recebeu do Governo do Estado uma subvenção de 30:000\$000 (trinta contos de réis). Dos 25 bolsistas, cinco eram alunos internos – um dos quais, depreende-se, era Egon Schaden.

## Egon e o Gymnasio Catharinense

Após a visita de Adolfo Konder a São Bonifácio, em 1927, a vida de Egon Schaden tomaria definitivamente outro rumo. O menino, acostumado às lidas da roça, enfrentaria o desafio de cursar uma escola voltada para a reprodução dos altos conhecimentos acumulados pela civilização.

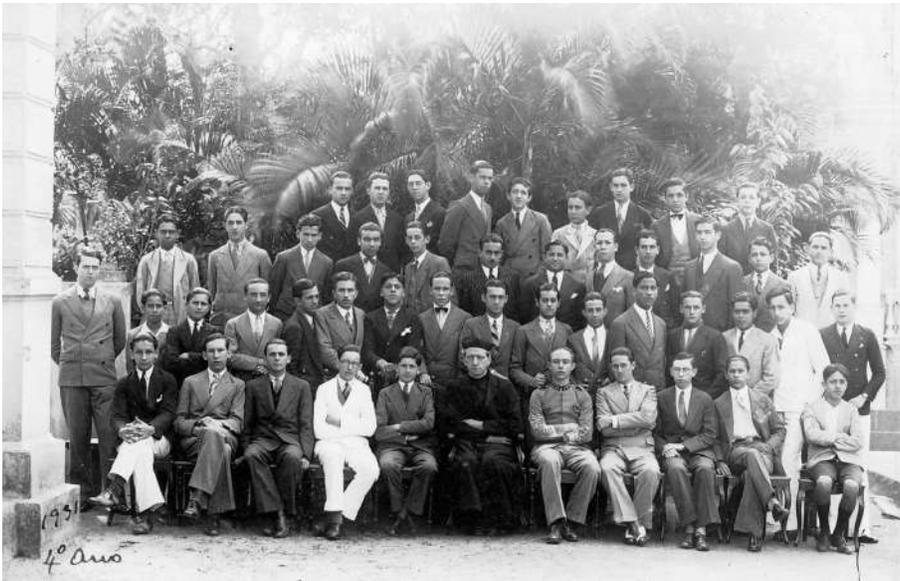
Na já citada mensagem de Adolfo Konder à Assembleia Legislativa (Konder, 1929), o governador esclarece que o Ginásio Catarinense

---

<sup>13</sup> Essa postura do governo está em acordo com a interpretação de Anísio Teixeira acerca da estrutura da educação no Brasil nas décadas de 1920 e 1930. Na opinião de Teixeira (2011), o sistema escolar da época tratava de garantir a demanda da sociedade por educação sem, no entanto, alterar a estrutura social.

possuía um corpo docente de primeira ordem, composto por quinze sacerdotes jesuítas e seis professores leigos. Além disso, o colégio possuía, segundo a mensagem, as mais adequadas instalações para o ensino de todas as especialidades, instalações portadoras de qualidades capazes de honrar as mais altas exigências do estado e do país.

Nessa instituição, Egon Schaden passaria cinco anos da sua vida em regime de internato e de lá sairia preparado para integrar a elite intelectual do país.



Egon Schaden no final do quarto ano do secundário, 1931.

Foto: Arquivo do Colégio Catarinense.

O Ginásio Catarinense foi o principal instrumento de reprodução intelectual da elite de Santa Catarina na Primeira República e isso não aconteceu por acaso. Segundo relata Dallabrida (2001), essa condição foi alcançada a partir do momento em que o colégio foi colocado sob a tutela da ordem religiosa dos jesuítas. O Ginásio Catarinense havia sido criado em 1892 pela primeira reforma educacional republicana, com o objetivo de dotar a capital do estado de

ensino secundário permanente – uma vez que as iniciativas anteriores, inclusive as da Companhia de Jesus, tiveram vida efêmera. A sua existência como escola pública, no entanto, foi também efêmera, pois acordos realizados entre o governo estadual e a Companhia de Jesus o transformaram em escola privada a partir de 1905. Funcionando na condição de internato e externato, o colégio possibilitava a permanência de estudantes de diferentes partes do estado bem como de outros estados, atraindo pela qualidade da educação os rebentos das mais influentes famílias catarinenses.

Em 3 de março de 1928, Egon Schaden, então com 14 anos, requer a sua matrícula no primeiro ano do ensino secundário, beneficiado que era pela bolsa a ele atribuída por Adolfo Konder. Logo nesse seu primeiro ano no Ginásio Catarinense, Egon é distinguido com o segundo lugar no prêmio de excelência. Alcança 392 pontos de um total de 440 possíveis. O primeiro colocado, Moacyr Gaya, alcançou 395. Moacyr Gaya, no entanto, passaria o resto do tempo do colégio sem lograr outro prêmio de excelência, embora continuasse, via de regra, entre os primeiros da turma (menção honrosa). Nesse ano, nas matérias individuais, Egon tirou o primeiro lugar em religião, francês e inglês. Nas demais disciplinas, ficou entre os primeiros, exceto em desenho.

No segundo ano, em 1929, ganhou o primeiro prêmio de excelência, conquistando 387 dos 440 pontos. Nas disciplinas individuais, foi o primeiro colocado em religião e alemão, ficando entre os primeiros nas demais disciplinas, exceto em desenho.

Em 1930, ele cursou o terceiro ano com aproveitamento de 436 pontos em 480. Ganhou novamente o primeiro lugar geral e obteve o primeiro nas disciplinas de religião, português, francês, latim, alemão e inglês, ficando entre os primeiros nas demais disciplinas, ou seja, em álgebra, história universal e, inclusive, desenho. Destaca-se, nesse ano, o pendor para línguas. Além destas mencionadas, Egon falará fluentemente o guarani e o espanhol.

O quarto ano transcorreu aparentemente da mesma maneira. Egon recebeu o prêmio de excelência como o primeiro da turma,

conquistando 1.175 de 1.340 pontos. Foi o primeiro colocado da turma em português, inglês, alemão, física, química, história natural e religião, além de ficar entre os primeiros em todas as demais disciplinas. Nesse ano de 1931, Egon dividia a turma com Rubens de Arruda Ramos, entre muitos outros colegas de famílias ilustres e poderosas. Rubens de Arruda Ramos, hoje nome da mais importante avenida de Florianópolis, era um jovem rebento de uma das famílias mais influentes de Santa Catarina, de onde emergiram diversas lideranças políticas de destaque, inclusive governadores. O bem-nascido rapaz, no entanto, alcançou 674 pontos de aproveitamento, o que não o impediu, naturalmente, de tornar-se jornalista logo depois do secundário e graduar-se em Direito anos mais tarde, em uma faculdade de Florianópolis. Um detalhe curioso é que Arruda Ramos nasceu no mesmo ano que Egon, só que em janeiro. Era, portanto, mais velho. O dado se torna interessante quando se considera o fato de Egon ter ficado três anos fora da escola. O Colégio Catarinense guarda em seus arquivos a foto de turma produzida naquele final de 1931. Egon aparece sentado à esquerda do padre Godofredo Schrader e é o único aluno da turma vestindo o uniforme do colégio enquanto os demais vestem ternos.

Chega ao final 1932, o ano em que Egon Schaden conclui sua passagem pelo Ginásio Catarinense. Como de costume, é o melhor aluno da turma, recebendo também o prêmio de excelência acadêmica. Alcança 1.049 dos 1.120 pontos possíveis, ao tempo em que seu colega de turma, Rubens de Arruda Ramos, alcança 659.

Na passagem do centenário de fundação do colégio, a administração do Colégio Catarinense confeccionou uma série de painéis que lembram a sua história e nos quais homenageia alguns de seus ex-alunos. Como consequência de seu desempenho escolar, Egon é homenageado em um dos painéis, instalado no pátio em frente à biblioteca, por ter sido contemplado com o prêmio de excelência nos cinco anos consecutivos em que frequentou o colégio. Na entrada do colégio, há outro painel onde onde é lembrada uma dezena de governadores de Santa Catarina que também por lá passaram, o que dá razão a

Dallabrida (2001) quando afirma ter sido esse colégio uma verdadeira fábrica escolar de produção da elite do estado – especialmente durante a Primeira República.

## A carreira

A proeza de ser o melhor aluno de sua turma durante todo o curso secundário é atribuída por Egon Schaden ao estímulo do próprio pai. Afirma ele que “[...] durante as férias me fazia, na medida em que pudesse dar-me ajuda, estudar antecipadamente uma parte dos programas curriculares que se iriam desenvolver no ano letivo seguinte” (1970). Além de dominar profundamente as disciplinas das áreas de ciências humanas e exatas, dominou com esmero as diferentes línguas com as quais teve contato: latim, francês, inglês, alemão, espanhol e o próprio português. Mais tarde se destacaria também pelo domínio do guarani, o qual falava com desembaraço, e outras línguas nativas – além das mencionadas línguas internacionais.

Formado com destaque em 1933, aos 19 anos de idade, Egon Schaden chega a São Paulo. Em março daquele ano inicia sua vida profissional como professor de primário em uma escola da grande São Paulo. É o que conta à sua avó paterna, Mathilde Verhey Schaden, a quem tratava carinhosamente por *Liebe Gros Mota*, querida vovó, em carta datada de 31 de março de 1933<sup>14</sup>. Já nessa época estava matriculado na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, onde cursaria os dois primeiros anos do ensino superior. Logo iria transferir-se para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, criada em 1934, onde se formaria em 1937<sup>15</sup>. Nesse

---

<sup>14</sup> Agradecemos a valiosa contribuição de Mareli Eliana Graupe na providencial tradução da referida carta para o idioma português.

<sup>15</sup> Segundo relato de Antonio Candido (Martins, 2014), a Faculdade Paulista havia sido criada pouco antes da matrícula de Egon Schaden para responder a uma demanda reprimida por ensino superior e foi fechada após a fundação da Universidade de São Paulo, durando, portanto, poucos anos.

mesmo ano publicou por uma grande editora nacional sua *Pequena gramática da língua alemã* (1937), livro didático baseado na própria experiência de ensino da língua.



Francisco, Catarina e seus onze filhos.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

Na Universidade de São Paulo realizou também seus estudos de pós-graduação tendo escrito, sucessivamente, três teses (1945, 1954 e 1965): de doutorado (*A mitologia heroica das tribos indígenas do Brasil*), de livre-docência (*Aspectos fundamentais da cultura guarani*) e de cátedra (*A cultura indígena*), todas abordando a questão indígena no Brasil. Durante sua formação acadêmica na Universidade de São Paulo foi aluno do antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, autor do livro *Tristes trópicos* – o qual escreveu a partir de dados coletados no Brasil. Nesse livro, Lévi-Strauss refere-se à turma de Egon Schaden como “um punhado de crianças superdotadas” – ainda que, segundo Egon Schaden, na época da interação o próprio Lévi-Strauss fosse muito jovem e apenas cinco anos mais velho que o próprio Schaden (Corrêa, 1984).

Além das três teses, publicou duas coletâneas de textos científicos destinadas a auxiliar no ensino da Antropologia (1972 e 1976), uma obra em parceria com Gioconda Mussolini (Schaden; Mussolini, 1947) e uma centena de artigos em revistas de diferentes países.

Iniciou sua vida profissional na Universidade de São Paulo como assistente do professor Emilio Willems, de quem foi aluno de doutorado. Quando, em 1949, Emilio Willems, responsável pela criação da disciplina de antropologia, decidiu transferir-se para os Estados Unidos, indo lecionar na Vanderbilt University, em Nashville, Egon Schaden assumiu seu lugar e consolidou a implantação dessa disciplina na USP. Dialogou com Herbert Baldus, grande cientista alemão estabelecido na Escola Paulista de Sociologia e Política, e com Curt Nimuendajú, outro alemão dedicado às questões indígenas no Brasil.

No exercício de suas funções de professor e pesquisador da Universidade de São Paulo, Egon Schaden criou, em 1953, a *Revista de Antropologia*, a primeira publicação do gênero no país, dirigida por ele ao longo de vinte anos e onde publicou um grande número de artigos sobre a questão indígena e outros importantes temas de pesquisa. A importância da revista é atestada por todos os especialistas da área e pelo fato de ser a mais antiga publicação na área de Antropologia a circular no Brasil. Egon não apenas editava a revista, mas fazia dela um imprescindível instrumento de divulgação da pesquisa antropológica levada a cabo no país.

Egon Schaden ajudou a criar, em 1955, a Associação Brasileira de Antropologia – ABA, em cuja direção esteve envolvido em muitas ocasiões. A *Revista de Antropologia* era, durante o período em que esteve à sua frente, o órgão oficial de comunicação da ABA e prestou importante serviço na articulação dos antropólogos brasileiros e na sua relação com a comunidade internacional de antropologia (Castro Faria, 1993).



Gilberto Freire e Egon Schaden, 1955.

Foto: Arquivo Egon Schaden.



Eunice Durhan, Claude Lévi-Strauss e Egon Schaden, 1985.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

Como professor de pós-graduação, Schaden ministrou cursos e orientou pesquisas que levaram à formação profissional de muitos ilustres cientistas sociais brasileiros.

Em 1967 aposentou-se do cargo de professor no Departamento de Antropologia. Nos anos seguintes circulou por uma dezena de países como professor visitante. Quando retornou, em 1973, foi contratado pela Escola de Comunicações e Artes da USP, onde criou a cadeira de Antropologia da Comunicação iniciando, assim, o desbravamento de um novo campo de conhecimento.

Egon Schaden foi aposentado compulsoriamente em 1983, ao completar 70 anos de idade, encerrando assim sua atividade profissional na USP. Foi casado, desde 1939, com Margarida Salf, com quem teve três filhos: Reimar, Erica e Marina.

## Relações familiares

Na carta mencionada de 31 de março de 1933, faltando ainda mais de três meses para completar 20 anos de idade, Egon informa à avó Mathilde Verhey Schaden que se encontrava lecionando em uma escola primária de São Paulo, onde era responsável por duas turmas, e que frequentava a Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. O conteúdo da carta, escrita em alemão, dá testemunho da forte relação que mantinha com a avó, da mesma forma que a relação que mantinha com o pai.

A partir desse ponto, seu contato pessoal com a terra natal vai tornar-se mais escasso, em virtude da distância, mas a presença junto à família jamais foi interrompida.

Seu contato com Francisco Schaden, no entanto, tornou-se cada vez mais forte uma vez que a formação científica de Egon possibilitou uma parceria que se estendeu por muito tempo, sendo essa parceria a responsável por parte significativa da divulgação científica da obra de Francisco Schaden.

Mesmo de longe, Egon continuou preocupado com o futuro dos irmãos mais novos e do resto da família, como bem demonstra a farta correspondência trocada com a avó e o pai, mas seu afastamento da terra natal nem sempre foi adequadamente compreendido.

## Considerações finais

Do ponto de vista do grande público especializado que conhece Egon Schaden fora de sua cidade natal, Egon é mais um daqueles alemães com quem interagiu durante sua vida profissional na universidade, especialmente na Universidade de São Paulo: Herbert Baldus, Emilio Willems e Curt Nimuendajú, principalmente.

Por esta razão diferentes antropólogos em Santa Catarina têm tomado a iniciativa de resgatar o pertencimento de Egon Schaden ao estado, até agora sem muito sucesso. Seu centenário de nascimento foi visto como uma nova oportunidade de socializar e divulgar sua produção científica e levar seus feitos ao conhecimento do povo catarinense, ocasião em que tiveram lugar diferentes iniciativas. Um exemplo de iniciativa neste sentido foi a realização do Seminário Cem Anos de Egon Schaden, que teve lugar em julho de 2013, na cidade de São Bonifácio, e reuniu grandes nomes da Antropologia brasileira para reafirmar a importância de sua obra.

Outra iniciativa importante consistiu no esforço para repatriar sua biblioteca pessoal e, com ela, um rico acervo de material de pesquisa como seus diários de campo e materiais diversos. Esta iniciativa foi levada a cabo pela própria família Schaden como estratégia para dotar seu arquivo de instalações adequadas bem como criar um espaço institucional de valorização do seu acervo. Esta iniciativa começou a se consolidar já em 2014 com a fundação do Instituto Egon Schaden – uma provocação de João Baptista Borges Pereira durante o seminário do ano anterior. Instalado na cidade de São Bonifácio, a sede do instituto começou a ganhar forma em 2020, com a concessão de um terreno por parte da Prefeitura Municipal, e aponta para a sua

consolidação com a conclusão da construção que abrigará o Arquivo Egon Schaden.

Vale acrescentar que a história de vida de Francisco e Egon Schaden representa com folga aquilo que estamos chamando de trajetórias exemplares. No intento de refletir sobre o papel da educação no imaginário dos imigrantes, a educação como catalisador do processo civilizatório, as trajetórias exemplares de Francisco e Egon Schaden nos mostram claramente um caminho para a pesquisa indicando que essas trajetórias são exemplares não no sentido de servirem de modelo para a ação, mas no sentido de representarem possibilidades concretas de resistência e superação viabilizadas pelo imaginário do pioneirismo que se perpetua nos territórios coloniais.

## Bibliografia citada

- CASTRO FARIA, Luiz de. Egon Schaden (1913-1991). **Anuário Antropológico** 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. p. 241-255.
- CORRÊA, Marisa. **Entrevista com Egon Schaden**. Documento etnográfico em vídeo. Campinas: Unicamp, 1984.
- COSTA, Jodival Maurício da; SHIRAIISHI NETO, Joaquim; FLORIANI, Dimas; LIMA, Rosirene Martins (orgs.). **Políticas socioambientais da esperança: coexistências, resistências e mobilizações**. Curitiba: CRV, 2022.
- DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites. O Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- D'ÊÇA, Othon Gama. **Aos espanhóis confinantes**. Florianópolis: EdUFSC, 1992.
- JOICHEM, Toni Vidal. Professor Francisco Schaden. **Revista Ágora**, Florianópolis, ano VII, n. 15, p. 16-19, 1992.
- JOICHEM, Toni Vidal. **A formação da Colônia Teresópolis e a atuação da Igreja Católica (1860-1910)**. Dissertação de mestrado – História/UFSC. Florianópolis, 2002.

KONDER, Adolfo. **Mensagem à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1929.

MARTINS, Pedro. O centenário de nascimento de Egon Schaden: entrevista com Antonio Candido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 23-32, jun. 2014.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Antropologia e pioneirismo: Francisco e Egon Schaden no imaginário de São Bonifácio (SC). **Revista USP**, São Paulo, v. 92, p. 201-209, fev. 2012.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Egon Schaden – um alemão catarinense. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 441-468, 2013.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; ROCHA, Isa de Oliveira; MARTINS, Pedro. Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico. **Geosul**, Florianópolis, v. 36, n. 79, p. 300-320, maio/ago. 2021.

PAULI, Evaldo. **Esperanto em Santa Catarina. Congresso Universal de Esperanto**, Fortaleza, 2002.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades. **Espaço Plural**, Cascavel, ano 9, n. 19, p. 39-48, 2008.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Encontros de estranhos além do “mar oceano”. **Etnográfica**, Lisboa, v. 7, n. 2), p. 431-448, 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A antropologia em Santa Catarina. *In*: **Memória da Antropologia no Sul do Brasil**. Florianópolis: EdUFSC/ABA, 2006. p. 14-77.

SCHADEN, Egon. **Pequena gramática da língua alemã**. São Paulo: Saraiva, 1937.

SCHADEN, Egon. **A mitologia heroica de tribos indígenas do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1945.

SCHADEN, Egon; MUSSOLINI, Gioconda. **Trajes e povos da América Latina**. São Paulo: Melhoramentos, 1947.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: EPU; Edusp, 1954.

SCHADEN, Egon. Aculturação indígena. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 13, 1965.

SCHADEN, Egon. **Carta ao Padre Sebastião Antônio van Lieshout**, SSCC, transcrita no Livro Tombo da Igreja Matriz de São Bonifácio, 15 out. 1970.

SCHADEN, Egon (org.). **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.

SCHADEN, Egon (org.). **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

SCHADEN, Francisco. Notas sobre a localidade de São Bonifácio. **IX Congresso Brasileiro de Geografia**, Florianópolis, 1940.

SCHADEN, Francisco. **Notas para a história da comunidade de Löffelscheidt**. São Bonifácio: Edição do Autor, 1946.

SCHADEN, Francisco. A pacificação e a aculturação dos Xokleng. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 136-139, dez. 1953.

SCHADEN, Francisco. Xokleng e Kaingang. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 105-112, dez. 1958.

SCHADEN, Francisco. **Índios, caboclos e colonos**. São Paulo: FFLCH-USP, 1963.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **Fazer a América**. São Paulo: Edusp, 1999. p. 273-313.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1980.



## O centenário de nascimento de Egon Schaden: entrevista com Antonio Candido<sup>1</sup>

Pedro Martins

*[...] como sou crítico literário, devo uma coisa muito importante a Schaden: a iniciação na obra de Joseph Conrad, que eu conhecia vagamente. Em nossos almoços, ele falava sobre Conrad, e eu me entusiasmei tanto que acabei sendo um leitor, estudioso; cheguei a escrever um estudo sobre a obra de Joseph Conrad. Devo a ele essa iniciação na literatura.*

Antonio Candido

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 23-31, jun. 2014.

## Introdução

Em 13 de junho de 2013 fomos recebidos pelo professor Antonio Candido em seu apartamento, na cidade de São Paulo, para uma entrevista acerca de seu relacionamento com Egon Schaden, tendo em vista o centenário de nascimento do antropólogo catarinense, celebrado em 4 de julho de 2013.

Egon Schaden nasceu Egon Francisco Willibald Schaden em 4 de julho de 1913 na cidade de São Bonifácio, Santa Catarina. Fundada no início do século XX por imigrantes alemães, a cidade está localizada nas encostas da Serra Geral, região da Grande Florianópolis, a 80 quilômetros da capital do estado. Filho mais velho do imigrante alemão Francisco Schaden, Egon realizou sua escolarização inicial em São Bonifácio tendo o próprio pai como professor. Após o ensino primário passou três anos fora da escola até ser beneficiado por um programa de bolsas de estudo do governo estadual. Isso lhe permitiu continuar sua formação acadêmica, em regime de internato, no Ginásio Catarinense, em Florianópolis. Migrou para São Paulo, em 1933, onde fez carreira universitária e tornou-se antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, destacando-se como pesquisador no campo da cultura indígena e antropologia da comunicação. Por sua projeção internacional, Egon é normalmente confundido com os alemães que atuaram decisivamente na consolidação da universidade no Brasil, especialmente no campo da Sociologia e da Antropologia, como Herbert Baldus, Curt Nimuendajú e Emilio Willems, de quem foi aluno e colaborador, passando quase despercebida sua origem camponesa em Santa Catarina. Egon Schaden é, provavelmente, o único antropólogo brasileiro de renome nacional com origem rural – tanto do ponto de vista geográfico como do ponto de vista de classe.

Nesta entrevista Antonio Candido, às vésperas de completar 95 anos de idade, fala da sua relação com Egon Schaden, desde o primeiro contato no curso de Licenciatura em Educação, da construção de uma amizade que durou a vida inteira e das mudanças ocorridas no Brasil nos últimos cinquenta anos.



Preparação para a entrevista. À esquerda, João Baptista Borges Pereira e Marina Schaden Couto.

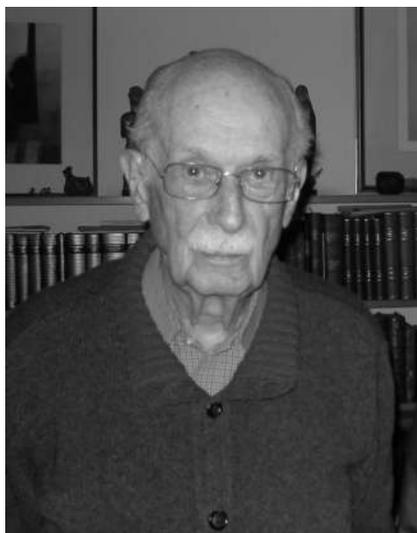
Foto: Pedro Martins, 2013.

A entrevista foi precedida por uma gentil acolhida do grupo por parte do entrevistado. Enquanto a equipe da Plural Filmes instalava câmeras, equipamentos de captação de som e de iluminação, Marina Schaden Couto e João Baptista Borges Pereira relembravam diferentes episódios relativos à convivência com o antropólogo centenário e Antonio Candido tecia comentários sobre a capital catarinense: “Florianópolis cresceu muito, não é? Quando eu ia para lá, a cidade ficava só para cá da ponte. A última vez em que fui, e isto faz mais de vinte anos, já tinha passado da ponte e tinha mais gente do outro lado do que na ilha. Foi uma das cidades mais encantadoras que conheci em minha vida. Na década de 1950, o governador era o Irineu Bornhausen (1951-56). No fim da tarde, ele ficava em frente ao palácio do governo, na Praça XV, conversando com os amigos, bem patriarcal”.

Vencidos os preparativos, Antonio Candido colocou-se à disposição para responder a todas as perguntas.

**Pedro Martins (PM)** – *Professor, o objetivo desta conversa é efetuar-mos registros relativos à sua convivência com Egon Schaden, tendo em vista a comemoração do seu centenário de nascimento. Vão acontecer vários eventos e nós gostaríamos que nos contasse sobre a trajetória de vocês. Eu começo esta conversa confirmando o seu nome completo: Antonio Candido de Mello e Souza, correto?*

**Antonio Candido (AC)** – Eu não uso o sobrenome. Mas eu sou Antonio Candido de Mello e Souza. Aliás, quando eu era moço, eu era Antonio Candido de Mello e Souza Neto. Depois que meu avô morreu, não teve mais problema.



Antonio Candido.  
Foto: Pedro Martins, 2013.



Egon Schaden em 1953.  
Foto: Arquivo Egon Schaden.

**PM** – *Eu gostaria que o senhor começasse falando como iniciou sua relação com Egon Schaden. Em que circunstância o conheceu e o que aconteceu a partir daí.*

**AC** – Vou começar um pouco antes, porque não sei se minha memória é precisa e se as pessoas já sabem disto. Tenho a impressão de que

Schaden me contou uma vez que o que o atraiu a São Paulo foi uma faculdade particular que houve aqui nos anos de 1930: Faculdade Paulista de Letras e Filosofia. Foi fundada em 1931 e funcionava no prédio do liceu Caetano de Campos. Fechou em 1934. No Brasil, não havia ensino superior de humanidades. Tinha o Direito, havia uma faculdade de Filosofia aqui, o Seminário de Teologia Protestante acolá. Então, quando apareceu essa faculdade, Schaden, menino lá de Santa Catarina, viu isso como uma oportunidade muito interessante. Ele veio para São Paulo, creio, com vistas nessa faculdade; matriculou-se e estudou ali por um ano. Deve ter sido em 1934. Talvez ele tenha cursado apenas um ano.<sup>2</sup> Foi fundada por um grupo de intelectuais paulistas de muito valor, muito esclarecidos – a alma era Antônio Picarolo, professor italiano muito cotado que morava aqui em São Paulo. Alcântara Machado era outra grande figura da faculdade, havia também Ricardo Severo, um grande arquiteto. Essa faculdade começou bem. Em 1934 fundou-se a Universidade de São Paulo e ele conseguiu a transferência para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP no segundo ano, já que seu curso anterior foi reconhecido. Schaden se formou na turma de 1937 como bacharel. Creio que o conheci nesse mesmo ano. Na época uns faziam o curso de licenciatura e outros obtinham o título de bacharel. Em 1941, ele voltou à faculdade para fazer o curso de licenciatura. Foi aí que nos tornamos colegas, porque também fiz licenciatura nessa mesma turma de 1941. Aconteceu uma outra coisa que nos ligou imediatamente. No começo de 1942, ele foi nomeado assistente de Antropologia e eu, de Sociologia Educacional. Começamos então a trabalhar juntos, no mesmo ramo. O professor Emilio Willems tinha sido provido dessa primeira cadeira, a disciplina de Antropologia, e convidou Schaden para assistente. Aí comecei a conviver mais com ele. Fizemos um excelente seminário de doutoramento com o professor Willems, e isso nos

---

<sup>2</sup> Egon Schaden ingressou na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia em 1933 tendo permanecido nela em 1934. Em 1935 transferiu-se para a USP, onde concluiu sua primeira graduação em 1937 [Nota do Entrevistador].

aproximou muito. Nós nos encontrávamos uma vez por semana, das 5h às 7h, mais ou menos: Gioconda Mussolini, José Francisco de Camargo, Schaden e eu. Esse seminário foi muito útil para todos nós. O professor Willems sabia orientar muito bem. Ele passava as leituras, quase tudo antropologia. O manual obrigatório para começar era o *O homem*, de Ralf Linton. Depois tinha os ensaios de Radcliffe-Brown, Evans-Pritchard, Raymond Firth, Hallowell, Herskovitz – debulhamos uma bibliografia muito interessante durante dois anos. Schaden elaborou sua tese de doutorado sobre mitologia heroica creio que em 1945, e nós conversávamos e discutíamos muito a respeito. Foi publicada em 1946. Nesse período, adquirimos o hábito de almoçar juntos às quartas-feiras. Eu vinha do bairro da Aclimação, ele vinha lá de Santo Amaro e nos encontrávamos na Praça da Sé. Íamos naqueles antigos bares, Brahma, Pinguim, tomar chope e almoçar. Saindo dali, ele dizia: “Vamos à tipografia”. Era a Gráfica Magalhães, que ficava na Ladeira da Memória. Naquele tempo, editar um livro era uma tourada. Não era como hoje, que se faz um livro em quinze dias. Tinha prova, estava errado, fazia-se de novo. Schaden, pacientemente, saía de lá e ia cutucar o pessoal da tipografia. Mas levou muito tempo para imprimir a tese. Em 1946, quando foi publicada, também publiquei um artigo mais ou menos longo sobre ela: “Mitologia heroica”. De modo que com isso já estávamos muito próximos um do outro. No começo dos anos de 1950, fomos juntos a Santa Catarina. Eu estava com ideia de estudar o papel da educação na aculturação dos alemães. Naquele tempo, em antropologia, a grande palavra nova era “aculturação”. Sabia-se o que era aculturação e o que não era. Havia a tabela do Herskovitz para a gente consultar.

Além disso, como sou crítico literário, devo uma coisa muito importante a Schaden: a iniciação na obra de Joseph Conrad, que eu conhecia vagamente. Em nossos almoços, ele falava sobre Conrad, e eu me entusiasmei tanto que acabei sendo um leitor, estudioso; cheguei a escrever um estudo sobre a obra de Joseph Conrad. Devo a ele essa iniciação na literatura.



Egon Schaden com o Bar Brahma ao fundo.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

Tivemos alguns momentos agradáveis na vida. Uma vez, encontramos-nos em Paris, em 1961, no tempo do governo João Goulart. Eu tinha ido à França numa missão do Ministério das Relações Exteriores, para fazer um levantamento do eleitorado brasileiro e um relatório a respeito. Ele também estava em Paris, coincidentemente. Foi muito bom o encontro. Jantamos uma vez com o professor de Filosofia Jean Maugüé, que era muito amigo nosso. Depois Schaden

foi para a Alemanha<sup>3</sup> e eu voltei para o Brasil. Encontros como esse tivemos muitos pela vida afora.



Egon Schaden e colegas em frente ao Instituto de Etnologia da Universidade Karl Marx em Leipzig, 1961.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

---

<sup>3</sup> Egon Schaden seguiu para a Alemanha onde proferiu, entre setembro e novembro de 1961, uma série de palestras sobre questões indígenas brasileiras. A convite do Instituto de Etnologia da Universidade de Leipzig (na época Universidade Karl Marx), por exemplo, realizou conferência sobre “Arte e cultura dos índios do Xingu”, em setembro de 1961. Na sequência, retornou a Paris onde proferiu conferências durante o mês de dezembro daquele ano [N. do E.].

Schaden falava muito bem línguas estrangeiras. Ele era bilíngue, português e alemão. Falava muito bem inglês e francês.<sup>4</sup> Quando o conheci, ele já falava fluentemente essas línguas.

*PM – Eu gostaria que o senhor retomasse, pontualmente, aquela questão da relação de Egon Schaden com a criação da antropologia na USP. Aquele momento da transição, da separação entre antropologia e sociologia. Como foi a participação dele?*

*AC – Não havia antropologia na USP, havia a Cadeira de Sociologia I, a Cadeira de Sociologia II e a Cadeira de Política. Eu fui nomeado assistente da Cadeira de Sociologia Educacional. Fernando de Azevedo passou para a Cadeira de Sociologia II – no Departamento de Antropologia e Sociologia –, antes ocupada pelo professor Paul Arbousse-Bastide, que foi para a Cadeira de Política; a Sociologia Educacional passou a ser apenas um curso que a gente dava na Cadeira. Como eu era aluno, não sei como isso se passou exatamente, mas foi nesse momento que se noticiou a criação da disciplina de Antropologia. Não foi iniciativa de Schaden, mas deve ter sido influência do professor Willems.<sup>5</sup> Ele era assistente de Fernando de Azevedo, e eu o substituí quando assumiu a cátedra. Ele deve ter sugerido, então, a disciplina de Antropologia a Fernando de Azevedo. Na realidade, a antropologia estava incorporada tacitamente à sociologia. Willems era alemão de nascimento; chegou primeiro em Santa Catarina e depois veio para São Paulo. Falava português como um brasileiro, sem o menor sotaque e, aliás, escrevia muito bem. Ele não gostava de sociologia abstrata, nem de pensamento filosófico em sociologia. Dizia*

---

<sup>4</sup> Também era fluente em espanhol e guarani. No ginásio, destacava-se no estudo do latim e dominava, desde menino, as línguas internacionais esperanto, ido e volopük, as quais aprendeu com o pai em tenra idade [N. do E.].

<sup>5</sup> A disciplina foi criada por iniciativa de Emilio Willems, mas passou a ser cadeira após sua saída, quando Schaden, que até então era seu assistente, o substituiu [N. do E.].

que a pior praga da sociologia era a filosofia, porque ela puxava a sociologia para fora da realidade e a transformava em uma reflexão filosófica sobre a sociedade. De forma que Schaden se formou com uma noção muito empírica de antropologia, que significava pesquisa. Ele se metia lá no meio dos índios Kaingang e dos índios do litoral. Sua tese de doutorado ainda foi um estudo de bibliografia, mas no segundo trabalho e nos seguintes ele já estava bem mergulhado nessa coisa concreta que o professor Willems imprimia. Schaden entrou por aí.



Egon Schaden com índios do litoral, 1950.

Foto: Arquivo Egon Schaden.

**PM** – *Sobre a fundação da Revista de Antropologia, o senhor se lembra de alguma coisa a respeito?*

**AC** – *A Revista de Sociologia* foi fundada por Emilio Willems e Romano Barreto. Muita gente publicou ali. Agora, a *Revista de Antropologia* foi ideia de Schaden, creio eu, mas não tenho certeza.

**PM** – *Sobre a produção do professor Schaden, além da tese que o senhor mencionou, o senhor tem uma visão sobre isto?*

**AC** – Lembro da tese de livre-docência dele. Li também seus artigos. Mas não lido com sociologia ou antropologia desde 1956 – são quase sessenta anos.

**PM** – *O senhor chegou a acompanhar Schaden depois que ele se tornou professor?*

**AC** – Sim, claro. O professor Willems, no começo dos anos de 1950, foi para a Vanderbilt University e Schaden ficou no lugar dele. Quando fomos para Santa Catarina, ele já era professor.

**PM** – *Como ele era como professor?*

**AC** – Grande professor! Excepcional. De uma clareza translúcida, uma expressão muito desataviada, muito simples e muito elegante. Ele dominava a língua de uma maneira precisa. Os alunos tinham fascinação por ele. Era impositivo, falava com muita convicção.

**PM** – *E a relação dele com a política?*

**AC** – Tenho a impressão de que ele não tinha grande interesse por política. Nunca falei de política com ele. Lembro-me de ele se manifestar a respeito do assassinato de Vladimir Herzog, pelos militares do Doi-Codi,<sup>6</sup> que foi apresentado como suicida, mas na verdade fora assassinado. Houve um rebuliço. Pela primeira vez houve revolta na universidade, e já estávamos nos anos de 1970. O diretor da faculdade não queria abrir o salão, pois achava que era muito arriscado. Eu o convenci. Apareceram professores de todos os lados e eu dirigi

---

<sup>6</sup> O assassinato de Vladimir Herzog aconteceu em 25 de outubro de 1975 [N. do E.].

a assembleia. Nessa reunião, decidimos algumas coisas. Fizemos um grande abaixo-assinado de protesto para entregar ao reitor e uma comissão de professores foi conversar e apresentar o protesto a ele. Schaden estava nessa comissão, além de Dalmo Dallari, da Faculdade de Direito, eu, Quirino Ribeiro, da Educação, e se não me engano também Oscar Sala. Ficamos a tarde inteira esperando o reitor nos atender, mas ele estava apavorado... Com isso, não pudemos ir a um acontecimento histórico importante que acontecia na catedral da Sé: a missa ecumênica celebrada por força de dom Paulo Evaristo Arns, que corajosamente reuniu ali pastores protestantes, rabinos, todo mundo estava ali. Foi um acontecimento muito bonito. E nós estávamos lá na reitoria esperando para falar com o reitor. Quando chegou o oficial de gabinete e disse que o reitor, infelizmente, não poderia nos receber, já estava de noite. Então fomos embora, e eu que levei Schaden para casa. A cidade estava bloqueada. Erasmo Dias, aquele energúmeno, bloqueou a cidade. Foi difícil. Deixei Schaden em casa e só cheguei à minha por volta das nove horas da noite. Aquilo foi um ato político, de que Schaden participou; uma atitude política.

Acabo de me lembrar – aos poucos a gente vai lembrando – algo que tem a ver com o que falávamos antes. Schaden se aposentou cedo, porque ele foi professor primário e isso contou na contagem do tempo. Foi, então, ser professor na ECA [Escola de Comunicações e Artes da USP], que era recente. Procurou ali definir uma disciplina nova: Antropologia da Comunicação. Não conheço nenhum trabalho dele a respeito, mas ele estava se dedicando a isso. Conversamos mais de uma vez sobre isso.

*PM – Schaden viajou várias vezes para a Alemanha. Vocês chegaram a viajar juntos para a Alemanha?*

*AC – Não. Na Alemanha, depois de adulto, eu não estive. Só quando eu era menino, com a minha família; tinha 12 anos. Passei um tempo na Alemanha. Meu pai era médico e estava fazendo estudos*

de aperfeiçoamento. Estivemos em vários lugares da Alemanha e, sobretudo, em Berlim.

PM – O senhor fala alemão?

AC – Eu arranho alemão.

PM – Com Schaden, o senhor falava alguma coisa em alemão?

AC – Não. Apreendi um pouco de alemão com o professor Fritz Ackermann. Schaden e eu fomos professores no colégio alemão que se chamava Olinda Schule<sup>7</sup>, e ficava na praça Roosevelt. A escola era mantida pelo Ministério da Propaganda alemão. Ninguém menos que Goebbels era o chefe geral. Quando veio a guerra o governo brasileiro interveio. O diretor e alguns professores foram presos, porque havia ali alguma organização nazista. Isso foi em 1942. Os alemães achavam que iriam ganhar a guerra rápido, e muitos não queriam que os filhos fizessem ginásio brasileiro. O professor Antônio de Almeida Júnior foi interventor no colégio, um grande brasileiro e educador. Foi também um dos autores do Estatuto Básico da USP. O colégio oferecia o que se chamava “curso de extensão”. Os alunos eram resistentes, aqueles que não queriam estudar em ginásio brasileiro. Schaden ensinava História para esses rebeldezinhas e eu, Português. Fiquei muito amigo dos meninos. Eu pensava: “Como é que eu vou fazer esses alemãezinhos se interessarem por português?” É fácil, alemão adora livro de aventura. Então, toquei *As minas de Salomão*, de Eça

---

<sup>7</sup> Trata-se da Deutsche Schule, Escola Alemã, fundada em 1878. Passou a chamar-se Ginásio Brasileiro-Alemão em 1943 em virtude dos problemas políticos decorrentes da Segunda Guerra Mundial e, mais tarde, rebatizado como colégio Visconde de Porto Seguro. Este último nome contornou o problema político sem abandonar a identidade da escola uma vez que Visconde de Porto Seguro é um título atribuído ao teuto-brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen. O tratamento coloquial de Olinda Schule deve-se à sua localização na rua Olinda, atual praça Roosevelt (São Paulo) [N. do E.].

de Queiroz, neles. Eles não queriam outra vida. Acabou tudo bem. Nós, nessa época, já éramos assistentes da faculdade, mas era em tempo parcial. Não havia tempo integral nas ciências humanas. Um de nossos colegas no colégio Visconde de Porto Seguro, antigo Olinda Schule, era o doutor Fritz Ackermann, um homem encantador. Autor de uma tese muito boa sobre Gonçalves Dias, feita na Universidade de Hamburgo. Schaden a traduziu para o português.<sup>8</sup> Fui aluno de alemão do doutor Ackermann, estudei alguns anos com ele. Não sendo texto muito difícil, consigo ler. Falar, não.

**PM** – *Em 1967 o Schaden se aposentou da antropologia na USP. Ele tinha um convite para ir assumir a Cátedra de Antropologia, em caráter vitalício, na Universidade de Bonn. O senhor tinha contato com ele nessa época?*

**AC** – Não me lembro. Eu só me lembro que ele se aposentou, outros se aposentaram também, e ele foi para a Escola de Comunicações e Artes. E se dedicou muito à ECA. Os alunos gostavam muito dele. Eu me lembro que um dia houve uma coisa muito agradável. Ele deu um chá na casa dele, um grande lanche. Você era pequenininha [dirigese à Marina Schaden Couto, filha do professor Schaden], não pode se lembrar. Ele estava interessado não me lembro mais em quê, mas lembro que havia inclusive atores. Sabe quem estava? Esse ator Paulo Betti, a Eliane Giardini, eram ligados ao Schaden. Não sei o que ele fazia com esse grupo. Era um grupo com o qual ele estava fazendo qualquer coisa. Ele me convidou para ir e foi muito agradável. Era um grupo de jovens que faziam teatro e que o Schaden estava preparando para alguma coisa.

**PM** – *Quando esteve em Santa Catarina, o senhor chegou a visitar São Bonifácio?*

---

<sup>8</sup> Fritz Ackermann, *A obra poética de Gonçalves Dias*, São Paulo, Imprensa Oficial, 1964 – tradução de Egon Schaden [N. do E.].

AC – Não. Naquela zona mais ao sul, só fui até São José. Estive em Blumenau, em Joinville, Rio do Sul, Pomerode, mas em São Bonifácio, não. Fui várias vezes para Santa Catarina; duas, com alunos meus. Isso porque eu estava muito interessado na escola alemã em Santa Catarina e sua influência na aculturação. Eu trabalhava na sociologia educacional. Depois fui com Schaden. Naquela época estive três vezes em Santa Catarina.

PM – *Uma ideia que me passou pela cabeça. Fico imaginando o senhor, companheiro de Egon Schaden, que era uma pessoa vinda do interior, de uma cidade pequena, que trabalhou na agricultura, e penso no seu trabalho, especialmente na sociologia, com Os parceiros do Rio Bonito. Alguma vez imaginou algum tipo de comparação nesse sentido?*

AC – Não. Eu também fui criado no interior. Sou de Minas Gerais e fui criado na zona caipira. Costumo dizer que passei pouco tempo em trabalho de campo. Somando tudo, alguns meses. Malinowski passou, inicialmente, dois anos entre os trobriandeses e, para começar, teve que aprender trobriandês, gente que ele nunca tinha visto. Mas eu fui criado em uma pequena cidade do interior de Minas, que na época tinha 5 mil habitantes. Não tinha estrada de ferro. Meu pai era médico. Quando atendia clientes em fazendas onde não passava automóvel, ele tinha que ir a cavalo. De modo que o mundo d'Os parceiros do Rio Bonito é de onde sou originário, de caipira, de gente simples do interior. Meu avô era tocador de viola. Não precisei ficar quatro, cinco anos, como se fossem os trobriandeses. Ali, eu estava em casa. Fui criado no meio da cultura caipira. Quando tinha 12 anos, fui morar em Poços de Caldas, uma cidade muito diferente, ligada a São Paulo. Mas o mundo caipira é o meu mundo congenial. Só que eu nunca tive nenhuma ligação com a zona colonial, era só caipira mesmo.

**PM** – *Mudando o foco da conversa, como o senhor avalia as mudanças que ocorreram no Brasil nos últimos cinquenta anos?*

**AC** – Ah, isso eu não sei! Para isso eu precisava fazer um curso [risos, Candido reflete]. Minha geração viveu os cinquenta anos mais momentosos da história do Ocidente. Estava lhe dizendo que quando era menino, o veículo ainda era o cavalo: meus tios, minhas tias, quando vinham para a cidade, vinham a cavalo. Os trastes vinham em carro de boi. Eu tinha 4 anos quando puseram telégrafo nessa cidade. Telefone interurbano não tinha. A cidade do interior era uma cidade do interior. A coisa mais formidável do nosso tempo é a coalescência. Hoje, a cidade onde fui criado tem 17 mil habitantes; os costumes são os mesmos do Rio de Janeiro. Naquele tempo não era assim, não. Eram dois universos separados. A única cidade realmente urbanizada era o Rio de Janeiro. Mesmo São Paulo, era rica, mas caipira e provinciana. Hoje em dia, a homogeneização é impressionante. Só isto já demonstra que o mundo virou completamente. A pessoa que morava no interior morava segregada, não sabia de nada. Eram muito importantes os caixeiros viajantes. Ele chegava à cidade e ia para a loja. O pessoal se juntava para saber as novidades. “Olhem, em São Paulo agora tem um bonde que é fechado. Chama-se ‘camarão’, é vermelho, a porta abre assim...” “Mas, bonde fechado? Eu vi uma fotografia do Rio, mas era um bonde aberto.” Tudo era novidade, ninguém sabia de nada. Hoje o mundo mudou... A meninada fuma maconha no Rio e lá em Santa Rita de Cássia. Basta ver a evolução da palavra namoro. Hoje, significa relação sexual. Naquele tempo... Tanto que tem que tomar muito cuidado quando se diz isso. Uma vez eu disse para um rapaz: “Eu fui namorado de uma tia de vocês”. Ele assustado disse: “Ah, é?” Mas logo completei: “Namorado em 1940...”. Falei pra ele: “Ela era muito simpática e eu nunca peguei na mão dela”. Ele disse: “Mas, então, o que é que o senhor fazia?” “Eu olhava, sorria, fazia par constante no baile e tinha um entendimento assim telepático.” O mundo mudou completamente. Cinquenta anos! É preciso uma

enciclopédia para mostrar tudo isto. Nunca imaginei que eu pudesse presenciar o que presenciei. Só a libertação sexual do nosso tempo... É coisa que ninguém contava com isto. É outra ética, outra moral, mudou tudo. Tenho pena dos meus amigos que morreram antes de ver essas coisas. Foi uma mudança fantástica. A gente se habitua. Esta loucura desses aparelhinhos que têm tudo [celular]. Minha neta chega aqui e diz: “Vô, vô, olha aqui o retrato da fulana. Agora olha o outro...”. Isto é telefone, é máquina fotográfica, é tudo. É um mundo fantástico. E a gente se habitua como se fosse natural. Costumo dizer que a ética segundo a qual fomos criados, a minha geração, devia ser muito mais próxima da ética da época de Carlos Magno do que dos dias atuais. Os mesmos tabus que havia no tempo de Carlos Magno existia no meu tempo. Respeitar os pais, tomar a bênção dos pais, não cruzar a perna diante de mulher, que era falta de educação, não passar na frente de pessoa mais idosa, virgindade obrigatória para as mulheres. No tempo do Carlos Magno era assim e no tempo da minha infância também era. De repente, mudou tudo. É muito fantástico. Não é ruim, não, mas é diferente.

*PM – Como é que o senhor avalia isto, então?*

*AC – Não acho que seja pior nem melhor. É completamente diferente. O homem tem uma capacidade de adaptação extraordinária. A elasticidade do homem é uma coisa inconcebível. A gente se acostuma com tudo. A revolução dos costumes, sobretudo, é fantástica. A coisa mais positiva, a meu ver, é a libertação da mulher. Concordo com o meu compadre Oswald de Andrade, que dizia que o mundo só iria melhorar quando a mulher tivesse supremacia. O homem é um animal muito ruim, em geral, o homem é uma fera. Pra isso é que existe norma, sociedade, para amarrar a fera. Soltar a fera é a coisa mais fácil. Aqui em São Paulo, alteraram alguns centavos no preço da passagem do ônibus, soltou a fera. Tá a fera aí, destruindo a cidade. Agora, a mulher cria a vida. A mulher, por princípio, é contra*

a morte, ao passo que o homem é um fator de morte, um guerreiro. Como a mulher dá a vida, ela quer preservá-la. Numa sociedade em que a mulher fosse predominante, acredito sinceramente, os costumes seriam muito melhores. Quando eu vejo uma mulher presidente da república, uma mulher general, mulher bombeiro, acho ótimo. Porque eu sou de um tempo que uma moça queria fazer concurso para o Itamaraty e o pai dizia: “Isto não é profissão de mulher”. A Faculdade de Filosofia de São Paulo foi uma pequena revolução a que nós assistimos. As mulheres não estudavam. Eu fiz a Faculdade de Direito aqui em São Paulo. Minha turma tinha trezentos estudantes. Sabe quantas mulheres havia? Três. E duas se chamavam Maria Cândida. Três mulheres e duzentos e noventa e sete homens. Há sete ou oito anos atrás fui fazer uma conferência para os alunos da Faculdade de Direito, e tinha mais alunas do que alunos. A Faculdade de Filosofia abriu o caminho para as mulheres; sempre teve mais mulheres do que homens. Os pais diziam: “O quê que é isto?”. “Não, é uma espécie de escola normal”. “Então, pode ir.” A Faculdade de Filosofia aqui em São Paulo teve não só uma grande função intelectual para a cultura brasileira, mas liberou a mulher para poder estudar, trabalhar. Em 1935, 1936, lembro de moças do interior querendo vir estudar na faculdade e a mãe dizendo: “Filha minha, nunca. Vai estudar nessa faculdade e fica uma perdida”. Agora isso acabou. Diria então que um dos aspectos mais positivos da nossa época é a nova posição da mulher. Sob todos os pontos de vista.

*PM – Qual a sua expectativa para o Brasil, para os próximos anos?*

*AC – As coisas que leio sobre o meio ambiente são de tal ordem que às vezes penso que o mundo vai acabar brevemente. E talvez seja uma boa coisa, porque o homem não aprende.*

*PM – Estamos chegando ao fim da entrevista. Alguém deseja fazer uma pergunta ao professor Antonio Candido? Professor João Baptista?*

AC – O João e eu estamos sempre nos perguntando [risos]. O João é um amigo de uma fidelidade extraordinária. Temos sempre longas conversas telefônicas, não temos nada que perguntar.

Ralf Tambke (RT) – *Eu queria entrar em uma questão mais pessoal, porque o senhor contou que vocês tomavam aquele chope na quarta-feira e almoçavam juntos. Vocês conversavam, claro, sobre sociologia, antropologia e academia. Mas, fora isso, sobre o que vocês conversavam?*

AC – Não tinha programa. Era conversa de amigo. A coisa boa é o papo solto. Falávamos o que dois amigos que almoçam juntos falam.

RT – *Como era Egon Schaden?*

AC – Excelente prosa. Falava corretamente. De modo que nossa conversa era uma conversa normal de dois amigos. Nunca tivemos tema. Os acontecimentos do dia, penso eu, a gente comentava. “Você leu tal livro? Pois leia, é ótimo.” Mais ou menos assim.

RT – *Ele era filho de um imigrante com uma brasileira, fruto da cultura brasileira. Em algum momento apareceu o Egon alemão?*

AC – É claro. Schaden era um homem bilíngue entre duas culturas. O que faz a graça do Brasil é isto. Somos todos brasileiros, mas cada descendente tem um toque próprio: de italiano, de português, de alemão. Isto é que faz a sinfonia brasileira. A gente sentia muito que ele tinha aquela precisão germânica. Isso deve ser comum no sul do Brasil, não? O teuto-brasileiro. Lembro-me que no Rio Grande do Sul me disseram uma vez que havia o *local patriotismus* – o patriotismo local. Nas colônias, às vezes, eles acham que são os verdadeiros brasileiros. É muito simpático: “Eu sou descendente de alemão, mas sou brasileiro”. Meu irmão foi pracinha, combatente na guerra, do batalhão de Minas Gerais, combatente mesmo, de desenterrar minas,

arriscar a vida. Ele escreveu um livro muito bom sobre a guerra. Contava que em seu batalhão havia uma rapaziada de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Todos falando com forte sotaque alemão e todos combatendo contra os alemães. Brasileiros perfeitos. O maior herói da infantaria brasileira foi o sargento Wolf, que recebeu a cruz de prata dos americanos. Era do Paraná. O primeiro aviador brasileiro que morreu em ação foi um antigo aluno do Olinda Schule, Holand von Reitmeister. Tudo de origem alemã e excelentes soldados. Isso, para mim, faz a sinfonia do Brasil. São todos brasileiros iguais, bons brasileiros, mas uns se achando mais brasileiros que os outros, o que é ótimo.

*RT – Na precisão e na forma de lidar, ele tinha muito este aspecto germânico?*

*AC – Tinha muito senso de humor. Gostava muito de piada. Ele ria muito.*

*RT – E quando ele era mais brasileiro?*

*AC – Não há mais brasileiro nem menos brasileiro. O Brasil é um país de imigração. Sérgio Buarque de Holanda foi a primeira pessoa que disse, no livro *Raízes do Brasil*, que o Brasil português acabou com a abolição e a República. O nome que se poderia dar a este novo país seria o Brasil americano, mas é claro que isso não é possível porque os “americanos” já tomaram o nome pra eles. Eu diria que faltou a Sérgio Buarque dizer que este novo Brasil é o país da imigração. Quem fez o Brasil moderno foi o imigrante, que trouxe o proletariado e a classe média. O Brasil tinha senhores livres e escravos. O que se chamava de classe média era o escravo ascendente ou o senhor decadente. A mentalidade da classe média, que faz a vida civil moderna, veio da Europa, do Líbano, da Síria, do Japão. Permaneceu a língua portuguesa, a história, mas o país se tornou extremamente complexo, cuja tônica foi dada pelo imigrante. Isso para mim ficou claro na*

exposição do quarto centenário da cidade de São Paulo. Tinha ali o painel da indústria, com seus cinco criadores: Francisco Matarazzo, Rudolfo Krespi, Ciciliano, Benjamin Joffé e Alves Penteado. Um quinto de luso-brasileiro e quatro quintos de italiano e libanês. O Brasil do sul, então, mais ainda. A meu ver, isso é extremamente positivo, porque aqui é o país mais sem preconceito de que eu tenho notícia. Embora persista o horroroso preconceito de cor, não tem mais o preconceito externo, contra o que vem de fora. João Baptista, que é um estudioso dessa questão, sabe disto. A questão mais odiosa do Brasil ainda é o preconceito contra o negro. Agora, o que vem de fora, em duas gerações acabou. Pode ser que haja outro que eu não conheça. Compare com a Argentina, por exemplo. Lá põem bomba em organização judaica... O Brasil é plural, o que tem a ver com a imigração. Schaden é um brasileiro como eu, como qualquer outro, só que é um brasileiro novo. Pelo lado da mãe, não, ele já é muito antigo. Somos bem diferentes, mas todos somos brasileiros.

*RT – Vocês discutiam sobre isto?*

*AC – Não.* No tempo em que éramos jovens ainda havia uma diferença entre o novo e o velho brasileiro. Não havia preconceito, mas era diferente. O novo brasileiro chegou, o velho brasileiro já estava. Isso acabou. Quando o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado em 1945, um grande jornal fez um artigo dizendo que a culpa era de o eleitorado brasileiro ser muito recente. Então, ele propôs o quê? Que só votasse quem estivesse no Brasil há três gerações. Uma loucura completa. Isso acabou. Nunca mais uma pessoa disse que Paulo Maluf não poderia ser eleito porque é filho de sírio. Pode não ser eleito por outras razões justas, mas não por causa de sua descendência. Naquele tempo alguns jornais afirmaram que o brigadeiro tinha sido intrigado por Hugo Borgue, que teria dito: “Eu não aceito voto de marmiteiro”. Mas essa mentira foi ótima, porque o brigadeiro ficou desmoralizado. Escreviam “Ugo Borgue” porque os italianos grafavam com “u”,

e tiravam o “h”. Hoje ninguém mais tira o “h” de ninguém. De modo que o Brasil se tornou um país maduro, que incorporou o estrangeiro sem perder as suas características. Schaden não perdeu as dele, mas é tão brasileiro quanto eu. Só que eu sou luso-brasileiro, de origem portuguesa, e ele é teuto-brasileiro, como o Maluf é libanês brasileiro e assim por diante. Creio que a força do Brasil venha disso. O dia em que o negro for incorporado à sociedade brasileira, então o país será completo. Mas já progredimos muito. Não costumo ver novela, mas às vezes assisto a um trecho ou outro. Sou do tempo em que Milton Gonçalves fez papel em uma novela em que ele era um psicanalista que desejava se casar com uma branca. A reação foi tal que ele teve que sair da novela. Hoje brancos e pretas se beijam e se amam na televisão tranquilamente. É um grande progresso, embora ainda seja grave o preconceito contra um dos brasileiros que mais merecem respeito, que construiu o Brasil com muito trabalho, que é o preto. Mas está se resolvendo. João é dos mais antigos nesta luta. O dia que isto estiver resolvido se poderá falar em democracia, antes não.

*PM – Para finalizar, o senhor gostaria de dizer alguma palavra tendo em vista as comemorações do centenário de nascimento de Egon Schaden?*

*AC – Eu me congratulo com o povo de Santa Catarina pelas homenagens prestadas a esse catarinense ilustre que foi Egon Schaden. No seu centenário é justo lembrar que ele foi um dos mais importantes antropólogos brasileiros e, no âmbito da Universidade de São Paulo, ele foi quem deu início propriamente à antropologia que se pode realmente chamar de científica de acordo com os métodos modernos.*



## Areais da Ribanceira: comunidade tradicional e território em Imbituba (SC)<sup>1</sup>

Elisa Quint de Souza de Oliveira  
Douglas Ladik Antunes  
Pedro Martins

### Introdução

Trata-se aqui de analisar a trajetória da comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, formada por agricultores e pescadores artesanais, em Imbituba, litoral sul do estado de Santa Catarina, em razão do uso comum das terras. As terras ocupadas ancestralmente pela comunidade foram tomadas por grandes projetos de desenvolvimento que as transformaram de públicas em privadas, muito embora a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado o direito das comunidades tradicionais.

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 175-194, jun. 2020.

Sendo um município litorâneo, Imbituba possui múltiplas relações que dão forma a um espaço diferenciado e com potencial latente de desenvolvimento devido a um porto marítimo construído com o propósito de escoar a produção de carvão do sul do estado de Santa Catarina e que acabou condicionando a ocupação em seu entorno, onde está localizada a comunidade estudada.

A motivação para a realização do estudo reside no questionamento da efetividade da garantia constitucional existente diante das condições vividas atualmente pela comunidade dos Areais da Ribanceira. O estudo do tema se justifica na necessidade de fundamentar o direito das comunidades tradicionais à regularização fundiária, que embora constitucionalmente reconhecido quase nunca é efetivado.

Entende-se que a reflexão antropológica deve ser empregada como um recurso elementar para a efetividade da legislação. No Brasil, entretanto, o ordenamento do solo sempre esteve voltado para a cidade formal com base no direito à propriedade privada. Por esta razão, compreender e reconhecer as comunidades tradicionais em meio a um contexto adverso, como o que se verifica na sociedade brasileira, representa um grande desafio. Entender as razões pelas quais isto ocorre na história da ocupação de terras no país é fundamental para auxiliar na construção de políticas públicas efetivas.

Estudos sobre os povos e comunidades tradicionais no Brasil já eram frequentes antes da Constituição de 1988, embora estivessem focados em grupos rurais de negros (Bandeira, 1988), camponeses (Candido, 1987) e indígenas (Melatti, 1987). A emergência do conceito de povos e comunidades tradicionais ampliou o olhar sócio-antropológico, que passou a encampar diferentes categorias que se encontravam, de certa forma, invisibilizadas. É o caso dos remanescentes de quilombos (Martins, 1995, 2020; Ferreira, 2013), dos ribeirinhos (Silva, 2000; Nahum; Ferreira, 2019) e de uma série de grupos que desempenham atividades extrativistas, como as Quebradeiras de Coco do Maranhão (Shiraishi Neto, 2017), os Cipozeiros de Garuva (Grava; Florit; Antunes, 2019), os Faxinalenses (Almeida; Souza,

2009) e as identidades indígenas emergentes no Nordeste (Andrade, 2008; Oliveira Filho, 2011), além de uma diversidade de situações documentadas pela Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais (Acsehrad, 2010; Varella; Duarte; Martins, 2013). A comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira (Oliveira, 2020) enquadra-se neste campo de estudos de diferentes formas, uma vez que congrega agricultores e coletores/extrativistas que também são pescadores e enfrentam as mesmas demandas apresentadas pelas demais categorias no exercício da territorialidade, ou seja, a luta cotidiana contra a expropriação de suas terras tradicionais e a violência decorrente desse processo (Cunha, 1999).

O principal referencial teórico empregado na abordagem de todos esses casos é o conceito de povos e comunidades tradicionais estabelecido originalmente no Decreto 6.040/2007. Desse documento legal depreende-se o conceito de povos e comunidades tradicionais no Brasil:

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Art. 3º – I).

O conceito pode ser igualmente aplicado tanto a um grupo de caboclos (Martins, 1995; 2020) quanto a um assentamento de colonos de origem alemã (Martins; Welter, 2012), muito embora grupos como este último não tenham sido até o momento tratados desta forma na literatura. De qualquer maneira, a definição contida no decreto citado é bastante aberta e passível de interpretações e inclusões.

Ao mesmo tempo, o conceito de território, do qual são corolários os conceitos de territorialização, desterritorialização e territorialidade, encontra uma definição corrente e aceitável nos trabalhos

de Little (2004), Zhouri e Laschefski (2010) e Haesbaert (2016) – embora estas duas últimas obras travem um didático e antagônico debate sobre desterritorialização. Do texto de Little se depreende um entendimento de território como um produto da cultura e do trabalho humano resultante da construção de um domínio ou poder, que pode ser exercido por diferentes formas culturais, por exemplo, economicamente, administrativamente e judicialmente. Ou seja, trata-se de um espaço com o qual um grupo humano se identifica, ocupa, explora e controla. Da mesma forma, Little entende por territorialidade “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica do seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território ou *homeland*’” (2004, p. 253).

O presente texto, deste modo, mostra sua importância quando coloca em pauta o assunto relativo à garantia de direitos já reconhecidos, mas pouco efetivados. Permite, igualmente, compreender que a reflexão antropológica sobre a territorialidade não constitui apenas um dos elementos para atestar a tradicionalidade de um grupo, mas, sim, o instrumento principal, uma vez que a legislação já reconheceu o direito.

A expectativa, portanto, é de que este estudo contribua para o entendimento a respeito da ineficácia dos meios de regularização fundiária dispostos para garantir o direito dos povos tradicionais e de que a análise antropológica, nesses casos, seria o elemento essencial para legitimar a necessidade de salvaguarda dessas comunidades, em especial a aqui abordada.

A área objeto do estudo está inserida no município de Imbituba, no complexo lagunar sul do estado de Santa Catarina, distando aproximadamente 80 quilômetros de Florianópolis, capital do estado. É recortada por praias, enseadas e costões rochosos sendo procurada pelos atrativos naturais e paisagísticos, especialmente durante o verão, quando a densidade populacional aumenta.

A metodologia empregada como forma de abordagem do tema é qualitativa, baseada em pesquisa documental e observação

participante complementada com entrevistas e histórias de vida, buscando enxergar o mundo por meio dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles conferem aos objetos e às ações sociais (Goldenberg, 1999; Bauer; Gaskell, 2018). Além da observação participante em diferentes eventos públicos, foram realizadas entrevistas e histórias de vida com diversos personagens envolvidos na luta pela manutenção das terras de uso comum (Campos, 1991) tradicionalmente ocupadas nos Areais da Ribanceira.

O presente texto aborda em sua estrutura, inicialmente, o município de Imbituba no contexto da ocupação de terras no Brasil, processo que teve como base o regime jurídico de terras vigente à época no Reino de Portugal, consubstanciado nas sesmarias<sup>2</sup>. Este é o ponto de partida para a compreensão dos problemas do uso e ocupação de terras presentes em território nacional<sup>3</sup>. A seguir, será apresentada a configuração do uso comum e tradicional da terra, antes e depois dos processos de privatização na área de estudo, além de demonstrados os usos comuns realizados no espaço, bem como a tradicionalidade do cultivo das terras e as mudanças advindas dos processos de privatização impulsionados pelo poder público que culminaram na desterritorialização de parte da comunidade. Tratar-se-á, ainda, do arcabouço legislativo, bem como se analisará sua evolução até os dias atuais passando pela previsão mais importante sobre as garantias legislativas para a proteção dos povos tradicionais. Por fim, o texto cuida de demonstrar a ineficácia dos instrumentos dispostos na legislação para a garantia dos direitos constitucionalmente reconhecidos, defendendo a análise antropológica como principal elemento para a

---

<sup>2</sup> Sistema de ocupação de terras de Portugal aplicado no Brasil até 1850. Segundo aquele sistema, se o ocupante/destinatário de uma sesmaria não tornasse a terra produtiva, ela retornaria à posse do Estado, podendo ser repassada a outro interessado (Mendes, 1988).

<sup>3</sup> Dos quais, em relação a Santa Catarina, encontramos importantes e correlatas contribuições no trabalho de Vieira (2007).

efetividade de planos de regularização fundiária visando a garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

## Imbituba no contexto da ocupação de terras no Brasil

Para entender o impasse vivenciado pela comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira é preciso voltar aos primórdios da ocupação das terras do Brasil, mais especificamente do litoral sul de Santa Catarina.

O desordenamento fundiário brasileiro teve início com a vigência do primeiro regime de terras, que se mostrou inadequado ao caso do Brasil, além das consequências advindas do chamado regime das poses. O uso intensivo do solo, incentivado pelo regime das sesmarias, era a consequência da obrigação do cultivo da terra pelos que, de alguma maneira, teriam o direito de possuí-las. Descumprida a ordem do cultivo, as terras eram confiscadas com a implementação da política de retomada e oferecidas para aqueles que delas pudessem extrair o máximo proveito possível (Wambier, 1988).

O início do processo de ocupação do solo brasileiro, portanto, deu-se com um regime de uso das terras inadequado ao Brasil, uma vez que a realidade fática do país era absolutamente diversa daquela de Portugal. Mendes (1988) faz referência ao tempo em que o regime persistiu e às razões pelas quais deixou de ser aplicado:

O plano sesmarial aqui aplicado só foi particularizado às necessidades locais em 1795, 420 (quatrocentos e vinte) anos após a criação do regime sesmarial por D. Fernando e, mesmo assim, só valeu por um ano, dois meses e cinco dias, quando foi revogado não só pela falta de geômetras mas também pelos problemas complexos criados pela forma de demarcação e efetivação dos limites das propriedades rurais (p. 19).

O primeiro regime de terras aplicado no Brasil, assim, fez surgir uma classe dominante aristocrática, escravagista e orientada para o

comércio que, em 1822, quando da independência (Holston, 1993), “já havia produzido uma perversão: depois de três séculos de colonização, o país era uma terra sem povo e um povo sem terra” (p. 12).

As sesmarias perduraram no Brasil até 1822, quando iniciou o regime das posses, cuja intenção era de que o primeiro possessor, após explorar a terra, realizasse benfeitorias e legalizasse, pelo reconhecimento da propriedade, sua situação. O regime das posses se estendeu até 1850, quando foi promulgada a Lei nº 601, que instituiu um novo regime jurídico considerado como a primeira tentativa de regularização fundiária do Brasil. A chamada regularização fundiária, então, visava apenas a legitimação das situações de fato existentes no que concernia às sesmarias concedidas e não regularizadas e quanto às áreas meramente ocupadas pelo sistema de posses.

Considerando aquele contexto, especialmente quando se trata da proteção das comunidades tradicionais, “a busca de soluções, quer de cunho eminentemente doutrinário, quer de ordem legislativa ou jurisprudencial, não pode prescindir duma análise dos fundamentos históricos da questão da ocupação da terra no Brasil” (Wambier, 1988, p. 11).

Sendo assim, Imbituba não fugiu à regra e possuía, desde as primeiras ocupações, terras produtivas que jamais foram objeto de registro, tendo iniciado como núcleo de colonização açoriana em 1715. A fixação e a adaptação dos açorianos no litoral catarinense podem ser consideradas uma contribuição para o aumento da insignificante população existente. A pesca era uma das principais atividades econômicas, somando-se a ela a caça da baleia em função das demandas internas e externas por seu óleo. A fundação da Armação para a caça da baleia ocorreu em 1796. Segundo Raimundo:

A Armação de Imbituba foi fundada por Pedro Quintela e João Ferreira Sola, os quais pagavam uma taxa de exploração à Coroa Real. Os lucros eram compensadores. Baleias de grande porte eram arpoadas quase semanalmente e rebocadas para os barracões, onde se procedia

ao retalhamento e retirava-se a gordura para derreter em grandes caldeiras. O azeite apurado tinha dupla utilidade: era usado para iluminação pública das poucas cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo; utilizava-se também na argamassa destinada às construções de fortalezas e edifícios, oferecendo-lhes resistência semelhante ao cimento, inexistente na época<sup>4</sup>. As barbatanas encontravam excelente mercado na França (Raimundo, 2012, p. 68).

A caça da baleia foi, sem dúvida, a atividade que mais articulou economicamente o litoral e adicionou um grande número de escravos que representavam um investimento de capital. As armações foram instaladas para legalizar uma prática lucrativa e a Coroa portuguesa concedeu a exploração da caça da baleia em águas catarinenses.

Em 1871, ocorreu a construção do primeiro trapiche do Porto de Imbituba, com extensão de 70 metros. A obra foi realizada por engenheiros ingleses para o escoamento do carvão existente na região. Contudo, em 1912 desembarcou em Laguna<sup>5</sup> Henrique Lage<sup>6</sup>, que com sua modernização estrategista ligada à exploração do carvão tinha como alvo produzir uma nova imagem da vila de Imbituba.

O desenvolvimento da região foi intenso nessa época e culminou em 1923 com a primeira emancipação política de Imbituba, que era distrito de Laguna, sendo que a instalação do município ocorreu no ano seguinte com a lei estadual assinada pelo então governador

---

<sup>4</sup> Embora esta informação sobre o uso do óleo de baleia na produção de argamassa seja de domínio público e constitua até certo ponto um senso comum acadêmico em diferentes áreas, especialistas como Santiago (2007) afirmam tratar-se de uma impossibilidade técnica.

<sup>5</sup> Município onde se localizava, à época, o distrito de Imbituba.

<sup>6</sup> Empresário carioca que contribuiu para o desenvolvimento econômico do sul catarinense e procurou criar uma infraestrutura industrial carbonífera com a utilização do carvão descoberto na região. Sobre sua influência no desenvolvimento do sul catarinense, ver Bossle (1981).

Hercílio Luz<sup>7</sup>. Laguna, porém, não admitindo perder o distrito que fornecia muitos lucros à sede, por meio de lideranças políticas conseguiu revogar a emancipação política em 1930 e somente 28 anos depois, em 1958, houve a emancipação definitiva (Neu, 2003).

A cidade de Imbituba, portanto, tendo recebido investimentos de grande monta, foi planejada para funcionar com o propósito de atender a um grupo de grandes empresários e isso gerou problemas relacionados à falta de diversificação da atividade produtiva, tornando-a dependente quase que exclusivamente do carvão.

## A comunidade dos Areais da Ribanceira

A comunidade aqui abordada vive às margens da área portuária de Imbituba, local estratégico para a instalação de empresas ligadas ao porto. A região caracteriza-se pela atividade agrícola, porém dividida em pequenas lavouras de uso tradicional, entremeadas por butiazeiros e outras espécies, além da pesca artesanal. Sobre a origem do grupo, Mombelli afirma:

[...] os relatos sobre a origem dessa Comunidade estão associados ao reconhecimento da existência de laços de parentesco entre famílias descendentes de imigrantes açorianos e de indígenas, cujas lembranças indicam um processo histórico de uso e ocupação de uma região situada em uma faixa litorânea no sul de Santa Catarina desde o século XIX. Essas famílias, em sucessivas gerações, desenvolveram práticas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais, orientadas fundamentalmente a partir de um sistema de referência compartilhado pela coletividade, pautado em regras e valores morais de uso e ocupação da terra e nas formas de lidar com os recursos naturais

---

<sup>7</sup> Engenheiro e político brasileiro, governador de Santa Catarina por três vezes: 1894-1898, 1918-1922 e 1922-1924.

disponíveis. Essas práticas possibilitaram acumular formas elaboradas de manejo da biodiversidade local e a preservação de um importante sistema de restinga da região (Mombelli, 2013, p. 327).

Até a década de 1970, portanto, as atividades em Imbituba eram essencialmente ligadas à agricultura itinerante e à pesca artesanal, sendo que na área urbana as atividades eram portuárias e também ligadas à indústria cerâmica, de propriedade do grupo empresarial iniciado por Henrique Lage. No cenário estadual, o governo de Santa Catarina implantava o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PDDI). Em razão desse plano, foram declarados de utilidade pública locais que deveriam ser desapropriados para servir à instalação do complexo industrial, à urbanização e ao sistema viário, estendendo a área no entorno do porto para a utilização de empresas interessadas.

Nesse ínterim, foi criada a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc), que efetuaría as desapropriações e coordenaria o trabalho com as terras na região visando atender ao PDDI. O início dos processos de desapropriação das terras constituiu o primeiro passo para a desterritorialização das famílias que, sem documentos que comprovassem propriedade ou posse, foram forçadas a sair da área abandonando moradias e os cultivos de subsistência.

Na medida em que a Codisc tomava conta das terras, porém, começava também a vendê-las, tornando-as particulares, o que deu início ao processo de privatização. Ao mesmo tempo que as empresas foram tomando conta do espaço, o poder público municipal transformava a região onde se localiza a comunidade em distrito industrial, local em que deveriam ser instaladas diversas indústrias que atendessem à demanda do complexo.

Naturalmente, diante do processo de desterritorialização, muitas famílias foram desalojadas para dar lugar às empresas, não obstante os valores pagos pelas indenizações tenham sido insuficientes. A necessidade de moradia dessas famílias desalojadas impulsionou o

surgimento de loteamentos irregulares no entorno da área de estudo. A promessa do poder público à época era a criação de numerosas vagas de empregos geradas pelo complexo industrial. Como as promessas não foram concretizadas, as famílias permaneceram em condições precárias de moradia e sem terras para a própria subsistência.

Com a intenção de preservação do seu modo de vida e das práticas de manejo específicas, além do uso comum das terras, no ano 2000 os integrantes da comunidade dos Areais da Ribanceira se organizaram para a criação da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi). Desde então, a associação busca, junto a várias instituições, mecanismos de regularização e proteção ambiental das áreas de terra daquela região.

As tentativas de defesa dos direitos da comunidade foram muitas, sendo propostas diferentes modalidades de uso: Unidade de Conservação, Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Assentamento Rural. Os procedimentos, no entanto, arrastam-se sem nenhuma solução há muitos anos (Mombelli, 2013).

A partir de 2010, devido à criação da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Acselrad, 2010), potencializaram-se os processos de mobilização do grupo e sua luta pelos mecanismos legais no intuito de assegurar o reconhecimento do seu território tradicionalmente ocupado. No caso dos Areais da Ribanceira, os registros de diferentes relatos evidenciaram experiências históricas continuadas de expropriação de terras utilizadas em comum há mais de um século. Frente às dificuldades de reconhecimento dos seus direitos, a comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira se organiza em busca de garantias.

## Garantias legislativas para os povos tradicionais

As garantias aos povos tradicionais, previstas na Constituição Federal de 1988, foram tratadas também por normas internacionais

que estabeleceram mecanismos de proteção aos elementos culturais, materiais e imateriais e que compõem o testemunho da interferência humana sobre a natureza. Tais normas foram incorporadas pelo sistema jurídico brasileiro. A primeira delas foi a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro em 5 de junho de 1992, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 2, de 3 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto n. 2.519, de 16 de março de 1998.

A norma prevê o respeito à preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica, além de incentivar sua mais ampla aplicação com a participação dos detentores desse conhecimento e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento. Da mesma forma, o texto legislativo prevê a proteção e encorajamento da utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com as práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação e utilização sustentável.

A segunda previsão internacional importante é a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 143, de 20 de junho de 2002 e promulgada pelo Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004. A norma busca criar um instrumento internacional que, vinculado aos direitos dos povos culturalmente tradicionais, pode ser aplicável aos povos em países independentes que apresentem condições sociais, culturais e econômicas distinguindo-se de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade desses povos, segundo a norma, é um critério fundamental, mesmo que subjetivo, para a definição dos povos, não sendo possível o Estado ou grupo social negar a identidade de uma comunidade se como tal ela própria se reconhece. Os conceitos norteadores da interpretação do texto normativo são a

consulta e a participação dos povos interessados e o direito dos mesmos de decidirem sobre suas próprias prioridades de desenvolvimento. A Convenção reconhece, ainda, o direito de posse e propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos em relação à terra e ao território que as comunidades tradicionais ocupam ou utilizam coletivamente.

Uma terceira previsão a destacar e que, do mesmo modo, vai ao encontro da questão da proteção das comunidades tradicionais, é a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris em 17 de outubro de 2003 e aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo n. 22, de 1 de fevereiro de 2006, que amplia a esfera de proteção de acervos culturais também no plano imaterial.

A quarta e última previsão internacional ratificada pelo Brasil é a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris em 20 de outubro de 2005 e aprovada pelo Decreto Legislativo n. 485, de 20 de dezembro de 2006.

A previsão determina o respeito e proteção dos sistemas de conhecimentos tradicionais, bem como reconhece a contribuição desses conhecimentos para a proteção ambiental e a gestão dos recursos naturais, além de favorecer a sinergia entre a ciência moderna e os conhecimentos locais. Prevê, outrossim, a integração da cultura nas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável, fomentando aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.

Considerando as previsões eminentemente brasileiras, foi com a Constituição de 1988 que se iniciou o tratamento da cultura e dos bens culturais de forma mais aprofundada, destinando uma seção específica ao assunto, reconhecendo e protegendo o pluralismo cultural e a diversidade de valores dos grupos étnicos existentes, conforme

previsão do artigo 216<sup>8</sup>. A ordem constitucional vigente, portanto, se insere no contexto do reconhecimento do multiculturalismo e lança-se na difícil tarefa de buscar proteger todos os processos acumulativos dos diferentes grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória que formam o patrimônio cultural brasileiro, sendo difícil compreender as razões pelas quais a efetividade dessas previsões não é levada a efeito.

A primeira regulamentação infraconstitucional referente ao tema, no entanto, veio somente com o Decreto de 27 de dezembro de 2004, que foi substituído posteriormente pelo Decreto de 13 de julho de 2006, resultantes do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, sendo esse último substituído pelo Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016, que instituiu o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Considerando o conjunto normativo internacional e todas as regras, conceitos e princípios constitucionais existentes e já mencionados, no campo legislativo mais específico é preciso destacar o Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, coordenada pela comissão nacional acima referida. A norma preconiza os territórios tradicionais como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos, estabelecendo como objetivo geral o desenvolvimento sustentável com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos territoriais,

---

<sup>8</sup> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à identidade, às formas de organização e às instituições<sup>9</sup>.

A conceituação jurídica de povos e comunidades tradicionais disposta no Decreto 6.040/2007, conforme definida anteriormente, é aberta e passível de interpretações e inclusões. O fechamento do conceito jamais poderia considerar a pluralidade desses povos, necessitando abarcar coletividades presentes em todo o país, além daquelas que aparecem em determinados locais – como é o caso das famílias localizadas nos Arealis da Ribanceira ou, ainda, grupos “culturalmente diferenciados”, o que permitiria a Shiraishi Neto (2017) estender o conceito de “povos tribais”, da Convenção 169, para os povos e comunidades tradicionais reconhecidos no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 claramente garantiu os direitos de povos e grupos tradicionais por meio da manutenção ou reconquista do território quando determinou a regularização fundiária em favor dos povos indígenas<sup>10</sup> e das comunidades quilombolas<sup>11</sup>. No entanto, muito embora, historicamente, essas comunidades tradicionais se constituam vítimas do processo de acumulação de terras, a defesa de seus direitos não se restringe apenas à questão fundiária.

A maneira como se aplica a regularização fundiária atualmente no Brasil, não obstante as previsões referidas e excetuados os indígenas e quilombolas, remonta a sistemáticas vigentes na primeira metade do

---

<sup>9</sup> Possui, ainda, como objetivos específicos: 1. A garantia aos povos e comunidades tradicionais de seus territórios e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica (inciso I do artigo 3º); 2. A solução e/ou minimização dos conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em seus territórios tradicionais e o estímulo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (inciso II do artigo 3º); 3. Garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos (inciso IV do artigo 3º).

<sup>10</sup> Artigos 231 e 232.

<sup>11</sup> Artigo 68, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

século XX nas quais não havia a preocupação em estabelecer uma relação entre uma população e o território em que habitava.

No que se refere às práticas do Poder Judiciário, os procedimentos administrativos e processos judiciais não foram constituídos para proteger os povos tradicionais sem a existência de um texto normativo regulamentar, muito embora existam direitos previstos constitucionalmente.

Para além das questões legislativas, ainda há a resistência em lidar com os direitos das minorias por parte dos operadores do Direito habituados a enxergar a justiça pela ótica de valores que se contrapõem à organização das comunidades tradicionais, como o da propriedade privada. Além da reprodução desses pensamentos pelo poder judiciário há uma sujeição preconceituosa de parte da sociedade, que entende a cultura dessas comunidades como atrasada e incapaz de alcançar ou absorver as mudanças sociais.

## A reflexão necessária para a efetividade da legislação

Muito embora, como visto, as normas apresentem alguns elementos comuns a todos os povos tradicionais, a principal distinção dessas coletividades pode ser entendida como a resistência, tanto cultural quanto a que constitui a base de uma organização e conduta política. A simples existência das comunidades tradicionais se opõe à ordem cultural liberal imposta. Neste sentido, a oposição à cultura dominante dinamiza tais grupos exigindo deles preparação constante para resistir aos padrões ditos civilizatórios e se refazerem incessantemente.

A comunidade dos Areais da Ribanceira vem tentando se valer de diversos instrumentos para a regularização fundiária. No entanto, a efetividade de tais instrumentos é contestada uma vez que não há caminho legal ou instrumento específico para a regularização dessas comunidades que possa tornar efetivo o direito constitucional reconhecido.

A direção percorrida pela comunidade é atestar sua tradicionalidade com o uso das terras em comum, o que tem sido realizado ao longo dos últimos anos, inclusive com um relatório antropológico e, ainda, a análise da titularidade das terras na tentativa de definir qual o verdadeiro proprietário, ou seja, em nome de quem elas estão registradas.

Para além do reconhecimento constitucional de comunidades tradicionais, está a necessidade de salvaguardar e garantir a continuidade e dignidade desses grupos, considerando o histórico de ocupação, o tratamento da terra, entre muitas variáveis, para compreender a diversidade que se apresenta e a importância da proteção disposta no texto constitucional.

É verdade, todavia, que durante muito tempo as ciências sociais enxergavam o Direito como uma consequência do aparelho de Estado e não, necessariamente, como a simples normatização da sociedade. Ao mesmo tempo o Direito, por sua vez, via nas ciências sociais um campo de pura crítica ideológica (Lima, 2012). Desta forma, o que não se encontra regulado por meio das normas não possui a forma necessária para se impor, mesmo sendo de extrema relevância. Baseado neste fato, Lima (2012) questiona:

Por que, então, num campo extremamente comprometido com resultados e soluções, alguém iria perder tempo com um estudo tão teórico e inútil quanto aquele proposto pela antropologia? Por outro lado, por que iria a antropologia se preocupar em dialogar com os porta-vozes da dominação estatal, divulgadores de ideologias do poder? (p. 42).

Não é difícil perceber, portanto, que a inclusão territorial de grupos que ocupam irregular, clandestina ou tradicionalmente determinada área não envolve somente questões de cunho fundiário. Leite (2012) faz referência à necessidade de se resguardarem outros direitos por meio da análise antropológica com relação, ainda, à questão dos remanescentes de quilombos:

Com efeito, o atual debate entre a antropologia e o direito indica que tratar a questão do direito dos “remanescentes das comunidades de quilombos” como um assunto exclusivamente fundiário pode levar a certo reducionismo teórico no que concerne às implicações antropológicas dos direitos específicos da cidadania dos negros no Brasil (p. 366).

A extraordinária diversidade fundiária do Brasil é consequência de sua enorme diversidade sociocultural. Essa dessemelhança fundiária inclui as nomeadas terras de preto, santo, índio e, ainda, aquelas ocupadas por açorianos, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, praieiros, sertanejos e outros tantos (Little, 2004), cuja heterogeneidade coloca em dúvida que seja possível a aplicação da mesma regra fundiária para a legalização de ocupações por eles efetivadas.

Lefebvre (1991) refere que a cidade “tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas” (p. 47). Assim, regular ou planejar o território de modo a desconsiderar o conjunto de interesses de quem nele se insere não faria nenhum sentido.

É fato, outrossim, que a politização das leis deixa clara a existência de interesses privados nos textos da legislação fundiária. Muito embora a norma seja para todos, em sua maioria expressa interesses particulares de alguns. Não se olvida, no entanto, que ela mesma é resultado de uma tentativa de criação de parâmetros para o alcance do bem-estar social.

Sendo assim, é possível compreender que a dissociação entre a regra e a realidade, presente na norma formal, produz textos estéreis sem nenhuma possibilidade de resolução dos problemas que se apresentam. Como nos faz lembrar Souza (2006), a simples aposta em planos, leis e técnicas por si só, com pouca ênfase na análise da dinâmica inerente à sociedade, produz uma situação contraditória cheia de boas intenções, mas sem efetividade.

Vale dizer, portanto, que a cultura desses grupos se vincula ao território ocupado reforçando as tradições, fato que a distancia do referencial da propriedade privada atribuída institucionalmente a partir do Código Civil de 1916 como direito absoluto.

As comunidades tradicionais, do mesmo modo, se distanciam de uma exploração ambiental nefasta porque o patrimônio não é uma fonte de renda e a terra é o espaço da cultura, da manifestação das tradições, seja ela direcionada para a subsistência ou para celebração.

A resistência da comunidade dos Areais da Ribanceira afronta práticas de eliminação de seu modo de vida e desafia o referencial civilizatório imposto como único aceitável em todas as áreas das políticas públicas, inclusive aquelas ligadas ao Judiciário, uma vez que são aplicadas sem considerar as particularidades ligadas à tradicionalidade.

## Bibliografia citada

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs.). **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da UEA, 2009.

ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. 2. ed. São Luís: Ed. UFMA, 2008.

BANDEIRA, Maria de Lurdes. **Território negro em espaço branco**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul-catarinense**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1981.

CAMPOS, Nazareno José dos. **Terras comunais na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, p. 147-163, 1999.

FERREIRA, Rebeca Campos. Etnicidade e políticas da identidade: notas sobre o caso dos remanescentes de quilombos no Brasil. **Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 2, n. 2, p. 10-29, 2013.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRAVA, Diego da Silva; FLORIT, Luciano; ANTUNES, Douglas Ladik. Cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica e conflitos ambientais territoriais em Santa Catarina. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, p. 69-92, maio/ago. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8 n. 21, p. 68-89, 1993.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, Ilka Boaventura. Terras de quilombos. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza de. **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012. p. 356-367.

LIMA, Roberto Kant de. Antropologia jurídica. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza de. **Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro; Brasília: Contra Capa/LACED/ABA, 2012. p. 35-54.

LITTLE, Paul E. Territórios e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

- MARTINS, Pedro. **Messiânicos & bandoleiros**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.
- MARTINS, Pedro. **Anjos de cara suja**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Antropologia e pioneirismo: Francisco e Egon Schaden no imaginário de São Bonifácio (SC). **Revista USP**, São Paulo, n. 92, p. 201-219, fev. 2012.
- MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MENDES, Ubirajara Carlos. Sesmarias: uma dádiva do rei. **Semina: Revista Cultural e Científica da UEL**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 13-21, set. 1988.
- MOMBELLI, Raquel. Comunidade tradicional dos Areais da Ribanceira, Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. **Revista Estudos Sociológicos**, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 325-345, 2013.
- NAHUM, João Santos; FERREIRA, Denison da Silva. Entre as margens dos rios e as margens da história: espaço e sociedade ribeirinha na Amazônia. **PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 39-65, maio/ago. 2019.
- NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba, de armação baleeira a porto carbonífero**. Tubarão: Editora Unisul, 2003.
- OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de. **Desterritorialização e resistência nos Areais da Ribanceira**: a busca de uma comunidade tradicional pelo direito à terra em Imbituba-SC. Tese de doutorado – PPGPLAN/UDESC. Florianópolis, 2020.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.
- RAIMUNDO, Maria da Conceição Moreira Barreto. Vila de Imbituba: do progresso à modernidade e espaço de exclusão. **Veredas da História**, v. 5, n. 2, p. 64-76, jul./dez. 2012.

SANTIAGO, Cybèle Celestino. **Argamassas tradicionais de cal**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

SILVA, Maria das Graças S. N. **O espaço ribeirinho**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VARELLA, Marcelo Cunha; DUARTE, Letícia Ayumi; MARTINS, Pedro. Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 13-29, 2013.

VIEIRA, Gleison. **Porto Barrancos berço de Garuva**: decorrências históricas no processo de colonização na Península do Sahy e nas localidades de Três Barras, Palmital e Barrancos. Joinville: Letradágua, 2007.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Regime da Lei de Terras: aspectos atuais. **Semina: Revista Cultural e Científica da UEL**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 9-12, set. 1988.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.



# Barragem Norte e suas influências socioespaciais no município de José Boiteux (SC): um olhar sobre as comunidades atingidas<sup>1</sup>

Márcia Fusinato Barbosa Athayde  
Pedro Martins

## Introdução

A Barragem Norte, grande obra de engenharia cujos efeitos sobre a população local constituem o objeto central deste estudo, está localizada na Barra do Rio Dollmann, município de José Boiteux (SC) – sendo este um pequeno município do Vale do Itajaí do Norte que integra a mesorregião do Vale do Itajaí. Segundo dados do IBGE (2010), o município abrigava naquele ano uma população de 4.721 habitantes formada, em grande parte, por povos indígenas dos grupos Xokleng/

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente em *Geosul*, Florianópolis, v. 32, n. 64, p. 110-125, maio/ago. 2017.

Laklãnõ, Kaingang e Guarani, descendentes de colonos – principalmente de cultura italiana, alemã e açoriana – e um grupo étnico que se identifica e é identificado como Comunidade Cafuza. Segundo a última estimativa do IBGE, a população de José Boiteux teria atingido em 2021 a marca de 5.019 habitantes.

O principal rio que corta o território é o Itajaí do Norte, ou Hercílio, receptor de águas de vários afluentes. A área de abrangência e arredores do lago da Barragem Norte era originalmente coberta pela Mata Atlântica – substituída parcialmente por plantações, pastagens e reflorestamentos à base de espécies exóticas.

O maciço da barragem foi erguido, a partir de 1972, logo a jusante da confluência do Rio Dollmann com o Rio Itajaí do Norte e próximo dos limites da Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ. A obra foi projetada e executada com o fim específico de conter enchentes que afetam cidades do Baixo e Médio Vale do Itajaí. Seu lago de contenção atinge as terras de várzea que antes da obra eram habitadas pelos povos Xokleng/Laklãnõ e Kaingang, pelo grupo Cafuzo, inserido na área no final da década de 1940, e pelo grupo Mbya-Guarani lá instalado no início dos anos de 1950. Também atinge terras agricultáveis situadas às margens do Rio Dollmann, as quais eram utilizadas por descendentes de colonos instalados no lugar desde meados da segunda década do século XX.

Com a implantação da Barragem Norte, todas essas comunidades foram forçadas a se deslocar. Boa parte dos indígenas migrou para fora da área e os que permaneceram tiveram suas moradias deslocadas para as encostas ao longo do rio. O grupo Cafuzo foi realocado em outra área do município e os moradores de Barra do Rio Dollmann dispersaram-se – alguns localizaram-se nos limites da área de segurança da barragem, mas a maioria migrou para outras cidades.

Foi esse contexto que motivou o presente estudo e a questão problema norteadora ficou definida pela indagação: quais são as influências da Barragem Norte na formação socioespacial do município de

José Boiteux? O objetivo estabelecido para responder à questão foi identificar as influências da implantação dessa obra na formação socioespacial do lugar no contexto regional.

A investigação tem como foco as comunidades atingidas pela obra e se orienta pelo olhar acerca de uma realidade que permite pensar sobre outras com características similares. Constitui-se como investigação atenta ao contexto da construção de barragens, geralmente implantadas sem que as comunidades por elas atingidas tenham noção dos seus efeitos globais.

A escolha do tema justifica-se em função da relevância social e das contribuições que pode oferecer no sentido de subsidiar o planejamento e gestão do desenvolvimento local. Em âmbito científico, pela produção de conhecimentos úteis à compreensão das particularidades do modo de evolução e organização social, política e econômica de comunidades marcadas por intervenções que as influenciam positiva ou negativamente.

O olhar lançado sobre o caso específico da Barragem Norte, por intermédio deste trabalho, permite pensar sobre outras situações similares existentes no mundo e leva a refletir sobre a viabilidade do uso de medidas estruturais como estratégia de minimização dos problemas causados por enchentes.

## Procedimentos metodológicos

A investigação se inclui no campo das pesquisas sociais. É desenvolvida por intermédio da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2001) favorece as investigações com foco na identificação e compreensão do significado das ações e relações dos grupos humanos entre si e com seu ambiente de vida. Os dados utilizados no desenvolvimento desta investigação, e respectivas discussões e considerações que se fazem ao final do trabalho, resultam da construção de um referencial teórico, da revisão da literatura sobre o tema (estado da

arte) e da coleta de dados empíricos através de entrevistas e depoimentos obtidos na pesquisa de campo e na observação sistemática do cotidiano do entorno da barragem – sendo esta última técnica definida como observação participante. Todos estes elementos permitiram formular percepções a respeito da realidade vivida pelas comunidades em questão sem desconsiderar que elas se encontram inseridas em um universo maior. As entrevistas, coleta de depoimentos e observação participante trataram de levantar dados que pusessem em evidência os sentimentos e as reações de cada uma dessas comunidades frente às influências da Barragem Norte sobre seus espaços de vida nos diferentes momentos desse processo.

## Vale do Itajaí, a questão das enchentes e a Barragem Norte

A discussão relacionada ao Vale do Itajaí como recorte espacial em que se insere o município de José Boiteux (município sede da Barragem Norte) é feita a partir do entendimento de Santos (2008, p. 27) no sentido de que “nenhum enfoque que deixe de lado a noção de totalidade permitirá uma correta noção da realidade”.

O município localiza-se no Alto Vale do Itajaí, na Bacia Hidrográfica do Itajaí, que compõe a Vertente Atlântica em Santa Catarina. As características geológicas e geomorfológicas desta bacia hidrográfica permitiram, para fins de identificação e análise, sua divisão em três áreas: Baixo Vale, Médio Vale e Alto Vale. O Baixo Vale é uma área de relevo pouco acentuado, ocupação humana relativamente alta e urbanização significativa em relação às outras áreas do Vale. Compreende, entre outras, a cidade de Blumenau, historicamente atingida por enchentes. O Médio Vale é uma área com relevo mais acentuado em relação ao Baixo Vale. Tem ocupação humana menos intensa e uso dos solos alternado por atividades rurais e urbanas. O Alto Vale, por sua vez, é uma área com relevo predominantemente declivoso, com solos utilizados basicamente para atividades agrárias e

com menores índices de ocupação humana em comparação às demais áreas da bacia hidrográfica.

Para tornar mais clara a situação em foco explica-se que, desde o início do processo de ocupação dessa região catarinense, as populações que se fixaram nas cidades instaladas ao longo do Vale do Itajaí, principalmente nas áreas de planícies de inundação, tiveram que conviver com enchentes periódicas.

Sobre o histórico de enchentes que atinge essa área, Frank (2003) realizou registro das datas de cheias em Blumenau e elencou ações planejadas e realizadas para a minimização do problema. Segundo a autora, entre 1852 e 2011 ocorreram 72 enchentes no Vale do Itajaí atingindo, mais intensamente, Blumenau. Posteriormente, outras ocorreram colocando em alerta as populações das cidades do Médio e Baixo Vale. Ela afirma que desde 1911 (ano da segunda grande enchente após a criação da Colônia Blumenau) medidas mitigadoras passaram a ser sugeridas. A ocupação da cidade de Blumenau e de outras cidades do Vale do Itajaí intensificou-se agravando o risco de enchentes e mobilizando as comunidades atingidas. Os atingidos pelas enchentes passaram a cobrar das autoridades intervenções concretas mais efetivas.

Ainda segundo Frank (2003), na segunda metade da década de 1950, em decorrência da reincidência de enchentes, instituições da sociedade civil e setores do poder público organizaram-se para encontrar saídas para a questão. Assim, na década de 1960 foi colocada em prática a proposta da construção de barragens em diferentes pontos da Bacia do Itajaí. A escolha dos lugares para instalação das obras, no entanto, levou em conta os aspectos políticos e não o posicionamento das comunidades em que os empreendimentos seriam realizados.

As barragens citadas foram destinadas ao Alto Vale, pois compreendia-se que a dinâmica das enchentes se relacionava com os índices pluviométricos regionais. Foram executados três empreendimentos: em Ituporanga (Barragem Sul), Taió (Barragem Oeste) e José

Boiteux (Barragem Norte). É sobre esta última barragem que versa o presente trabalho.

De acordo com Fraga (1997), a construção da Barragem Norte foi iniciada em 1976 e finalizada em 1992. Durante boa parte desse processo José Boiteux, que só foi emancipado em 1989, era distrito do município de Ibirama, por isso a literatura facilmente trata a Barragem Norte como Barragem de Ibirama e a Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ como Terra Indígena Ibirama<sup>2</sup>.

Destaca-se que muitos estudos já foram efetuados para investigar as consequências da Barragem Norte para as comunidades atingidas, como os trabalhos de Santos (1987a), Müller (1987), Martins (1995), Fraga (1997) e Crépeau (2008), este último destacando, especialmente, a produção de Sílvio Coelho dos Santos sobre os grupos Jê, o que implica enfatizar o impacto das barragens sobre os povos indígenas. Assim, o que se faz aqui é lançar um olhar sobre a literatura já produzida e em consonância com a voz contemporânea das comunidades locais para se obter uma visão atualizada da totalidade das influências desta obra, que foi construída com o intuito de mitigar efeitos das enchentes para as populações localizadas a sua jusante em detrimento daquelas que se encontram a montante e no seu entorno mais próximo.

Comparada às outras obras do complexo de barragens de contenção de cheias do Vale do Itajaí, considerando os transtornos e meios que causou e ainda causa à sociedade regional no transcurso de sua construção e pelo próprio espaço geográfico onde se encontra situada, a Barragem Norte oferece razões para que se possa, a partir dela, refletir sobre a validade deste tipo de intervenção como medida de mitigação de enchentes.

---

<sup>2</sup> Nos primórdios da estruturação dessa terra indígena pelos órgãos federais o lugar foi nominado como Posto Indígena Duque de Caxias, sendo posteriormente, sucessivamente, renomeado até sua designação atual como Terra Indígena Xokleng/Laklãnõ.

Reitera-se que, em comparação com outros grandes empreendimentos, como é o caso de muitas hidrelétricas construídas no Brasil e em outros lugares do mundo, esse empreendimento pode não ter atingido tão grande número de habitantes mas, indiscutivelmente, causou efeitos perversos sobre as comunidades atingidas. Basta se ter em mente o que constatou Santos (1987b) quando se referia ao projeto com a afirmação de que essa foi uma obra executada sem levar em conta a legislação ambiental, tampouco a necessidade de elaboração de relatório de impacto ambiental, muito menos se fez sob uma licença de operação. Nas palavras do autor, “pode-se dizer que esta obra acabou se tornando um exemplo de como não se deve construir uma barragem” (p. 115). Sua implantação, no município de José Boiteux, é uma questão que ainda produz graves reflexões sobre as transformações por ela ocasionadas não somente em nível local como também no plano regional.

## A Barragem Norte e suas influências socioespaciais

A discussão sobre a questão da Barragem Norte e suas influências socioespaciais é feita com base na percepção de que o espaço deve ser considerado como conjunto indissociável onde participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, naturais e sociais e, de outro, a vida que os preenche e os anima. Visto deste modo, afirma Santos (1979, p. 122) que “o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se realizam”. Para este autor, “O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço é, então, um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento” (Santos, 2008, p. 10). Assim visto, o espaço é considerado como totalidade no conjunto que envolve as relações de uma sociedade com o meio, tanto no passado quanto no presente.

Assim, a abordagem relativa à identificação das influências da Barragem Norte na formação socioespacial em José Boiteux leva em conta os seus efeitos para as comunidades atingidas sem desconsiderar as demais esferas geográficas em que se inserem. Esta investigação se faz a partir da compreensão de que a reflexão sobre esta realidade permite pensar também sobre outras similares. Para efetuar-la, apresenta-se, antes de tudo, o conceito de “atingidos”, que na situação enfocada define os atingidos por barragens no contexto dos projetos de construção de barragens hidrelétricas. Sobre este conceito, afirma Vainer (2007, p. 40): “Sendo essencialmente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varia no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais”. Para o autor, o conceito de atingido diz respeito ao reconhecimento de direitos, sendo necessário compreender que quando se afirma que um grupo, família ou indivíduo é ou foi atingido por um certo empreendimento, significa reconhecer como legítimo e, em alguns casos, como legal o direito de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária por perdas materiais ou imateriais decorrentes desse empreendimento.

Deste modo, representadas por seus integrantes, as comunidades atingidas pela Barragem Norte incluem agricultores que detinham título de propriedade das terras, indígenas que tinham como base da sua sobrevivência as terras da Área Indígena destinadas à coletividade e os Cafuzos, que também habitavam o mesmo território.

Reitera-se que, como parte integrante do conjunto de medidas estruturais destinadas ao controle de enchentes no Vale do Itajaí, a Barragem Norte constituiu-se como estratégia de proteção das comunidades atingidas por enchentes. Isso criou uma situação inversa. Se antes as populações das cidades do Médio e Baixo Vale sofriam o risco de enchentes, a realização da obra colocou em risco e em situação de vulnerabilidade, mesmo que em outras condições, a comunidade que sediou o empreendimento e aquelas que se encontram a montante do local de barramento das águas.

Importa dizer que a barragem edificada na Barra do Rio Dollmann, José Boiteux, em alguns momentos já deu mostras de que se presta à finalidade para a qual foi construída. Ainda restam, no entanto, dúvidas sobre sua eficiência como medida de proteção contra enchentes para as comunidades do Baixo e Médio Vale do Itajaí. A suposta proteção que ela oferece permanece como incógnita. Apesar disto, uma coisa é certa: as comunidades que foram atingidas pela sua implantação sofreram transformações determinantes em todas as dimensões da vida.

Santos (1987b), ao referir-se aos impactos da obra sobre os povos indígenas que viviam no espaço inundável do futuro lago durante os períodos chuvosos, afirma que os prejuízos materiais e imateriais para os povos locais são muitos. Em sua percepção, a desestruturação social tornou-se evidente. A miscigenação entre brancos e índios e entre índios e “mestiços” transformou-se em rotina por conta da proximidade e do encantamento do modo de vida na cultura ocidental. O individualismo, já presente de certa forma na tradição Xokleng/Laklãnõ, passou a ser exercido de modo exacerbado e alheio ao controle social tradicional.

Na mesma linha, Müller (1987) destaca as ações de depredação dos recursos naturais existentes na área e afirma:

A exploração dos recursos florestais disponíveis na Área Indígena foi consequência imediata. Primeiro, os indígenas foram estimulados a comercializar o palmito, atendendo às ofertas de empresas dedicadas à fabricação de conservas. Depois, as madeiras nobres tornaram-se objeto de negociações, na maioria das vezes nada honestas (p. 60).

Ainda sobre as consequências da obra, Müller (1987) e Santos (1987b) destacam as mudanças advindas do deslocamento das habitações indígenas das áreas de várzea para as encostas, tornando-se impossível manter certos hábitos culturais até então preservados.

Em relação à questão da madeira, também Martins (1995) explica que a extração madeireira, já realizada em tempos anteriores ao grande projeto de construção da barragem, intensificou-se com a deflagração da obra:

A extração dessa madeira já vinha ocorrendo [...], mas acontecia em ritmo lento, em virtude da ausência de estradas de acesso à floresta, não chegando a comprometer o equilíbrio ecológico da Área. As árvores retiradas eram cortadas a machado e transportadas para fora da área com o auxílio de tração animal – o que impedia a devastação. A partir de 1974, com o início da construção da Barragem Norte, essa situação começou a mudar (p. 98).

Esta afirmação deixa evidente que a relação de exploração de recursos florestais realizada no lugar até aquele momento não causava grandes impactos ao ecossistema pois era realizada sem grandes agressões ao meio ambiente.

A respeito das consequências desse processo para o Povo Cafuzo, Martins (1995) explica que os efeitos da obra e as mudanças estruturais e culturais enfrentadas pelos Cafuzos frente à implantação da barragem envolvem o drama decorrente da desapropriação do espaço que seria tomado pelo lago de inundação e pela abertura da estrada de contorno da obra. Nas suas palavras, “Com a desapropriação de terras exigida pela implantação do lago da barragem, a área até então disponível para os Cafuzos – cerca de mil hectares – ficou reduzida a menos de dois terços” (p. 99). Na percepção do autor, “a redução do território fez com que Xokleng e Cafuzos passassem a disputar o mesmo espaço e os Xokleng, como proprietários da área, tinham a primazia da escolha” (p. 101). Essa situação dificultou a sobrevivência dos Cafuzos no interior da Terra Indígena, fez aflorar conflitos latentes entre eles e os indígenas forçando, finalmente, a saída do Grupo Cafuzo da área.

Ao tratar do tema, também Fraga (1997) entende que a execução da obra incidiu diretamente no modo de vida das comunidades residentes nas terras indígenas e sobre a comunidade de Barra do Rio Dollmann. Menciona as mudanças nas relações entre brancos e índios e entre índios e Cafuzos a partir do momento em que se deu a supressão das terras cultiváveis ocupadas pelos indígenas. Sobre a totalidade dos efeitos da obra, reitera que a obra causou desgaste econômico e ambiental mas também político, o que acabou por inserir as populações indígenas locais em um contexto de muitas tensões que atravessaram as décadas de 1980 até o início do século XXI e, podemos acrescentar, até o presente. Do ponto de vista de Fraga na obra citada, a pobreza em que os indígenas foram inseridos e sua dependência em relação à sociedade regional causaram sobre aquela população efeitos perversos.

Acerca das influências da obra na vida dos agricultores que habitavam a Barra do Rio Dollmann, afirma Fraga (1997) que muitos tiveram a total ou parcial indenização das terras, mas, ao migrarem para áreas urbanas, sofreram os impactos da adaptação ao novo meio. Em outra abordagem, Fraga (2000) discorre sobre o jogo de forças que se estabelece no meio empresarial e político local e regional em virtude de recursos destinados às obras de contenção e prevenção de enchentes no Vale do Itajaí. Menciona que a problemática das enchentes provoca o que ele define como ciclo vicioso que perdura em torno da busca de recursos e do discurso da resolução dos problemas que afetam as populações atingidas e populações protegidas pela barragem.

Munida de um olhar que parte do interior da comunidade indígena, Patté (2015) busca, na voz do seu povo, identificar e analisar as consequências socioambientais da obra para a sua comunidade. A autora afirma que, entre outras mudanças, a Barragem Norte causou a divisão política da comunidade indígena:

Atualmente a Terra dos Laklãnõ (Xokleng) se encontra dividida politicamente em oito (08) aldeias por linhas imaginárias determinada pelos caciques regionais que são

responsáveis pelo desmembramento de aldeias, conforme prevê o Regimento Interno Laklãnõ que é a lei interna que regula a política e a organização da liderança interna do povo. Todas as aldeias são independentes entre si, mantendo unidade através do Cacique Presidente (Geral) que representa toda a Terra Indígena perante as instituições e órgãos com os quais mantém relações políticas (p. 14).

A citação destacada evidencia as influências da barragem no modo de organização social e política do grupo. Isso acabou por favorecer o desenvolvimento de uma política interna de organização social diferenciada em relação ao período anterior à construção da barragem. Sobre os impactos ambientais, a mesma autora afirma que “as enchentes acabaram com todo solo fértil e a mata ciliar, além de muitas espécies de peixes e outros animais que habitavam as regiões alagadas” (p. 11). Isto forçou as comunidades a mudarem suas práticas e estratégias de sobrevivência.

O que se depreende dos argumentos aqui reunidos é que a implantação daquela barragem, voltada para a proteção de populações residentes a sua jusante, alterou profundamente o modo de vida, a organização social, econômica e política das comunidades locais, exigindo a sua readaptação no local ou adaptação a novos espaços e atividades até então desconhecidos.

## Barragem Norte: o olhar e as percepções das comunidades atingidas

A análise que se pode fazer acerca das influências da Barragem Norte, a partir do olhar e percepções dos próprios atingidos, precisa considerar os diferentes aspectos que envolvem a sua sobrevivência e todas as novas etapas e/ou eventos enfrentados por eles em razão da implantação da obra. É preciso também levar em conta a indissociabilidade existente entre todos os aspectos da vida em comunidade.

Considera-se, neste sentido, os aspectos ambientais, sociais, econômicos e políticos que sempre estão relacionados a uma determinada cultura.

Para a comunidade de Barra do Rio Dollmann, formada por indivíduos habituados à vida no campo, as mudanças foram muito radicais. A implantação da barragem, destinada à proteção de outras populações contra enchentes, tomou-lhes o espaço produtivo e as próprias moradias. Sem o direito de escolha, viram-se obrigados a aceitar uma indenização nada compatível com as perdas sofridas. Na declaração de um antigo morador da localidade, “*A barragem foi uma decisão do governo. Ninguém discutia. A indenização para alguns foi boa, mas para outros não cobriu nem a despesa com a compra de outro terreno*”<sup>3</sup>.

Uma descendente de um antigo morador do lugar, que teve indenização parcial da propriedade agrícola e que insistiu em permanecer na pequena porção de terras que lhe restou, pronunciou-se sobre as implicações da obra para a comunidade:

*Quando tivemos notícia a barragem já era coisa certa. O governo não ia voltar atrás. Eram famílias que tinham sua história ali. Não tem dinheiro que pague o que se perdeu. O pessoal foi indenizado e de começo isso iludiu muita gente. Quem morou lá perdeu não só a terra. Perdeu tudo o que tinha de referência. A comunidade não está mais lá. Você e qualquer pessoa que se mudar para outra cidade, quando volta para o lugar de onde saiu encontra os amigos. Mas nós, vamos ver o quê? Muitas famílias migraram logo de início. Outras ficaram um tempo, mas tiveram que mudar para outras cidades. A Barra Dollmann, aos poucos, virou uma área de conflito*<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Entrevista realizada em 21 de dezembro de 2015.

<sup>4</sup> Depoimento colhido em 21 de novembro de 2015.

O depoimento acima destacado leva a compreender que mensurar as consequências da obra para aquela comunidade talvez seja impossível. Em curto espaço de tempo, famílias foram forçadas a migrar do campo para a cidade. Da vida tranquila no campo e do uso de saberes locais para a produção de bens necessários à sobrevivência, tiveram que se ajustar ao ritmo de vida operária. Poucos tiveram como adquirir novas propriedades agrícolas em substituição às que foram obrigados a deixar por força da desapropriação e em favor da implantação da barragem.

As comunidades indígenas da Terra Xokleng/Laklãnõ, habituadas à vida coletiva em relações harmoniosas com a natureza, foram levadas a adotar novos hábitos. O contato com comunidades não indígenas, acostumadas ao modo de vida predominante na cultura ocidental e na sociedade nacional, já era vivenciado antes da barragem. Mas, ainda que se pudesse levar em conta que essas comunidades já haviam incorporado costumes não nativos antes da implantação da obra, foi a partir da sua construção que se desencadearam mudanças de grande impacto nas suas relações socioambientais.

Para evidenciar as transformações que se processaram no lugar, destaca-se o depoimento de um homem Kaingang: *“A barragem provocou estrago muito grande na vida do povo indígena. Antes, o índio vivia organizado na aldeia, vivia da sua plantação e do que tirava da terra. A barragem desorganizou, empurrou o índio para outro tempo, outro tipo de vida”*<sup>5</sup>. Em complemento, o mesmo informante segue com explicações que reiteram o que um rápido olhar sobre a paisagem local revela: *“Com a construção da barragem, o povo índio foi obrigado a deixar o leito e as margens do rio onde a terra era fértil, onde tinha todo o sustento, desde o peixe até a plantação e a fruta. Tudo passou a ficar debaixo d’água cada vez que vinha a chuva”*.

Müller (1987) e Santos (1987b) também já haviam constatado que a primeira grande mudança no modo de vida dessas comunidades

---

<sup>5</sup> Depoimento colhido em 23 de fevereiro de 2016.

era representada pelo súbito deslocamento das famílias das áreas de várzea, às margens do Rio Hercílio ou Itajaí do Norte, onde viviam integradas ao ambiente. A realocação e a motivação ou necessidade de recorrer às trocas comerciais para suprir a falta de produtos até então encontrados facilmente em seu entorno foram impulsionadores de muitas outras mudanças.

São várias as situações que tornam perceptíveis as mudanças no modo de organização social, política e econômica desses povos, como registra Patté (2015). A luta pela ampliação e redemarcação dos limites territoriais; as mudanças no modo de vida das pessoas acostumadas à jornada do sol e que passaram a ter uma jornada de trabalho comandada por patrões que os empregam, muitas vezes, em troca de baixos salários; a divisão da única aldeia em várias; a forma de escolha das lideranças locais, que segue padrões nada compatíveis com o modo tradicional de organização social; as constantes manifestações e conflitos entre indígenas e colonos/regionais, que lutam pelo direito à terra, publicados nos meios de comunicação locais e regionais; a luta dos indígenas da Terra Laklãnõ em favor do ressarcimento das perdas que sofreram; a ocupação da área correspondente ao antigo canteiro de obras da Barragem Norte, realizada com o intuito maior de instalar uma nova aldeia, portanto um novo território, são, entre outros acontecimentos, consequências diretas da implantação da barragem para os povos indígenas locais.

É um fato incontestável que a Comunidade Cafuza também sofreu influências advindas da implantação da obra. Sobre este grupo social, Santos, em entrevista de 1994 (Chmitt, 1995), declara que ele foi vítima direta da barragem. Para o antropólogo, mesmo que os Cafuzos tenham chegado à conquista da terra para reassentamento em local próprio, nada os impede de terem uma discussão jurídica sobre os direitos que eles realmente tinham na condição de comunidade atingida. A implantação da Barragem Norte foi fator crucial na mobilização desta comunidade e das instituições envolvidas em favor da sua realocação. Após tornadas insustentáveis as condições de

sobrevivência do grupo no interior da Terra Indígena, a saída encontrada foi lutar com o intuito de garantir a sobrevivência, o resgate da identidade e construção de um novo território.

É possível afirmar que, entre as comunidades atingidas pela obra, a Comunidade Cafuza passou por momentos críticos a ponto de viver o risco de desintegração. No entanto, com a união dos seus membros e com apoio institucional para o enfrentamento das adversidades, o grupo encontrou forças para lutar em favor de uma terra de uso coletivo onde pudesse reconstruir sua vida. Ao indagar membros da comunidade a respeito da implantação da barragem e das influências dessa obra na vida do Povo Cafuzo dentro da Terra Indígena, as respostas obtidas colocaram em evidência o sentimento de que foi a partir desse momento que a Comunidade Cafuza passou a sentir que os Cafuzos não eram donos da terra.

As batalhas enfrentadas por essa comunidade, em decorrência da construção da Barragem Norte, foram muito significativas. Assim se expressa um membro da comunidade: *“Na Reserva indígena o povo viveu enquanto dava. Lá a vida foi difícil. De uma hora para outra a terra de plantar não era mais do povo. Antes da barragem a gente até vivia tranquilo. Mas, foi acontecer a primeira enchente e não teve mais como viver lá”*<sup>6</sup>.

O depoimento destacado confirma a situação vivida pelo Povo Cafuzo no interior da Terra Indígena após deflagrada a construção da barragem, conforme registrado por Martins (1995). Atualmente os Cafuzos encontram-se assentados na localidade de Alto Rio Laeisz, dentro dos limites do município de José Boiteux. A conquista do espaço para a construção do novo território e para reorganizar a vida se deu com amparo institucional universitário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. No entanto, mesmo já tendo realizado o sonho da conquista da terra de uso comum, a comunidade ainda enfrenta percalços.

---

<sup>6</sup> Depoimento obtido no dia 7 de fevereiro de 2016.

Entretanto, é possível afirmar que, em função de saberes locais específicos e em virtude da valorização do modo de vida em coletividade, os Cafuzos encontraram no cultivo da erva-mate e em outras atividades alternativas de sobrevivência a possibilidade de efetivação de um modo de vida baseado no desenvolvimento territorial sustentável.

Observa-se, de qualquer forma, que as comunidades aqui citadas como atingidas pela construção da Barragem Norte buscam constantemente novas formas de lidar com as influências dessa obra em suas vidas. Buscam nos saberes locais e na constante reinvenção dos seus costumes a possibilidade de pensar e atuar no enfrentamento dos desafios que surgem a cada novo momento.

## Considerações finais

A proposta inicial desta pesquisa foi identificar as influências da Barragem Norte na formação socioespacial em José Boiteux. Verificou-se que, a exemplo de outras situações, as influências dessa obra ocasionaram mudanças nas diferentes dimensões da vida de cada uma das comunidades atingidas. Isso repercutiu não somente em nível local mas também nas demais dimensões espaciais com que essas comunidades se relacionam.

A comunidade indígena passou por mudanças drásticas no modo de organização social, política e econômica. Atualmente está dividida em 10 aldeias. O grupo Guarani sofre o isolamento dentro da própria Terra Indígena. Os Kaingang e Xokleng/Laklãnõ, através de manifestações constantes, lutam incansavelmente em busca da autoafirmação e na tentativa de resgatar a própria história e a sua identidade. Buscam, mediante a valorização dos saberes locais, a possibilidade de promover o desenvolvimento socioambiental. Querem a redemarcação dos limites territoriais e, neste processo, batalham pela consolidação da criação de um novo território, a Aldeia Barragem, a qual está sendo

estruturada no lugar em que se localizava o antigo canteiro de obras da Barragem Norte.

A Comunidade Cafuza, deslocada em 1992 para a localidade de Alto Rio Laeisz, com um modo próprio de organização social, espírito de coletividade e apoio institucional, encontrou a possibilidade de construir um novo território. Mesmo enfrentando percalços advindos da minimização e/ou interrupção do apoio institucional que teve em outros momentos, reconhece ter encontrado condições de reorganização social e estabilidade depois de longo período de lutas pelo direito à terra e reconstrução de sua identidade. Este é um grupo social que persiste na luta em favor do desenvolvimento comunitário baseado nos saberes locais aliados à criação de novas estratégias de sobrevivência, mas está longe de ter ressarcidas suas perdas materiais e imateriais.

A comunidade de Barra do Rio Dollmann simplesmente não se encontra mais naquele espaço. O lugar está lá, mas poucos moradores permaneceram. Nascentes desapareceram devido aos cortes e explosão de rochas durante as obras. Terras agricultáveis deram lugar ao maciço da barragem e aos sulcos causados pela erosão dos solos. A área em que se encontrava o canteiro de obras da barragem deu lugar, pouco a pouco, às casas e barracos levantados para abrigar famílias indígenas que se esforçam para buscar lugar de moradia mais próximo do emprego, fugindo do isolamento causado pelo alagamento das estradas de acesso às aldeias.

As considerações aqui elaboradas não conseguem identificar a totalidade das influências da implantação da Barragem Norte sobre as comunidades atingidas. O que se pode dizer é que, a cada momento, essas comunidades se deparam com novos cenários, novas situações, novos medos e incertezas. A edificação da obra contribuiu para o agravamento das históricas situações de conflitos interétnicos entre os grupos que formam a população do município de José Boiteux. A própria condução do processo de ocupação e desenvolvimento local favoreceu a ocorrência desses conflitos, mas a construção da

Barragem Norte potencializou situações de instabilidade e conflitos entre grupos com diferentes interesses.

Para lidar com estas situações os integrantes dessas comunidades precisam perceber seus territórios como espaços constituídos pelo conjunto formado por eles, enquanto indivíduos de cultura e identidade própria, e pelos recursos que estão ao seu alcance, bem como precisam perceber que é por intermédio do uso de seus saberes, aliados à criação de alternativas apropriadas ao seu contexto, que a reprodução da vida e as possibilidades de seguir em frente se tornam possíveis.

## Bibliografia citada

CHMITT, Alessandra. **O Cafuzos do Rio Laeisz – um documento etnográfico em vídeo**. Blumenau: SPTV – Furb, 1995.

CRÉPEAU, Robert R. A contribuição de Sílvio Coelho dos Santos ao estudo dos Jê do Sul. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 259-272, jan./jun. 2008.

FRANK, Beate. Uma história das enchentes e seus ensinamentos. *In*: FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson (orgs.). **Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências**. Blumenau: Edifurb, 2003.

FRAGA, Nilson César. **Obras por mais de uma década – estudos do processo de construção da Barragem Norte no município de José Boiteux/SC**. Relatório técnico CNPq – Udesc. Florianópolis, 1997.

FRAGA, Nilson César. **As enchentes do Vale do Itajaí-Açu, SC: das obras de contenção à indústria da enchente**. Dissertação de mestrado – PPGEO/UEM. Maringá, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br). Acesso em: 21 maio 2015.

MARTINS, Pedro. **Anjos de cara suja: etnografia da comunidade cafuza**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.**

18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MÜLLER, Sálvio A. **Opressão e depredação.** Blumenau: Edifurb, 1987.

PATTÉ, Ana Roberta Uglô. **Barragem Norte na Terra Indígena Laklãnô.** Trabalho de conclusão de curso – Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica/UFSC. Florianópolis, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Índios e brancos no Sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng.** Porto Alegre: Movimento, 1987a.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. A barragem de Ibirama e os índios. **Geosul**, Florianópolis, v. 2, n. 4, p. 42-47, jul./dez. 1987b.

VAINER, Carlos B. Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate. *In*: ROTHMAN, Franklin Daniel (ed.). **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.** Viçosa: Editora UFV, 2007. p. 39-63.



# Jovens rurais e seus vínculos com o território: o caso de El Garzal no contexto do conflito armado colombiano<sup>1</sup>

Ivón Natalia Cuervo  
Juan Carlos Aguirre-Neira  
Pedro Martins

## Introdução

Sob a autodeterminação de ser uma comunidade rural que resiste pacificamente aos violentos, os moradores do distrito de El Garzal, na região norte da Colômbia, decidiram não ceder às ameaças de deslocamento forçado que receberam nas últimas duas décadas por parte de organizações armadas ilegais aliadas a latifundiários interessados em estabelecer culturas agroindustriais de palma-de-óleo-africana (*Elaeis guineensis*) (Álvarez, 2009).

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na revista *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 12, n. 28, p. 5-21, dez. 2017.

A comunidade de El Garzal ganhou reconhecimento nacional como um caso exemplar do uso da ação não violenta para defender sua permanência no território por ela mesma desbravado. Sua capacidade organizativa, e sua articulação com ONGs que ofertam assessoria jurídica, faz com que aproximadamente 300 famílias camponesas estejam atualmente no processo de titulação dessas terras.

A aproximação ao contexto social, cultural, político e econômico foi feita a partir de uma revisão temática sobre a sub-região natural do Magdalena Medio, na qual está inscrito o distrito de El Garzal. O presente estudo fundamenta-se na perspectiva sociológica de Fals-Borda (1979) e sua concepção do espaço geográfico como formação determinada pelas suas características sociais e econômicas.

Posteriormente, Molano-Bravo (2009) referiu-se à força dos movimentos sociais de resistência no Magdalena Medio, às formas de intervenção de organizações não governamentais (ONGs) e do setor privado nas dinâmicas do território, ao estabelecimento de determinadas maneiras políticas de operar nessa região, ao surgimento das insurgências armadas e à luta pelo controle territorial entre guerrilheiros e paramilitares. Por sua vez, Medina-Gallego e Hernández-Riveros (2013) nos oferecem um panorama sobre as resistências e a capacidade organizativa das bases populares para manter a economia local, apesar das adversidades, orientadas pela sua tenacidade caracterizada pelos autores como “cultura indómita”.

Fazendo referência específica ao município de Simití, localizado nessa sub-região e sede do distrito de El Garzal, Álvarez (2009) dissertou sobre as práticas extrativistas da agroindústria da palma-de-óleo-africana que afetam as atividades econômicas camponesas. O conflito territorial, entre os latifundiários que pretendem estender o cultivo da palma e as famílias camponesas, atravessa a história recente do distrito.

A nossa perspectiva do conceito de território como construção social baseia-se nos conceitos de “espaço geográfico”, proposto por Orlando Fals-Borda, e “formação socioespacial”, construído por

Milton Santos, que derivam do conceito de “formação econômica e social” encontrado nas obras de Marx e Engels. Segundo Santos (1977), a formação socioespacial é produto de um processo histórico em que os modos de produção se organizam sobre um recorte físico do espaço e exercem sobre ele múltiplas determinações. A compreensão da relação entre a sociedade e o espaço em que existimos e coexistimos levou Milton Santos a definir o “espaço geográfico” como “espaço humano”, “espaço habitado”, que é sinônimo de “território usado” (Santos, 2005, p. 255). Este autor também definiu o território como a identidade das relações da população com o espaço geográfico. Isto significa que cada território é mutável e sua construção depende da interação dos indivíduos que nele habitam. Por conta disto, a especificidade do uso do território e sua dinamicidade é, para ele, o objeto de análise da geografia e não o território como categoria pura e imutável.

Em relação à identidade do grupo social estudado se estabelece que a categoria de camponês é a mais apropriada, tanto por ser a predominante na forma de autoidentificar-se quanto pelas relações de produção que marcam uma agricultura em pequena escala e uma racionalidade econômica especificamente camponesa (Valderrama; Mondragon, 1998). O vínculo instrumental com o território foi delimitado a partir da caracterização da racionalidade instrumental feita por Max Weber (2002) na sua tipologia da ação social.

No grupo social selecionado, o perfil dos jovens corresponde a pessoas entre 13 e 29 anos de idade, filhos de camponeses. Levamos em consideração tanto os que moram em El Garzal quanto os que migraram tendo esse distrito como seu território de origem. Porém, analisar a situação dos jovens desse grupo implica observá-los para além da ideia de faixa etária e situá-los no contexto das desigualdades sociais e econômicas (Novaes, 2006).

A utilização do método etnográfico implicou a observação participante, a integração nas atividades cotidianas, os diálogos e o registro das reflexões no diário de campo. Além de um processo de

estranhamento frente à comunidade estudada, o trabalho demandou uma atitude atenta para conhecer os modos de pensar, sentir e atuar, e tentar compreendê-los como intersubjetividades que pertencem a estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais (Jimeno; Murillo; Martinez, 2012).

O trabalho de campo foi realizado entre novembro e dezembro de 2016, começando por uma “imersão” de três semanas em El Garzal e uma semana distribuída entre a sede do município de Simití e os municípios de Santa Rosa del Sur e Bucaramanga. Em El Garzal, foram entrevistados 25 jovens (14 mulheres e 11 homens), 12 pais e mães (seis mulheres e seis homens), dois líderes comunitários (uma mulher e um homem), um professor da escola pública do distrito e duas funcionárias de uma ONG. Na sede do município de Simití foram entrevistados dois funcionários da prefeitura. Nos municípios de Santa Rosa del Sur e Bucaramanga, foram entrevistados seis jovens migrantes de El Garzal (cinco mulheres e um homem). No total, foram entrevistadas 50 pessoas<sup>2</sup>.

O artigo estrutura-se em quatro partes além desta introdução. A primeira parte apresenta a contextualização socioespacial e econômica do distrito de El Garzal para evidenciar as particularidades daquele território. A segunda parte expõe uma visão do contexto ambiental colombiano e da zona de estudo em particular. A terceira parte discute as condições de acesso à terra e sua manutenção em um contexto marcado pela presença de movimentos guerrilheiros que levam a luta armada até os camponeses. A quarta parte oferece uma perspectiva de como esse contexto influencia as decisões de um grupo de jovens que habitam El Garzal em relação ao uso e ocupação do território e seus recursos ambientais. A quarta e última parte corresponde às considerações finais, baseadas nas reflexões suscitadas pela observação dos fatos e pela literatura sobre o tema. Espera-se que os

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram traduzidas do espanhol para o português pelos autores. Os nomes das pessoas entrevistadas foram mudados para proteger sua identidade.

resultados finais deste trabalho, focado em uma comunidade camponesa gestora de seu próprio desenvolvimento, possam apoiar, de alguma maneira, o planejamento regional levando em consideração as particularidades locais dos territórios rurais e as potencialidades próprias das comunidades que os habitam.

## Contextualização socioespacial e econômica de El Garzal

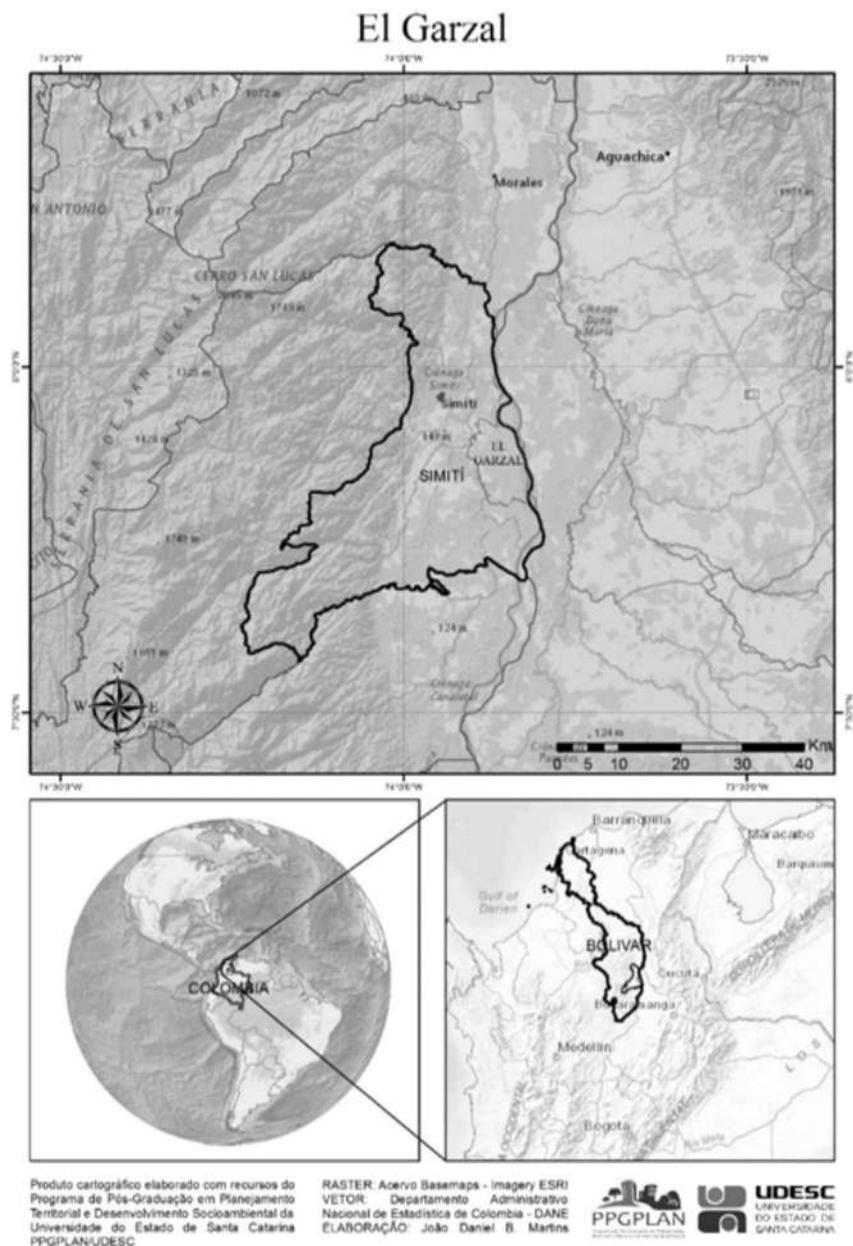
A área conhecida como distrito de El Garzal encontra-se localizada no município de Simití, sul do departamento de Bolívar, norte da Colômbia<sup>3</sup>, na margem esquerda do Magdalena, principal rio do país<sup>4</sup>.

A extensão do distrito é de aproximadamente 11 mil hectares, sendo que cerca de 4 mil deles são aráveis e os demais são pântanos (Molano-Bravo, 2012). Graças à sua alta fertilidade, as terras de El Garzal resultam atrativas não só para o desenvolvimento das atividades agropecuárias tradicionais mas também para projetos agroindustriais acompanhados de iniciativas de exploração mineira.

---

<sup>3</sup> Se fizermos um paralelo entre a divisão política da Colômbia e do Brasil, os departamentos colombianos equivalem aos estados brasileiros. No caso dos “corregimientos municipales”, esta subdivisão administrativa pode ser equivalente aos distritos no Brasil e correspondem a uma subdivisão da área rural com o objetivo de melhorar a prestação dos serviços e assegurar a participação dos habitantes nos assuntos públicos de índole local (DANE, 2015).

<sup>4</sup> O Rio Magdalena possui uma longitude aproximada de 1.540 quilômetros, nasce ao sudoeste da Colômbia e percorre 10 departamentos até chegar ao Mar Caribe, no nordeste do país.



Localização do distrito de El Garzal, no município de Simití, Bolívar, Colômbia.

Fonte: Udesc-PPGPlan, 2017. Elaborado por João Daniel B. Martins.

As características de El Garzal como território local correspondem às do contexto geral da sub-região do Magdalena Medio. A localização geoestratégica do Magdalena Medio, dado que é rota para o Mar Caribe e Venezuela, e sua riqueza de fauna, flora e minero-energética têm convertido a sub-região em objeto de desmatamento, estabelecimento de negócios agroindustriais, mineração ilegal e cultivos ilícitos. Por outro lado, os altos investimentos do Governo Nacional, em aliança com algumas empresas privadas, em projetos de mineração, comércio e transporte, comprovam a importância da sub-região para o país.

Em contraste com os consideráveis investimentos do governo e das empresas privadas na exploração dos recursos naturais da sub-região do Magdalena Medio, a maior parte da população do departamento de Bolívar vive em condições de pobreza. Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estadística – DANE, mais de 67% da população rural de Bolívar tem satisfeitas só a metade das suas necessidades básicas (DANE, 2011). Os investimentos no bem-estar da população não são compatíveis com a renda gerada pela exploração dos recursos naturais do departamento de Bolívar. A situação pode ser explicada, em parte, pela corrupção na administração dos recursos públicos, problema divulgado em um diagnóstico da *Contraloría General* da Colômbia (Caracol Radio, 2015). No plano local, os camponeses de El Garzal ainda não têm acesso aos serviços públicos, as vias de transporte são precárias e a escola do distrito só oferece educação até o nono ano do ensino fundamental. Por consequência, quem quiser fazer o ensino médio e superior tem que sair do distrito.

## Contexto ambiental do distrito El Garzal, Sul de Bolívar

A riqueza natural da Colômbia se evidencia principalmente por conter mais de 10% da diversidade biológica do planeta em quase 2 milhões de quilômetros quadrados, representando isto menos que 1%

da superfície do planeta. Além disso, na atualidade possui uma das maiores riquezas ambientais já que contém o maior número de ecossistemas representados em um mesmo país (Salazar Holguín et al., 2010). As condições privilegiadas se devem, em parte, à sua localização espacial no trópico americano, equiparável a uma ilha entre três oceanos, devido à influência do Mar Caribe, do Oceano Pacífico e da circulação atmosférica da Bacia Amazônica (Snow, 1976). Sua situação, junto com a presença da barreira orográfica constituída pelos três ramais da Cordilheira dos Andes, induz à formação de climas locais e regionais de alta complexidade (Poveda, 2004).

Uma amostra dessa diversidade e complexidade ambiental está representada na região Sul do departamento de Bolívar, catalogada quase que em sua totalidade como parte da Província Biogeográfica do Chocó-Magdalena. Possui ecossistemas próprios do denominado Distrito Sinú-San Jorge com um considerável número de endemismos. Em uma menor proporção existem também ecossistemas próprios da Província Biogeográfica Norandina, particularmente o Distrito Serania de San Lucas, área virtualmente inexplorada, coberta principalmente por selvas úmidas frequentemente nubladas (Hernández-Camacho et al., 1992).

Por conta desse cenário particularmente biodiverso foi criada a Zona de Reserva Forestal del Rio Magdalena com o intuito de desenvolver a economia florestal e a proteção dos solos, das águas e da vida silvestre na bacia do Rio Magdalena. Porém, esta caracterização territorial tem se demonstrado ineficiente dado que, atualmente, restam apenas 50% das áreas florestais vitimadas pelo aproveitamento ilegal da madeira e pelo uso do solo em atividades agropecuárias ou de mineração, tanto legais quanto ilegais (Medina-Gallego; Hernández-Riveros, 2013, p. 24). A criação de gado em esquema extensivo, o estabelecimento de grandes extensões de palma azeiteira, a extração de ouro e os plantios de coca são as atividades que têm gerado maior impacto ambiental na região (Álvarez, 2009; Fonseca; Gutiérrez; Rudqvist, 2005).

## A situação precária de acesso à terra e seu controle no contexto de luta armada

A maior parte das famílias camponesas que habitam El Garzal adquiriu terras por meio da colonização ou por compra de terrenos não registrados em cartório. Atualmente, aproximadamente 260 famílias estão solicitando a titulação de terras por parte do Estado (Beltrán; Cuervo, 2016, p. 144). Segundo Álvarez (2009), fatores como o plantio e comercialização da coca, a chegada de grupos armados ilegais, a não propriedade ou não titulação das terras e o estabelecimento sistemático de cultivos agroindustriais têm afetado seriamente a permanência da população e a possibilidade de desenvolver uma economia camponesa sólida.

Este é apenas um recorte do que acontece a respeito da propriedade da terra na Colômbia. Segundo o *Tercer Censo Nacional Agropecuario* de 2014, os dados coletados indicam que de 4 milhões de estabelecimentos rurais 21% têm títulos de propriedade cadastrados, 58% têm títulos de propriedade não cadastrados e os 21% restantes não têm como demonstrar a posse legítima da terra.

Desde a segunda metade do século XX, as atividades econômicas predominantes na ocupação das terras foram a pesca e a exploração dos recursos florestais. Após o seu estabelecimento, os ocupantes plantaram arroz, banana-da-terra, milho, cacau e espécies frutais. Seus atuais empreendimentos produtivos têm projeção de crescimento através da participação na Asociación de Productores Alternativos de Simití – ASPROAS.

Além das dificuldades já descritas, outros fatores afetam diretamente o acesso à terra por parte da população rural: a concentração improdutiva da terra, o monopólio por parte dos grandes latifundiários para a implantação de cultivos agroindustriais e criação extensiva de gado e as lutas dos grupos armados ilegais pelo controle territorial.

A concentração da terra é, em grande medida, resultado da expropriação e do deslocamento forçado: “El narcotráfico empresarial

se convirtió en financiador del paramilitarismo y en concentrador de tierra por la vía de la violencia criminal, el desplazamiento forzado y el despojo” (Medina-Gallego; Hernández-Riveros, 2013, p. 24).

A presença dos grupos guerrilheiros remonta à década de 1960 quando tiveram origem os grupos guerrilheiros Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC) e Ejército de Liberación Nacional (ELN). De outra parte, forças paramilitares das Autodefensas Unidas de Colombia (AUC) ingressaram na região no início do século XXI. Esses grupos armados ilegais se enfrentaram constantemente pelo controle territorial. Depois de múltiplos massacres, assassinatos, desaparecimentos e deslocamentos forçados pela violência, eventos em que a população civil teve o maior número de vítimas, o controle territorial no Magdalena Medio foi conseguido, em maior nível, pelas forças paramilitares.

No caso de El Garzal o latifundiário Manuel Enrique Barreto, denunciado por ter ligações com narcotraficantes e paramilitares, administrou naquele lugar um centro de coleta e carregamento aéreo de cocaína. O centro foi desmantelado pela polícia em 1989 (Notiagen, 2011). Barreto tornou-se o maior latifundiário do distrito praticando a grilagem de terras públicas. Atualmente é desconhecido o seu paradeiro, mas a sua família o declarou morto. A comunidade de El Garzal, no entanto, duvida da veracidade dessa versão. Por enquanto continua o conflito de interesses com empresas palmicultoras relacionadas à família de Barreto. Diante da reclamação da titulação das terras para quem nelas trabalha, a contraparte que demanda essas terras valeu-se do seu poder econômico e político para que um juiz local atuasse a seu favor:

Los demandantes también jugaron sus cartas, incluidas tretas jurídicas y sobornos a autoridades locales, y en diciembre de 2011 un juez de Simití revocó los títulos ya obtenidos por algunos campesinos y concedió a la familia Barreto la propiedad de las tierras en litigio, al tiempo que Salvador Alcántara era amenazado de muerte (Plata; Cáceres, 2015, p. 512).

Desta forma, os grileiros de terras naquela região do país utilizam estratégias como a estigmatização das comunidades locais (assinalando-as como favoráveis a um ou outro grupo armado), as ameaças às suas lideranças, o abuso de poder e o uso da força armada para cumprir com seus propósitos de controle político, econômico e militar dos territórios.

Porém, a comunidade de El Garzal não luta sozinha. Desde o ano de 2003 várias instituições governamentais e não governamentais têm se interessado por acompanhar o caso. Entre as instituições governamentais estão a Defensoría del Pueblo e a Unidad de Víctimas de la Fiscalía (Defensoria Pública e Unidade de Vítimas do Ministério Público). Quanto às ONGs, os camponeses de El Garzal têm recebido apoio de diferentes organizações como o Programa de Desarrollo y Paz del Magdalena Medio; a Corporación Pensamiento y Acción Social (PAS); o Programa Suizo para la Promoción de la Paz en Colombia (SUIPPCOL), o Peace Watch Switzerland (PWS); as Equipos Cristianos de Acción por la Paz (ECAP); a Asociación Cristiana Menonita de Justicia, Paz y Acción no Violenta (Justapaz) e a Fundación Menonita Colombiana para el Desarrollo Social (Mencoldes). Estas organizações servem como observadores internacionais da situação dos camponeses, prestam assessoria em termos jurídicos e lhes oferecem capacitação pertinente às necessidades e interesses da comunidade. No seu depoimento, uma das jovens de El Garzal manifesta a razão das ONGs serem aliadas importantes da comunidade: “*Se eles não tivessem estado aqui, quem sabe o que essa outra gente [refere-se aos expropriadores] tivesse feito há tempos. É pelo pessoal das ONGs que a gente segue aqui*”<sup>5</sup>.

Como resultado dessas interações, os camponeses integram nas suas falas o tipo de discurso político que promovem os funcionários dessas organizações bem como transformam as suas estratégias de

---

<sup>5</sup> Entrevista com Ester, 29 anos, camponesa. El Garzal, 10 de dezembro de 2016.

resistência, comunicação e autoproteção não armada e ampliam os seus projetos de produção e comercialização.

O contexto histórico, social e econômico anteriormente descrito faz da comunidade de El Garzal um caso relevante para a análise de temas de conjuntura nacional. Um desses temas é a reforma agrária, que, apesar de estar na agenda política nacional há mais de cinquenta anos, ainda não se concretizou como processo social no país. Por conseguinte, a reforma agrária integral é um dos pontos-chave do Acuerdo de paz (Mesa de Conversaciones, 2017) entre o governo colombiano e as Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC). Ademais, estes são tempos decisivos quanto aos investimentos no setor agropecuário e à implementação da política nacional de restituição de terras às vítimas do conflito armado interno (Lei 1.448 de 2011).

## Jovens rurais, ambiente e oportunidades em El Garzal

Apesar de estarem envolvidos em um cenário com tantas dificuldades, alguns jovens de El Garzal ainda observam seu futuro com otimismo e pensam de maneira positiva o seu entorno. Eles mesmos manifestam sentimentos de apego e vontade de trabalhar na terra, além de valorizarem o trabalho agrícola apesar de reconhecerem que é pesado e mal pago:

*Eu moro aqui desde que era criança. Estou acostumado a morar no campo, a gente cresce com amor às plantas e aos animais. Tem sido uma experiência muito linda e, ao mesmo tempo, muito dolorosa. O mais difícil de morar aqui é receber ameaças por parte das pessoas que chegam e dizem que vão nos tirar a terra. Quando nos ameaçaram, eu olhava para meus pais e pensava: “o que vamos fazer? E se formos deslocados, para onde vamos?”<sup>6</sup>*

<sup>6</sup> Entrevista com Felipe, 28 anos, camponês. El Garzal, 10 de dezembro de 2016.

As experiências em que eles se envolveram de maneira ativa na produção agropecuária abriram o espaço para que pudessem desenvolver seus próprios projetos outorgando-lhes certa autonomia: “*Eu tenho seis vacas que recebi de um projeto de empreendimento apoiado por Swissaid<sup>7</sup> e Asproas. Meu projeto é continuar aumentando o gado para produção de leite e carne*”<sup>8</sup>.

Ainda é preciso continuar abrindo novos espaços para que eles definam estratégias com as quais possam aproveitar seu potencial para inovar.

Os jovens de El Garzal possuem potencialidades relevantes no referente à produção agropecuária e ao manejo dos recursos naturais. Em primeiro lugar, por conta de que a Asproas, a associação de produtores na qual estão inscritos, tem um viés direcionado para a segurança e soberania alimentar assim como para a produção agropecuária alternativa que prioriza sistemas de produção agroecológicos. O primeiro argumento que sustenta a sua escolha é o fato de ser ecologicamente pertinente como sistema de produção com menor impacto no ambiente. Como segundo argumento, os jovens apostam que os produtos orgânicos poderiam oferecer linhas de comercialização mais rentáveis para os produtores.

Outro elemento é a tendência a produzir em esquemas diversificados. Estão cientes de que a produtividade será menor em comparação com as monoculturas, mas concluem que, em troca, serão reduzidos os custos em defensivos ou fertilizantes, o que pode melhorar a rentabilidade e prolongar a qualidade do solo.

Além do anterior, vários jovens de El Garzal realizam atividades complementares ao trabalho agrícola em um esquema de mobilidade rural-urbano-rural, como uma estratégia de permanência na região e sem abrir mão da autonomia econômica e das oportunidades de trabalho, principais objetivos por eles vislumbrados. Esta dinâmica

---

<sup>7</sup> Swissaid é uma agência de cooperação suíça. Mais informações no portal: <https://www.swissaid.ch/>.

<sup>8</sup> Entrevista com Ester, 29 anos, camponesa. El Garzal, 10 de dezembro de 2016.

pode ser definida como “pluriatividade”, que segundo Wanderley (2003) não significa, necessariamente, a transição do campo à cidade, senão uma alternativa para permanecer no campo, destacando assim “a capacidade de resistência e de adaptação dos agricultores aos novos contextos econômicos e sociais” (p. 48).

Experiências de gestão participativa da biodiversidade com comunidades amazônicas evidenciam que é possível reverter a degradação dos recursos e, ao mesmo tempo, melhorar significativamente alguns indicadores econômicos das populações locais por meio da comercialização de produtos com algum valor agregado e recuperação da pesca e da fauna silvestre (Álvarez; Shany, 2012). Outros estudos, em áreas mais degradadas que a floresta amazônica, evidenciam possibilidades reais para as populações locais. A utilização da floresta secundária como recurso renovável capaz de contribuir com a geração de renda para comunidades em zonas de fronteira agrícola (como no caso de El Garzal), além de melhorar os serviços ambientais, garante os serviços sociais que derivam da sua conservação (Smith et al., 1997). Neste sentido, para os municípios do sul de Bolívar, o recurso água poderia ser considerado como o principal fator de conservação da cobertura florestal.

Esta conjuntura pode virar uma oportunidade para que os jovens de El Garzal se envolvam em processos de preservação da floresta com o propósito de garantir como principal serviço ecossistêmico o recurso hídrico para as atividades agrícolas nas terras baixas – das quais se beneficiam suas próprias famílias. Este tipo de processo pode consolidar a permanência e o apego dos jovens ao território como contraposição aos já conhecidos fenômenos de envelhecimento do campo por conta do êxodo dos jovens para as cidades.

O sistema agroflorestal em El Garzal integra, em um mesmo terreno, o cultivo do cacau com árvores frutíferas e espécies madeiráveis. Para as famílias camponesas, habitar e cultivar a terra envolve um sentido de enraizamento: *“El Garzal es una comunidad en donde la gente vive en su parcela y están aprovechando la tierra. En otras*

*partes no hacen eso, sino que trabajan y se van y no viven en el territorio de ellos*”, explica Marcos<sup>9</sup>. Isto explica por que motivo demonstrar o uso permanente da terra é um pré-requisito do governo para a titulação de terras devolutas.

A abundância de recursos ambientais em El Garzal permite enxergar as atividades agroecológicas como uma potencialidade importante para seu desenvolvimento econômico. Adicionalmente, projetos produtivos das mulheres, como a cria de galinhas crioulas e as hortas caseiras, são iniciativas que já estão em vigor e que podem ser fortalecidas com um investimento pequeno cujos benefícios são consideráveis tanto para a comunidade quanto para os consumidores externos a ela.

## Considerações finais

El Garzal é um caso pouco comum na Colômbia devido ao processo de resistência não violenta de camponeses perante interesses de latifundiários de expropriá-los das terras. As características diferenciais dessa comunidade radicam em vários aspectos. Em primeiro lugar, eles estão organizados, a maioria deles tendo como fundamento a sua identidade religiosa evangélica. A coesão social daqueles membros da comunidade radica na percepção de si mesmos como uma “família na fé”, enxergando o território como uma dádiva divina. Não é por acaso que a mais reconhecida liderança de El Garzal seja também pastor de uma das igrejas evangélicas do distrito. Em segundo lugar, a comunidade soube usar suas conexões com instituições públicas e privadas, ONGs e com sua rede de contatos dentro das igrejas para ganhar visibilidade nacional e internacional, assunto que propiciou que observadores internacionais advoguem pelo bem-estar da comunidade. Por um lado, essas redes externas têm aportado recursos significativos para atender às necessidades da comunidade e, por outro

---

<sup>9</sup> Entrevista com Marcos, 17 anos, camponês. El Garzal, 29 de novembro de 2016.

lado, sua intervenção e presença têm servido como proteção para a comunidade contra novas tentativas de expropriação, graças a serem organizações com importante reconhecimento perante a opinião pública.

Como consequência dessas características diferenciais, os habitantes de El Garzal desenvolveram atividades que os vinculam ainda mais à terra, embora a formalização da propriedade da terra esteja sendo um processo lento e com não poucos obstáculos. O estabelecimento de cultivos permanentes através da associação de produtores Asproas, a construção de pequenas obras de infraestrutura (tais como casas de tijolo e a barragem), assim como a dedicação às atividades agropecuárias e à moradia permanente, permitem evidenciar que o sentimento de apropriação que eles têm sobre o seu território pode ir além da posse formal dos títulos de propriedade. Este princípio permeia todos os depoimentos dos jovens entrevistados, independentemente de morarem ou não em El Garzal.

Apesar da importância ecológica das terras de El Garzal e da região que a envolve, o discurso ambiental e agroecológico não está suficientemente apropriado pelos adultos e menos ainda pelos jovens. Apesar de ter presente que a produção limpa e orgânica é uma opção ecológica e uma oportunidade econômica, atividades como a caça indiscriminada de espécies silvestres e a disposição de todo tipo de lixo no rio evidenciam que, neste sentido, ainda falta muito por avançar.

Iniciativas que aproveitem a experiência e o caminho já percorrido pela comunidade em questões de produção agroecológica e sistemas agroflorestais são, além de pertinentes, oportunas. Dado que o forte vínculo com o território pode ser aproveitado para questões econômicas, também pode fortalecer a territorialidade e consolidar oportunidades de ação em prol do bem-estar e condições de vida dignas, características que servem como motivação para permanecer no campo.

As conquistas socioeconômicas e fundiárias alcançadas pelas gerações de adultos em casos como El Garzal estão em sério risco de se

perder por falta de substituição geracional. Se as políticas públicas e as estratégias privadas de responsabilidade social não integrarem os jovens rurais, promovendo boas condições de vida, eles seguirão migrando para as cidades e continuarão sendo presas fáceis dos grupos armados que os recrutam para a guerra e a economia ilegal agravando ainda mais a situação rural colombiana.

A experiência em iniciativas de produção agroflorestal, com lineamentos na agroecologia (caso do cacau), tem fortalecido os vínculos com o território e o desenvolvimento econômico interno. Futuras iniciativas que envolvam, além da capacitação, o acompanhamento a longo prazo para o desenvolvimento deste tipo de projeto agroecológico poderiam alcançar mercados especializados que reconheçam as especificidades dos produtos de El Garzal.

## Bibliografia citada

ÁLVAREZ, Astrid. **Efectos del monocultivo de la palma de aceite en los medios de vida de las comunidades campesinas: El caso de Simití – Sur de Bolívar**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

ÁLVAREZ, José; SHANY, Noam. Una experiencia de gestión participativa de la biodiversidad con comunidades amazónicas. **Revista Peruana de Biología**, v. 19, n. 2, p. 223-232, 2012.

BELTRÁN, William Mauricio; CUERVO, Ivón Natalia. Pentecostalismo en contextos rurales de violencia. El caso de El Garzal, sur de Bolívar, Colombia. **Revista Colombiana de Antropología**, v. 52, n. 1, p. 39-68, jul.-dic 2016.

CARACOL RADIO. **No cede la pobreza en Bolívar, indica diagnóstico de la Contraloría General**. Disponível em: [http://caracol.com.co/radio/2015/03/12/regional/1426142340\\_670149.html](http://caracol.com.co/radio/2015/03/12/regional/1426142340_670149.html). Acesso em: 15 jul. 2016.

DANE. **Necesidades básicas insatisfechas – desagregada**. Bogotá: DANE-Departamento Administrativo Nacional de Estadística, 2011. Disponível

em: [http://dane.gov.co/files/censo2005/NBI\\_desagregadas\\_cab\\_resto\\_mpio\\_nal\\_30jun11.xls](http://dane.gov.co/files/censo2005/NBI_desagregadas_cab_resto_mpio_nal_30jun11.xls). Acceso em: 15 jul. 2016.

FALS-BORDA, Orlando. **Historia doble de la costa**. V. 1: Mompox y Loba. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1979.

FONSECA, Daniel; GUTIÉRREZ, Ómar; RUDQVIST, Anders. **Cultivos de uso ilícito en el sur de Bolívar: aproximación desde la economía política**. [s.l.] Asdi, 2005.

HERNÁNDEZ-CAMACHO, Jorge et al. Unidades biogeográficas de Colombia. *In*: HALFFTER, Gonzalo (Comp.). **La diversidad biológica de Iberoamérica I**. Xalapa: Acta Zoológica Mexicana, 1992. p. 105-152.

JIMENO, Myriam; MURILLO, Sandra L.; MARTINEZ, Marco J. **Etnografías contemporáneas: trabajo de campo**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012.

MEDINA-GALLEGO, Carlos; HERNANDEZ-RIVEROS, Luís Humberto. **Comunidades y territorios en resistencia: Sur de Bolívar, Bajo Cauca y Nordeste Antioqueño**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, Instituto de Unidad de Investigaciones Jurídico-Sociales Gerardo Molina (UNIJUS), 2013.

MESA DE CONVERSACIONES. **Acuerdo final para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera**. Bogotá: Oficina del Alto Comisionado para la Paz, 2017.

MOLANO-BRAVO, A. **En medio del Magdalena Medio**. Bogotá: Centro de Investigación y Educación Popular – CINEP, 2009.

MOLANO-BRAVO, Alfredo. De los cultivos ilegales a la minería ilegal en Simití. **Periódico El Espectador**, 14 jul. 2012.

NOTIAGEN. **La comunidad de El Garzal (Sur de Bolívar) denuncia posible apropiación ilegal de tierras del Estado y una amenaza de desalojo para el 13 de diciembre**. Disponible em: <http://www.pazdesdelabase.org>. Acceso em: 28 jul. 2017.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda (Eds.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. p. 105-120.

PLATA, William Elvis; CÁCERES, Sergio. Resistir a los violentos y tejer sociedad desde la fe: El Garzal (Colombia). **Theologica Xaveriana**, v. 65, n. 180, 9 nov. 2015.

POVEDA, Germán. La hidroclimatología de Colombia: una síntesis desde la escala inter- decadal hasta la escala diurna. **Revista de la Academia Colombiana de Ciencias**, v. 28, n. 107, p. 201-222, 2004.

SALAZAR HOLGUÍN, Fernando et al. **Informe sobre el estado de los recursos naturales renovables y del ambiente, componente de biodiversidad**. Bogotá: Instituto de Investigación de Recursos Biológicos-Alexander von Humboldt, 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, jul. 1977.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL – Observatorio social de América Latina**, CLACSO, v. 6, n. 16, p. 255-261, jun. 2005.

SMITH, Joyotee et al. Bosques secundarios como recurso para el desarrollo rural y la conservacion ambiental en los trópicos de America Latina. **Center for International Forestry Research (CIFOR)**, v. 62, n. 13, p. 1-31, 1997.

SNOW, J. W. The climate of northern South America. In: SCHWERDTFEGER, W. (Ed.). **Climates of Central and South America**. Elsevier, Amsterdam: Elsevier Science Ltd, 1976. p. 295-403.

VALDERRAMA, M.; MONDRAGON, H. H. **Desarrollo y equidad con campesinos**. Bogotá: IICA en coedición con TM Editores, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 21, p. 42-61, 2003.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.





# Processo de territorialização, comunidade tradicional e desenvolvimento econômico<sup>1</sup>

Elisa Quint de Souza de Oliveira  
Isa de Oliveira Rocha  
Pedro Martins

## Introdução

O texto que segue deriva de pesquisa mais ampla<sup>2</sup> que objetivou compreender o processo de territorialização da Comunidade dos Areais da Ribanceira – município de Imbituba, situando-a no contexto do desenvolvimento econômico do sul do estado de Santa Catarina. A Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira é formada por agricultores e agricultoras itinerantes, pescadores e pescadoras

---

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado originalmente na revista *Geosul*, Florianópolis, v. 36, n. 79, p. 300-320, maio/ago. 2021.

<sup>2</sup> A pesquisa mais ampla a que aqui se refere serviu de base para a realização da tese de Oliveira (2020).

artesanais e extrativistas de butiá que fazem uso comum da terra inserida no Complexo Lagunar Sul do estado de Santa Catarina, distando aproximadamente 80 km de Florianópolis, capital do estado.

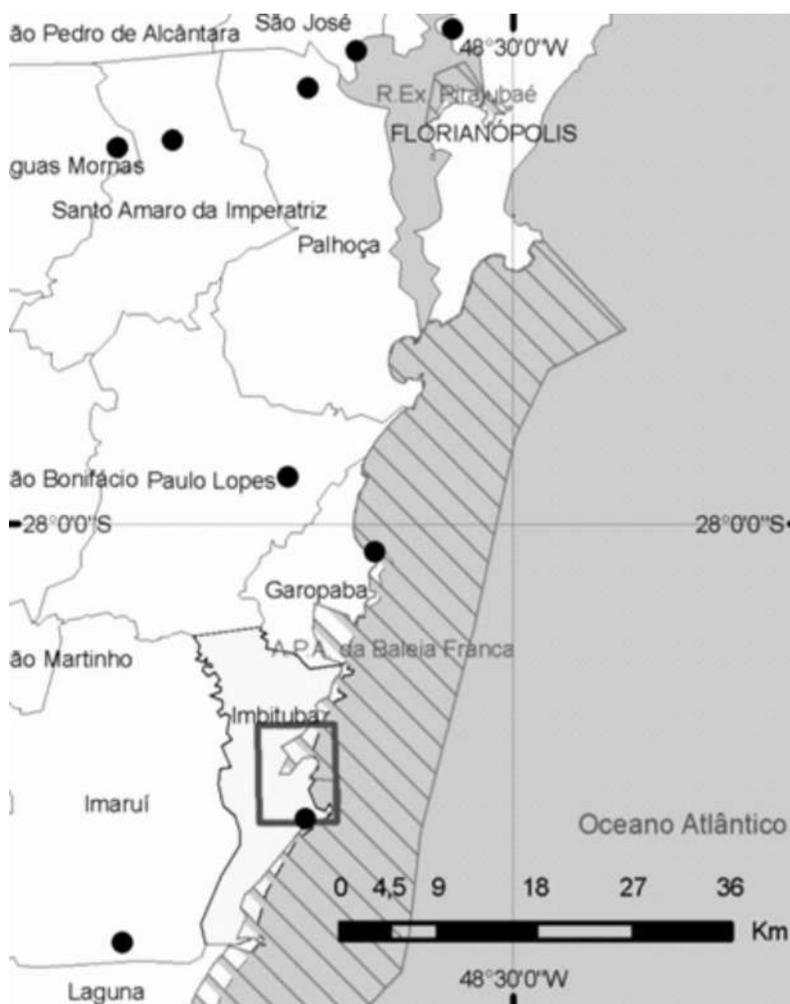
A população tradicional enfocada na pesquisa original, que inspira as presentes reflexões, luta pelo direito de acesso à terra, aos seus recursos naturais, ao reconhecimento de suas formas de ocupação e ao direito de viver em consonância com os seus próprios valores, tradições e crenças. As atividades desenvolvidas pela comunidade asseguraram a subsistência das famílias até a década de 1970. Concomitantemente, na área urbana do município a população estava ligada às atividades portuárias e à indústria cerâmica. A apropriação do lugar para grandes projetos de desenvolvimento transformou as terras ocupadas, que eram públicas, em privadas, não obstante o fato de a Constituição Federal de 1988 ter assegurado o direito das comunidades tradicionais<sup>3</sup>.

Ocorre que o espaço tradicional do grupo vai além da área efetivamente ocupada em função da expropriação ocorrida nas últimas décadas. A maneira como uma forma espacial participa na produção do espaço, como afirma Santos (1999), não se dá apenas por meio de um procedimento natural. Há um conteúdo social que fornece ânimo ao espaço de modo que ele tenha determinado valor.

A região onde está localizada a Comunidade dos Areais da Ribanceira, próxima ao Porto de Imbituba, caracteriza-se pela atividade agrícola dividida em pequenas lavouras de uso tradicional, entremeadas por butiazeiros e outras espécies nativas. O porto, por sua vez, pelo escoamento da produção mineral a partir de Imbituba, possibilitou ao município desempenhar papel importante no desenvolvimento da indústria do carvão catarinense em razão de sua localização estratégica.

---

<sup>3</sup> O Decreto Federal n. 6.040, de 07/02/2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, de 19/06/2002.



Região enfocada dentro do município de Imbituba.

Fonte: NCS, 2011.

A agricultura e a pesca, no entanto, atividades desempenhadas desde a chegada dos primeiros ocupantes, sofreram e ainda sofrem as implicações de um desenvolvimento econômico que, embora tenha trazido prosperidade e importantes conquistas para o país, ignorou a conservação do saber/fazer local cujas peculiaridades presentes nas

atividades desenvolvidas pelo grupo guardam riquezas materiais e simbólicas que o grupo e outros agentes externos tentam preservar.

No presente texto trata-se de abordar e refletir sobre o processo histórico e o contexto geral que afeta as populações atingidas sem, no entanto, entrar no detalhamento da territorialidade da população tradicional que motivou a pesquisa.

O tema abordado, portanto, integra uma longa linhagem de estudos enfocando comunidades tradicionais no Brasil como os inventariados por Almeida e Souza (2009), Acselrad (2010), Shiraishi Neto (2017), Grava, Florit e Antunes (2019), Oliveira, Antunes e Martins (2020) e Martins e Welter (2022), mas também se insere no campo dos estudos sobre a ocupação e desenvolvimento do litoral catarinense, como em Cabral (1970), Zumblick (1987), Zanelatto (1992), Neu (2003), Pereira (2003) e Raimundo (2012).

Como referencial teórico, o estudo se orienta pelo conceito de território desenvolvido por Haesbaert (2016) – que também desenvolve a ideia de territorialização e desterritorialização, mostrando assim a dinâmica da territorialidade.

A ideia de territorialidade, por sua vez, conforme é compreendida por Little (2004) e amplamente empregada na produção bibliográfica recente, como em Marinho (2017), Santiago (2018), Sousa e Santos (2019), por exemplo, define o processo de luta da comunidade tradicional em questão mostrando como a ação política de mobilização e organização é a base da construção do território – ou da reterritorialização, no caso de um grupo esbulhado da terra.

O conceito de comunidade tradicional, conforme nosso entendimento, foi fixado na legislação brasileira pelo Decreto 6.040/2007 e, a partir daí, assimilado pela literatura especializada, como em Andrade (2008), Oliveira Filho (2011) e Martins (2020). Em seu artigo terceiro, o Decreto 6.040/2007 define como critério de inclusão na categoria de Povos e Comunidades Tradicionais o auto reconhecimento e o reconhecimento por outros da sua especificidade cultural e outros mecanismos de *adscrição* – no que é respaldado pela tradição antropológica resgatada por Barth (1998).

A metodologia utilizada como forma de abordagem do tema é a qualitativa baseada em pesquisa bibliográfica (Kerlinger, 1980), pesquisa documental (Bauer; Gaskell, 2018) e observação direta do recorte empírico (Minayo *et al.*, 2001) e objetivou compreender o processo de territorialização (Haesbaert, 2016) da comunidade situando o município de Imbituba no contexto do desenvolvimento econômico do sul do estado de Santa Catarina. Os acontecimentos históricos relevantes ligados às atividades econômicas desenvolvidas na região também foram levantados, além dos atores e as relações de força e poder que influenciaram na constituição do território.

A apresentação dos resultados está dividida em três partes, sendo que na primeira, “O processo de territorialização de Imbituba”, trata-se de apresentar o processo histórico que desembocou nos acontecimentos analisados. Na segunda parte, “Recursos naturais e agentes econômicos”, mostra-se como um recurso natural e uma iniciativa econômica garantiram o surgimento de um processo de exclusão retratado como puro empreendedorismo desenvolvimentista. Na terceira parte, “Populações tradicionais”, trata-se de refletir sobre os impactos causados pela política desenvolvimentista mal conduzida sobre as populações tradicionais com ancestralidade e território nos Areais da Ribanceira.

## O processo de territorialização de Imbituba

O processo que levou à ocupação atual de Imbituba iniciou no século XVII quando algumas famílias, por volta de 1675, vindas da localidade de Laguna,<sup>4</sup> fixaram-se na região. A consolidação do povoamento,

---

<sup>4</sup> Município localizado no litoral sul do estado de Santa Catarina fundado em 1676 e palco de grandes acontecimentos de importância histórica nacional. É banhado por uma série de balneários e lagoas e possui um conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, é um dos pontos turísticos mais importantes do sul do estado.

contudo, passa a ser observada somente a partir de 1715 com a fixação de algumas famílias de vicentistas em Imbituba. Poucos anos depois, a elas se somariam um grupo de casais portugueses vindos das ilhas dos Açores e da Madeira (Zanelatto, 1992).

Os colonos açorianos e seus descendentes agregaram sua cultura ao ambiente natural ocupado e as freguesias, aos poucos, foram tomando forma e se constituindo em seu território. A exploração de produtos agrícolas, especialmente a farinha de mandioca, acompanhada da pesca, atividades ainda realizadas pela Comunidade dos Areais, consubstanciou a economia da população<sup>5</sup>. A realidade econômica de Imbituba, porém, sofreu forte mudança quando do estabelecimento da primeira armação baleeira pela administração portuguesa.

A Coroa portuguesa inseriu a caça da baleia na atividade econômica brasileira em 1602, no estado da Bahia, mantendo-se constante até o século XIX (Raimundo, 2012). Vários pontos de caça e manufatura do óleo de baleia também foram implantados próximos aos povoados coloniais do litoral do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Santa Catarina. As armações foram instaladas no intuito de legalizar e perenizar uma prática lucrativa.

Com a instalação do governo da Capitania em Santa Catarina surgiu o primeiro núcleo baleeiro com a implantação de seis<sup>6</sup> armações, sendo uma delas a Armação de Imbituba, localizada ao norte de Laguna, no distrito da freguesia de Sant'Ana de Vila Nova, local com condições favoráveis à atracação de barcos e à atividade baleeira, fundada em 1796. Segundo Raimundo (2012, p. 68),

A Armação de Imbituba foi fundada por Pedro Quintela e João Ferreira Sola, os quais pagavam uma taxa de

---

<sup>5</sup> Para dados sobre a população e o volume da economia no período, ver Oliveira (2020).

<sup>6</sup> Sendo elas, na Ilha de Santa Catarina: Piedade, por volta de 1740; Lagoinha, em 1772; Itapocoroí, em 1778; no litoral sul: Garopaba, por volta de 1793; Imbituba em 1796; e no norte a da Ilha da Graça, na entrada do canal de São Francisco, em 1780 (Raimundo, 2012).

exploração à Coroa Real. Os lucros eram compensadores. Baleias de grande porte eram arpoadas quase semanalmente e rebocadas para os barracões, onde se procedia ao retalhamento e retirava-se a gordura para derreter em grandes caldeiras.

Ainda de acordo com essa autora, parte do óleo apurado tinha como utilidade o seu emprego na iluminação pública das grandes cidades existentes no país, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Armação de Imbituba possuía edificações à beira-mar e se localizava na praia do Porto (Zanelatto, 1992), que constituía um lugar capaz de comportar muitos ocupantes, com lagoas cheias de peixe e poucos habitantes na vila (Cabral, 1970).

A caça da baleia passou a ser uma das principais atividades econômicas em razão das demandas internas e externas pelo óleo do animal e foi, sem dúvida, a atividade que mais articulou economicamente o litoral e adicionou à estrutura econômica um grande número de escravos que representavam investimento de capital.

Os monopólios da Coroa portuguesa para a caça da baleia foram extintos em 1801 e a Armação de Imbituba, conseqüentemente, arrematada. Os novos exploradores registraram rendimentos reduzidos, fato relacionado, à época, à queda acentuada na quantidade de baleias capturadas devido à concorrência existente entre os empreendedores locais e os arpoadores estadunidenses e ingleses.

A chegada do petróleo no século XIX, porém, influenciou sobremaneira a atividade pesqueira uma vez que antes da fabricação do querosene não havia concorrência para o óleo extraído das baleias. Os derivados do petróleo, por serem de origem mineral, menos onerosos e mais eficientes para a iluminação, dominaram o produto animal, o que, além de transformar o cotidiano dos trabalhadores, atingiu uma considerável parcela da população da vila de Imbituba.

Não obstante a caça da baleia ter se constituído a atividade econômica mais importante durante o período do funcionamento das armações, as atividades de subsistência realizadas pelas comunidades

não se extinguiram. Foram essas mesmas atividades, ainda realizadas atualmente pelo grupo que vive nos Areais da Ribanceira, que permitiram a continuidade da vila de Imbituba mesmo após o fechamento da armação baleeira. Dessas atividades de subsistência originou-se um povoamento com descendentes de negros e portugueses que se tornou expressivo, mais adiante, na época das benfeitorias do porto.

Na época da colonização, quando inúmeros navios acostavam na enseada de Imbituba para o abastecimento de emergência, alguns navegadores já sabiam que essa área seria favorável, se realizados os melhoramentos necessários, para se tornar um grande porto. Neu (2003, p. 51) afirma que, no “século XVI, alguns navegadores tinham conhecimento dessa área”, mas foi a caça da baleia, associada ao comércio de cabotagem, que tornou a enseada de Imbituba conhecida no restante do país.

No final do século XIX a descoberta do carvão na região sul do estado de Santa Catarina propiciou o escoamento do mineral por meio da enseada de Imbituba quando as condições naturais se tornaram mais favoráveis. Neu (2003, p. 35) faz referência ao momento da decadência da caça da baleia e à existência do porto:

O porto de Imbituba foi instalado na mesma enseada da armação baleeira. Durante quarenta anos aproximadamente as duas atividades conviveram juntas na Praia do Porto, mas viviam momentos distintos nos quais um estava em fase de decadência e o outro estava em ascensão.

O transporte marítimo, porém, conhecido como o meio de transporte mais antigo e eficiente, somente se tornou viável economicamente com a diminuição de custos para a sua operação. A eficiência nas operações portuárias está ligada à qualidade dos equipamentos e serviços, o que garante o preço e a agilidade. Quando um porto apresenta tais características, com a infraestrutura necessária para atuar, ele deixa de ser um porto natural e passa a ser um porto organizado, o que ocorreu com o porto natural de Imbituba no início do século XX.

Foi a partir da descoberta do carvão e da construção da ferrovia, porém, que o porto de Imbituba se colocou no páreo para a disputa com o já conhecido porto de Laguna sobre qual deles se tornaria porto carbonífero – mesmo tendo os dois portos problemas para o desenvolvimento dessa indústria (Zumblick, 1987). A enseada de Imbituba era aberta, o que não protegia os navios dos ventos, mas, em contrapartida, poderia receber navios de calados maiores. Laguna, no entanto, tinha um porto fechado, protegido dos ventos, mas possuía a barra escassa que não deixava passar navios com calado acima de 10 pés. Os dois portos, portanto, necessitavam de benfeitorias para resguardar os navios com segurança, promovendo a passagem da produção de carvão.

Para que um sistema portuário seja considerado efetivamente implantado, são necessários muitos investimentos, uma boa administração e também preocupação com as questões de ordem prática. Segundo Neu (2003, p. 51), o porto natural de Imbituba deu lugar, então, a “um porto capitalista e competitivo, deixando de lado uma visão poética dos portos naturais visitados por aventureiros e piratas”.

A área portuária, assim, foi delimitada pelo governo federal, que determinou sua jurisdição, mas era necessário a continuidade de mais obras para que o empreendimento fosse transformado em um porto organizado. Por volta de 1920, sob a liderança de Henrique Lage, foi dado início a uma série de investimentos que operaram transformações importantes. A enseada de Imbituba passou a assumir a existência de um porto especializado no transporte de carvão, conquistando, inclusive, o *status* de porto brasileiro de maior cabotagem com a predominância da movimentação de embarque sobre o desembarque. No ano de 1941 a Companhia Docas de Imbituba recebeu a concessão do porto e o administrou até 2012, realizando uma série de investimentos.

A história de ocupação do município de Imbituba e sua formação socioespacial, portanto, estão intimamente ligadas às armações baileiras e também à atividade mineradora, que marcou definitivamente

a região – além, e sobretudo, da fixação de imigrantes que viriam a se constituir na população tradicional.

## Recursos naturais e agentes econômicos

O povoado de Imbituba, por volta de 1870, com a descoberta das jazidas de carvão mineral, começou a sentir sinais de crescimento econômico. O desenvolvimento se deu, no entanto, de forma lenta em razão do carvão catarinense ter sido motivo de discussão quanto à sua qualidade e também pela dificuldade de seu transporte.

As dificuldades de transporte em Santa Catarina não permitiam uma vida econômica associada a outras regiões. Muito embora a caça da baleia tenha facilitado alguma integração ligando as armações com outros portos, o seu fim levou à decadência econômica dos vilarejos. A necessidade de utilização da estrada de ferro para o escoamento da produção foi fator crucial na estagnação do Brasil no século XIX. Sobre a dificuldade do escoamento da produção, Bossle (1981, p. 49) afirma:

As minas catarinenses possuíam a desvantagem de estarem afastadas dos portos que escoam o produto, dependendo da Estrada de Ferro Donna Thereza Christina para o transporte do carvão aos portos e, daí, aos mercados consumidores.

A descontinuidade da exploração do carvão pelo governo permitiu que a atividade fosse encampada pela iniciativa privada. A construção da estrada de ferro iniciou pela enseada de Imbituba partindo para a foz do Rio Tubarão, onde atualmente se encontra o município de Criciúma.

A conjuntura econômica do litoral catarinense no início do século XX não era favorável, sobretudo pela concorrência com a ampla produção agrícola das áreas coloniais de imigração europeia do

interior e pela decadência da caça da baleia, que havia perdido a sua importância econômica regional. O povoado que permanecia no local, cujos descendentes pertencem à Comunidade dos Areais da Ribeira, adaptava-se à nova fase e permanecia realizando suas atividades de subsistência uma vez que o trabalho nas armações havia diminuído substancialmente.

A construção da estrada de ferro trouxe expectativas de desenvolvimento econômico à população. Em razão da pesca abundante, a agricultura era uma atividade secundária destacando-se alguns produtos como a farinha de mandioca – ainda produzida pela comunidade tradicional em moldes semelhantes aos daquela época. O transporte da safra produzida era facilitado pela estrada de ferro, sendo as vias fluviais também utilizadas para o transporte dos produtos.

O funcionamento da estrada de ferro, muito embora tenha sido concebido para o escoamento do carvão e, conseqüentemente, trazer lucros a quem explorava o mineral, influenciou sobremaneira a região auxiliando na expansão econômica do sul catarinense, na visibilidade das localidades de Imbituba e do município de Laguna, além de trazer benefícios ao comércio local.

Ocorre que o escoamento da produção do carvão esbarrava no problema da barra da Laguna, que era o porto mais próximo mas não servia para o escoamento da produção em razão do seu baixo calado, que o tornava inseguro para o atracamento dos navios de grande porte. Imbituba, porém, era a alternativa mais viável, mas carecia de obras que facilitassem a atracagem dos navios. Outro aspecto que dificultava o escoamento da produção era a tarifa de embarque de mercadorias, cuja porcentagem sobre o valor do produto obstava a competição com produtos estrangeiros.

As dificuldades que o Porto de Imbituba enfrentava para o carregamento do carvão eram muitas, havendo casos de navios que não conseguiam atracar em razão do mau tempo, outros que precisavam aguardar dias para poder desembarcar as cargas ou carregá-las. Além disso, o carvão não obteve a aceitação desejada uma vez que o preço

mínimo de extração era alto e as impurezas contidas na carga eram muitas.

Não foi possível concorrer com o carvão importado da Inglaterra, com tantas dificuldades, o que culminou com o fracasso da exploração – que cessou por completo no ano de 1884, levando a empresa mineradora à falência. Em 1902, a concessão da estrada de ferro foi resgatada pelo governo federal. A estrada, no entanto, continuou transportando mercadoria e passageiros não obstante as despesas fossem altas e a estrada não estivesse sendo utilizada com a total capacidade para a qual foi projetada (Melo, 1996).

Na seara legislativa, o governo federal havia previsto a obrigação de consumo do carvão de origem estrangeira. Tentando incentivar a continuidade da estrada de ferro, no entanto, nos anos seguintes o governo decidiu incentivar a exploração do carvão nacional e, por lei, criou medidas para isenção de taxas destinadas ao consumo próprio das companhias de navegação nacionais e estrangeiras, mas a situação econômica das minas ficou inalterada.

A empresa dos Lage, família de empreendedores que contribuiu sobremaneira com o desenvolvimento econômico do sul do estado de Santa Catarina, importava o carvão *cardiffss*<sup>7</sup> inglês, desde a época de D. João VI no Brasil, além de realizar trabalhos de estiva. Após a exigência da nacionalização das empresas de navegação, advinda da Proclamação da República, a Lage & Irmãos foi beneficiada e ampliou seus negócios.

A negociação com as terras carboníferas em Santa Catarina, portanto, significava um investimento para abastecer os navios da sua própria frota e o estaleiro que detinham na Ilha Viana, no Rio de Janeiro. Mesmo diante das más condições de escoamento da produção de carvão, a empresa apostou em um investimento de longo prazo com a compra das terras.

---

<sup>7</sup> Carvão inglês com grande capacidade para queima e muito utilizado como combustível.

Henrique Lage e mais dois irmãos esperavam a ocasião favorável para a exploração do carvão nas terras herdadas pelo pai, Antônio Lage, mas com o início da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) os navios da empresa familiar ficaram sem combustível e a companhia Lage & Irmãos precisou iniciar os trabalhos de pesquisa e exploração das minas de carvão.

A queda nas exportações nesse período diminuiu sobremaneira a arrecadação do governo federal, que incentivou a produção, em geral, uma vez que grande parte dos impostos arrecadados era originária da exportação, configurando a exploração do carvão uma saída viável para auxiliar o desenvolvimento. Mamigonian (1966, p. 36) faz referência a esse período:

O Sul de Santa Catarina passou por radical transformação com o advento da Primeira Guerra Mundial: empresas brasileiras consumidoras de carvão (navegação, iluminação a gás) se viram forçadas, na falta de carvão estrangeiro, a iniciar a extração de carvão nacional. Os anos que se seguiram foram difíceis, mas as leis governamentais estimulando o consumo do carvão nacional (1931 a 1937) e a segunda guerra mundial garantiram a sobrevivência e expansão da economia carbonífera nacional.

Aproveitando os incentivos que o governo federal havia concedido para a produção da indústria de base, a empresa de Henrique Lage deu início aos investimentos no sul de Santa Catarina com a realização de pesquisas que chegaram a resultados positivos. Belolli, Quadros e Guidi (2002, p. 113) fazem referência ao período:

Superar as dificuldades brasileiras, diante da expansão do conflito mundial, aos homens do Governo não pareceu restarem outras alternativas, senão se voltarem à exploração de nossas riquezas naturais, como a do carvão mineral, embora tivessem que superar as críticas de seu uso.

Mamigonian (1986, p. 104) ainda discorre sobre as consequências da Primeira Guerra para o desenvolvimento da região sul-catarinense:

A conjuntura da Primeira Guerra Mundial foi muito favorável a [industrialização catarinense] [...] e deu oportunidade ao surgimento da produção carbonífera em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Os grandes armadores do Rio de Janeiro como Henrique Lage, ficaram muito vulneráveis à queda das importações do carvão-vapor europeu necessário às caldeiras de seus navios, e assim investiram maciçamente na abertura de minas, iniciando-se em 1917 produção comercial.

Primeiramente a empresa de Henrique Lage realizou a compra de equipamentos para a lavagem do carvão, permitindo seu melhor aproveitamento, e depois realizou melhoramentos na estrada de ferro como a construção de ramais até as minas exploradas pela firma Lage & Irmãos. A empresa também se beneficiou de normas governamentais que autorizavam o governo a conceder empréstimos às companhias que lavrassem minas de carvão e promovessem a construção de ramais de estrada de ferro que eram indispensáveis ao transporte e escoação da produção. Sobre essa fase, Bossle (1981, p. 31) relata:

Necessariamente, a empresa teria que dar início à exploração do carvão em Santa Catarina, formando companhias de mineração, como: a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco, incorporação da Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá; Companhia Docas de Imbituba e mais atividades periféricas, como o Banco Sul do Brasil e a Companhia de Navegação São João da Barra e Campos. A formação dessas companhias dependia de créditos governamentais e de um mercado interno.

A Estrada de Ferro Teresa Cristina, que havia voltado à administração pública, foi concedida para o grupo que controlava a

Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá (C.B.C.A.) e que pertencia ao grupo de Henrique Lage desde 1917, permitindo que, a partir de 1918, as empresas Lage & Irmãos controlassem também o transporte da ferrovia (Neu, 2003).

Para solucionar a questão da mão de obra, Henrique Lage criou vilas operárias, inclusive com uso de água tratada e energia elétrica, casas para administradores, oficinas mecânicas, olarias, marcenarias e outras atividades que compõem uma cidade. A Vila de Imbituba cresceu, assim, tendo seu funcionamento e contendo serviços comparáveis às grandes cidades. Vale referir que todo empenho foi realizado em razão da exploração e em benefício do aumento significativo do patrimônio privado. Não há na literatura nenhuma menção à proteção das formas de uso da terra pelos primeiros habitantes de Imbituba. Toda a localidade servia ao industriário e seus negócios e chamava cada vez mais habitantes em busca de trabalho. A atenção governamental, no entanto, sempre esteve voltada à proteção dos interesses privados do capital.

Sobre a origem dos operários que vinham para Imbituba em busca de trabalho, afirma Mamigonian (1966, p. 36):

A industrialização das áreas alemãs e do sul de Santa Catarina atraiu população luso-brasileira das vizinhanças. Assim, a maior parte dos mineiros de carvão são de origem açoriana-madeirense do litoral sul e importante parcela do operariado de Blumenau, Joinville, Brusque, [...] constituiu-se igualmente de luso-brasileiros das áreas próximas de cultura decadente.

A diferença entre o melhoramento dos portos de Imbituba e Laguna, que permitia o favorecimento de Imbituba por Henrique Lage, era que muitos dos terrenos de marinha existentes pertenciam ao grupo de sua empresa. As áreas próximas ao porto haviam sido compradas do Visconde de Barbacena por Antônio Lage ainda em 1887 (Bossle, 1981). Assim, não obstante a ausência de autorização legal

do governo federal, Henrique Lage iniciou a realização de alguns melhoramentos para escoamento da produção de carvão. A população existente na época, vizinha ao porto, sentiu fortemente as transformações ocorridas.

Em 1919, desse modo, teve início a construção de uma fábrica de cerâmica, de grande porte, contando inclusive com equipamentos italianos destinados a facilitar o processo produtivo que objetivava produzir louças destinadas aos navios do Grupo Lage com o aproveitamento de matéria-prima, o barro branco, extraída das minas de carvão.

A presença da fábrica atraiu trabalhadores de variadas localidades, até mesmo italianos de Tubarão que vieram para a bem-sucedida vila. O Porto de Imbituba já era conhecido como porto organizado e o desenvolvimento acelerou a ponto de a emancipação política ocorrer poucos anos depois, em 1923. O governador Hercílio Luz concedeu oficialmente a instalação do município em 1º de janeiro de 1924, quando ocorreu a posse do primeiro prefeito, Álvaro Catão, engenheiro de confiança de Henrique Lage que, com a morte deste último, em 1942, tornou-se proprietário do porto e dos investimentos do sul (Neu, 2003).

O sul do estado de Santa Catarina, portanto, se transformou no período da Primeira Guerra Mundial quando as empresas brasileiras que consumiam carvão importado tiveram que iniciar a extração de carvão nacional. Com estímulos normativos e o advento da Segunda Guerra, o consumo do minério brasileiro garantiu a expansão da economia carbonífera nacional.

## Populações tradicionais

A cidade de Imbituba cresceu e se desenvolveu para atender aos interesses das atividades portuárias sem nenhuma preocupação preservacionista, tanto ambiental quanto cultural. A partir de 1958, data da

segunda emancipação, até finais da década de 1980, a economia de Santa Catarina viveu o período mais abundante da exploração do carvão – que era chamado “ouro negro” do sul do estado.

As minas existentes foram exploradas por mineradores do Rio de Janeiro e também por descendentes de imigrantes italianos. O progresso da região atraiu mão de obra, contribuindo assim para o rápido crescimento populacional e econômico.

Os problemas econômicos mundiais serviram para impulsionar a utilização do carvão nacional e criaram infraestruturas capazes de designar um novo período da história. Porém, a atividade extrativa do carvão catarinense sofreu com a concorrência do mineral inglês uma vez que a extração e o frete eram mais baratos.

Os incentivos do governo federal para o consumo do carvão nacional, no entanto, impulsionaram o desenvolvimento com reflexos para toda a região. Os incentivos, todavia, ocorriam em momentos de crise internacional, ocasião em que a economia brasileira, da mesma forma, precisava de auxílio para continuar crescendo.

Nesse período, décadas de 1950 a 1980, a área de influência do Porto de Imbituba passa a atender mercados de cidades maiores e mais importantes para o país, como Rio de Janeiro e São Paulo. A importação inicia com as cidades vizinhas de Imbituba sendo atendidas com produtos vindos dessas grandes cidades.

Assim, a hinterlândia do Porto de Imbituba, área onde se encontra a Comunidade dos Areais da Ribanceira, estendia a sua área de alcance e intensificava a produção local, muito embora o objetivo fosse apenas organizar o porto para escoar a produção do carvão. A realidade do incremento da produção local, porém, estimulava o aumento da capacidade portuária e proporcionava a elaboração de projetos de ampliação das instalações existentes, o que comprometia a permanência dos ocupantes que ainda viviam da pesca artesanal e da agricultura itinerante na região.

A cidade de Imbituba, portanto, se desenvolveu como uma extensão do porto, já que a atividade ali realizada impunha a presença de

muitos serviços que até então não existiam. Isso atraiu trabalhadores e comerciantes das cidades próximas interessados em investimentos no local como a construção de armazéns para a comercialização de produtos agrícolas da região com mercados de outras cidades brasileiras e alguns países europeus.

A formação da hinterlândia do porto começou, portanto, após a década de 1960 com uma fase de prevalência das primeiras organizações, compreendendo a organização do porto e resolvendo as questões naturais que limitavam a chegada dos navios. Ao longo dos anos as medidas de amparo implementadas pelo governo federal se intensificaram culminando com parcerias realizadas que objetivaram a ampliação das obras do porto.

A partir da década de 1960, as cargas movimentadas, além da farinha de mandioca e seus derivados, eram diversificadas em razão da intensificação das exportações. Nessa época, os navios da frota de Henrique Lage foram substituídos pela frota da Companhia Siderúrgica Nacional, criando um longo monopólio de navegação estatal, mas a movimentação de longo curso não era contínua no porto. A importação ou exportação dependia das oscilações do mercado.

No cenário estadual, o governo de Santa Catarina implantava o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Imbituba (PDDI). Em razão do Plano, o estado declarou de utilidade pública áreas que deveriam ser desapropriadas para servir à instalação do complexo industrial, à urbanização e ao sistema viário. Essas áreas compreendiam parte das terras ocupadas pela Comunidade dos Areais – que vê começar assim o seu processo de desterritorialização.

Nesse íterim, foi criada a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (Codisc), que efetuará as desapropriações e coordenará o trabalho com as terras na região, visando atender ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. O início dos processos de desapropriação das terras constituiu o primeiro passo para a desterritorialização das famílias da Comunidade dos Areais da Ribanceira, que sem documentos que comprovassem propriedade ou posse foram

forçadas a sair da área deixando para trás moradias e os cultivos de subsistência.

Na medida em que a Codisc tomava conta das terras, porém, começava também a vendê-las, tornando-as terras particulares, o que deu início ao processo de privatização. Ao mesmo tempo que o espaço público era tomado, o município transformava a cidade em distrito industrial onde deveriam ser instaladas diversas indústrias que atendessem à demanda do complexo industrial. A Indústria Carbonífera Catarinense (ICC) foi a única empresa que se instalou e proporcionou modificações no porto, construindo mais infraestrutura que possibilitou atender às suas próprias necessidades.

Naturalmente, diante do processo de desterritorialização muitas famílias foram desalojadas, não obstante os valores pagos pelas indenizações tenham sido insuficientes. A necessidade de moradia dessas famílias desalojadas impulsionou o surgimento de loteamentos irregulares no entorno da área do porto. A promessa do poder público à época era a criação de numerosas vagas de empregos geradas pelo complexo industrial – o que não foi concretizado, fazendo permanecer as famílias em condições precárias.

Outro fator importante a ressaltar foi a ampliação do sistema de transporte, sobretudo o término das obras da BR-101, sendo a década de 1980 época em que as cargas eram tão grandes que, por vezes, eram recusadas representando a maior movimentação da história. Essa movimentação nos primeiros anos da década coincidiu com a crise do petróleo, favorecendo o transporte do carvão com a redução significativa dos custos. Em seguida, a produção carbonífera entrou em crise, conforme observa Goularti Filho (2002, p. 344):

A crise no setor carbonífero, que já vinha sendo anunciada desde 1986, pode ser visualizada na queda acentuada da produção e oferta de empregos. Em 1989, foram extraídos 13,9 milhões de toneladas de ROM, volume que em 1991 caiu para 6,7 milhões e a oferta de emprego caiu de 7,9 mil para 4,4 mil, respectivamente.

Com a extinção dos subsídios, houve a diminuição da movimentação do porto e a ausência de uma política de diversificação para o enfrentamento da crise demonstrava a dependência de Imbituba em relação à economia carbonífera, uma vez que envolvia o sistema de mineração, a ferrovia, o porto e a Indústria Carboquímica Catarinense.

As alterações nas movimentações de carga no início dos anos 1990 demonstram a procura de soluções para o porto. Para que a hinterlândia fosse ampliada era preciso que a zona portuária se transformasse atraindo indústrias e facilitando a obtenção de cargas. Vale afirmar que a hinterlândia portuária de Imbituba, historicamente, sempre foi influenciada pelas decisões governamentais que procuravam atender prioritariamente aos interesses econômicos hegemônicos da época.

O Porto de Imbituba, portanto, passou por diversos momentos, funcionando em razão de um produto principal que era o carvão. Os outros produtos eram carregados mediante a disponibilidade do porto. As possibilidades para que o Porto de Imbituba vencesse a concorrência, portanto, decorriam da execução de amplos projetos de infraestrutura e as obras realizadas não eram suficientes. Em 1993 ocorreu o fim do transporte de carvão por meio do Porto de Imbituba.

Com a intenção de preservação do seu modo de vida e das práticas de manejo específicas, além do uso comum das terras, no ano 2000 os integrantes da Comunidade dos Areais da Ribanceira se organizaram para a criação da Associação Comunitária Rural de Imbituba (Acordi). Desde então a associação busca, junto a várias instituições, mecanismos de regularização e proteção ambiental das áreas de terra daquela região.

As iniciativas de defesa dos direitos da comunidade foram muitas, inclusive, com propostas de criação de unidades de conservação como Reserva Extrativista, Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou Assentamento Rural, cujos procedimentos se arrastam sem nenhuma solução (Mombelli, 2013).

A partir de 2010, ocorreu o desenvolvimento da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Varella; Duarte; Martins, 2013) e potencializaram-se os processos de mobilização do grupo e sua luta pelos mecanismos legais no intuito de assegurar o reconhecimento do seu território tradicionalmente ocupado. No caso dos Areais da Ribanceira, os registros de diferentes relatos evidenciaram experiências históricas continuadas de expropriação de terras utilizadas em comum há mais de um século, como se pode verificar em Oliveira (2020).

Em 2012 o governo do estado de Santa Catarina assumiu a administração do porto, por meio da SCPAr, cuja concessão pertencia à Companhia Docas desde 1941. Ainda que o Estado tenha assumido a administração do porto, a luta da Comunidade dos Areais da Ribanceira permanece, uma vez que a intenção da SCPAr é colocar em prática projetos de melhoramentos da hinterlândia portuária e do próprio porto cujas modificações interferem diretamente na área que corresponde aos ranchos de pesca da comunidade.

Frente ao processo descrito, resta-nos compartilhar o assombro da população tradicional dos Areais da Ribanceira diante da ostensiva atuação do Estado na defesa e na proteção dos interesses econômicos dominantes que redundam em descaso, violência e no seu abandono. A continuidade da sua reprodução material e dos conhecimentos tradicionais apontam para a necessidade de resgate e manutenção do território e a garantia da convivência no contexto mais amplo da reestruturação da zona portuária.

## Considerações finais

Desde o período dos primeiros ocupantes, não obstante todas as crises vividas – desde a primeira armação baleeira, a organização do porto e o período carbonífero –, no litoral de Imbituba sempre estiveram presentes habitantes que, embora invisíveis ou irrelevantes (do

ponto de vista do poder público) diante do cenário econômico imposto, manejavam a biodiversidade existente, plantavam e supriam suas necessidades básicas por meio da pesca artesanal – consistindo estes elementos os principais indicadores da sua territorialidade.

Nas crises econômicas ocorridas havia o fortalecimento dos conhecimentos comuns e os modos de vida da comunidade local no uso da terra, na pesca e no manejo de espécies nativas que permearam toda a história de desenvolvimento de Imbituba e região e fizeram com que áreas importantes da biodiversidade local fossem preservadas.

A privatização de terras tradicionais impulsionada pelo mito do progresso que culminou na desterritorialização e na tentativa de resistência da comunidade possui ligação direta com toda a trajetória do Porto de Imbituba e a área portuária planejada para expansão e instalação de grandes empresas.

A história de ocupação do município de Imbituba e sua formação social, portanto, esteve intimamente ligada às armações baleeiras e à atividade mineradora, que passou por períodos de crescimento e momentos de crise, como a primeira e a segunda guerras mundiais, a crise dos anos 1930 e a crise do petróleo – mas também às populações tradicionais que lá se reproduziram e construíram um modo de vida que constitui hoje um patrimônio imaterial.

É possível perceber que as crises, tanto internacionais quanto nacionais, foram momentos de crescimento na região. Porém, o processo de territorialização da comunidade também se fortaleceu a cada crise com o uso das terras em comum e a subsistência da população local mediante as atividades de pesca, plantio e manejo dos recursos naturais efetivados pelo grupo, apesar de todo esforço realizado pelo poder público para atender aos interesses econômicos ligados à hinterlândia portuária.

## Bibliografia citada

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (orgs.). **Terras de faxinais**. Manaus: Edições da UEA, 2009.
- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2010.
- ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. 2. ed. São Luís: EdUFMA, 2008.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p. 185-227.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13. ed., 3. reimp. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BELOLLI, Mário; QUADROS, Joice; GUIDI, Ayser. **História do carvão de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2002.
- BOSSLE, Ondina Pereira. **Henrique Lage e o desenvolvimento sul catarinense**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.
- CABRAL, Oswaldo. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.
- GRAVA, Diego da Silva; FLORIT, Luciano; ANTUNES, Douglas Ladik. Cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica e conflitos ambientais territoriais em Santa Catarina. **Novos cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, p. 69-92, maio/ago. 2019.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- KERLINGER, Fred N. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU, 1980.

LITTLE, Paul E. Territórios e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *In: Anuário antropológico 2002-2003*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290.

MAMIGONIAN, Armen. Vida regional em Santa Catarina. *Revista Orientação*, São Paulo, n. 2, p. 35-38, 1966.

MAMIGONIAN, Armen. Indústria. *In: SANTA CATARINA. GAPLAN. Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. p. 104-106.

MARINHO, Thais Alves. Territorialidade e cultura entre os Kalunga: para além do culturalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 80, p. 353-370, 2017.

MARTINS, Pedro. *Messiânicos & Bandoleiros*. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

MARTINS, Pedro; WELTER, Tânia. Território colonial e resistência: o caso dos Schaden de São Bonifácio. *In: COSTA, J. M. da; SHIRAIISHI NETO, Joaquim; FLORIANI, Dimas; LIMA, Rosirene Martins. Políticas socioambientais da esperança: coexistências, resistências e mobilizações*. Curitiba: CRV, 2022. p. 185-203.

MELO, Josemir Camilo. O papel dos investimentos ferroviários ingleses no Nordeste, 1852-1902 (nota para um estudo da história ferroviária). *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 15, p. 363-388, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOMBELLI, Raquel. Comunidade Tradicional dos Areais da Ribanceira. Imbituba (SC): desenvolvimento, territorialidade e construção de direitos. *Revista Estudos Sociológicos*, Araraquara, v. 18, n. 35, p. 325-345, 2013.

NCS – Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. *Comunidade Tradicional dos Agricultores e Pescadores dos Areais da Ribanceira*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/ UEA Edições, 2011.

NEU, Márcia Fernandes Rosa. **Porto de Imbituba**: de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Unisul, 2003.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de. **Desterritorialização e resistência nos Areais da Ribanceira**: a busca de uma comunidade tradicional pelo direito a terra em Imbituba-SC. Tese de doutorado – PPGPlan/Udesc. Florianópolis, 2020.

OLIVEIRA, Elisa Quint de Souza de; ANTUNES, Douglas Ladik; MARTINS, Pedro. Areais da Ribanceira: comunidade tradicional e território em Imbituba/SC. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 175-194, 2020.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina: gênese e transformações recentes. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 98-129, 2003.

RAIMUNDO, Maria da Conceição Moreira Barreto. Vila de Imbituba: do progresso à modernidade e espaço de exclusão. **Veredas da História**, ano 5, n. 2, p. 64-76, 2012.

SANTIAGO, Cristina de Marco. Territorialidade de sitiantes tradicionais no estado de São Paulo. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-20, 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, 2017.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de; SANTOS, Joaquim José Ferreira dos. Territorialidade quilombola e trabalho: relação não dicotômica cultura e natureza. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 201-209, 2019.

VARELLA, Marcelo; DUARTE, Letícia Ayumi; MARTINS, Pedro. Cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas: uma discussão espacial. *In*: RANDOLPH, Rainer; TAVARES, Hermes

M. (orgs.). **Política e planejamento regional: uma coletânea**. Brasília: Movimento, 2013. p. 172-183.

ZANELATTO, Vera Lúcia C. **A caça à baleia na Armação de Imbituba e no Sul Catarinense**. Monografia – História/Unesc. Criciúma, 1992.

ZUMBLICK, Walter. **Teresa Cristina: a ferrovia do carvão**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1987.



# A invisibilização das comunidades Guarani no Plano Diretor do município de Palhoça (SC): as implicações para o planejamento territorial<sup>1</sup>

Fernanda Cerqueira  
Douglas Ladik Antunes

## Introdução

A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, o planejamento urbano no Brasil sofre significativas alterações, dentre as quais destacamos a importância atribuída aos municípios no planejamento territorial, ao determinar sua competência para promover o ordenamento territorial do município, definindo o Plano Diretor<sup>2</sup> como instrumento básico da política urbana. O Plano Diretor passa

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente na *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 180-199, maio/ago. 2022.

<sup>2</sup> O Plano Diretor é um dos instrumentos definidos no Capítulo II do Estatuto da Cidade; este último é a denominação da Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

a ser central no planejamento territorial dos municípios, devendo incorporar os novos marcos democráticos do planejamento e servindo de instância de articulação entre as diferentes políticas públicas em âmbito municipal.

Relacionado a este tema, é importante registrar que as comunidades Guarani ao longo do litoral de Santa Catarina se encontram em um território de intensa expansão urbana e instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura. Somada a isso, a falta de regularização fundiária das Terras Indígenas, aliada às recentes medidas governamentais<sup>3</sup> no sentido de inviabilizar o avanço no reconhecimento dos direitos territoriais originários dos povos indígenas no Brasil, implicam o aprofundamento do contexto de redução territorial e desequilíbrio ambiental do território Guarani.

Nesse cenário, as comunidades Guarani de Massiambu e Morro dos Cavalos vêm sofrendo com a intensificação de invasões, degradação ambiental e discriminação étnico-racial provocadas pelas alterações do Plano Diretor do município de Palhoça, em Santa Catarina. Em agosto de 2020, a Prefeitura Municipal aprovou a Lei Municipal nº 4.847/20, pela qual instituiu a Macrozona Turística do município, “[...] como instrumento de zoneamento, uso e ocupação e ordenação do território”. Segundo a lei, a Macrozona Turística tem como finalidade: “[...] ordenar o território e possibilitar a definição de orientações estratégicas para o planejamento das políticas, programas e projetos em áreas diferenciadas, objetivando o desenvolvimento sustentável do Município”.

---

<sup>3</sup> Como, por exemplo, o Projeto de Lei 490, que propõe alterações que fragilizam o processo de demarcação e possibilita a exploração de recursos naturais em terras indígenas.

A recém-criada Macrozona Turística está localizada na parte sul do município de Palhoça, que corresponde a um lugar sagrado do território tradicional Guarani, onde se encontram as Terras Indígenas Massiambu e Morro dos Cavalos. Apesar da notoriedade da presença indígena no município, explicitada pelos conflitos entre essas comunidades e o poder público, o novo zoneamento não faz nenhuma menção à existência do território Guarani.

Este artigo aborda as consequências da invisibilização das Terras Indígenas Guarani Morro dos Cavalos e Massiambu, bem como os principais conflitos territoriais vividos pelas comunidades indígenas. Visa-se, portanto, analisar as relações dos instrumentos de planejamento territorial, em escala local, com políticas setoriais e o agravamento dos conflitos territoriais.

Para tanto, pode-se resumir as etapas de pesquisa da seguinte forma: a) consulta de documentos de órgãos governamentais e não governamentais, b) participação em audiências públicas para discussão da revisão do Plano Diretor (observação direta), c) análise das alterações no zoneamento do Plano Diretor de Palhoça a partir da instituição da Macrozona Turística, d) elaboração de croquis e mapas com informações do zoneamento e, por fim, e) análise dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das comunidades Guarani de Massiambu e Morro dos Cavalos. Tais procedimentos foram adequados à condição de isolamento social provocada pela pandemia da Covid-19<sup>4</sup>. O amparo teórico da pesquisa se fundamentou centralmente nos conceitos de território e territorialidade (Ladeira, 2007; 2008; Gallois, 2004) e nas discussões relacionadas ao Estatuto da Cidade, às disputas cartográficas (Acselrad; Coli, 2008) e instrumentos de Planejamento Territorial.

---

<sup>4</sup> Para maiores detalhes da pesquisa original, consultar Cerqueira (2021).

## O município de Palhoça (SC), o Plano Diretor e a questão ambiental

A porção sul de Palhoça é o território ao qual correspondem as alterações recentes do zoneamento do Plano Diretor. Nessa região, localizada na Região Metropolitana de Florianópolis, significativa parte da planície litorânea está com suas características ambientais bem preservadas e vêm sofrendo forte pressão pela expansão urbana, resultado da conurbação com a capital do estado de Santa Catarina e demais municípios metropolitanos. Essa mesma região, justamente pela sua importância ambiental, encontra-se amplamente protegida pela legislação ambiental, pois faz parte do complexo de biodiversidade da Mata Atlântica.

O zoneamento imposto formalmente ao interior da Terra Indígena Morro dos Cavalos prevê usos incompatíveis com a categoria Terra Indígena ao desconsiderá-la e invisibilizá-la na Lei Municipal nº 4.847/20. Este fato não contempla, portanto, a legislação indigenista e sua incidência nas políticas públicas municipais – situação que vulnerabiliza o território Guarani ao facilitar sua invasão. Podemos perceber que a invisibilização das comunidades Guarani, aliada à flexibilização da legislação municipal e ambiental, fazem parte de um processo de expansão da urbanização na denominada Macrozona Turística. Portanto, tal invisibilidade se relaciona ao discurso cartográfico, que se situa no âmbito das disputas cartográficas, sendo que os mapeamentos representam a disputa entre distintas representações do espaço que se articulam às próprias disputas territoriais. Assim, o zoneamento deve ser considerado ele mesmo como um enunciado performático, instrumento com consequências práticas no território (Acselrad; Coli, 2008).

Ante o exposto, é fundamental reafirmar a imprescindibilidade da regularização fundiária para efetivação dos direitos territoriais Guarani e, para além, é necessário explorar possíveis articulações entre as políticas ambiental e indigenista e a política urbana visando

a proteção dessas comunidades. Para isso, buscamos compreender como as alterações do Plano Diretor do município de Palhoça afetam o território Guarani, a partir da relação entre diretrizes da gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas da política indigenista e os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, tomando o Plano Diretor como o instrumento articulador das políticas setoriais.

O Estatuto da Cidade, em seu artigo 1º, parágrafo único, “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade, o artigo 2º estabelece uma série de diretrizes gerais. Dentre essas diretrizes é importante destacar temas como gestão democrática, planejamento e ordenação do território e sustentabilidade ambiental – diretamente ligados ao conteúdo do Plano Diretor. Assim, podemos dizer que o Poder Público estará atendendo ao previsto no Estatuto da Cidade quando a aplicação dos instrumentos de política urbana, regulamentados na lei, estiver voltada a essas diretrizes. No capítulo das Diretrizes Gerais constam os parâmetros orientadores da construção da política urbana, dentre os quais destacamos alguns.

O primeiro deles é a garantia do direito a cidades sustentáveis – em sentido amplo, para a presente e futuras gerações. Entre o conjunto dos direitos humanos, esse direito passa a ter vigência como um dos direitos fundamentais da pessoa humana. Reconhece, também, a proteção ao patrimônio – em diferentes dimensões como a cultural e histórica – como parte do direito às cidades sustentáveis. Adiante, preconiza a gestão democrática pela participação popular em todo o processo, desde a formulação, execução e controle de ações para o desenvolvimento da cidade. Para isso, indica a necessidade de reconhecer politicamente a existência de atores sociais com concepções de vida e de cidade que são conflitantes, cujos interesses devem ser discutidos e negociados em esferas públicas e democráticas.

Para viabilizar a execução da política urbana pelos municípios, de maneira a atender às diretrizes gerais, o Estatuto da Cidade estabelece instrumentos urbanísticos a ser utilizados. Em razão do tema abordado, é importante destacar alguns desses instrumentos. Primeiramente, vale pontuar aquele denominado “institutos jurídicos e políticos” (inciso V, art. 4º), que, em sua alínea f, viabiliza a criação de zonas especiais. Essa possibilidade tem sido importante para o estabelecimento de zonas destinadas a proteger povos e comunidades tradicionais que se encontram em situação de insegurança jurídica pela falta de regularização fundiária de seus territórios. Embora inicialmente estivessem voltadas especialmente à regularização jurídica da posse da terra para a população de baixa renda, há algumas experiências que mostram ser possível explicitar, principalmente em contexto urbano ou de expansão urbana, a vulnerabilidade fundiária e a degradação ambiental impostas às populações tradicionais.

Vale destacar, também, o avanço dessa questão na instituição do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) no Plano Diretor, destinado a empreendimentos considerados promotores de alterações significativas no perfil da região na qual pretendem se instalar<sup>5</sup>. Assim, por intermédio da cartografia das diretrizes e objetivos do Plano Diretor, expressa no Macrozoneamento e na instituição de Zonas, é definida a divisão do território que embasa as estratégias de intervenção a partir de um referencial espacial. A Resolução nº 34 de 2005 do Ministério das Cidades, que emitiu as orientações e recomendações quanto ao conteúdo mínimo do Plano Diretor, é bastante clara sobre a necessidade da delimitação de áreas e respectivas destinações nos mapas, com descrições de perímetros, a respeito de toda legislação incidente sobre o uso e ocupação do solo no território municipal (art. 3º, inciso V).

---

<sup>5</sup> Os critérios para realização do EIV, bem como determinadas características das zonas especiais, constam na Resolução nº 34 do Conselho Nacional das Cidades, no artigo 3º, inciso II, e artigo 5º, respectivamente.

Junto a esse movimento, houve a crescente incorporação da questão ambiental nos planos diretores, como é o caso das zonas de interesse ambiental. Observou-se crescente número de planos diretores que incorporaram a questão ambiental entre suas diretrizes gerais, embora poucos tenham previsto mecanismos e instrumentos capazes de efetivar a política ambiental. Segundo estudos que se debruçaram sobre os planos diretores, principalmente na década seguinte ao Estatuto da Cidade, a política ambiental não foi abordada de maneira integrada com as demais políticas setoriais (Santos Junior; Montandon, 2011).

O tratamento segmentado entre os instrumentos e as políticas em questão implicou uma visão dualista entre cidade e natureza que ajuda a fragmentar o tratamento da questão a partir da complexidade dos conflitos e de uma abordagem que envolva, por exemplo, os usos ambientalmente coletivos, fundamentais na relação dos povos indígenas com o território. Ainda, esses estudos apontaram o desafio, frente ao mercado imobiliário, para o enfrentamento dos conflitos advindos das dinâmicas territoriais em áreas de interesse ambiental.

## A territorialidade Guarani na Baixada do Massiambu

O território tradicional Guarani – *Yvy Rupa* – compreende partes da Bolívia, do Paraguai, da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Nas regiões Sul e Sudeste do Brasil encontram-se atualmente cerca de 100 *tekoas* (aldeias), além de outros locais de uso, de paradas provisórias ou sistemáticas e áreas esbulhadas.

Na Região Metropolitana de Florianópolis há cerca de dez *tekoas*. Entre as áreas reivindicadas por tradicionalidade, somente uma foi homologada e atualmente se encontra em processo de reestudo. Na região da Baixada do Massiambu, área afetada diretamente pela criação da Macrozona Turística, estão localizadas: a Terra Indígena Morro dos Cavalos, composta pelas aldeias *Itaty*, *Yakã Porã* e o

Centro de Formação *Tataendy Rupa*, e a Terra Indígena Massiambu – *Pirarupa*.

A Terra Indígena Morro dos Cavalos, com 1.998 hectares, foi declarada como de ocupação tradicional por meio da Portaria Declaratória 771 de 2008 do Ministério da Justiça. Desde então, a comunidade reivindica o avanço no processo de regularização fundiária da Terra Indígena, com a indenização dos ocupantes de boa-fé e sua saída da área declarada, bem como o ato de homologação pela Presidência da República. Diversas ações judiciais contestaram a demarcação, nas quais a decisão foi favorável aos indígenas. Atualmente, a Ação Cível Originária 2.323, a última investida do governo estadual contra o reconhecimento dos direitos territoriais Guarani no Morro dos Cavalos, aguarda julgamento no Supremo Tribunal Federal, estando ligada ao resultado do julgamento com repercussão geral da Ação Cível Originária 1.100, do caso da Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, do povo Laklãnõ-Xokleng, também em Santa Catarina.

A Terra Indígena Massiambu está em processo de identificação por tradicionalidade. No momento, a comunidade vive numa área de apenas 4,6 hectares. Essa área corresponde a um imóvel objeto de sequestro pelo estado de Santa Catarina, o qual foi cedido para a Fundação Nacional do Índio em 1993. O Grupo de Trabalho de identificação foi instituído há mais de dez anos e até o momento não concluiu os estudos. A literatura do século XVI relata a foz do rio Massiambu como importante local de reabastecimento, comércio e trocas entre diferentes grupos não indígenas e indígenas. Naquela época, o local era conhecido como “Porto dos Patos”, propício para aportar as embarcações que ali se abasteciam com mantimentos e água (Antunes et al., 2011; Peres, 2019).

Desde então, cada vez mais a região foi sendo invadida por diferentes grupos de *juruá* (não indígenas) e, à medida que a ocupação da costa litorânea se intensificava, os Guarani se deslocavam de maneira a evitar o contato e decorrentes conflitos. Entretanto, essa região nunca deixou de ser território Guarani e, junto à Ilha de Santa

Catarina, representa um lugar sagrado de referência para o deslocamento das famílias.

A partir da década de 1960 as obras de infraestrutura alteram intensamente a dinâmica espacial da região. A instalação das rodovias BR-101 e BR-282 foi profundamente impactante para a territorialidade Guarani no litoral de Santa Catarina. Com a implantação das rodovias – que na região do Morro dos Cavalos atravessou o território –, o processo de urbanização se intensificou. Decorrem disso as reivindicações de reconhecimento do território Guarani, com a regularização fundiária das terras que tradicionalmente ocupam<sup>6</sup>, que ganharam visibilidade principalmente com as obras de duplicação da rodovia BR-101.

Observamos que, embora a demarcação de terras signifique o confinamento das comunidades em pequenas porções do extenso território Guarani, as comunidades compreendem que atualmente a demarcação é necessária:

Nosso povo deslocou-se em busca de um lugar que garantisse o futuro das crianças e jovens, a permanência de nossas vidas e biodiversidade das florestas. A percepção de território, *Yvy Rupa*, para nós está ligada com a ideia da livre circulação em espaços onde cabem o *Nhandereko*, modo de vida Guarani. A terra são pequenas partes desse vasto território. Hoje essas terras precisam ser homologadas para uma garantia da existência de *tekoas* e do *Nhandereko*, para que consigamos circular pelas *tekoas* com certa segurança, na tentativa de uma vida sem violências vindas de *juruá* (não indígena) (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 16).

Embora para as Terras Indígenas sejam estabelecidos limites físicos, a territorialidade Guarani projeta o território para além desses limites. De maneira geral, autores clássicos desde Ratzel vinham

---

<sup>6</sup> Conforme art. 231 da Constituição Federal.

utilizando o conceito de território como uma porção circunscrita do substrato espacial material, historicamente associado ao recorte político-espacial definido pelo Estado-nação. Atualmente, podemos afirmar que a relação que gera o território envolve poder, para além do poder político – incluindo tanto o poder de dominação quanto o simbólico, de apropriação. Assim, o território, como “campo de força”, seria a projeção espacial de relações de poder (Haesbaert, 2004a; Souza, 1995; 2018).

Nesse sentido, o território seria múltiplo, diverso, já que enquanto “espaço-tempo vivido”, apropriado, admite a sobreposição de territorialidades, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica. Logo, devemos identificar os territórios a partir daqueles que os constroem, reconhecendo os objetivos do controle social, sejam eles de ordem material/econômico-política ou simbólica/cultural. (Haesbaert, 2004b).

Por sua vez, a territorialidade diz respeito às práticas espaciais, que exprimem os elementos culturais presentes nas experiências de ocupação e gestão territorial indígena. Somado a isso, o contato com os não indígenas coloca os grupos indígenas diante de lógicas espaciais distintas das suas, estabelecendo um contexto de confronto entre lógicas espaciais e, por conseguinte, diferentes formas de organização territorial (Gallois, 2004). Sendo a territorialidade construída por meio das práticas espaciais, consideramos essas territorialidades como práticas sociais nas quais a espacialidade é ponto fundamental da forma de organização ou dos objetivos a serem alcançados (Souza, 2018). Assim, diferentes práticas espaciais são combinadas em estratégias sócio-espaciais, que podem ser relacionadas aos diferentes contextos vividos localmente pelos indígenas.

Entre os Guarani podemos observar categorias e conceitos específicos que se relacionam com uma dinâmica de controle social e apreensão territorial que extrapola os limites físicos das aldeias. Ainda, ao estudar a maneira como os Guarani vivem e se organizam social e espacialmente, é importante considerar a diversidade de

origem e vivências dos grupos familiares, e como essas experiências são incorporadas e adaptadas em diferentes realidades locais (Ladeira, 2007; 2008).

Isso porque uma das características fundamentais da cultura Guarani é a mobilidade, que nos remete ao extenso território Guarani. A literatura a respeito da mobilidade Guarani tratou os deslocamentos a partir do motivo mítico (Clastres, 1978), referenciado pelos lugares sagrados em direção ao mar, onde se pode chegar à “Terra Sem Mal” (*Yvy Mara’ yn*), a “Terra Sem Males”, a “Terra Indestrutível”, intensamente abordada na etnografia sobre os Guarani:

Nosso território, *Yvy Rupa*, é a floresta Mata Atlântica, regada pelo oceano Atlântico. Acreditamos que para além do oceano existe a *Yvy Mara’ yn*, a terra sem males, e a chegada nessa terra é a caminhada de nossas vidas. Por isso precisamos nutrir a terra de diversidade, movimentar e plantar nosso alimento, nos alimentar do que plantamos. Dessa forma, nutrimos a plenitude do espírito para que em nossa partida possamos atravessar o oceano na passagem para a Terra sem Males (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 20).

Somado a isso, a mobilidade entre aldeias tece uma rede de relações que confere unidade ao território (Ladeira, 2007; 2008), apesar da descontinuidade física:

Buscamos manter nossos processos culturais através da circulação nas terras, havendo mudanças e trocas de e entre pessoas cotidianamente. Isso faz com que os laços de parentesco sejam conectados sem fronteiras e a ligação das pessoas com o vasto território seja intensa, principalmente para os mais velhos que passam por várias terras durante suas vidas e visitam parentes por todo território (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 16).

A circulação entre aldeias acontece por diferentes motivações como visitar os parentes, troca de informações, casamento, entre outras. A convivência e a reciprocidade são fundamentais no modo de vida Guarani e influenciam a dinâmica de ocupação territorial. Relaciona-se a isso a ética do “caminhar” (*guata*), que por sua vez é fundamental para a saúde Guarani<sup>7</sup>.

A abordagem mais contemporânea é buscar compreender a mobilidade no contexto dos processos históricos que transformaram o modo de concepção e uso do espaço, além de analisar as formas atuais de apreensão da espacialidade e do manejo ambiental, intimamente ligados à Mata Atlântica (Pissolato, 2007; Ladeira, 2007; 2008). São os ambientes associados a esse bioma que fornecem os elementos necessários para a formação de um *tekoa* (aldeia), no sentido ideal de lugar onde se pode viver o *teko* (modo de ser Guarani):

A percepção de território, *Yvy Rupa*, para nós está ligada com a ideia da livre circulação em espaços onde cabem o *Nhandereko*, modo de vida Guarani. A terra são pequenas partes desse vasto território. Hoje essas terras precisam ser homologadas para uma garantia da existência de *tekoas* e do *Nhandereko*, para que consigamos circular pelas *tekoas* com certa segurança (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 15).

Assim, podemos afirmar que a territorialidade Guarani, como prática espacial exercida em profunda relação com a Mata Atlântica, apresenta-se como uma força de resistência no contexto de expansão urbana prescrito na instituição da Macrozona Turística de Palhoça. Ao mesmo tempo que essas práticas Guarani são condicionadas pela existência da Mata Atlântica e a manutenção de suas características, elas produzem as condições de conservação desse bioma na Baixada do Massiambu.

---

<sup>7</sup> Sobre saúde e territorialidade Guarani, ver Passos (2021).

## Interfaces da política indigenista e urbana

No texto da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) observamos referências às diferentes políticas públicas, especialmente àquelas de ordem territorial. Em geral, referem-se à necessidade de participação dos povos indígenas na elaboração dos instrumentos de gestão e planejamento do território. Também afirma as instâncias de participação dessas políticas como legítimas para participação dos povos indígenas e consequente discussão sobre a relação de seus territórios com a sociedade nacional. Essa previsão também consta no Decreto 5.051 de 2004, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o qual prevê a consulta sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetar diretamente comunidades tradicionais e, ainda, que os programas governamentais devem ser efetivados junto às comunidades interessadas desde o planejamento, coordenação, execução até sua avaliação.

Como mencionado, o Plano Diretor do município de Palhoça não incluiu as Terras Indígenas em seu zoneamento, ainda que de maneira menos explícita. Por outro lado, reconhecemos a importância que este instrumento da política urbana tem em regular o uso e ocupação do solo, induzindo a ocupação ou, pelo contrário, criando áreas de uso especial, estratégicas para determinados objetivos de regulação.

Assim, a partir da intersectorialidade entre as políticas urbana e indigenista, interessou-nos estabelecer interfaces e ações possíveis para a implementação de instrumentos que possam contribuir para proteção dessas comunidades Guarani frente à expansão urbana na região da Baixada do Massiambu, parte do extenso território tradicional Guarani.

Para isso, partimos das ameaças e objetivos de “bem viver” indicados nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) dessas comunidades, com o objetivo de reduzir os impactos e violências sofridas cotidianamente. Em seguida, relacionamos essas ações aos

objetivos previstos na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, estruturados em eixos temáticos, para então explorar interfaces com a política urbana, tomando o Plano Diretor como instrumento de articulação entre as políticas.

## Os Planos de Gestão de Massiambu e Morro dos Cavalos e os objetivos da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental

Inicialmente, apresentamos uma tabela, a seguir, que mostra um confronto entre ameaças relatadas nos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas<sup>8</sup> e ações indicadas por eles para o bem-viver das comunidades.

Adiante, relacionamos os objetivos da PNGATI<sup>9</sup> por eixo temático, conforme disposto no art. 4º.

O inciso I, denominado Eixo 1 – proteção territorial e dos recursos naturais, é composto por dez alíneas, dentre as quais destacamos o que segue. O primeiro tema diz respeito à questão hídrica – ela é considerada central nos PGTA's analisados, assertivamente. As áreas que ainda possuem Mata Atlântica, principalmente as mais acidentadas, se destacam pela importância na produção de água. A Mata Atlântica, que é constituída por um conjunto de formações florestais e ecossistemas associados (restingas, manguezais e campos de altitude), é um dos biomas mais ameaçados do planeta. Atualmente está reduzida a apenas cerca de 22% de sua cobertura original, da qual apenas 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares, entre os quais estão localizadas as Terras Indígenas. Assim, as Terras Indígenas, juntamente com as Unidades de Conservação (UC), são fundamentais para a manutenção da sociobiodiversidade da Mata Atlântica (Comissão Pró-Índio, 2013). Além de abastecerem

<sup>8</sup> Esses planos constam no Processo Funai nº 08620.001963/2009-81.

<sup>9</sup> A PNGATI é instituída pelo Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012.

os municípios vizinhos, num contexto de grandes centros urbanos consumidores.

	Ameaças	Ações para o bem-viver
TI10 MASSIAMBU	Monocultura de arroz: obstrução dos afluentes do Rio Massiambu e contaminação hídrica por agrotóxicos	Demarcação da Terra Indígena  Substituição da monocultura de arroz por agrofloresta
	Constrangimento pelo uso do rio	Gestão compartilhada na área do Paest <sup>11</sup> Trilha etnoturística e casa turística
TI MORRO DOS CAVALOS	Expansão do reflorestamento do <i>Pinus</i>	Homologação da TI  Conservação da biodiversidade
	Invasão dos limites da TI	Gestão compartilhada com o Paest Proteger as nascentes
	Divulgação caluniosa de informações sobre os indígenas	Etnoturismo Dar visibilidade às práticas Guarani e à TI

Ameaças e as ações para o bem-viver Guarani.

Adaptado de: Planos de Gestão de Massiambu e Morro dos Cavalos (2021).

O PGTA da comunidade do Morro dos Cavalos denuncia uma situação sobre esse tema. A área dessa TI compreende uma região hídrica muito importante para o abastecimento das comunidades vizinhas. A despeito do serviço de proteção e revitalização das nascentes e cursos d'água pelos Guarani, localmente são veiculadas informações imprecisas de que, com a homologação da Terra Indígena, a

<sup>10</sup> Terra Indígena (TI)

<sup>11</sup> Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Paest).

comunidade Guarani impedirá o acesso à água pelos não indígenas (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 38). Pelo contrário, no Plano de Gestão os Guarani reafirmam que “Para nosso povo, a água é um bem sagrado e comunal, que jamais poderá ser privatizada e não deverá ser contaminada. Além disso, a preservação das matas minimiza os problemas de seca” (Terra Indígena Morro dos Cavalos, 2021, p. 39). Nesse sentido, a alínea f da PNGATI indica que deverão ser promovidas “ações de proteção e recuperação de nascentes, cursos d’água e mananciais essenciais aos povos indígenas” (art. 4º, inciso I).

A divulgação da cultura Guarani e os serviços ecossistêmicos prestados pelos povos indígenas, somados às ações constantes nesse objetivo, podem contribuir para combater a animosidade local causada pela “divulgação caluniosa de informações sobre os indígenas”, que consta como uma das “ameaças” no plano da comunidade de Morro dos Cavalos ou o constrangimento relatado por Massiambu quanto ao uso comum do rio.

A respeito da vulnerabilidade da comunidade Guarani de Massiambu, em razão da demora para finalização do processo de delimitação, a alínea c prevê “[...] a proteção dos recursos naturais das terras indígena em delimitação, por meio de ações de prevenção e de defesa ambiental pelos órgãos e entidades públicos competentes, em conjunto com os povos, comunidades e organizações indígenas” (art. 4º, inciso I). Assim, a defesa ambiental das áreas ocupadas pela comunidade deve ser garantida, durante todo o processo, pelos órgãos e entidades competentes, como, por exemplo, a Fundação Cambirela de Meio Ambiente de Palhoça.

A seguir, no inciso II, Eixo 2 – governança e participação indígena –, há seis objetivos, dentre os quais destacamos a vinculação com instrumentos de planejamento territorial. De maneira mais direta, faz referência à necessidade de participação dos povos indígenas nos processos de zoneamento ecológico-econômico (alínea b) e nos comitês e subcomitês de bacias hidrográficas (alínea d). Também cita a necessidade de participação indígena no monitoramento da qualidade das águas em terras indígenas.

O Eixo 3 – áreas protegidas, unidades de conservação e terras indígenas (inciso III) – reforça a necessidade enfatizada nos planos de assegurar aos Guarani de ambas as comunidades a gestão compartilhada do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Paest)<sup>12</sup>. Indica que planos conjuntos de administração das áreas de sobreposição das Terras Indígenas com Unidades de Conservação sejam elaborados e implementados com os povos indígenas (alínea b), assim como a participação indígena nos conselhos gestores das Unidades de Conservação localizadas em áreas contíguas às Terras Indígenas (alínea c). Conforme já salientado anteriormente, a territorialidade Guarani se dá para além dos limites confinantes das poligonais da delimitação e demarcação de Terras Indígenas, e parcela significativa dessas áreas, de diversos usos pelos Guarani, se encontra dentro dos limites do Paest.

Passando ao Eixo 4 – prevenção e recuperação de danos ambientais (inciso IV) –, constam várias ações voltadas à recuperação e restauração ambiental, incluindo a agrobiodiversidade. Chamamos atenção para as alíneas a, c e d, que tratam de recuperação de áreas degradadas, controle da poluição e uso de sistemas agroflorestais na recuperação de paisagens em áreas degradadas. Esses objetivos estão diretamente ligados às propostas de substituição da monocultura de arroz por agrofloresta, ação que, por sua vez, visa controlar a contaminação hídrica por fertilizantes e defensivos sintéticos (Massiambu). Quanto ao Morro dos Cavalos, a substituição do reflorestamento de *Pinus* por espécies nativas dialoga com o objetivos de recuperação de áreas degradadas e a restauração da biodiversidade.

No Eixo 5 – uso sustentável de recursos naturais e iniciativas produtivas indígenas (inciso V) –, percebemos estreita relação com o eixo anterior, ao passo que promove iniciativas produtivas sustentáveis, como agroflorestas e enriquecimento com espécies vegetais para artesanato. Mas o tema que se destaca é o do etnoturismo. Ambos

---

<sup>12</sup> Cerca de 80% da Terra Indígena Morro dos Cavalos é afetada pelo Paest.

os planos (das duas TIs) citam o interesse em implementar essa atividade, por intermédio de trilhas ecológicas e casa turística. A alínea g objetiva “apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e ecoturismo, capacitando as comunidades para a gestão das atividades”. Essa ação se relaciona diretamente com as possibilidades de avanço no diálogo com o Paest.

Por fim, quanto à necessidade de dar visibilidade às práticas Guarani e às próprias Terras Indígenas, ressaltamos as alíneas a e b do Eixo 6 – propriedade intelectual e patrimônio genético, que trata do reconhecimento, proteção e valorização dos direitos dos povos indígenas “sobre conhecimentos, práticas, usos tradicionais, costumes, crenças e tradições associados à biodiversidade e ao patrimônio genético existente nas suas terras”, inclusive por meio da produção etnocientífica para o fortalecimento de base econômica, social e ambiental. Ainda sobre a visibilidade, o último eixo, 7 – capacitação, formação, intercâmbio e educação ambiental, traz como objetivo central a formação e capacitação não somente dos indígenas, mas também dos não indígenas, principalmente dos quadros técnicos de órgãos públicos que sejam responsáveis pela implementação e execução da PNGATI.

## PNGATI e Planos Diretores: suas interfaces e outros casos de referência

Passamos a identificar interfaces entre as políticas indigenista e urbana, a partir dos temas já destacados, que relacionam as ações previstas nos PGTA e os eixos temáticos da PNGATI.

### *O Zoneamento*

O zoneamento é um instrumento importante para ordenação de grandes áreas do município. Quanto ao município de Palhoça, o estabelecimento das macrozonas urbana e rural contribuiria para a proteção

das áreas de relevância ambiental, já que as regras de uso e ocupação do solo para áreas rurais são mais restritivas do ponto de vista da descaracterização ambiental. Além disso, possibilitaria algum nível de controle quanto à franja de expansão urbana, ao explicitar espacialmente o avanço da urbanização em áreas de interesse ambiental que atualmente possuem características rurais, significando menor pressão no uso e ocupação local.

Já as Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) têm sua origem ligada aos movimentos de defesa de comunidades empobrecidas e luta pela consolidação de assentamentos precários que surgiram nas cidades brasileiras no momento da redemocratização, no final da década de 1970. Esse movimento gerou demandas locais por regularização dessas ocupações. Nesse contexto, a partir da década de 1980 começa a se desenhar o instrumento das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) ou Áreas de Especial Interesse Social (Aeis) como resultado da luta dos assentamentos irregulares pela não remoção e melhoria das condições urbanísticas, além da regularização fundiária.

No caso específico da interface com a política indigenista, a instituição de zonas especiais no zoneamento municipal permite reconhecer a diversidade de ocupações existentes, possibilitando, inclusive, o estabelecimento de planos próprios, qualificados ambientalmente conforme a população de cada zona especial instituída. A aplicação desse instrumento está diretamente relacionada ao “direito às cidades sustentáveis”, como o direito aos meios de subsistência respeitando a pluralidade étnica e cultural, além do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Existem diversas experiências relacionadas à criação dessas zonas, com diferentes nomenclaturas e em diferentes regiões do país. O Relatório dos Planos Diretores da Bahia, realizado pela Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos do Observatório das Metrópoles, revelou a articulação entre os Planos Diretores municipais daquele estado e o registro de identidades territoriais ligadas ao tema ambiental (Costa; Campante;

Araújo, 2011). Em um contexto territorial radicalmente diferente, o município de São Gabriel da Cachoeira, estado do Amazonas, tem cerca de 80% de seu território constituído por terras indígenas. No zoneamento do Plano Diretor, as terras indígenas são classificadas como “Macrozona das terras indígenas”, e em seu texto esclarece o papel do município em relação às TIs e determina a consulta prévia aos povos indígenas para realização de qualquer projeto ou obra naquela macrozona (Fontes, 2010).

Outras duas experiências tratam da invisibilização de comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) nos zoneamentos dos Planos Diretores dos municípios de Pontal do Paraná e São Luís do Maranhão. De maneira parecida com o que ocorreu no zoneamento de Palhoça, esses municípios realizaram o rezoneamento sob demanda, instituindo áreas estratégicas de expansão urbana e instalação de grandes empreendimentos, ferindo o direito dos povos e comunidades tradicionais à consulta, como previsto na Convenção nº 169 da OIT (Ribeiro, 2017; Cunha, 2018).

Interessante ressaltar experiências analisadas por Abirached (2011) da relação entre diferentes zoneamentos e áreas protegidas no litoral de São Paulo. De maneira geral, as comunidades indígenas são reconhecidas no zoneamento do Plano Diretor como zonas de preservação ambiental, turismo sustentável e preservação do patrimônio cultural. Para além, os Planos Diretores incluem em seus objetivos o reconhecimento e valorização do modo de viver das populações indígenas, incluso o apoio para produção de bens culturais. Por fim, registramos o caso do município de Araquari, Santa Catarina, em que, através da judicialização do processo de revisão do Plano Diretor Participativo pelo Ministério Público Federal, a participação das comunidades Guarani foi decisiva para barrar a implementação de zonas industriais sobrepostas às Terras Indígenas no município, embora a pressão da ocupação no entorno venha impondo forte descaracterização ambiental, sob pena da perda de biodiversidade caso as Terras Indígenas restem isoladas (Wipprich, 2020; Nunes Junior, 2019).

Assim, as possibilidades de contemplar as Terras Indígenas no zoneamento são diversas e estão relacionadas à proteção territorial e dos recursos naturais, prevenção de danos ambientais e uso sustentável dos recursos naturais. Em todos os casos, fica claro que o zoneamento não deve ser um mero instrumento técnico de planejamento territorial, mas é a sua politização somada à mobilização das comunidades que poderá servir aos objetivos de bem viver dos Guarani da Baixada do Massiambu.

### *Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV)*

Sem prejuízo à necessidade de estudo prévio de impacto ambiental, nos termos da legislação ambiental, o município pode definir os empreendimentos ou atividades privados ou públicos que dependem de elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança. Conforme inciso VII do art. 37 do Estatuto da Cidade, entre as questões mínimas a ser analisadas nesse tipo de estudo figura o “patrimônio natural e cultural”.

Dessa maneira, o EIV poderia ser utilizado para fazer constar na lei municipal a necessidade de consulta às comunidades Guarani, como medida relacionada ao monitoramento da intensificação da ocupação e instalação de empreendimentos no entorno das terras indígenas na Baixada do Massiambu. Esse instrumento se relaciona aos mesmos eixos da PNGATI que o zoneamento, além do eixo da governança e participação, com a consulta às comunidades indígenas e algum nível de participação indígena em termos de gestão municipal.

### *Democratização da gestão do município*

O tema da participação e da consulta perpassa tanto os PGTA quanto as políticas indigenista e urbana. Destacamos os instrumentos de zoneamento e do EIV pelas possibilidades de intervenção territorial. Contudo, a participação das comunidades é pressuposta para que tais instrumentos sejam aplicados com alguma efetividade. A lei que

institui a Macrozona Turística do município de Palhoça cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Macrozona Turística, de natureza consultiva e fiscalizatória, com atribuição de, entre outras, atuar na formulação de diretrizes de desenvolvimento e apresentar projetos e ações nas questões relacionadas ao meio ambiente. Entretanto, o funcionamento de tal conselho fica condicionado a definições que virão por meio de decreto do Poder Executivo Municipal, ou seja, depende de nova regulamentação.

Embora os conselhos sejam importantes instâncias de participação e consulta, a participação indígena é bastante dificultada. Dentre outras razões, é importante destacar a falta de capacitação legislativa e técnica das prefeituras para o indigenismo, de modo que não é raro presenciar falas preconceituosas e excludentes de agentes públicos nesses espaços. De toda maneira, a exemplo da participação no zoneamento ecológico-econômico e comitês de bacia hidrográfica indicada na PNGATI, o Conselho Municipal deverá ser criado e pode ser uma instância que traga visibilidade às comunidades indígenas, inclusive promovendo capacitação, formação e intercâmbio cultural.

O etnoturismo, atividade proposta nos PGTAs, é um exemplo de ação que envolve esses vários temas, desde a proteção territorial e ambiental, atividade econômica sustentável, até educação ambiental – e promoção do etnoturismo na Macrozona Turística. Sobre esse tema é interessante notar que, na lei que institui a Macrozona, não há previsão de ações para incentivar o turismo de base comunitária e sustentável naquela área, embora o próprio nome a designe como turística.

Certamente os indígenas compreendem os limites da participação, representatividade e decisão nessas instâncias, o que os mobiliza a construir outras estratégias de gestão de seus territórios. Embora seja possível elaborar algumas ações que envolvam ambas as políticas, é preciso reconhecer as limitações da gestão intersetorial a partir da simples elaboração de planos com políticas públicas justapostas.

Surge então a necessidade de se pensar sobre o sentido local de ações políticas de resistência aos processos hegemônicos em curso na Baixada do Massiambu. Nesse sentido, algumas experiências<sup>13</sup>, como a construção de redes e circuitos econômicos alternativos que visem a construção de políticas públicas no âmbito municipal, podem ser consideradas uma prática espacial importante na defesa do território, especialmente entre comunidades tradicionais em situações de conflito por lógicas distintas de apropriação ambiental.

Importante destacarmos o caso da atuação das comunidades de Morro dos Cavalos e Massiambu na ocasião dos incêndios ocorridos na Baixada do Massiambu. Entre 10 de setembro e 11 de outubro de 2019 ocorreram sucessivos focos de incêndio na região, os quais fazem parte das pressões da ocupação das terras locais. Naquela ocasião, os incêndios atingiram grande parte da Zona Primitiva e uma parte da Zona de Recuperação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (Paest, 2019). Além de diversas instituições, dezenas de voluntários e moradores participaram do combate ao incêndio, entre eles as comunidades Guarani. Pelo ocorrido, o governo do estado criou um Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Contingência a Incêndios Florestais na Baixada do Massiambu.

Ainda, a mobilização popular se manteve e as comunidades locais da Baixada do Massiambu organizaram eventos de educação ambiental, com apoio do Paest e diferentes instituições. Disso resultou a criação do “Grupo Técnico Científico de Apoio à Restauração Ecológica da Baixada do Massiambu”, formado por instituições públicas, sociedade civil, moradores, pesquisadores, professores e comunidade Guarani (Paest, 2019).

O plano elaborado conta com diferentes linhas de ação para recuperação da Baixada do Massiambu. No objetivo “Restauração Ecológica”, consta: “Buscar equalização das relações institucionais entre a gestão do Paest e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Entorno

---

<sup>13</sup> Ver o caso das cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica (Grava; Florit; Antunes, 2019).

Costeiro com a Terra Indígena do Morro dos Cavalos” e “Implementar as ações do plano de Manejo do Paest e Plano de Gestão Ekoetno Envolvimento da Terra Indígena do Morro dos Cavalos” (Paest, 2019, p. 25). A linha de ação Ecodesenvolvimento Territorial busca “estabelecer sinergias com o Plano de Gestão Ekoetno Envolvimento da Terra Indígena do Morro dos Cavalos”. Por fim, o Centro de Formação *Taetaendy Rupa*, da Terra Indígena Morro dos Cavalos, fica responsável pela elaboração de um projeto para criação de viveiro de mudas na sede do Paest.

## Considerações finais

É possível afirmar que as alterações no Plano Diretor do município de Palhoça estão relacionadas ao processo de expansão urbana do município que, por sua vez, encontra-se na área de conurbação da Região Metropolitana de Florianópolis. A partir da década de 1970, o município de Palhoça teve um significativo crescimento urbano ligado, principalmente, à instalação de indústrias atraídas pela implementação das rodovias BR-101 e BR-282. Atualmente, a implementação da Macrozona Turística na região sul do município nos aponta que as alterações estão ligadas à flexibilização da intensidade de uso e ocupação do solo.

Assim, a invisibilização das comunidades Guarani na Macrozona Turística está relacionada à disputa territorial, que é expressa também nas representações cartográficas e, portanto, nas disputas cartográficas. Estas, por sua vez, podem ter um papel importante na afirmação de territórios e são instrumentos políticos que explicitam conflitos. Por esta razão, invisibilizar a presença Guarani nessa região interessa ao modelo de desenvolvimento espacializado na Macrozona Turística, já que as comunidades Guarani e sua forma de apropriação espacial fortalecem a manutenção das áreas ambientalmente bem

conservadas, resultando na resistência aos processos hegemônicos de produção e reprodução socioespacial.

Ao estabelecer relações entre os objetivos da PNGATI e o Plano Diretor podemos afirmar que há interessantes possibilidades de articulação entre as políticas indigenista e urbana. Esta última já tem relações mais bem estabelecidas com demais políticas setoriais, como as de saneamento e saúde. Nesses moldes, os instrumentos voltados à questão fundiária, à consulta e participação popular poderiam ser um ponto de contato entre objetivos comuns.

Como exemplo, exploramos o zoneamento e sua potencialidade para a proteção territorial e prevenção de danos ambientais, o Estudo de Impacto de Vizinhança e a necessidade de consulta aos moradores possivelmente impactados e a possibilidade de monitoramento da ocupação do entorno das comunidades Guarani e a democratização da gestão do território por meio da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Obviamente, a politização dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade é requisito para alcançar as diretrizes estabelecidas. Como observamos, a instituição da Macrozona Turística do município de Palhoça, sem a participação da população e suas organizações, não atende às diretrizes do Estatuto da Cidade, mesmo porque foi implementada em atendimento a dinâmicas alheias ao interesse da “cidade de direito”. Assim, podemos afirmar que no caso das alterações do Plano Diretor de Palhoça, o Poder Público não está atendendo à previsão legal de aplicação dos instrumentos da política urbana regulamentados na lei.

Ademais, a aprovação da lei que alterou o Plano Diretor se deu durante a pandemia, impedindo a participação popular, especialmente a dos povos indígenas, devido à vulnerabilidade epidemiológica dessas populações e a necessidade do distanciamento social. Essa situação caracteriza o descumprimento da consulta livre, prévia e informada sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetar os povos indígenas, conforme disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Para além, é necessário apontar a sobreposição de instrumentos e unidades de planejamento e gestão. Há pelo menos três deles com diferentes abordagens que podem incidir no território das comunidades Guarani na Baixada do Massiambu. O primeiro, da municipalidade, no qual verificamos a invisibilização; do Paest, que de certa forma limita a territorialidade Guarani; e dos limites da própria Terra Indígena, como categoria jurídica. Essa diversidade de unidades de planejamento, e a falta de articulação entre elas, define um cenário que requer alguns apontamentos e reflexões.

O primeiro diz respeito a reconhecer que são esferas diferentes de planejamento, o que requer diferentes “lugares” de participação social, ampliando as demandas de lideranças e sujeitos envolvidos com esse tipo de atividade nas comunidades. Além disso, são instâncias de diferentes discursos, e até mesmo domínios técnicos, muitas vezes contraditórios. De partida, citamos como exemplo o campo do direito, pois envolvem legislações e normativas diferentes, sobrepostas. Ademais, em relação aos instrumentos correlacionados, também há uma diversidade (como audiências públicas, zoneamentos, planos de manejo, etnomapeamentos, entre outros).

Importante ressaltar que a desarticulação entre essas unidades de planejamento dificulta o processo de participação, que por sua vez facilita a invisibilização das comunidades. Assim, além de combater o processo de invisibilização, que tem como contexto os divergentes interesses políticos e econômicos e uma complexidade de gestão, é necessário construir possibilidades de planejamento e gestão da questão territorial indígena de forma integrada.

É importante ressaltar, por fim, que as considerações aqui apresentadas não propõem a substituição do dever do Estado brasileiro de demarcar as Terras Indígenas de Massiambu e Morro dos Cavalos, cumprindo todas as fases da regularização fundiária. Como bem afirmam os Guarani por meio de seus planos de gestão, somente o reconhecimento de seus territórios, com o processo de demarcação das Terras Indígenas, garantirá a mínima segurança para as famílias que

nelas se encontram. Assim, buscou-se refletir sobre as possibilidades de atuação para a proteção das comunidades dado o contexto atual de vulnerabilidade territorial e flexibilização da legislação ambiental do país, de maneira a minimizar os impactos e ameaças do entorno, especialmente enquanto perdurarem os processos de demarcação dessas Terras Indígenas.

## Bibliografia citada

- ABIRACHED, Carlos Felipe de Andrade. **Ordenamento territorial e áreas protegidas: conflitos entre instrumentos e direitos de populações tradicionais de Ubatuba-Paraty**. Dissertação (Mestrado) - Desenvolvimento Sustentável/Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Regis (orgs.). Disputas territoriais e disputas cartográficas. *In*: ACSELRAD, Henri. **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2008. p. 13-43.
- ANTUNES, Adão Karai Tataendy et al. **Yvy ojevý ija ete pe: a terra que volta ao verdadeiro dono**. Palhoça: Funai, 2011. 60 p.
- CERQUEIRA, Fernanda. **A invisibilização das comunidades indígenas no Plano Diretor do município de Palhoça (SC): o território Guarani e a Macrozona Turística**. Dissertação (Mestrado) – PPGPlan/Faed/Udesc. Florianópolis, 2021.
- CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO. **Terras Indígenas na Mata Atlântica: pressões e ameaças**. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 2013.
- COSTA, Heolisa Soares de Moura; CAMPANTE, Ana Lúcia Goyatá; ARAUJO, Rogério Palhares Zschaber. A dimensão ambiental nos Planos Diretores de municípios brasileiros: um olhar panorâmico sobre a experiência recente. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Daniel Todtman (org.) **Os planos diretores municipais**

**pós-Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Cidades/IPPUR/UFRJ, 2011.

CUNHA, Isabella Madruga da. **Cidade, lei e desenvolvimento:** Pontal do Paraná, uma estrada para o futuro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento/ UFPR. Curitiba, 2018.

GRAVA, Diego da S.; FLORIT, Luciano Félix; ANTUNES, Douglas Ladik. Cipozeiras e cipozeiros da Mata Atlântica e conflitos ambientais territoriais em Santa Catarina. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, Curitiba, p. 69-92, maio/ago. 2019.

FONTES, Mariana Levy Piza. **Urban master plans in Brazil:** a case study. 2010. 336 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Demarcação de terras.** Disponível em: <http://antigo.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 3 mar. 2021.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In:* RICARDO, Fany (org). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza:** o desafio das sobreposições territoriais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territories” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. **Terra Livre**, São Paulo, n. 23, 2004b.

LADEIRA, Maria Inês. **O caminhar sob a luz:** território Mbya à beira do oceano. São Paulo: Unesp, 2007.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya:** significado, constituição e uso. São Paulo: Edusp, 2008.

NUNES JUNIOR, Orivaldo. Povos indígenas e plano diretor de Araquari, SC: presença Guarani na conservação da biodiversidade. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 29, p. 46-62, 2020.

PAEST – Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (org.). **Plano de Ação para a Restauração Ecológica da Baixada do Massiambú**. Palhoça: Paest, 2019.

PASSOS, Henrique Schlossmacher. **A pandemia de Covid-19 no território guarani M'bya do Polo Base de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado) – PPGPlan/Udesc. Florianópolis, 2021.

PERES, Jackson Alexsandro. De parque a APA: uma análise do processo de recategorização de parte do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro-SC. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 114-134, jan./abr. 2019.

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental: Terra Indígena Massiambu. **Comunidade Guarani de Massiambu-Pirarupa**. Palhoça: Guarani, 2019.

PISSOLATO, Elizabeth. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo Mbya (Guarani)**. São Paulo: Unesp, 2007.

RIBEIRO, Thayana Bosi Oliveira. **“Invisibilidade” das comunidades tradicionais: análise sobre a aplicação da consulta prévia, livre e informada na revisão do Plano Diretor e Lei de Zoneamento da cidade de São Luís/MA**. Dissertação (Mestrado) - Direito/CCSO/UFM. São Luís, 2017.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTANDON, Saniel Todtmann. Síntese, desafios e recomendações. *In*: MONTANDON, Saniel Todtmann; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (orgs.). **Os Planos Diretores Municipais Pós-Estatuto da Cidade: balanço crítico e perspectivas**. Rio de Janeiro, RJ: Observatório das Metrôpoles; IPPUR/UFRJ; Letra Capital Editora, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento *In*: CASTRO, Iná de et al. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS (Palhoça). **Plano de Gestão Territorial e Ambiental:** Terra Indígena Morro dos Cavalos. Palhoça: Guarani, 2021.

WIPPRICH, Samuel H. **Cidade para quem?** Flexibilização da legislação urbanística e a revisão do Plano Diretor em Araquari-SC. Dissertação (Mestrado) – PPGPlan/MPPT/Udesc, Florianópolis, 2020.



## Presença, ocultação e permanência: os Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis<sup>1</sup>

João Mitia Antunha Barbosa  
Orivaldo Nunes Júnior  
Douglas Ladik Antunes

### Introdução

A partir das fontes e referências históricas, pretende-se problematizar legislações, discursos e práticas estatais em matéria de política indigenista, à luz de casos concretos – como o do estado de Santa Catarina e mais especificamente do povo Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis, referencial empírico da presente pesquisa –, assim como das fronteiras da atuação indigenista.

É nesse contexto que emerge a hipótese de que o Indigenismo de Estado não pretende resolver passivos históricos ou combater hierarquizações sociais mas, sim, ocupar, expandir e gerir territórios

---

<sup>1</sup> Este texto foi originalmente publicado na revista *Campo-Território: revista de geografia agrária*, Uberlândia, v. 17, n. 46, p. 109-132, ago. 2022.

estratégicos visados por interesses específicos. Territórios estes ocupados ou reivindicados por povos indígenas. Parafraseando o antropólogo e indigenista brasileiro Darcy Ribeiro, que ao falar de educação afirmou que “a crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”, seria possível questionar: se a crise do Indigenismo no Brasil não é uma crise, seria então um projeto?

Em que pese a resistência permanente dos povos indígenas brasileiros, ao retrair as matrizes históricas e teóricas dessa prática de Estado repleta de paradoxos é possível observar, a partir de suas manifestações ao longo dos séculos, atravessando diferentes governos e regimes, como ela imprimiu suas contradições latentes em diversos contextos sociais e territorialidades singulares, assim como em atos administrativos, textos legislativos e ordenamentos jurídicos, mantendo seu jugo sobre povos e territórios até os dias atuais.

Nesta perspectiva, o Indigenismo seria uma política (ou forma de exercício de poder) eminentemente latino-americana, oriundo mais precisamente do Estado Nacional mexicano das primeiras décadas do século XX. Atribui-se como uma das fontes originárias dessa política de Estado a Revolução Mexicana de 1910, ano que, curiosamente, corresponde também ao da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), primeira agência governamental de assuntos indígenas do Brasil republicano, órgão que seria transformado em 1967 na atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

O Indigenismo – “joia da Revolução Mexicana”, para empregar o termo cunhado de forma crítica por Claudio Lomnitz (2002, p. 125-158) –, como forma de uma ideologia administrativa que estruturou as políticas estatais para com as populações e territórios indígenas, descontextualizou-se, migrando e disseminando-se por toda a América Latina. De fato, um fenômeno de dispersão do termo Indigenismo, com significados diretamente associados ao contexto mexicano, pode ser observado, inclusive no Brasil. Embora neste país tenham se desenvolvido outras escolas ou tradições bastante singulares de

gestão e administração dos povos indígenas e de seus territórios – como, por exemplo, a “tradição sertanista” de atração ou pacificação –, o Indigenismo brasileiro incorpora essa matriz de forma bastante expressiva.

Longe do que poderia supor o senso comum, o Indigenismo não representa uma prática política voltada exclusivamente a atenuar desigualdades e hierarquias sociais. Trata-se efetivamente de uma prática pós-colonial que serviu e ainda serve para explorar e determinar os rumos de espaços geográficos estratégicos do ponto de vista econômico e geopolítico.

Na primeira parte do trabalho pretendemos traçar algumas linhas de reflexão que nos permitam, antes de qualquer coisa, entender a que nos referimos quando fazemos menção à categoria “Guarani”; ou, em outras palavras: de quais “Guarani” estamos falando? Buscaremos aqui, portanto, realçar e descrever alguns aspectos importantes relacionados às sociedades Guarani como, por exemplo, sua organização geográfica no espaço, seu histórico de pertencimento e permanência em dado território, assim como certos traços culturais.

Por um lado, essa “caracterização” inicial do universo Guarani nos dará suporte para que possamos refletir concretamente – sobretudo a partir da segunda parte do trabalho – a respeito de outra categoria problemática que atravessa a história do país: o “Indigenismo” (ou as “Políticas Indigenistas”) e as formas como essas Políticas de Estado incidem sobre os povos e territórios indígenas.

Por fim, entendemos que as referências trazidas importam para que possamos situar – na terceira parte do trabalho – as estratégias contemporâneas de resistência e reterritorialização do povo Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis e da TI Morro dos Cavalos.

Metodologicamente, o trabalho de pesquisa, fonte deste artigo, se baseou em revisão bibliográfica e documental em que utilizamos livros, teses, dissertações e artigos relacionados com a temática Guarani e Indigenista, assim como outros levantamentos documentais e fontes históricas sistematizados e a contribuição de outros colegas

do campo Indigenista<sup>2</sup> que apresentaram materiais valiosos para o artigo.

## A presença: território Guarani – cinco séculos de resistência e de fontes históricas

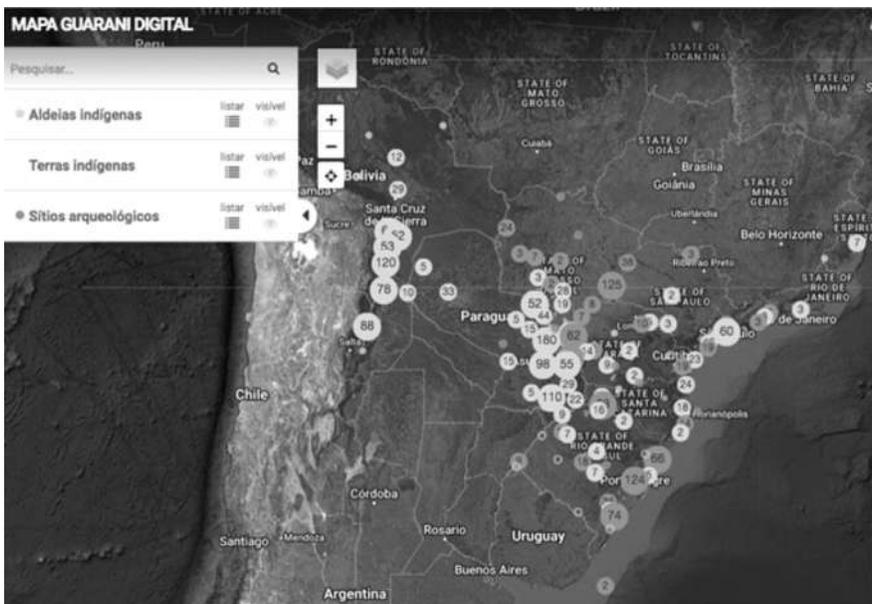
Recuperar informações a respeito do universo polissêmico contido na categoria “Guarani” é indispensável, portanto, para que se possam compreender minimamente as dimensões da territorialidade, dos deslocamentos e dos anseios políticos contemporâneos dessas sociedades. Pablo Antunha Barbosa nos apresenta uma interessante perspectiva na tentativa de descrever o universo Guarani. Segundo o autor, “Em toda a parte sul das terras baixas da América do Sul, provavelmente não há nenhum grupo ameríndio que tenha prestado apoio e sido descrito tão continuamente ao longo do tempo como as sociedades de língua guarani” (Antunha Barbosa, 2014, p. 35).

O povo indígena que ocupa o território da Região Metropolitana de Florianópolis onde está localizada a Terra Indígena Morro dos Cavalos, e sobre o qual nos debruçaremos na última parte deste escrito, identifica-se como Guarani, grupo pertencente à família linguística Tupi-Guarani, que por sua vez faz parte do tronco Tupi (Rodrigues, 1985). De acordo com os estudos etnológicos e históricos contemporâneos, a categoria “Guarani” designa diversas etnias da família linguística Tupi-Guarani e que apresentam traços culturais similares. O etnônimo pode, no entanto, ser considerado excessivamente genérico, pois a ocorrência de certa homogeneidade cultural ou linguística não permite que se omita a diversidade interna existente entre as

---

<sup>2</sup> Destacamos as contribuições de Fernanda Cerqueira, Juliano Pilotto, Ricardo Leinig e, principalmente, ao trabalho de sistematização de fontes documentais e históricas realizado por Pablo Antunha e Kaio Domingues Hoffmann, que, muito generosamente, compartilharam trabalhos técnicos e pesquisas históricas.

sociedades falantes da língua Guaraní do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia, países pelos quais se estende uma vasta região de presença Guaraní, que vai da costa sudeste e sul do Brasil até o sopé oriental dos Andes, na parte meridional da Bolívia, passando ainda por grande parte do Paraguai e pelo norte da Argentina. Ou seja, a despeito dessa nítida continuidade territorial e linguística, é necessário registrar a existência de enormes heterogeneidades socioculturais no interior dessas sociedades.



Mapa Participativo Guaraní Digital com a localização de Aldeias, Terras Indígenas e sítios arqueológicos.

Fonte: Comissão Guaraní Yvyrupa com apoio do Centro de Trabalho Indigenista (<https://guarani.map.as/>).

Um dos primeiros registros de que se tem notícia a respeito do contato de navegantes europeus com povos autóctones que ocupavam a região geográfica hoje denominada de Santa Catarina decorre do naufrágio de uma das naus da expedição espanhola de Juan Diaz de Solís, que retornava do Rio da Prata, no ano de 1516, próximo ao

que posteriormente passou a se chamar Ilha de Santa Catarina. Os 11 tripulantes sobreviventes alcançaram o continente em frente à ilha, em localidade que corresponde hoje ao município de Palhoça, e se estabeleceram junto aos “índios” do local, consolidando ao longo de 12 anos relações políticas que permitiram a criação de bases de apoio logística aos europeus, utilizando-se da extensa rede Guarani para realizar explorações mais longínquas (Noelli, 2004).

De acordo com Sílvio Coelho dos Santos (2004), graças à produção indígena e à sua situação geográfica, a região da baía da Ilha de Santa Catarina e continente tornou-se um dos principais portos para abastecimento e reparo das embarcações europeias que iam em direção ao sul a caminho do Rio da Prata ou que de lá retornavam.

Outra informação relevante dando conta da ancestralidade da territorialidade indígena na região aponta que Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, então governador do Rio da Prata nomeado pela Coroa espanhola, liderou uma marcha entre os anos de 1541 e 1542, guiada pelos Guarani, partindo da Ilha de Santa Catarina até chegar em Assunção no Paraguai, cidade que foi fundada em 1536 também a partir de um antigo aldeamento Guarani (Pauli, 1987). Essa expedição, assim como diversas outras, utilizaram o famoso caminho de Peabiru, estrada indígena com mais de 3 mil quilômetros que passava por rios e florestas e integrava locais que hoje fazem parte do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia e Peru.

Ao longo desse trajeto a expedição estabeleceu relações com diversas aldeias, tanto Guarani quanto de outros povos indígenas, sendo que as inúmeras campanhas expedicionárias desse tipo, fartamente registradas pelos exploradores europeus da época, atestam que já no século XVI as sociedades Guarani da região dominavam uma imensa teia de ramais de comunicação terrestre, traçando regularmente percursos que ligavam o litoral ao interior do continente (Bond, 2009).

Curioso notar que, de acordo com o historiador Lucas Boiteux, a denominação de “Patos” para os Guarani da região se deve ao fato

de que eram os indígenas que habitavam a região onde se situava o Porto dos Patos, localizado na várzea do rio Massiambu (atual limite sul da TI Morro dos Cavalos), posicionado no continente em frente à Ilha de Santa Catarina, conhecida à época como Ilha dos Patos (Boiteux, 1917).

Diversos mapas históricos, geográficos ou etnográficos sinalizam a presença Guarani na região empregando uma multiplicidade de designações como Carijós, Cariós, Patos, Arachane, entre outras. O que nos interessa aqui, além de apresentar as diversas designações históricas empregadas para identificar as populações Guarani do estado de Santa Catarina, é demonstrar sua presença ancestral na região.<sup>3</sup>

Como se pode imaginar, todas essas iniciativas – expedições dos navegadores, exploradores, mercenários europeus e, posteriormente, bandeiras, descimentos e missões jesuíticas – que ocorreriam em larga medida de forma paralela, marcaram definitivamente tanto o início da colonização das terras brasileiras quanto a relação das sociedades indígenas com os exploradores que desembarcavam em seus territórios. O contato com essa gama variada de europeus desencadeou não apenas uma intensa dispersão, mas também diversas epidemias cuja mortandade explica a depopulação das sociedades Guarani do litoral sul do Brasil no período (Noelli, 1997).

Contudo, é fundamental frisar que, a despeito da existência de relatos que sugerem que a Ilha de Santa Catarina teria sido abandonada

---

<sup>3</sup> De fato, inúmeros viajantes europeus registraram ao longo do século XVI sua passagem pelo atual estado de Santa Catarina, dando conta não apenas de sua permanência na região junto aos grupos Guarani, mas também as relações e apoio logístico e material que obtiveram para poder prosseguir com suas expedições. A título de exemplo podemos citar Gonneville em 1504, Aleixo Garcia em 1515, Caboto em 1526, Cabeza de Vaca em 1541, Hans Staden em 1548, Schmidel em 1552.

pelos indígenas (Pauli, 1987)<sup>4</sup>, de acordo com Darella há diversos outros informes em sentido contrário. Uma carta de 1606 da Câmara de São Paulo, por exemplo, informa que apesar da ação das expedições, das bandeiras e das missões, os Carijós “podem ser duzentos mil homens”. Outros registros do ano de 1612 estimavam que houvesse “mais de 10.000 Guaranis mansos” habitando o porto Laguna, em Santa Catarina (Darella, 2004, p. 133).

O povoamento da Ilha de Santa Catarina e do continente tinha como finalidade principal o desenvolvimento da infraestrutura necessária para os projetos expansionistas de Portugal na região (Coelho dos Santos, 2004). A partir dessa ocupação começam a ser construídas diversas fortificações na ilha e nos arredores. Entre os anos de 1739 e 1748, o então governador da Ilha de Santa Catarina, engenheiro Silva Paes, iniciou a construção dos fortes de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa, Santo Antônio dos Ratores e Nossa Senhora da Conceição. Pesquisas arqueológicas encontraram fragmentos de cerâmica Guarani na praia abaixo da fortificação de Santana (atual bairro do Estreito em Florianópolis) construída a partir de 1761, prova de que os indígenas continuaram habitando a região da Ilha de Santa Catarina e o continente em face mesmo após o estabelecimento dos imigrantes açorianos (Codevilla Soares, 2012).

Em 1750 é editado o Tratado de Madri, que substituiu o Tratado de Tordesilhas (já não mais respeitado na prática), estabelecendo limites mais precisos entre as colônias das Coroas portuguesa e espanhola (Cari; Sampaio, 2019). Assim, os Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguai passaram ao domínio português, todos os seus habitantes devendo deixar as reduções levando apenas os bens móveis e semoventes. Os Guarani não aceitaram sair de suas terras e guerrear contra o exército ibérico, que uniu portugueses e espanhóis contra

---

<sup>4</sup> De acordo com Pauli (1987, p. 58): “Uma carta enviada pelo espanhol Juan Ortiz de Zarate, em 29 de março de 1576, revela que o despovoamento indígena começara pela Ilha de Santa Catarina. Em 1635 o missionário Inácio Sequeira declara a Ilha totalmente deserta”.

indígenas na chamada Guerra Guaranítica (1754-1756). A guerra foi vencida pelos ibéricos, deixando 1.511 guerreiros Guarani mortos. Isso fez com que boa parte dos sobreviventes Guarani se dispersasse rumo a outras regiões, enquanto outra parte permaneceu na região de Sete Povos, participando nas missões orientais, que passariam a ser administradas por Portugal a partir da primeira metade do século XIX (Fontanella, 2013).

Outro fato relevante no âmbito da Política Indigenista colonial se dá em 1757, quando o Marquês de Pombal, secretário de Estado do reino de D. José I, torna pública e oficial a lei que determina a extinção dos trabalhos missionários em aldeamentos e a expulsão dos jesuítas do estado do Grão-Pará e Maranhão no Brasil, decisão que será estendida um ano depois a todos os estados brasileiros. Essa lei, conhecida como Diretório dos Índios, dispunha sobre os aldeamentos indígenas, elevando-os à condição de vilas, que passariam a ser administradas por um diretor. A partir de então o governo passou a implantar uma série de medidas integracionistas e assimilacionistas, incentivando a presença de brancos nos aldeamentos com a finalidade de repartir a mão de obra indígena entre os colonos. Determinava também o uso exclusivo da língua portuguesa, incentivava casamentos interétnicos entre indígenas e descendentes de europeus, estabelece a incapacidade indígena para o autogoverno, secularizou a administração de aldeias, e elevou, de fato, vários aldeamentos indígenas à condição de vilas portuguesas (excluindo-se obviamente de seus registros os nomes indígenas) e, por fim, obrigava os indígenas a adotarem sobrenomes portugueses, geralmente o nome do próprio diretor da vila (Perrone-Moisés, 1992).

No início do século XIX registra-se um forte crescimento da produção agrícola da Ilha de Santa Catarina, consequência direta da demanda de abastecimento do porto local. Nesse período o porto determinava uma importante demanda por produtos agrícolas e florestais, fato que gerou a busca por novas áreas de exploração no interior do continente. A procura por novas áreas estava igualmente relacionada

com o intenso crescimento demográfico decorrente da posição estratégica que o porto assumiria no período. Se em 1785 as referências demográficas da região apontam que esta não ultrapassa a cifra de 3 mil pessoas (La Pérouse, 1797 *apud* Haro, 1979), em 1803 já há registros de 10.142 habitantes (Lisiansky, 1814 *apud* Haro, 1979) e, em 1807, Mawe informa: “Toda a população da ilha e seus arredores atinge cerca de 30.000 almas” (Mawe, 1821 *apud* Haro, 1979, p. 204), o que representa um crescimento populacional surpreendente para os padrões urbanos da época. Chamisso, que esteve em 1815 na Ilha, chegou a utilizar o termo “superpopulação” para se referir à sua ocupação humana (Haro, 1979). Para além do sistema e das dinâmicas coloniais e de exploração fartamente documentadas na literatura sobre o período (Rubbo, 2016), é fácil supor o impacto e a pressão que esse fenômeno repentino tenha causado sobre o meio ambiente, os recursos naturais e o território das sociedades indígenas locais.

Esse aumento crescente da ocupação europeia na região oferecia basicamente três alternativas aos Guarani que resistiram na ilha e seu entorno: o trabalho escravo nas vilas, a fuga em direção ao interior ou o isolamento voluntário a uma distância relativamente segura das áreas habitadas pelos colonizadores, isto é, nas “terras próximas” e adjacências.

A dispersão Guarani motivou fluxos migratórios para aldeamentos como São Nicolau de Rio Pardo, a cerca de 100 quilômetros de Porto Alegre (Garcia, 2007), onde os indígenas conseguiram manter certa mobilidade em terras sob domínio português e espanhol, através das chegadas e saídas de famílias (para diferentes lugares, matas e vilas) e de sua participação militar nos exércitos portugueses ou revolucionários durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845) (Neumann, 2011). Em 1839, por exemplo, a milícia farroupilha tomou a cidade de Laguna, dirigindo-se em direção à planície do rio Massambu, onde o exército conseguiu conter seu avanço por meio de um entrenchamento justamente na região do Morro dos Cavalos (Costa, 2006).

Em resumo, os Guarani que “fugiram”<sup>5</sup> da costa catarinense para o oeste entraram em relações mais ou menos próximas com os equipamentos urbanos das missões religiosas e dos aldeamentos por elas promovidos, o que lhes permitiu relativa autonomia e prosseguir movimentando-se pelo entorno das vilas e pelos caminhos que unem as regiões de seu território histórico. Dessa forma, tendo em vista os percalços que encontraram no interior, é possível notar não apenas que as fugas não foram unidirecionais, mas também que elas admitem movimentos de idas e vindas pelo território, de fluxo e refluxo em função das circunstâncias da ocupação de origem europeia. Assim, a permanência Guarani no litoral de Santa Catarina não significou necessariamente a permanência das mesmas famílias indígenas na região, mas a continuidade de uma rede de relações dessas famílias conectando o litoral a outras partes de seu território histórico, geográfico e cultural.

## A ocultação: legislação indigenista, indigenismo(s) e políticas indigenistas

A reflexão proposta anteriormente sobre a história da presença Guarani até meados do século XIX, sobretudo na Região Metropolitana de Florianópolis, é paradigmática na medida em que, contrariamente ao que poderíamos imaginar pela constatação do grande “vazio historiográfico” (de mais de 100 anos) que separa o período colonial e jesuítico do período republicano, as relações entre as sociedades Guarani e o aparato colonial brasileiro eram densas e estruturadas a

---

<sup>5</sup> Utilizamos o termo “fugir” entre aspas por falta de uma palavra mais adequada para ilustrar esse ato que não caracteriza o abandono do território e que permite idas e vindas ao longo do tempo e mesmo gerações, conforme as contingências locais e regionais permitam a prática do que descrevemos como fluxos e refluxos, esquivas e retorno.

partir de rotinas bem definidas e negociadas entre os diferentes atores sociais e os próprios indígenas.

Assim, uma das questões centrais que se colocam aqui é: por que, apesar da existência de fontes documentais sobre o período, o povo e as regiões em questão, a história Guarani do século XIX continuou, em larga medida, sendo ocultada pela historiografia nacional? Um dos caminhos que podem ajudar a oferecer respostas a essa indagação parece residir justamente no giro político experimentado nesse período. Carneiro da Cunha aponta que o século XIX no Brasil é bastante singular, sendo o único da nossa história a ter experimentado três diferentes formas de regime político: colônia, império (que ocupou dois terços desse período) e república (velha).

Assim como outros países da América Latina que passavam por períodos de instabilidade política, transição de regimes e independência, o Brasil usou o índio como símbolo da nacionalidade brasileira. Esse aspecto romantizado do Indigenismo “primitivo” (ou indianismo, nesse recorte específico) não trata, no entanto, de índios reais, buscando na verdade forjar um mito de origem para o Brasil independente. “Os índios exaltados pelo romantismo eram os que já se haviam extinguido. O século XIX, que tanto usou o índio como símbolo da nacionalidade brasileira, teve uma política indigenista francamente pior do que a colonial” (Carneiro da Cunha, 1992, p. 137).

A soma desses dois elementos contraditórios – a ocultação dos indígenas reais, presentes, e a exaltação da imagem de um índio forjado, inexistente – está na base do que o intelectual indígena (Mohawk de Kahnawáno, do Canadá) Gerald Taiiiaike Alfred classifica de “mentiras históricas”, configuradas na forma de “mitologias coloniais” e que hoje determinam a configuração de certas premissas e de estruturas institucionais (Zema; Drumond; Pataxó, 2021).

Como registra Carneiro da Cunha (1992, p. 133), o século XIX “inicia-se em pleno tráfico negreiro e termina com o início das grandes vagas de imigrantes livres” e brancos. Um ponto que marca esse período é determinado justamente pelo fato de que a “questão

indígena” deixa de ser “essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”.

É de fundamental importância ter em mente que em 1850 é promulgada a “Lei de Terras”. Essa legislação regula a ocupação (e a invasão) de terras no Brasil, estabelecendo um novo marco legal fundiário que – apesar de prever garantias expressas para as terras ocupadas pelos povos indígenas – tinha, de acordo com diversos historiadores e sociólogos, como objetivo fundamental proteger os interesses dos grandes proprietários (Antonio de Souza, 2015).

Todos esses temas nos remetem à questão inicial relativa aos motivos do “apagamento” dos Guarani (e não apenas deles) da historiografia oficial do período, pois isso pesa sobre os direitos territoriais desse povo até os dias atuais. Para Carneiro da Cunha (1992, p. 133), mais uma vez, “[...] a política indigenista leva a marca de todas essas disparidades”.

Em termos mais diretos, arriscaríamos dizer que a ocultação ou o apagamento de registros históricos dando conta da presença Guarani em seus territórios tradicionais (hoje reivindicados administrativa e judicialmente, como veremos na última parte), assim como o deslocamento de povos indígenas para os “lugares de índio” (aldeamentos, missões, fazendas, reservas etc.) por meio dos dispositivos legais<sup>6</sup> do período, servem como uma luva quando se trata de liberar suas áreas para que fossem posteriormente classificadas como terras devolutas ou *res nullius* (coisa de ninguém), conforme previa a Lei de Terras de 1850.

A Revolução Mexicana de 1910 é considerada por diversos autores como uma das fontes primordiais em relação às políticas de Estado voltadas aos povos indígenas, um Indigenismo oficial ou, como chamamos aqui, Indigenismo de Estado. O novo ideal nacionalista revolucionário mexicano pautou-se no pressuposto de que, por meio das tradições populares, o passado indígena e o presente revolucionário

---

<sup>6</sup> Vide Decreto 426 de 1845.

se interconectavam e devolviam à nação sua verdadeira face histórica. O imaginário nacionalista revolucionário “[...] era o de que a antiguidade indígena deixava de ser uma realidade morta e estanque numa temporalidade remota para se tornar algo vivo e latente no tempo presente, o tempo da revolução” (Rodrigues, 2014, p. 35).

Do ponto de vista do esbulho fundiário e da desterritorialização, conceitos que serão retomados na última parte do trabalho, é importante que se diga que o início do século XX foi absolutamente determinante para os povos indígenas de Santa Catarina.

Esses fatos marcam não apenas um período específico de intensas mudanças políticas no país – vide temas cruciais como trabalho, escravidão, políticas de imigração, regulação agrária e concentração fundiária –, mas definem de forma decisiva os rumos do Indigenismo e das Políticas Indigenistas do século seguinte. Neste sentido, não seria possível compreender adequadamente o contexto indígena e indigenista contemporâneo sem ter a perspectiva histórica do que ocorre nesse período.

De acordo com Clóvis Brighenti, ao final do século XIX o Brasil ansiava por tornar-se uma nação “una”. No que concerne à política indigenista, o autor destaca a tutela e a integração como dois aspectos fundamentais. A esses dois elementos adicionaremos um terceiro, conforme citado anteriormente, a terra:

Durante as primeiras décadas do século XX, o estabelecimento de áreas reservadas era a maneira encontrada pelos estados para controlar a população indígena e liberar as terras para a instalação de fazendas e vilas. A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como “Lei de Terras”, garantia aos indígenas a posse das terras em que se encontrassem, diferenciando-as das terras devolutas: “as terras que não se acharem ocupadas por posses que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas” (Lei nº 601, de 18.09.1850, Art. 3º). Além da posse legítima/indigenato, a Lei de Terras mandava

reservar, das terras devolutas, as terras necessárias ao aldeamento dos índios. – *Art. 12. O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º para a colonização dos indígenas* (Brighenti, 2015, p. 10).

Da mesma forma, o Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamentou a Lei nº 601, tratava as terras indígenas da seguinte forma:

Art. 3º. Compete à repartição geral das terras públicas: / § 3º Propor ao governo as terras devolutas que devem ser reservadas: 1º para a colonização dos indígenas. / Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu usufructo; e não poderão ser alienadas enquanto o governo imperial por acto especial não lhes conceder o pleno gozo dellas, por assim o permitir o seu estado de civilização.

A primeira Constituição republicana, de 1891, por sua vez, repassava para os estados o domínio das terras devolutas:

Art. 64. Pertencem aos estados as minas e terras devolutas situadas nos respectivos territórios, cabendo à União somente a porção de território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federaes.

A despeito da extensa e dramática história dos períodos coloniais e do império, seria apenas a partir de 1910 e, portanto, 20 anos após o início do período republicano, que seriam criados os primeiros instrumentos administrativos e legais na esfera federal, com o objetivo específico de gerir as relações junto aos povos indígenas do país. É possível dizer que “as políticas iniciadas em 1910 abriram um novo período, a partir do qual a União passou a se responsabilizar e a se

envolver diretamente com a questão indígena, retirando das províncias e líderes locais suas prerrogativas anteriores”<sup>7</sup>.

Efetivamente, no que diz respeito ao Brasil, é curioso notar que 1910 corresponde também ao ano em que foi criado o Serviço de Proteção do Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), primeira agência de assuntos indígenas do país na era republicana. Essa sigla – que acompanharia o órgão até o ano de 1918<sup>8</sup> – é, diga-se de passagem, absolutamente eloquente para expressar os desígnios das Políticas Indigenistas naquele momento: administrar e integrar o indígena – na condição de uma categoria transitória – à sociedade nacional. Com a instituição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), a Política Indigenista passa a ser uma atribuição oficial do Estado brasileiro e não mais de instituições religiosas<sup>9</sup> como ocorria no período colonial.

Nesse sentido, para Souza Lima o Indigenismo brasileiro como uma expertise do Estado teria surgido paralelamente ao Indigenismo revolucionário mexicano, embora haja outras nações latino-americanas que tenham seguido o modelo deste último país de modo muito mais fiel (Antunha Barbosa, 2014).

No primeiro governo (“Governo Provisório”) da era Vargas (1930-1934), o SPI passaria por três distintos ministérios, sofrendo constantes alterações normativas. Em 1939 é criado o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), cuja função era auxiliar o SPI

---

<sup>7</sup> Instituto Socioambiental – ISA. *Órgão indigenista oficial*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org>. Acesso em: 10 mar. 2021.

<sup>8</sup> Em 1918, o órgão passou a se chamar apenas Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a Localização de Trabalhadores Nacionais passou a constituir um órgão próprio. Entre 1930 e 1934, o SPI passou a se vincular ao Ministério do Trabalho. Entre 1934 e 1939, passou a pertencer ao Ministério da Guerra, por meio da Inspetoria de Fronteiras. Em 1940, voltou ao Ministério da Agricultura e, posteriormente, passou para o Ministério do Interior.

<sup>9</sup> Apesar disso, devido à sua notória experiência histórica para lidar com as populações indígenas, religiosos e missionários continuaram a ser amplamente arrematados para atuar junto aos aldeamentos.

no exercício das suas atribuições de oferecer “assistência e proteção aos índios”. Ao longo de sua existência o SPI estabeleceria também fortes relações com instituições acadêmicas como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, instituindo também a partir de 1942 uma seção de estudos científicos no interior do próprio órgão e que seria transferida, no ano de 1954, para o Museu do Índio no Rio de Janeiro, setor que compõe a estrutura descentralizada da Funai até a presente data. Essa estrutura científica, estreitamente ligada com o campo da antropologia, serviria de base para a legitimação técnica de inúmeras ações concretas no campo indigenista. É possível perceber que, ao longo de praticamente toda sua trajetória histórica, o SPI – e posteriormente também a Funai por pelo menos seus 20 primeiros anos de existência – teve de conviver com um intenso paradoxo entre as missões de “pacificação” e “proteção” que acompanham o órgão indigenista (Verdum, 2006).

O Indigenismo brasileiro desse período seria fortemente marcado pelo “protecionismo” e pelo “assistencialismo”, que eram, segundo Verdum (2006), acompanhados também por uma ideia de “produtivismo”, o que configuraria as bases do sistema tutelar, já descritos anteriormente por Gagliardi (1989) e Souza Lima (1995), da Política Indigenista implementada pelo Estado. O SPI chegaria, no entanto, aos anos 1960 imerso numa crise política decorrente de problemas de má gestão de recursos oriundos justamente do patrimônio da “renda indígena” e acusações de corrupção em diversas administrações regionais pelo país. A partir do golpe militar de 1964 deu-se a extinção do SPI, em 5 de dezembro de 1967, por meio da Lei nº 5.371, substituindo-o pela Fundação Nacional do Índio (Funai). A criação do novo órgão trouxe consigo a implementação da chamada “renda anual do patrimônio indígena”, a partir da qual “se institucionalizava que a manutenção do aparato burocrático de ‘pacificação’ e ‘proteção’ dos indígenas deveria ser, parcialmente, custeada pela exploração e comercialização das terras e dos recursos naturais dos territórios indígenas” (Verdum, 2006, p. 31).

Nos anos 1970 a “prática e o saber indigenista” no Brasil tornam-se campos em franca disputa política e ideológica. Essa disputa se dá, sobretudo, entre atores que permanecem atuantes no “órgão indigenista oficial” e outros que eram dissidentes do órgão (em um período de recrudescimento da ditadura) ou que passariam a existir através da formação de outros espaços de formação, atuação e militância política como instituições de ensino e pesquisa, instituições ligadas às Pastorais e à Igreja Católica, recém-criadas associações da sociedade civil, nacionais e internacionais, agências multilaterais e bilaterais de cooperação técnica e financeira no Brasil, entre outras.

Note-se que nesse momento o Indigenismo interamericano estabelecido a partir da tradição mexicana e da antropologia aplicada latino-americana ingressa em período de profunda crise de legitimidade, particularmente por sua associação a processos de “colonialismo interno” e fortes críticas feitas por esses novos atores do campo indigenista e, sobretudo, pelos próprios movimentos indígenas que se organizam (Verdum, 2006).

É importante frisar que nos anos 1980, com o início da abertura política no Brasil, as mobilizações em torno da Assembleia Nacional Constituinte (1986-1987) e a própria promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxeram novos ares ao Indigenismo nacional. Essa nova conjuntura política abriria espaço para articulações políticas e jurídicas a respeito da reafirmação dos direitos indígenas, trazendo à tona diversos temas polêmicos que passaram a figurar nos debates relativos à construção de um novo arcabouço legal indigenista. Esses debates giraram em torno dos direitos indígenas sobre seus territórios tradicionais, a competência da União para demarcar, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, o dever do Estado e o direito dos indígenas de serem consultados quando da execução de atividades de exploração de recursos naturais com impacto em seus territórios e sobre sua população, assim como a questão da capacidade civil dos índios, suas comunidades e organizações para ingressarem em juízo em defesa de seus direitos e interesses, dando um importante passo em direção ao fim da tutela e da incapacidade civil vigentes até então.

## A permanência: política indigenista, dívida histórica e a luta pela Terra Indígena Morro dos Cavalos

No que se refere à Terra Indígena Morro dos Cavalos, julgamos necessário fazer referências prévias às situações mais amplas que englobam tanto as ideologias de ocupação e gestão de territórios quanto certas estratégias indígenas de resistência e luta que se desenvolveram historicamente frente a tais pressões.

Como se viu anteriormente, na costa meridional brasileira as aldeias Guarani se distribuem ao longo de uma vasta área geográfica que se estende do estado do Espírito Santo ao estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Ladeira,

Seu contingente populacional é, salvo exceções, composto por grupos familiares Mbya e Xiripa/Nhandéva que, historicamente, procuram formar seus assentamentos junto à Mata Atlântica e à Serra do Mar. Desse modo, algumas aldeias no litoral de Santa Catarina e de São Paulo apresentam contingente populacional composto por descendentes de casamentos mistos entre Xiripa/Nhandéva e Mbya (2002, p. 12).

Alcindo Moreira, maior ancião Guarani vivo da Região Metropolitana de Florianópolis, possui relatos da ocupação de seu povo na região do Morro dos Cavalos desde a época de Getúlio Vargas. De acordo com o *Xeramõi* Alcindo, a construção da rodovia BR-101 durante a década de 1960 marcou um período de grandes mudanças e tensões para o povo Guarani dessa região, pois a estrada cortou suas áreas de uso:

Aí eu sei, que afinal a federal [BR 101] já ia passar. Aí o que nós ia fazer. [...] Aí sei que chegaram, avisaram [...], aí ela disse, não dá: “eu vou embora, daqui a cinco dias vai chegar a máquina”. E ela de medo, eu acho eu. Eu acho que ela de medo, não ficou. Aí ele ia fazer a estrada



(reservas) oficialmente reconhecidas eram até então a TI Xapecó e a TI Ibirama Laklãnõ, ocupadas predominantemente pelos povos Kaingang e Xokleng/Laklãnõ, respectivamente. Para empregar o termo utilizado por Brighenti, essas duas áreas foram durante muito tempo os únicos “lugares de índio” no Estado:

Do ponto de vista da desterritorialização o início do século XX foi determinante para os povos indígenas em Santa Catarina. A velocidade com que as terras foram vendidas às empresas colonizadoras pelo estado também fez com que duas terras apenas fossem criadas, uma no oeste e outra no vale do Itajaí. Esses eram os “lugares de índios”, mais do que Guarani, Kaingang ou Xokleng, esses eram locais do índio genérico, o índio transitório, o índio que em breve deixaria de ser índio, na interpretação do Estado (Brighenti, 2015, p. 11).

Dessa forma, tanto os indígenas do Morro dos Cavalos quanto aqueles das demais áreas de ocupação Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis não tinham sua presença reconhecida pela Funai, assim como o direito sobre as terras ocupadas ou o direito a qualquer tipo de assistência por parte do órgão indigenista. Os indígenas da região eram invisíveis aos olhos do Estado.

Conforme dissemos, essa situação perdurou até, aproximadamente, 1988 quando foi promulgada a nova Constituição Federal. No entanto, apenas em 1993 a Funai constituiu um Grupo Técnico (GT), por meio da Portaria nº 973/93, com o objetivo de realizar a identificação e a delimitação da Terra Indígena Morro dos Cavalos. Esse GT produziu um primeiro relatório, finalizado em 1995, sugerindo uma área de apenas 121,8 hectares que seriam posteriormente submetidos aos novos parâmetros para a realização de estudos de identificação e delimitação regidos pelo Decreto 1.775 de 1996.

No ano de 2001, em decorrência de pedido da própria comunidade indígena do Morro dos Cavalos, a FUNAI constituiu, por intermédio da Portaria nº 883/2021/PRES/Funai, novo GT de identificação e

delimitação da TI Morro dos Cavalos em conformidade com o artigo 231 da Constituição de 1988, do Decreto nº 1.775/1996 e da Portaria nº 14/1996 do Ministério da Justiça. O resumo do relatório publicado no *Diário Oficial da União* informa que:

Os critérios para definição dos limites da Terra Indígena Morro dos Cavalos foram estabelecidos em função da ocupação atual dos Guarani e dos seus usos, segundo os seus costumes e tradições. Desse modo, muitos locais de uso histórico do grupo não compõem a proposta da Terra Indígena pelo motivo, exposto pelos Guarani, de que não são mais compatíveis ao seu modo de vida, portanto, não devem ser motivo de disputas e indisposição com seus ocupantes atuais. Uma preocupação da comunidade foi a de manter a harmonia com o meio ambiente do entorno e com seus confrontantes. Por outro lado, não querem perder áreas que contenham elementos naturais (plantas, água, acessos, montes, animais, roça), identificados dentro dos limites propostos.

Ficou, portanto, demonstrada a tradicionalidade da ocupação indígena da TI e o cumprimento de todos os trâmites legais estabelecidos pela legislação vigente. Observa-se no contexto da TI Morro dos Cavalos, porém, que a tradicionalidade e o histórico de ocupação não se apresentam como fatores determinantes para a garantia de direitos sobre a terra, mesmo com ampla descrição historiográfica, antropológica e arqueológica. A luta pelos direitos territoriais tem sido demarcada por diversas estratégias do movimento indígena organizado em pauta contra a atuação do próprio Estado, do poder público local, dos proprietários de terras contíguas à TI, da grande mídia.

É notório, conforme já dissemos, que os Guarani são e sempre foram, mesmo antes da chegada dos europeus a este continente, um povo transfronteiriço e transnacional, categorias jurídicas inclusive já reconhecidas pelos ordenamentos jurídicos de países vizinhos como a Bolívia e o Equador. O próprio Estado brasileiro reconhece

explicitamente a Nação como um Estado pluriétnico (nos artigos 215 e 231 da Constituição de 1988), tornando, portanto, obrigatória a aplicação dos dispositivos na proteção dos direitos de seus diversos grupos étnicos. Decorre daí, portanto, no caso dos Guarani, que o reconhecimento de sua identidade étnica Guarani, na condição de uma “nacionalidade” e de um pertencimento fundamental anteriores, é mais do que um imperativo histórico, trata-se de uma obrigação moral e legal do Estado. Ou seja, ser Guarani precede inclusive uma nacionalidade documentada como “brasileiro”, “paraguaio”, “argentino” ou “boliviano”.

Querer estigmatizar os Guarani como “paraguaios”<sup>10</sup> (revelando ainda outro viés xenóforo de parcela da população brasileira), estrangeiros, “monstros” que atrapalham o progresso, corresponde no mínimo a mais uma hipocrisia colonial que tem o objetivo de ocultar a presença indígena neste território liberando-o para outros interesses econômicos. Ao empregar, apoiar ou difundir esse tipo de inverdade e preconceito, o Estado brasileiro e o estado de Santa Catarina estão se tornando cúmplices e agentes do que Taiaiake chama, justamente, de “mentiras históricas” ou “mentiras coloniais” – que possuem o condão não apenas de difundir mentiras pelo simples prazer de difundí-las, mas de, com isso, apagar os Guarani, ocultar suas verdadeiras histórias, apropriando-se de suas terras, de seus recursos, de suas identidades e de seus corpos para arremessá-los na escala mais baixa da estrutura social e do mundo do trabalho.

Por outro lado, é fundamental destacar a agência, o protagonismo e as inúmeras frentes de atuação e resistência da comunidade e das lideranças da TI Morro dos Cavalos: atuação administrativo-institucional, jurídica, legislativa, na área da comunicação, da ação direta, assim como da manutenção e do resgate das tradições, uso e apropriação de novas estratégias para agregar apoiadores e conteúdos simbólicos. Todas essas frentes de ação evidenciam não apenas

---

<sup>10</sup> Termo utilizado pela imprensa. Para maiores informações, consultar Antunha Barbosa (2022).

a habilidade e o dinamismo de suas lideranças, mas igualmente a complexidade das necessárias frentes de luta e de engajamento a fim de tornar efetivas suas reivindicações pragmáticas e seus anseios de projeção de futuro.

Uma dessas estratégias – à qual gostaríamos de dar destaque para ilustrar o debate no sentido de pensar as diversas frentes de atuação, enfrentamento e projeção de futuro sistematizado – foi a construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA) – “Eko-Etno-Envolvimento” da TI Morro dos Cavalos. Trata-se em linhas gerais de um instrumento de planejamento e gestão dos povos indígenas, instituído pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) estabelecida pelo governo federal em 2012. A construção desse PGTA teve início em 2016, com os trabalhos dos técnicos do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) referente ao Contorno Viário da Região Metropolitana de Florianópolis junto aos Guarani que vivem na Terra Indígena Morro dos Cavalos, mas a partir de 2018 passou a contar com o reforço de parceiras e parceiros da comunidade com diferentes tipos de formação, os quais começaram a estabelecer outras dinâmicas para que o Plano se tornasse um longo processo colaborativo feito a várias mãos.

Para a construção inicial de um etnomapeamento, partiu-se de um mapa mental indígena da comunidade, que foi alimentado com dados e informações colhidos em campo a partir de expedições pelo território indígena. Foram identificados diversos aspectos da territorialidade Guarani como caminhos, limites e áreas mais vulneráveis em relação ao acesso de não indígenas. Também se identificaram áreas de caça, pesca, roças, coleta de taquara, cipós e sistemas agroflorestais, nascentes, cursos d’água, pontos de captação, filtros e reservatórios, assim como locais para instalação de áreas de moradia, casa de reza e espaços de lazer. Ao fim do processo foram elaborados diversos mapas, planos de ação e a projeção de metas para apoiar o *Nhandereko* (“nosso modo de vida”) no interior da TI Morro dos Cavalos.

## Considerações finais

Na primeira parte deste artigo buscamos retrazar algumas fontes históricas, sociológicas e antropológicas que permitem descrever aspectos relevantes relacionados com as sociedades Guarani, como sua organização geográfica no referido espaço descrito, seu histórico de pertencimento e permanência em dado território, assim como certos traços culturais.

A segunda parte aprofundou pontos relativos às legislações indigenistas e às Políticas Indigenistas praticadas pelos Estados Nacionais, reflexão fundamental para que se compreenda a forma como se desenvolveu historicamente o (des)encontro entre as sociedades indígenas (notadamente os Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis) e o Estado, determinando não apenas o tipo de relacionamento estabelecido com os povos autóctones aqui presentes e os mecanismos de gestão de territórios, recursos e populações, mas definindo também os modelos de sociedade forjados nessas novas Nações.

Na terceira e última parte apresentamos os desafios concretos, assim como as estratégias de permanência e resistência do Povo Guarani da Região Metropolitana de Florianópolis e mais precisamente da Terra Indígena Morro dos Cavalos, território emblemático que ilustra campos de disputa territorial, política, jurídica e simbólica dentro do vasto cenário indígena e indigenista nacional.

É importante frisar que desde 2019, início do governo de Jair Messias Bolsonaro, o debate em torno dos povos indígenas, assim como de várias outras questões socialmente delicadas (meio ambiente, reforma agrária, educação, gênero), volta a ocupar lugar de destaque na cena política e não sem motivo de forma bastante tensa. Infelizmente, este novo pico de tensões não reflete melhorias, mas sim a busca de implementação, nua e crua, do desmonte de Políticas Indigenistas em vigor e lentamente construídas a partir do período pós-constituente. Nunca é demais recordar as promessas realizadas durante toda a campanha do atual governo, materializada, entre tantos

outros pronunciamentos e medidas, na famigerada frase: “Nenhum centímetro de terra será demarcado no meu governo!”.

É verdade que ataques às conquistas dos direitos indígenas, consolidadas sobretudo na Constituição de 1988, têm sido uma tônica dos governos de turno. No entanto, não há registros de tamanha brutalidade nos discursos e de tamanha violência nos atos por parte de personalidades e instituições públicas com relação a tais direitos, desde pelo menos esse novo marco constitucional. Não caberia aqui elaborar uma crítica mais detalhada desse cenário contemporâneo, mas sim ressaltar que tais discursos constituem uma das diversas facetas da profunda incompreensão sobre os povos indígenas no Brasil. Recorrendo-se aos dados históricos, é possível demonstrar que os argumentos que lhes são subjacentes não só são inadequados, como também antigos e deslocados no contexto brasileiro.

Contudo, apesar de todos os ataques e da permanente carga reacionária com que se defronta o movimento indígena, este tem demonstrado claramente seu vigor, estabelecendo estratégias dinâmicas, frentes de atuação variadas e pontes de interlocução com inúmeros atores que se materializam, por exemplo, em diversas causas vitoriosas recentes frente ao Supremo Tribunal Federal (suspendendo a paralisação de processos de demarcação durante a pandemia, anulando o Parecer 01/2017 da Advocacia-Geral da União, derrubando diretrizes administrativas que visam paralisar a proteção de Terras Indígenas sob o argumento de que não estariam homologadas, entre outras).

Tais iniciativas e frentes de ação reafirmam as estratégias de organização do movimento indígena contemporâneo, denunciando e combatendo forças políticas conservadoras com seus interesses econômicos subjacentes, fazendo prova de extrema habilidade no que se refere à posição de não permitir retrocessos em relação a direitos duramente conquistados. Importa destacar ainda algo que a princípio poderia parecer paradoxal. É justamente em um momento no qual os velhos fantasmas anti-indígenas ressurgem com uma violência que

há tempos não víamos que a mobilização política do movimento indígena demonstra vigor singular, fazendo ruir definitivamente outro velho fantasma: o da tutela.

## Bibliografia citada

ANTONIO DE SOUZA, Almir. A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 109-130, 2015.

ANTUNHA BARBOSA, João Mitia. **Presença, ocultação e permanência: os guarani da região metropolitana de Florianópolis**. Dissertação de mestrado – PPGPlan/Udesc. Florianópolis, 2022.

ANTUNHA BARBOSA, Pablo. (En)Quete de la “Terre Sans Mal”: histoire et migration d’un mythe. Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux. 2014. Disponível em: <http://iris.ehess.fr>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BOITEUX, Lucas A. Toponymia antiga da nossa costa – Patos. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Santa Catharina**, Florianópolis, v. VI, 1º trimestre 1917.

BOND, Rosana. **História do caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota indígena que ligava o Atlântico ao Pacífico**. Florianópolis: Aimberê, 2009.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Terras Indígenas em Santa Catarina. **LEIA/UFSC**, 2015. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com>. Acesso em: 5 mar. 2021.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; OLIVEIRA, Osmarina de. Terra Indígena Morro dos Cavalos: acordos políticos ignoram direitos. **CIMI Sul – Equipe Florianópolis**, 20-03-2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/03/25854/>. Acesso em: 5 mar. 2021.

CARI, Mateus Brunetto; SAMPAIO, Paula Faustino. Missões jesuíticas dos Sete Povos e o Tratado de Madri (1750): protagonismo, resistência e

autodeterminação dos índios na luta pela terra. **Tellus**, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 129-156, jan./abr. 2019.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CODEVILLA SOARES, Fernanda. Revisão das pesquisas arqueológicas das fortificações catarinenses do litoral e novas perspectivas para a análise da cultura material. **Tempos Acadêmicos**, n. 10, 2012.

COELHO DOS SANTOS, Sílvio. Notícia sobre os Carijós. *In*: COELHO DOS SANTOS, Sílvio et al. (org.). **São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p. 39-53.

COSTA, Gustavo Maragoni. **Entre contrabando e ambiguidades: outros aspectos da República Juliana Laguna/SC – 1836-1845**. Dissertação de mestrado – PPGH/UFSC. Florianópolis, 2006.

DARELLA, Maria Dorothea Post. **Ore Roipota Yvy Porã “Nós Queremos Terra Boa”**: territorialização Guarani no litoral de Santa Catarina – Brasil. Tese de doutorado – Ciências Sociais/PUC-SP. São Paulo, 2004.

FONTANELLA, Leandro Goya. Muitas mãos à obra: escravos, guaranis, mestiços e famílias nos distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, 1828-1859). **Anais do Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013.

GAGLIARDI, J. M. **O indígena e a República**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.

GARCIA, Elisa F. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. Tese de doutorado – História/UFF. Niterói, 2007.

HARO, Martin Afonso Palma de (org.). **Ilha de Santa Catarina: relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Ed. da UFSC/Lunardelli, 1979.

LADEIRA, Maria Inês (Coord.). **Relatório de Identificação e Delimitação (RCID), Terra Indígena Morro dos Cavalos** (Port. 838/PRES FUNAI/ Outubro de 2001), 2002.

LOMNITZ, Claudio. A antropologia entre fronteiras: dialética de uma tradição nacional (México). *In: DE L'ESTOILE, Benoît; NEIBURG, Frederico; SIGAUD, Lygia (org.). Antropologia, impérios e estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 125-158.

NEUMANN, Eduardo. Presença indígena na Guerra dos Farrapos: primeiras observações (c. 1831-1851). **Anais do 26º Simpósio Nacional de História da ANPUH**. São Paulo, jul. 2011.

NOELLI, Francisco Silva. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guarani. **Revista de Índias**, v. LXIV, n. 230, p. 17-34, 2004.

NOELLI, Francisco S.; SOARES, André Luis R. Para uma história das epidemias entre os Guarani. **Diálogos**, n. 1, p. 165-178, 1997.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). *In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

RODRIGUES, Ayrton D. Relações internas na família linguística Tupi-Guarani. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27/28, p. 28-53, 1985.

RODRIGUES, Rafael Antonio. **A temporalidade da nação – a negação do outro: México, indigenismo e regime revolucionário. 1920-1940**. Dissertação de mestrado – História/UnB. Brasília, 2014.

RUBBO, Deni Alfaro. “Nosso irmão mais velho”: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. **Lua Nova**, n. 99, p. 79-105, 2016.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia de indigenismo. Tese de doutorado – Ciências Sociais/UnB. Brasília, 2006.

ZEMA, Ana Catarina; DRUMOND, Clarisse; PATAXÓ, Keyla. Resurgence\*: Caminhos para descolonização no pensamento de Taiaiake Alfred. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 354-374, maio 2021.



## Do peso do trabalho leve à persistência da alma camponêsita: entrevista com Maria Ignez Silveira Paulilo<sup>1</sup>

Pedro Martins  
Tânia Welter  
Ivón Natalia Cuervo  
Suzana Morelo Vergara Martins Costa

No dia 14 de maio de 2019, às 10 horas da manhã, a professora Maria Ignez Silveira Paulilo recebeu em sua casa a equipe que se incumbiu de realizar entrevista para a revista *PerCursos*. Durante três horas, a entrevistada discorreu sobre os mais diferentes aspectos da sua vida, pessoal e acadêmica, resultando em um relato que junta informações relevantes para a história da expansão da pós-graduação no Brasil, sobre os percalços de se fazer ciências humanas em um país

---

<sup>1</sup> Entrevista publicada originalmente na revista *PerCursos*, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 215-264, maio/ago. 2019. Contou com a colaboração de Clécio Azevedo da Silva (Ufsc), Geraldo Augusto Locks (Uniplac) e Marlon Mendez Sástoque (Ucaldas, CO).

periférico e, principalmente, sobre a abordagem científica do mundo rural. Não passaram em branco as recorrentes crises a que os diferentes temas ligados à população rural estão ciclicamente submetidos. A longa conversa, que aqui trazemos na íntegra, com retoques mínimos, resultou em um texto igualmente longo, mas repleto de informações com enfoques muito originais – o que nos brinda com um texto que é, ao mesmo tempo, profundo, prazeroso, emocionante e divertido. Graduada em Ciências Sociais com mestrado em Sociologia e doutorado em Antropologia, Maria Ignez Silveira Paulilo é natural do interior de São Paulo e fez sua carreira profissional na Universidade Federal de Campina Grande e na Universidade Federal de Santa Catarina. Suas publicações inspiraram, e ainda inspiram, diferentes gerações de estudiosos e estudiosas do feminismo e do mundo rural. São quase 50 anos de vida acadêmica que não tiraram desta entrevistada a paixão pelos seus temas e o inconformismo diante de tudo que ainda resta por ser feito – como se pode constatar no texto que segue<sup>2</sup>.

*Entrevistadores: Fale sobre a sua trajetória pessoal antes da sua chegada na academia.*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Eu nasci em setembro de 1950, no interior de São Paulo. Não nasci na cidade onde minha mãe morava. Ela morava em uma colônia japonesa onde os meus pais eram professores, Santa América. Minha mãe costumava ter filhos na casa da mãe dela, como era o costume, em Piracicaba – SP. Mas ela passou mal pelo caminho e acabou ficando em Getulina, na casa de um irmão, e foi lá que eu nasci em 1950. Até quase os 4 anos eu vivi nessa colônia japonesa, Santa América. Eu tenho muitas lembranças dos japoneses jogando com uma madeira – *baseball*, que chama? Eu tinha um medo, com aquela rede no rosto... Eles plantavam café. Meu pai era

---

<sup>2</sup> A equipe agradece ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades – Nigs/Ufsc, na pessoa da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi, o empréstimo de equipamentos de gravação de áudio e vídeo que tornaram possível o registro da entrevista.

o diretor da escola e minha mãe dava aulas. Então, eram todos japoneses, os alunos, quase todos. Depois, quando eu fiz 4 anos, nós fomos para uma cidade chamada Ribeirão Bonito, perto de São Carlos, aquela região, também interior de São Paulo, e lá eu fiquei até os 14 anos. Então, eu sou muito de interior, dessa vida de interior mesmo. Como meus avós, dos dois lados, eram de Piracicaba, todas as férias a gente ia para Piracicaba. A minha referência de cidade grande era Piracicaba. Quando eu completei 14 anos meus pais se mudaram para Piracicaba.



Maria Ignez Silveira Paulilo.

Foto: Marcelo Gomes, 1996.

Naquele tempo, o ensino médio era o Normal, o Científico e o Clássico. Eu fiz o Científico no Sud Menucci, que era um colégio considerado difícil; meus pais estudaram lá, aquela coisa. Quando chegou a hora de prestar vestibular, todo mundo achava que eu ia pra Medicina ou pra Física, porque eu era melhor em ciências naturais e nessas ciências ditas exatas – que hoje se sabe que não são tão exatas assim. Mas, era uma época de muita efervescência política, muita política... Então, em 1970 eu quis fazer Ciências Sociais, entrei pra Ciências Sociais. Foi interessante porque os meus professores ficaram horrorizados, mas meus pais aceitaram bem, meus pais aceitaram muito bem. Então, eu fui pra Rio Claro, que era, naquele tempo, um instituto isolado. Se chamava Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Hoje pertence à Unesp. Tanto que o CNPq pôs que eu era formada na Júlio de Mesquita e eu risquei. Depois que eu soube que mudou o nome... De 70 a 73 eu fiz Ciências Sociais ali. Quando eu terminei estava muito perdida. Então, Piracicaba tem aquela escola famosa, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), que tinha se unido à USP nessa época, mas ela é bem anterior. Lá tinha um mestrado em Ciências Humanas Aplicadas, com duas opções: Economia Rural e Sociologia Rural. Aí, em 74, eu terminei a faculdade e, enquanto pensava na vida, fui fazer esse mestrado.

Agora, a Luiz de Queiroz é conhecida como mais ligada ao agro-negócio, estas coisas, mas na época, na Sociologia, tinha um ramo mais crítico. Era o Albertino Rodrigues, o Oriowaldo Queda, a Maria Ignez Molina, tinha vários professores. O Oriowaldo Queda bem crítico sobre o desenvolvimento rural do Brasil da época e o Albertino bem sociólogo, propriamente dito. Estudávamos Durkheim, Weber, tudo aquilo. Havia muitos professores críticos. Quem me ajudou muito na dissertação foi a Maria Ignez Guerra Molina. Ali se estudava agricultura mas tinha muita liberdade, de vários ângulos. Tinha o pessoal nessa linha do que veio a ser a Embrapa, tinha gente da Bahia, de Pernambuco, do Maranhão, de todo lugar vinha gente. Era uma diversão, porque eram aqueles agrônomos já extensionistas e nós

da Sociologia. Tinha o pessoal mais velho da Sociologia também e tínhamos nós, recém-formados. Brigávamos a aula inteira. Os agrônomos diziam: “Vocês só falam em sistema. Não vai mudar nada? Tudo é sistema, o sistema está errado. Vocês vão fazer o quê?”. Depois daquela briga toda, na saída, eles eram os únicos que tinham carro e davam carona pra todos nós.

Quando começou o mestrado no Brasil, por volta de 68, era curtinho, muito técnico, eram dois anos. Aquele mestrado longo veio depois. Como a Ilse Scherer-Warren é antiga como eu, ela fez o mestrado no Rio Grande do Sul e também era curto. Em dois anos você tinha que acabar. Depois, que não tinha mais bolsa, o pessoal ficava seis, sete anos fazendo mestrado e tinha doutorado direto na USP. Quando foi em 72, 73, acabou esse doutorado direto e foi um desespero de quem ainda não tinha acabado a dissertação, porque aí tinha que concluir o mestrado primeiro.

Eu teria dois anos pra fazer o curso, mas entrei sem bolsa. No segundo ano, eu recebi bolsa e fui fazer trabalho de campo. Todos os professores, na minha época de graduação, estavam fazendo suas dissertações e teses – que a pós-graduação era recente. Então, a gente participava de pesquisa a toda hora. Para a dissertação, eu fiz uma pesquisa de campo em Valparaíso, no oeste de São Paulo, e demorou. Não terminei de jeito nenhum. Eu sei que eu não consegui em dois anos, mas como eu só tinha recebido bolsa no segundo ano, eu tinha direito, então eu continuei. Quando eu estava quase terminando (eu entrei em 74 e terminei em 76), passou a Josefa Salete Cavalcante, de Campina Grande (PB), entrevistando gente para montar um mestrado de Sociologia Rural lá. Ela me entrevistou e resolveram me contratar. Eu entreguei a dissertação e fui embora. Voltei pra defender. Eu lembro que estava pesando 44 quilos – de tanta confusão de ir e voltar. A banca ficou toda emocionada... Meu orientador foi o José Albertino Rodrigues. Ele era parsoniano. Foi o único parsoniano brasileiro que eu conheci. Eu não podia nem ver a cara do Parsons [Talcott Parsons], mas ele era apaixonado. Mas também ele dava muita

liberdade. Então, eu, como era feminista, já comecei estudando a mulher no meio rural, tentando um arcabouço mais marxista. A banca foi o Oriowaldo Queda e a Heleieth Saffioti, além do Albertino. Dois marxistas mesmo. E eu lá na tentativa e erro. Nosso marxismo era tudo na base da tentativa e erro quando estudávamos o meio rural. O curso era muito quantitativo, mas eu não tinha problema com isso porque eu tinha feito o Científico e o professor de estatística no mestrado era o Rudolfo Hoffmann. Ele dizia que eu era a única socióloga que ele conhecia que sabia estatística. Hoje eu não sei mais nada. Numa prova dele eu tirei 10. Ele ficou emocionado e disse: “Isto é raríssimo!” Mais emocionada fiquei eu. Ele me orientou muito bem, ele e outro professor chamado Umberto de Campos, que trabalhava mais com métodos não paramétricos, porque o Hoffmann era economista, se dedicava mais aos paramétricos. Eu fiz a dissertação inteira com o qui-quadrado [teste qui-quadrado de Pearson]. Tinha um monte de tabelas e essas coisas. Então eu defendi e voltei pra Campina Grande.

*Entrevistadores: Conte um pouco sobre a sua fase em Campina Grande.*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Em Campina Grande era um mestrado muito teórico, nada quantitativo. Era tudo junto, pessoal de Sociologia, Antropologia. Lá eu encontrei o pessoal que tinha estudado no Museu Nacional/UFRJ, a Giselia Potengy e a Regina Novaes. Tinha a Paola Cappellin e seu marido, o Mario Giuliani, que tinham feito mestrado na Argentina, eram italianos. Era muita gente e o pessoal da economia junto. Lá, eu fiquei encantada com aquele ambiente, com o jeito como elas pensavam, com aquela linha do Museu Nacional. Eu comecei a sentir falta de uma Sociologia própria para o rural, mas isso foi um pouco depois. Eu entrei no doutorado em 1980, iniciei em 1981. Até início de 1979 eu fiquei na Paraíba e, depois, por motivos pessoais, eu vim pra cá, pra Ufsc.

*Entrevistadores: Como foi a experiência de mudar para a Ufsc?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Eu estranhei tudo. O mestrado estava começando, era o primeiro ano. Por isso que me contrataram. Na verdade, antes foi contratado o meu marido, Marcos Blauth, na área de engenharia. Eu tinha trabalhado no interior da Paraíba e tinha pegado muito sotaque. Eu me lembro que o Idaleto Aued, que era daqui e estava lá fazendo o mestrado (a Bernadete, esposa do Idaleto, estava lá também, ela tinha sido minha aluna no mestrado e somos até hoje amigas), ele falou com o Sílvio Coelho dos Santos. Então, quando eu vim, o Sílvio me apresentou para as pessoas e lembro que uma professora comentou: “Se veio pra trabalhar, está bom”. O Sílvio até pediu desculpas. Mas depois é que ela me contou que a história que rolou é que vinha um engenheiro, meu marido, que era gaúcho (sobrenome alemão, tudo o que o pessoal daqui gostava, um gaúcho, engenheiro), que vinha pra Engenharia de Produção, que tinha uma mulher sobrando e que tinham dado emprego nas Ciências Sociais. Então, na cabeça de todo mundo, eu tinha acabado de fazer o mestrado em Campina Grande. Mas, na verdade, eu ajudei a montar o curso de Campina Grande e dava aula e tudo. Com 26 anos eu já era mestre. Eu nem entendi direito quando a professora Zuleika Lenzi, que me recebeu muitíssimo bem quando cheguei, ao falar sobre mim, disse “o produto saiu melhor que a encomenda”. Imaginem o que estava esperando?!

Os professores aqui eram contratados como visitantes e davam aulas no mestrado. Eram todos mestres. Eu era mestre também mas me contrataram para dar aulas no mestrado e na graduação. Os homens, que davam aulas só no mestrado, davam uma disciplina por semestre porque contava o tempo dobrado. Eu já comecei dando duas disciplinas. O professor de Metodologia de Pesquisa, Facchini, havia se afastado e eu já entrei dando Metodologia. Ninguém gostava de dar aulas de Metodologia naquela época. Por sorte, minha formação em Metodologia era forte. No meu tempo não tinha bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais. Era muito comprido o curso. Quando olham meu histórico escolar, os alunos morrem de rir. Então, eu tive

muita Metodologia de Pesquisa, Filosofia da História, Epistemologia e Sociologia do Conhecimento. Eu fui aluna do Rubem Alves, que depois foi pra Unicamp, e outro que diziam que era monge beneditino (e, no final, era mesmo!), o Benjamin de Souza [Francisco Benjamin de Souza Netto]. Ele foi o primeiro professor de História da Filosofia Medieval do Departamento de Filosofia da USP e um dos fundadores, em 1992, do Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo – Cepame. Este pensava em grego e traduzia enquanto dava aulas de Filosofia pra nós. Os rodapés das apostilas eram em grego. Ainda bem que ele tinha paciência. Excelente professor, com uma profundidade tremenda. A gente não entendia nada, mas se esforçava e ele sempre elogiava. Fiz, no mínimo, duas disciplinas com cada um deles. Então, quando eu cheguei aqui, eu fui dar aula no mestrado. Mas, oficialmente, eu não era do colegiado porque eu ainda não tinha orientado nem coorientado dissertações, embora o Sílvio Coelho, que também me recebeu muito bem e era coordenador do curso, me permitia participar das reuniões com voz e voto. Eu fico meio na dúvida se essa era mesmo a questão ou se era porque eu era mulher e considerada nordestina. Por que, do grupo de mestres, só eu tinha que dar tanta aula, além de ganhar menos do que ganhava na Paraíba? Apesar de eu ser professora da Universidade Federal da Paraíba, não fui transferida, tive que me demitir e prestar concurso de novo.

Na época, eu estava mesmo muito desligada. Não queria ter deixado os amigos, a vida de lá, só vim por causa do meu marido. Tinha tantas dúvidas que não pedi logo demissão, pedi licença sem remuneração da UFPB. Feminista convicta e me vendo na situação de escolher entre família e profissão! Lembro de uma das primeiras reuniões de departamento em que participei, que um professor disse que tinha gente que fazia concurso e gente que entrava pela janela. Quem entrava pela janela, no caso, era eu! Mas, passada essa primeira fase, não posso me queixar dos novos colegas. Entrei em 1979 e já em 1981 me permitiram sair para fazer doutorado. Passado o mal-estar inicial,

compreensível já que os outros professores nem foram consultados se me queriam por lá ou não, não sabiam quem eu era, também ficaram sabendo que o contrato era provisório, tudo se ajustou. Acho que um certo desligamento da minha parte ajudou, eu nem percebia direito o constrangimento que estava causando. Também tinha uma disciplina chamada de Epistemologia da Linguagem que ninguém queria dar e, como eu tive formação nesta área durante a graduação (com rodapés em grego e tudo!), fiquei com esse encargo. Ninguém mais se responsabilizou por ela por um bom tempo. Quem a dava era o professor Eble [Alroíno Baltazar Eble], que, por problemas de saúde, acabou se afastando. Nada melhora mais o humor de um departamento do que alguém para assumir as disciplinas mais indesejáveis: Metodologia de Pesquisa e Epistemologia da Linguagem.

*Entrevistadores: Como foi o seu processo de seguir para o doutorado?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Em 1980, eu prestei exame de seleção para o Museu Nacional [Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, UFRJ], porque eu tinha me encantado com as pessoas lá formadas com quem trabalhei na Paraíba. Mas fui com a cara e a coragem porque não sabia nada sobre o Museu (não existia internet...). Fui fazer a entrevista e saí tendo um ataque de riso. Isso porque eu me senti reprovada. As perguntas não eram as que eu estava acostumada. Na banca estavam o Luiz de Castro Faria e o Otávio Guilherme Velho. O Otávio fazia as perguntas e eu não entendia. Então eu pedia para ele repetir. Eu não sei por quê, mas o Castro Farias interferiu a meu favor. Ele disse: “Chega de estudar a miséria do Nordeste!”. Porque o Museu, naquela época, tinha aquele monte de livros sobre a zona da cana. Trabalhos maravilhosos, da Lígia Sigaud, do Afrânio Garcia, da Beatriz Heredia... O próprio Otávio tinha estudado a Amazônia, que aí já é Norte. Então, o Castro Faria falou: “Chega de tanta miséria! Vamos estudar o Sul um pouco” – que eu queria estudar a integração [integração entre produtor familiar e agroindústria] aqui

no Sul. Para um susto meu, o Otávio me aceitou como orientanda. E que grande orientador ele foi! Eu não tinha muita ideia do que isso, ser aceita pelo Otávio, significava para os concorrentes. Fui saber depois. O Sílvio Coelho me entusiasmou muito pra ir fazer o doutorado porque eles estavam precisando de doutores. Pra se ter uma ideia, na época em que eu comecei o doutorado, o doutor não tinha diferença de salário, ganhava igual, era por amor à arte. Quando eu estava no doutorado, em 1982, saiu o plano de carreira. Mas eu prestei o exame no começo de 80 e estava grávida sem saber, ou logo depois engravidei. Eu acho que eu era pra ir no segundo semestre de 80, mas eu resolvi adiar um semestre. O Otávio não gostou mas aceitou e eu fui em 1981 com a Taís recém-nascida. Ela tinha 54 dias quando eu embarquei pra fazer o doutorado. Ontem mesmo eu estava conversando com ela – que está com um bebê mais ou menos nessa idade. Ela falou: “Mãe, eu não consigo imaginar!”, mas não adiantava eu ter ficado aqui porque o Marcos [Marcos Blauth, o marido] havia entrado no doutorado da COPPE [Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, UFRJ], em engenharia. Ia terminar a licença-maternidade e nós todos iríamos trabalhar oito horas por dia. Eu já tinha uma ideia do que era ter filho porque aos 17 anos eu tive um irmão pequeno que eu ajudei muito a criar. Mas como nós fomos os dois fazer o doutorado, o Marcos me ajudava muito. Então não foi tão difícil. Mas, mesmo assim, no primeiro semestre eu pedi conceito I nas duas disciplinas. Nunca me arrependi tanto de ter feito uma coisa. A gente pede o conceito I no desespero, mas depois se arrepende até a morte. Mas foi.

*Entrevistadores: Como foi o seu retorno a Florianópolis?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Então, eu fiz o doutorado, veio o plano de carreira em 1982 e quando eu voltei o pessoal perguntou: “Você é da Antropologia ou da Sociologia?”. Como falou o Otávio, ele nunca conseguiu me definir. Então ele me chamava de Cientista Social. Como eu já era do grupo da Sociologia, eu falei: “Eu fico na

Sociologia mesmo, mas eu quero fazer Sociologia Rural, não interessa de que jeito”.

É engraçado que durante os quatro anos que eu fiquei no Rio, o departamento mudou completamente. Quando eu cheguei, estranhei muito. Porque em Campina Grande a gente trabalhava como uns loucos. O Linaldo Cavalcanti de Albuquerque era o reitor. Ele aumentou muito a universidade e dava muita liberdade. Ele contratou muita gente que era considerada marxista na época e não estava sendo contratada em outros lugares. Tinha o José Grabois – que só o sobrenome já... A gente acreditava muito em fazer um mestrado mais crítico sobre o desenvolvimento rural no Brasil, aquela modernização da agricultura, a gente lá em pleno Nordeste. Então, a gente tinha muita vontade de fazer as coisas, a gente se reunia toda hora, era uma coisa! Coletivo, coletivo mesmo. Quando eu cheguei aqui [na Ufsc] eu estranhei tudo, tudo. O jeito de ser, por exemplo. Começa que eu não sou sulista, sou do interior de São Paulo. Aqui não tinha nada coletivo. No Nordeste, você chegava e já era convidado pra casa de todo mundo. Aqui eu não sabia se as minhas amigas eram casadas ou não... Só Sílvio Coelho nos convidou pra um jantar, foi ótimo, na casa de praia dele. Tanto que eu criei o costume, por muito tempo, que todo professor novo que chegava eu convidava pra almoçar, porque eu fiquei muito chocada. Depois mudou tudo, mas por muitos anos todos os professores novos que eram contratados pelo departamento eu convidava pra um almoço, aqui ou na casa de praia. Pra eles se sentirem bem recebidos, porque eu estranhei demais.

Na verdade eu tinha ficado pouco tempo aqui. Cheguei em 79, fiquei 80 e em 81 já fui para o doutorado. Então, quando eu cheguei de volta em 85 foi a tragédia. Eu fiquei viúva, perdi meu marido num acidente, foi muito ruim. Eu não tinha acabado o meu doutorado ainda. Por isso que eu tenho muita paciência com quem atrasa. Nem o CNPq nem a Capes deixam a gente ter paciência, mas, olha, é duro. Aí, não houve meio. No primeiro ano eu não consegui trabalhar. Eu vivia à base de remédio e então eu resolvi trabalhar normalmente e

deixar a tese de lado. O Sílvio, sempre atencioso, me disse para dar as minhas aulas e não aparecer em outras atividades, me concentrando na tese, mas eu não conseguia me concentrar. Então, no ano seguinte, já um pouco mais lúcida, eu resolvi terminar. Mas era brabo porque a gente dava muita aula. Muita, que eu falo, é na graduação e na pós. Mas tinha muita coisa pra fazer, o mestrado estava começando e tudo. Quando chegou no segundo semestre de 86, me destinaram uns cursos novos e os cursos não tinham a mesma duração na graduação. Um dos mais compridos era o de Metodologia da Pesquisa, que tinha cinco créditos – dava a aula em dois dias, três horas em um dia e duas em outro, mais a pós. Então, teve uma reunião um dia em que iam discutir o meu caso e eu não fui – porque achei que não pegava bem eu ir lá e defender minha própria causa. Depois, me contaram como foi a reunião. Os amigos, ou melhor, as amigas, queriam que eu ficasse com apenas uma disciplina no último semestre de 1986, para terminar a tese cujo prazo era fevereiro de 1987. Mas o mestrado estava se estabelecendo e o pessoal mais qualificado não estava querendo muito se dedicar à graduação, queriam ficar só no mestrado, mas eu era professora da graduação desde que cheguei. O que aconteceu então (depois me contaram): as mulheres se levantaram e se uniram a meu favor, mas os homens, mais carreiristas, todos contra. No final, eu fiquei com só um curso de pós, graças às mulheres, principalmente a Esther Jean Langdon, e consegui terminar a tese, mas eu achava que não ia terminar nunca. Quando eu terminei, era Páscoa de 1987. Eu peguei a tese, coloquei um laço de fita em volta, coloquei na mesa da secretaria e enchi de ovinhos de chocolate em volta. Porque eu achei que nunca ia terminar. O Museu entrou em greve e eu só defendi em julho, mas eu tinha que entregar em 28 de fevereiro – era o meu prazo final.

As minhas *deadlines* sempre foram terríveis. Eu tive que entregar meu projeto em 28 de fevereiro também. A gente passava os verões aqui, a Taís, minha filha, tinha completado 2 anos em 15 de janeiro e eu tinha que postar no correio até essa data, 28 de fevereiro! O orientador era muito compreensivo, mas tinha que cumprir aquele

prazo. Aí eu levei o projeto para pôr no correio. Eu tinha uma Brasília. Chovia a cântaros, como chove aqui. Eu estava tão atordoada que bati a porta da Brasília não só com a chave dentro, como o motor funcionando. E o projeto lá dentro. E eu tinha que pôr no correio. Por sorte, o porta-malas não estava fechado. Naquela época eu estava com 32 anos, era muito atlética, então dei um jeito e entrei na Brasília pelo porta-malas. Minha preocupação era só botar o projeto no correio. Então, quando foi o 28 de fevereiro para entregar a tese, o meu orientador, que foi muito solidário quando eu enfiuei, me sugeriu a possibilidade de trancar o doutorado por um ano, já que meu departamento não me dava trégua. O problema é que, como saiu o plano de carreira valorizando a titulação, muitos colegas decidiram sair para o doutorado, faltava professor. Tinha o curso de graduação da manhã e o curso da noite. Agora, imagine: eu viúva com uma criança. Quem ia ficar com ela? Peguei curso sábado. Eu tive que contratar uma empregada, que eu dava a segunda livre, para ela poder vir no sábado. Eu dei aula com a Taís no colo. Eu já era feminista e fiquei ainda mais. Com muita gente saindo para o doutorado, o que sobrava de serviço não era fácil. E tinha muito horista. Não sei se algum de vocês chegou a ser horista [sim, todos fomos], mas tinha muito horista pra dar conta das aulas todas. Aí, graças a Deus, eu defendi essa tese.

Eu não acho que minha tese ficou assim muito amarrada. Porque os trabalhos do Museu tinham a característica de ser muito amarrados teoricamente, muito fluidos, muito literários. Minha tese não ficou assim, não. Ela ficou muito truncada. Tanto que o Otávio, com a delicadeza que sempre teve, aquela elegância só dele, disse que quando eu havia entrado no Museu tinha cabido a ele me domesticar, mas que, felizmente, ele não tinha conseguido. Aí, pronto, eu era doutora. Eu não queria nem ver a cara da minha tese, de tão cansada. Mas a pós-graduação precisava muito ter uma boa nota na Capes e então o Viola [Eduardo José Viola] me amolou tanto para publicar meu trabalho que, em 1990, ele saiu publicado. Mas era muito grande, eu cortei um pedaço inteiro, toda a parte sobre a avicultura, deixando

só a da suinocultura e a da fomicultura. Aí saiu o meu primeiro livro, *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*, que é a minha tese de doutorado. Se vocês lerem (agora não faz mais sentido), era a discussão da época; “O que é o rural?”, essas coisas, era a discussão da época. Tanto que, por exemplo, quando eu fazia mestrado, só se falava em agricultura de subsistência. Aí, saiu um plano nacional que passou a chamar a pequena agricultura de “agricultura de baixa renda”, mudou o nome. Então eu fui fazer um estágio no Maranhão com duas amigas, a Marisa e a Marta. Naquele tempo, tudo era longe. Eu não conhecia nada do Norte e Nordeste nessa época, fui conhecer logo o Maranhão. Aí você vê que tem que pensar de outro jeito, não sei como, e a gente estava procurando os caminhos pra pensar, uma loucura! A Nazareth [Maria de Nazareth Baudel Wanderley] falou uma coisa certa. Quando surgiu o conceito de agricultura familiar, nos anos 1990, foi a única vez que se respeitou, que se deu um nome não pejorativo a essa realidade do campo. Agricultura familiar é um conceito que deixava de lado um olhar preconceituoso. Porque antes era “agricultura de subsistência”, “agricultura de baixa renda”, eram todos nomes que significavam pobreza, carência.

Quando eu cheguei aqui, eu queria fazer Sociologia Rural, mas na época já estavam trabalhando com isso a Zuleika Mussi Lenzi e o Júlio Wiggers. Eles davam a disciplina de Rural na graduação. Aliás, a Zuleika fazia um trabalho de pesquisa muito interessante no oeste de Santa Catarina, do qual participei. A disciplina Sociologia Rural já estava coberta, pra onde eu fui? Para a Metodologia de Pesquisa, que ninguém queria dar. Agora, o professor de Metodologia nessa época sofria o maior preconceito porque se achava que só usávamos aqueles livrinhos importados, que vinham dos Estados Unidos, que ensinavam a fazer levantamentos quantitativos. Eu tive uma graduação cheia de filosofia, mas o pessoal achava que a gente não sabia nada de nada. Então, falavam as coisas mais tolas pra gente e eu nem entendia a provocação porque eu não sabia como era pensar daquele jeito tão limitado. O pessoal me fazia umas perguntas assim pra cutucar. Por

exemplo: “Você já leu Feyerabend, ‘O mito do método?’”. Uma vez eu respondi pra eles: “Olha, ele escreveu ‘O mito do método’ e não ‘Os mitos dos métodos’”. Aí uma colega gostou muito. Eu não sou a favor do método, mas dos métodos eu sou.

Eu tive bons orientadores, eu acho. Albertino Rodrigues [José Albertino Rodrigues] e Otávio Velho. O Albertino Rodrigues tinha uma teoria só dele: que quanto mais verde a gente ia pra campo, melhor. Se você quer saber o que é sofrer, é isto: ir verde pra campo. O que eu passei na minha dissertação de mestrado! Eu fiz todo o campo pra depois chegar à conclusão que devia ter feito um campo diferente. Pra terminar a minha dissertação, eu entrava nas poucas cabines telefônicas de Valparaíso e ligava para o Albertino, em estado de surto. Então, o Albertino ouvia tudo e dizia: “Você percebeu que você mesma já resolveu o problema?”, aí eu acalmava e, assim, terminei a pesquisa. Mas eu nunca mandei aluno verde pra campo. O Albertino trabalhava com pesquisa, era um bom pesquisador. Mas esta teoria de que você deve ir verde para o campo, eu não sei onde ele achou. Depois eu fui orientada por Otávio Velho, que foi um excelente orientador. Ele era de campo, antropólogo mesmo. Aí que eu vi que você não pode ir para o campo sem estar preparado, tem dó!

Mas como você era professor de Metodologia, todo mundo achava que você era a favor da neutralidade científica... Mas o pessoal fazia pergunta desaforada mesmo, tipo: “Você não acha que os entrevistados podem estar mentindo?”. Ora, por isso mesmo é que é preciso ser treinado para fazer entrevistas. Os alunos também tinham um pouco de resistência. Uma vez eu fui dar um curso de Epistemologia, bem quando eu cheguei aqui, 1979/80, e eu dava Durkheim, Weber e Marx, que são os grandes sociólogos, e eu dava a parte epistemológica de seus trabalhos. Os alunos resolveram que não queriam saber aquilo. Um pessoal, na época era Libelu [Liberdade e Luta, movimento trotskista], uma vertente política, pediu pra assistir minhas aulas. Mas eles iam lá só pra falar contra. Achavam que só valia a pena ler Marx e seus seguidores, o resto era perda de tempo. Eu não estava conseguindo dar aula.

Aí, eu acho que foi a Regina Novaes que contou uma história que me serviu de exemplo. Eu não tive dúvida. Eu peguei um trecho do *Anti-Dühring*, do Engels, mas escolhi um pedaço bem bonitinho em termos do naturalismo e evolucionismo da época. Dei na prova e pedi para os alunos interpretarem. “Este é um positivista sem vergonha...” É claro que o positivismo no tempo de Marx e Engels era uma revolução. Depois, com o Círculo de Viena, os positivistas mesmo tiveram que fugir do nazismo porque o que eles propunham, estudar a realidade como ela era, já era revolucionário. O próprio evolucionismo também era considerado revolucionário. Eles esculhambaram com o texto até que eu falei: “Gente, este texto é o *Anti-Dühring*...”, aí eles se acalmaram e eu consegui dar aula.

Quando eu cheguei aqui tinha a disciplina de Epistemologia da Linguagem – quem dava era o Eble. Agora, eu dei Epistemologia da Linguagem sem me ater só à questão da linguagem, que conhecia pouco. Tinha estudado rapidamente Wittgenstein com o Rubem Alves na graduação. Ninguém queria dar. O Eble adoeceu e não dava mais, então caiu pra mim. Aí eu dei as epistemologias que eu tinha tido na graduação, pois meus professores eram filósofos mesmo e respeitados. Fiquei com essa Epistemologia e com a Metodologia de Pesquisa. Depois, quando foi em 89, aconteceu a coisa mais interessante do mundo. Eu fui na Anpocs e foi quando começou a quebra dos paradigmas todos. Todo mundo só discutia metodologia! Mas essa era a minha área e eu queria escutar outras coisas, eu estava enjoada daquilo. Aí uma pessoa chegou pra mim e perguntou: “Escuta, Ignez, o que é esse tal de individualismo metodológico?”, aí, deu uma virada. Em alguns mestrados nem tinha aula de Metodologia porque achavam bobagem. A teoria supria tudo. Aqui, sim, tinha Metodologia. De repente, foi um tal de valorizar a Metodologia e ninguém queria dar, como sempre. Daí, graças a Deus chegou o Paulo Freire Vieira, que era formado em epistemologia, entre outras coisas, e a gente alternava a Metodologia pra eu dar [Sociologia] Rural na graduação. Na pós tinha gente interessada, mas pouco. Rural nunca foi

o forte aqui porque o mestrado daqui abriu caminho, no Brasil, com temas que, na época, eram mais originais. Porque já existiam os programas mais estabelecidos, no Rio, São Paulo. Então, aqui, Ecologia Política e Movimentos Sociais foram os temas de ponta. Os alunos vinham pra isso e vinham muitos que não eram da área de Sociologia. Aconteceu até, uma época, que tinha muitos professores horistas (não que os horistas não fossem bons, mas eles tinham que dar quatro disciplinas enquanto os efetivos davam duas) e, em virtude disso, os nossos alunos de graduação não estavam conseguindo mais entrar no nosso mestrado. Então, tinha que haver uma mudança e reforçar a graduação. Nessa época, vinha muita gente de outras áreas por causa da ecologia e dos movimentos sociais – porque isso abalou todas as áreas de humanas.

Então, tinha demanda pelo rural na graduação, mas pouca. Depois foi que virou optativa. Eu ofereci uma vez a disciplina e não teve os 12 alunos que precisava [mínimo para fechar uma turma]. Eu fui dar aula na Educação Física, que foi o que sobrou. Esporte, de esporte eu não entendo nada. Eu tenho vergonha do que aconteceu. Eu fiz esforço pra dar certo, isso já com o curso começando. Mesmo disciplinas que eu dou sempre, eu preparo tudo antes. Não consigo começar um curso sem estar tudo pronto, o curso completo e o programa entregue aos alunos. Os alunos de Educação Física tiveram que ter paciência. Eu tinha que estudar o corpo, o papel dos movimentos, tudo já dando aula. Eles pediram um dia pra não assistir aula pra assistir um jogo do Real Madrid. Gente, eu não sabia o que era o Real Madrid! Eu pensei que fosse qualquer coisa. “Ah, não! Vocês têm que estudar.” Mas os alunos eram muito educados. Então, a cada hora saía um para contar como é que estava o jogo. E eu lá, dando Sociologia da Educação pra eles. Quando eu saí, a universidade estava parada, um monte de funcionários em volta de uma TV para ver o Real Madrid. Aí que vi o que eu tinha feito. Eu fiz um esforço enorme, mas me cansei demais. Porque eu não tinha ideia do assunto, comprei livro de educação física, sobre o corpo, fiz

um esforço enorme, os alunos ajudavam. Mas aconteceu uma coisa estranhíssima nessa aula. Eu me apoiei em uma mesa e os parafusos estavam soltos, eu não percebi. Quando apoiei, a mesa se estatelou e eu caí por cima. Eu levantei e nem percebi, continuei dando aula, eu era caxias à beça. Os alunos começaram a falar: “Professora, senta, respira”. Eu tinha catarata precoce e usava uns óculos que a minha cunhada tinha comprado no camelô, que eram os únicos com que eu conseguia fazer certas coisas, e o maldito quebrou. Então eu não ia conseguir nem outro. Passou. Depois, eu apoiei uma segunda vez e a mesa caiu. Eu já tinha avisado a secretaria. Na segunda vez que a mesa caiu eu não caí, mas eu tive um ódio tão grande... Eu falei: “Gente, não podem expor os professores a este tipo de acidente”. Eu catava os pedaços da mesa e jogava na grama lá fora. Os alunos tudo ajudando. Aí eu catei um pedaço da mesa, fui na secretaria e joguei assim no balcão. Os funcionários que estavam trabalhando ficaram assustados. Mas, falei! Depois, mandei uma carta (eu era boa de carta) ao chefe de departamento, protestando. Gente, expor os professores a isso, pra não pôr uma rosca! Então eu acho que com aquela jogação de pedaços [da mesa] eu conquistei os alunos. Mas fiquei com medo de oferecer [Sociologia] Rural porque, quando não tinha aluno para fechar a turma, você ficava com a disciplina que sobrava. Outra vez eu fui dar Introdução à Sociologia na Contabilidade. Eu pensei que ia enlouquecer. Pensei mesmo! Aí uma horista trocou comigo porque eu não sou uma pessoa muito polivalente, não. O que eu sei fazer, eu sei. Posso dar [Sociologia] Rural, Metodologia, teorias. Introdução à Sociologia, o colegiado de curso não deixava os mais titulados darem, porque tinha muito professor para Introdução à Sociologia. A gente ficava com as cadeiras dos últimos anos. De repente, você, que nunca tinha dado Introdução à Sociologia, tinha que dar a disciplina para a Contabilidade! Eu pensei que ia enlouquecer porque eu não conseguia prender a atenção deles. Por isso que eu troquei. Depois, os alunos ficaram sentidos: “Ninguém ofendeu a professora”. Ninguém ofendeu mesmo. Mas conversavam o tempo todo, eu não

conseguia prender a atenção deles. Também a Zuleika logo parou de dar aulas, depois que eu voltei do doutorado, pois assumiu cargos administrativos e o Júlio Wiggers foi para os *campi* avançados, que ele ia pro Norte, e Sociologia Rural foi ficando pra trás. No mestrado sempre foi um pouco difícil.

Agora, tem uma coisa de bom. Os que vêm fazer Sociologia Rural são filhos de agricultores, eles são convictos. Tanto que eu não perco orientandos. Eles defendem. Eles não chegam sem saber o que querem. Ninguém escolhe Sociologia Rural se não estiver convicto, porque é uma pesquisa difícil. Você tem que ir para o rural, vai a pé... Eu tive uma aluna que fez o TCC de bicicleta. Às vezes precisa carro. Os meus orientandos são convictos. Eu nunca tive montes de orientandos, mas nunca faltou e sempre defendendo. Tanto que uma vez eles fizeram uma média das defesas orientadas por professor e eu estava na média. Eu pensei que estivesse abaixo.

Eu me mantive no rural até hoje. O rural é assim: sobe e desce. De vez em quando está cheio o núcleo que coordeno, como agora. Na época de 1988, Constituição, reforma agrária, tudo aquilo, foi impressionante. Na Anpocs, não me lembro o ano, fizeram uma avaliação das três áreas. Na primeira Anpocs em que fui, em 87, foi que a Ilse descobriu que eu não era nordestina porque eu falei que era de Piracicaba e Águas de São Pedro [onde se realizava o evento] era ali perto. Ninguém sabia de onde eu era. Os meus orientadores estavam lá, o Albertino Rodrigues, o Otávio, e um dizia pro outro de quem que eu gostava mais – aquela brincadeira... Então houve uma mesa que fez uma análise das três áreas. A Antropologia, como sempre, tem uma autoestima alta, mas a Sociologia falou dos trabalhos sobre o rural e concluiu que tínhamos “uma Sociologia moderna estudando o arcaico”. Então minha amiga Giselia Potengy falou: “Não está certo. Por exemplo, sua tese é sobre integração, tema nada arcaico”. Então se viu que muita gente considerava todos os estudos do rural como estudo do arcaico. Vejam, com a Constituição de 88, com a reforma agrária, com a conservadoríssima UDR [União Democrática

Ruralista] fazendo barulho sob a liderança do Ronaldo Caiado, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, é claro que o rural estava chamando a atenção! Eram fenômenos sociais acontecendo diante dos olhos da gente!

*Entrevistadores: Quais foram as suas motivações para seguir na carreira de Ciências Sociais?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Eu fiz o vestibular em 1970. Era aquela ditadura, todo o mundo pegando fogo. Meus irmãos mais velhos participavam de movimentos estudantis. Então a gente achava que entrando em Ciências Sociais ia resolver muita coisa. Foi motivação política mesmo. Eu pensava: “O que que eu vou fazer com Física, Medicina? É Ciências Sociais mesmo!”. Foi uma ilusão da época, mas foi esse o motivo.

*Entrevistadores: Quais foram as implicações dessa escolha naquele contexto de ditadura?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Olha, lá pelo meio do curso eu já estava um tanto desesperada. Mas diziam os professores da época que pelo fim do segundo ano todo aluno entra em crise. Aqui [na Ufsc] eu já notei que todo aluno quer mudar de curso na quarta fase. Eu até pensei em ir para a Economia ou outro curso, mas depois fiquei em Ciências Sociais mesmo porque, para ir para a Economia, teria que começar tudo do início. Não é que eu não tive crise durante o curso, mas fiquei.

Quando terminei é que se desfez mesmo a ilusão. Emprego era difícil, tudo era difícil. Meus pais foram muito compreensivos, mas tanta gente me amolou quando escolhi que graduação fazer, que decidi que tinha que fazer alguma coisa com Ciências Sociais. Eu não queria reconhecer o que os meus antigos professores me diziam: “O que vai ser do seu futuro? Você está estragando a sua vida”. Aquelas coisas. Mas eu não sabia o que fazer da vida. Por sorte, na cidade onde moravam meus pais, que é Piracicaba, tinha esse curso de mestrado que fiz.

Eu lembro que apareceu um emprego e a possibilidade desse mestrado, como aluna especial, sem bolsa, sem um tostão furado, nada. Eu lembro que afundi o corredor da casa andando de um lado para o outro, na dúvida se eu ia trabalhar em uma empresa, fora da minha área de formação, ou se eu ia fazer mestrado. Ninguém falou nada, mas quando eu decidi pelo mestrado minha mãe ficou muito feliz. O emprego era na Dedine [Dedine S/A Indústrias de Base], na área de Estatística. Mas eu não queria desistir porque eu ia me sentir muito humilhada. Então, o rural, eu acho que foi meio sem querer. Se tivesse um outro mestrado, acho que eu faria porque eu não sou filha de agricultores como todo mundo pensa. Eu sou do interior, mas filha de agricultores eu nunca fui, e nem neta. Nem tinha nenhuma vivência de mexer com a terra, nem essa coisa de passear no sítio dos avós, não tinha. Mas aí, eu gostei muito.

*Entrevistadores: O que te fez fincar pé no mundo rural?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Como eu já era feminista e o feminismo era um fenômeno muito urbano, enquanto o Brasil ainda era muito rural, eu pensei: “Metade das mulheres deste país ninguém escuta”. Então, minha dissertação foi sobre a mulher rural. Mas fiquei um pouco chocada. Na época, nós feministas achávamos que trabalhar era a coisa mais libertadora que havia. Depois que eu descobri, e escrevi isso na minha dissertação, vamos deixar este conceito de liberdade pra lá. Trabalhar dá autonomia com relação à família, com relação ao marido, mas liberdade?! Nessas alturas eu já estava mais realista.

A mulher rural sempre trabalhou. O tema era o trabalho. O feminismo entrou na academia brasileira via Sociologia do Trabalho. Na Anpocs, entrou no grupo que discutia trabalho. Foi aí que o feminismo entrou. Se estudavam as mulheres operárias e era um feminismo muito marxista. Porém, como a mulher rural sempre trabalhou, as mulheres estavam tão cansadas, diziam que elas gostavam do trabalho da roça porque, apesar do trabalho da roça ser mais

difícil, vai sempre para frente, o trabalho de casa é circular: você lava-suja, lava-suja. A minha amostra da pesquisa de mestrado era enorme, eu fiz dezenas de entrevistas. Entrevistei pequenos, médios e grandes produtores, parceiros, assalariados, tudo mulher. A gente não tem modéstia quando é jovem, né? Quase enlouqueci. Mas o que acontecia? Elas se sentiam muito cansadas e preferiam não ter a roça. Que decepção para as marxistas ingênuas! Elas preferiam ficar só com o trabalho reprodutivo e deixar o produtivo! Daí eu entendi que trabalhavam sem remuneração, o que muda muito as coisas. Eu tinha aquele entusiasmo pelo trabalho considerado produtivo. Fiquei toda decepcionada.

Depois passou essa minha tristeza. Eu tinha ido para a Europa com minha irmã e uma amiga, quando estava fazendo o mestrado, no início de 1976 (mochila nas costas e banho de vez em quando...). Depois fui pela segunda vez e passei para ver o que tinham sobre mulher rural e, na Europa, diziam exatamente isso, que nos anos 1970 as mulheres consideravam o trabalho rural muito duro. Depois, com a diminuição dos filhos e com a tecnologia, foi que elas começaram a se considerar agricultoras e a se valorizar mais. Foi exatamente isso o que eu tinha visto sem entender bem.

Depois, teve o Movimento de Mulheres Agricultoras, no início dos anos 1980. Mas na década de 70 era muito pesado ser agricultora. O trabalho da mulher sempre foi pesado, mas naquela época ainda eram muitos filhos, pouca tecnologia, era muito pesado. Então elas queriam se livrar de algum pedaço do trabalho. Ninguém achava que mulher podia se livrar do trabalho de casa e dos filhos. Então, se elas queriam trabalhar menos, tinha que ser não ir à roça, ao campo, embora muitas delas dissessem que era o trabalho em que sentiam mais prazer. Aí eu não larguei mais do rural porque eu gostei muito das mulheres.

*Entrevistadores: Você tem uma entrada também junto ao MST, isso foi no mesmo conjunto ou em outro momento?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Não, é diferente. Quando eu comecei o doutorado, em 1981, não tinha o “Sem Terra” como conceito, é claro

que tinha muito, mas era o “peão”. A ideia que se tinha de Santa Catarina é que aqui era só agricultura familiar. Mas eu já estava muito desconfiada de que não era. Então saiu o primeiro trabalho, do César Freysleben Silva, mostrando que havia muito agricultor sem terra. Quando eu cheguei aqui, eu fui junto com a Zuleika estudar a integração no Oeste e fiquei muito surpresa com tudo aquilo. O pessoal dizia que o integrado era um assalariado sem o INSS. Todos os trabalhos escritos também falavam isso. Agora, eu, vindo do Nordeste, tendo conhecido o Norte, a agricultura do Norte e a agricultura do Nordeste, eu chegava aqui e via aquelas famílias, tudo forte, eu dizia: “Gente, não é a mesma coisa!”. No Nordeste eu havia feito uma pesquisa sobre “moradores”. O morador não é um assalariado – parte do ano ele é, outra parte não. Eu vi o que era não ter terra. Antes de defender o mestrado, eu participei também de uma pesquisa grande no Vale do Ribeira. É uma região pobre de São Paulo, é pobre até hoje. Naquela época eu vi o que era ser “sem terra”, o que é a pobreza. Então eu falei: “Se vocês chamam todo mundo de assalariado, o assalariado desaparece, não sobra ninguém. A gente tem que fazer a diferença entre quem tem alguma coisa e quem não tem nada”. Aí, eu fui estudar a integração e fui muito criticada. Eu falei que tinha que diferenciar entre exploração e miséria.

Porque o que eu tinha visto no Nordeste era miséria mesmo. Eu andei naqueles interiores todos e o que se via no Nordeste daquela época, o poder do fazendeiro, uma mulher me dizia: “É Deus no céu e o Seu Fulano [o fazendeiro] aqui na terra. Se a gente cai num fracasso de ser preso, ele vai lá e tira”. Eu consegui entrevistar um senhor de engenho só porque estava junto com a sobrinha dele que era minha aluna. Depois eu perdi essa entrevista (eu guardo muito as coisas, mas não lembro onde ficou essa entrevista) e lembro do Afrânio Garcia falando assim: “Você perdeu um documento histórico!” – que era a minha própria entrevista com dois senhores de engenho. Um deles falava assim: “O morador vem aqui, eu deixo ele lá fora rodando o chapéu. Uma hora depois é que eu vou falar com

ele, pra ele entender quem é que manda”. Outro falou: “Tá faltando a terceira guerra mundial pra endireitar este país”. Eu sabia o que era isso. Então, quando eu cheguei aqui eu falei: “Não dá para chamar tudo da mesma coisa. Tem que diferenciar exploração de miséria”. O integrado, ele é explorado pela agroindústria, não estou dizendo que não. Agora, ele não está na miséria. Ele tem terra. A importância de ter um pedaço de terra, no Norte e no Nordeste, é tão grande que eu não entendia chamar todo mundo igual.

Mas eu fui criticada por isso. O Gnaccarini [José Cesar Gnaccarini], da USP, escreveu que as ideias burguesas entravam até no cérebro dos pesquisadores – como foi, segundo ele, o meu caso. Eu não tinha lido [a crítica] ainda quando veio todo mundo me contar que o Graziano [José Graziano da Silva] tinha me defendido. Aí é que eu fui ler o que ele falava de mim. Por que eu queria diferenciar? É que no campo eu só via peão, mas o peão não existia, não se falava dele. Eu escrevi na minha tese que eles faziam parte da paisagem, ninguém via. Quando eu perguntava “Quando você tem que passar veneno e fazer cerca?”, o cara dizia pra mim: “Eu contrato um peão. O trabalho ruim, passar veneno, eu tenho um negrão que passa veneno”. Aí eu escrevi na minha tese: “Eles fazem parte da paisagem”. E ficava todo mundo falando que aqui era só agricultura familiar. Então, eu prometi a mim mesma que quando eu acabasse a tese – que nunca acabava, porque eu levei seis anos para fazer –, eu prometi a mim mesma que eu falaria desses peões. Quando foi em 84, eu já tinha feito o meu campo, estoura o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Quando eu consegui acabar a tese, em 1987 mesmo, eu fiz um projeto para estudar os Sem Terra – que agora já era Sem Terra mesmo. Então me perguntaram: “Só no Paraná já tem mais de 40 dissertações sobre os sem terra, por que você quer estudar isso?”. Eu falei: “Porque é uma dívida da minha tese”.

Eu não conseguia financiamento de jeito nenhum. Aí, a Anpocs me deu um dinheirinho e o pessoal que trabalhava no assentamento de Putinga, o Valério Turnes e outros, esse povo me ajudou e eu fui

parar lá no assentamento de Putinga, em Matos Costa (SC). Não dava pra ir mais longe porque não tinha um tostão furado. Fui fazendo essa pesquisa e, quando chegou em 93, fui fazer o concurso para titular. Foi quando eu escrevi o livro *Terra à vista... e ao longe* [Editora da Ufsc, 1996]. Eu queria mostrar como eles viam a terra. Que eles viam a terra mas estava sempre longe. O eixo da pesquisa mudou. Tanto que o único pedaço sobre os sem terra, os antes invisíveis peões, é o último capítulo do livro, onde falo do assentamento de Putinga. Eu não consegui ir mais longe sem um tostão.

Mas Putinga era muito interessante. Foram comigo a Alicia Castells, o John Kleba e a Elisete Schwade. A gente usava o carro da Epagri [Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina]. Chegou lá, o carro não funcionava, um fusca nojento. Eu nunca fui boa de direção. Quem dirigia era a Alicia e o John Kleba. Como atrasou a pesquisa, nós só tínhamos uma semana para ficar em campo porque a gente tinha que dar aulas. Aqueles campos longos de pesquisa de antigamente, como é que a gente podia fazer dando aula? Um dia inteiro o carro ficou na oficina e a gente queria que rendesse. Daí a pouco armou um temporal... O Valério estava lá. Eu falei: “A gente vai ficar”. O Valério falou: “Vocês podem ficar, mas eu vou embora”. Eu conhecia o Valério. Eu já tinha visto o Valério dirigir o carro em cada circunstância! Se ele não achava seguro ficar lá, melhor sair. A gente dirigia com corrente na roda. Então, o Valério colocou as correntes nos pneus, amarrou com pedaços de borracha de câmara de pneu e se mandou. E lá fomos nós embora também. Quando chegamos no asfalto, quem é que desamarrava o amarrado do Valério? Peguei meu canivete na bolsa e cortamos tudo. Então, temos esses episódios do campo.

Foi assim que eu escrevi *Terra à vista... e ao longe*, mas nessas alturas ninguém me criticou, não. Foi um sucesso. O livro teve duas edições esgotadas. Porque tudo tinha mudado, já era Sem Terra, a categoria já existia. Já em 1984, quando eu ainda dava aula de Sociologia Rural pra graduação e tudo, os textos de antes de 1984 não serviam mais, porque ninguém viu nada. A gente só discutia a penetração do

capitalismo no campo. A gente achava que, se tinha movimento, ia ser por salário – porque teve também por décimo terceiro e tudo. Agora, como eu era pesquisadora de campo, estava no olho do furacão, eu via aquilo e dizia: “Gente, isto não é assalariamento disfarçado”, como dizia o Caio Prado Júnior, “isto é outra coisa que não tem nome. Não tem nome mas é uma coisa muito forte”. Aí, foi e ficou Sem Terra mesmo porque a academia não teve nem tempo de elaborar. Como é que Marx falava? Exército industrial de reserva? A gente tentava fazer de tudo com aquilo, mas não dava certo. Então, não sei o que deu no mundo, porque a gente queria pensar em modo de produção, só modo de produção *stricto sensu*, mas não achava, não conseguia encaixar o rural. Fazia o diabo, mas a gente tentava! Aí, começaram a aparecer uns textos. Quando começou? Porque o estruturalismo, nos anos 70, foi fortíssimo. A gente achava que se não fosse estruturalista, a gente não era nada. De repente, começou a crítica. Todos os marxistas que a gente conhecia escreveram “estrutura e formação social”, criaram um novo conceito pra dar conta de tudo o que estava acontecendo. O Fernando Henrique [Cardoso], o Laclau [Ernesto Laclau], o Stavenhagen [Rodolfo Stavenhagen]... o Stavenhagen não foi com esse título, mas falando outras coisas. Porque pra gente era difícil pensar com os conceitos que a gente tinha. Então, foi melhorando. Quem pensava o rural começou a pensar essas coisas.

O Graziano foi muito importante, só que ele era economista. Então, ele tinha um jeito de pensar que me ajudava, mas não em tudo. A Nazareth escreveu em 1979 aquele texto “Todos são trabalhadores para o capital” e ela nunca publicou com este nome [acabou publicando, em 1985, com o título “O camponês: um trabalhador para o capital”] e depois ela foi uma das que mais escreveram sobre o campesinato. Mas o pessoal não deixava ela em paz. A Nazareth, eu acho um gênio. Você, conversando com ela, quando está no debate, ela saca cada coisa! Ela tem uma capacidade de sacar impressionante. O José de Souza Martins, que quando quer ser maldoso ele é, ele sempre escreve: “José Graziano da Silva, agrônomo...”. Da Nazareth,

ele dizia: “Ela nunca publicou... mas não se importa que cite”. Ele, quando queria, era ranheta, uma coisa que preste! Todo mundo adorava o José de Souza Martins, eu também, mas eu o conhecia desde 1974, 1975, de São Paulo, era amigo do Oriowaldo Queda e eu ia assistir defesas quando ele estava na banca, às vezes de carona com o Queda. Uma vez, ele chegou aqui em Florianópolis e falou: “Sabe o que está estragando a pós-graduação da Ufsc? As mulheres. Porque elas entram pra fazer mestrado, mas ficam cuidando da família”. Eu, feminístíssima, subi nas tamancas! Não adiantou reagir, ele passava batido! Ele tinha vindo para uma banca e estava impossível naquele dia. Me fizeram ir jantar com ele, junto com o Viola e a Ilse, porque eu era coordenadora da pós. Ninguém o conhecia pessoalmente e não entendiam a minha resistência em fazer-lhe companhia. O Martins, já no caminho, começou a falar de linchamento, que arrancavam os olhos dos massacrados com colheres. Ele estava escrevendo sobre linchamento. Uma hora eu falei pra ele: “Ou você para ou eu vomito! Porque eu não vou conseguir comer”. Depois, contou que tinha entrado no Mosteiro de São Bento [cidade de São Paulo]. Naquela época, mulher não podia entrar na biblioteca do Mosteiro, por incrível que pareça, e isso me deixava demente! Eu estava tentando achar um homem que pudesse entrar lá e pesquisar para mim, porque eu queria as bulas papais que falassem sobre os índios brasileiros, se, afinal, para a Igreja, tinham alma ou não? No fim, o Jean Hébertte aquele santo, que foi padre na Amazônia, me mandou um artigo sobre as bulas papais, discutindo se índio tinha alma ou não. Ninguém sabia [das bulas]. Eu escrevi para a Alcida Rita Ramos, que é antropóloga indigenista, e ela me falou: “Se você descobrir, me manda”. Tanto que eu mandei e ela disse que usou em sala de aula. Mandei pra todo mundo. Como eu queria essas bulas papais, e os monges no meio do caminho! Como se não bastasse, o José de Souza Martins começou a defender a castidade deles, que ser casto ajudava a pensar (?!). Ele casado, o Viola casado, a Ilse casada, e eu viúva. Puta!, porque eu não aceitava ser viúva. Aí eu falei pra ele: “Eu não melhorei nada. Aliás,

só estragou o meu pensamento”. Como sempre, ele passou batido, nem respondeu. Uma vez eu cheguei num encontro da Anpocs e falei: “Eu não estou reconhecendo aquele ali”, que era o Martins, ele tinha engordado. O Octavio Ianni falou: “É o José de Souza Martins”. Eu disse: “Deus me livre! Eu não quero sentar perto dele”. O Octavio Ianni falou: “Então, vem cá e se esconde atrás de mim”. Eu estou contando essas estórias pra mostrar como eram as coisas, mesmo entre os grandes pensadores homens, porque ninguém pode negar a imensa contribuição intelectual do Martins. Agora, escutar feminista e levar a sério estava fora de cogitação.

Mas você perguntou sobre o rural. Então, quando escrevi *Terra à vista... e ao longe*, eu não esperava o resultado. Porque a minha tese foi criticada. Virou livro, mas eu escutei muita coisa. Mas ali o Otávio [Otávio Velho] foi firme na defesa. Ela foi criticada, ele foi firme na defesa e depois fez o prefácio. Porque precisava coragem pra fazer o prefácio. De repente, o mundo mudou. Quando eu escrevo *Terra à vista... e ao longe*, já estavam os Sem Terra aí com tudo.

A minha incursão nos Sem Terra foi pequena. Foi isso. Porque eu voltei ao gênero. O meu primeiro livro não foi de gênero e o meu segundo livro também não foi, mas eu sou feminista há muito tempo, eu tinha que trabalhar gênero. Agora, a Sociologia Rural é muito machista e o feminismo é muito urbano. Então, eu não achava muito fácil, não. Eu tinha que ter umas parceiras que me ajudassem. Me ajudava a Carmen Deere. Uma vez, a Joana [Joana Maria Pedro] me perguntou: “Ignez, quando você era feminista, o que que você lia lá na década de 70?”. Eu lia a Carmen Deere e a famosa, todo mundo falava dela, Ester Boserup, que escrevia sobre a África – foi traduzida em 1970. A Carmen Deere era a salvação da lavoura, embora eu tenha discordado dela em um artigo (olha que metideza!).

Alguns pensadores queriam flexibilizar os conceitos, os mais ortodoxos não aceitavam e a gente de permeio. O Francisco Sá Júnior escreveu que a agricultura familiar fornecia mais-valia. O Hoffmann dizia: “Mais-valia na circulação, não. Mais-valia é só na produção”. Tanto

que eu peguei aquela discussão feminista forte. Elas não lembram, mas eu lembro. Era a Heleieth Saffioti e a Eva Alterman Blay. Eu estava na SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] de 1975, em São Paulo. A Eva e outras defendiam que a mulher fornecia, sim, mais-valia através do trabalho doméstico, porque esse trabalho permitia que o salário do marido fosse menor, porque ela trabalhava de graça fazendo o dinheiro “render”. A Heleieth dizia: “De jeito nenhum!”. A Heleieth era muito ortodoxa: “Mais-valia só na produção. A empregada doméstica não pode produzi-la”. E eu peguei toda essa discussão do trabalho doméstico. Então, me dá um pouco de saudades de trabalhar com “mulher”, hoje só se fala de “gênero”. Eu fui na minha primeira Anpocs, em 87, que foi um susto quando aqui descobriram que eu não era nordestina, que eu tinha feito mestrado em São Paulo, que eu conhecia os paulistas tudo. Parece que foi a revelação para o pessoal daqui de quem eu era. Porque o pessoal que chegou não me conhecia. Enquanto eu fiquei no Rio contrataram muita gente. Quando eu cheguei [do doutorado] tinha mudado o mestrado, era outro. Eu fui no grupo feminista, no grupo da Heleieth, ela que me convidou. Tinha colegas que achavam que nossa discussão sobre gênero era coisa de “baixo nível”, indigna da Anpocs.

Nós feministas tínhamos, moralmente, muita dificuldade de ter empregada doméstica, durante muito tempo eu não tive, porque éramos contra a ideia “da mulher explorando outra mulher”. Lembro-me de uma declaração da Marilena Chauí sobre isso na época. Era muito difícil. No Nordeste, o trabalho de empregada é a única coisa que muitas poderiam fazer. O pessoal implorava para trabalhar para a gente porque assinávamos a carteira de trabalho. No fim, eu tive uma empregada nordestina muito divertida, cangaceira. Porque eu pensei: “Entre ela não ter emprego e eu ficar com as minhas convicções...”. Quando me mudei, ela falou pra mim: “Depois que eu trabalhei pra senhora eu não vou trabalhar pra mais ninguém”. Porque eu a respeitava. Ela era muito despachada, andava com uma tesoura presa no corpo para quem mexesse com ela, algum homem atrevido.

Bem, de repente, estávamos discutindo no grupo da Anpocs a profissionalização da empregada doméstica como uma solução. Eu não aguentei, sentei sozinha num sofá que tinha no corredor e me pus a dar risada sem parar. Aí parou perto de mim alguém que eu conhecia, uma mulher, e perguntou: “O que foi que aconteceu?”. Eu falei: “Pois é, a gente não aguenta mesmo sem empregada doméstica. A gente não queria, mas agora achou uma solução que é profissionalizar. Porque dar conta de trabalhar e do serviço de casa, a gente não dá mesmo”. Ela respondeu: “Ai, meu Deus! Como eu te entendo!”. Agora, vai explicar isso para os homens! A gente discutia nosso cotidiano. Não era fácil, grupo de feministas era “grupo de baixo nível”. Você acha? Foi revolucionário as feministas considerarem que “o pessoal é político”.

*Entrevistadores: Você acredita que há uma crise envolvendo os estudos rurais no Brasil ou em Santa Catarina?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Olha, Santa Catarina, embora seja um estado muito rural e se orgulhe disso, de sua agricultura familiar, desde que cheguei aqui meu departamento nunca privilegiou esta área de estudo. Só Freud explica, não sei te explicar. O que eu acho que aconteceu, na quebra desses paradigmas todos, é que há uma atração muito grande por certas linhas novas, que são apaixonantes. Mas são muito teóricas. O que eu acho, por exemplo, do mestrado aqui, agora, é que o pessoal é muito teórico. Não acho ruim. Mas eu sempre fui de campo. Por exemplo, o Howard Becker, aquele pianista/sociólogo fantástico, é outro que me ajudou muito. Eu sou de campo e ele também, entendeu? Eu lembro que eu brincava com Luzinete [Luzinete Simões Minella], que é uma ótima pesquisadora de campo: “Nós pesquisadores de campo somos que nem médico legista no meio dos médicos. Só serve pra abrir morto, porque não presta pra abrir vivo e curar, sabe?”.

Então, o que eu notava era um pouco isso. O rural, por exemplo. Os grandes pensadores, antigamente, não tinham essa diferença. Caio Prado Júnior ou Celso Furtado pensavam tudo junto. O José de Souza Martins começou seus trabalhos pesquisando o rural. Por que

é que eu não fui para Antropologia quando as pós-graduações e, depois, os departamentos se separaram? Porque a Antropologia daqui era muito urbana, embora conservasse uma importante tradição indigenista. Sociedades indígenas e sociedades camponesas sempre foram vertentes tradicionais da Antropologia. Meu doutorado no Museu foi na área de concentração “Campeinato”, mas aqui os estudos camponeses tinham ficado um tanto de lado na Antropologia também. Agora tem professores interessantes dessa área por lá. Em bancas onde o trabalho defendido versava sobre o rural, eu frequentemente era convidada a participar porque não tinha muita gente. Agora não tem mais ninguém, porque eu já sou aposentada.

Em relação ao Brasil, até eu não acho tanto porque tem bons autores. Eu compro os livros e leio. Vou ser injusta se eu citar, porque com certeza não vou lembrar agora de muitos nomes. O pessoal lá do Rio Grande do Sul é forte no rural, o de Chapecó também. Mas o que é que aconteceu? A Sociologia no rural sempre teve uma ênfase mais teórica no Brasil, por isso, também, é que eu fui para a Antropologia. A Antropologia nunca teve vergonha de fazer pesquisa de campo. Na década de 1980, com a valorização dos movimentos sociais e da pesquisa-ação, houve uma valorização grande da pesquisa empírica na Sociologia, mas não era raro termos uma grande discussão teórica primeiro e um capítulo pequeno com os dados de campo confirmando a teoria escolhida. Acho que poucos sociólogos brasileiros afirmariam, como o faz Howard Becker: “Eu sou um pesquisador de campo e sempre fui”. Então, eu acho que a Sociologia daqui, de Santa Catarina, do Brasil, é muito teórica, valoriza muito a teoria. Claro que sem teoria não se faz pesquisa, mas sem bons procedimentos de campo também não. Quero me explicar melhor. Os mestrandos e doutorandos fazem muita pesquisa empírica, mas parece que dão menos importância ao preparar essa parte da dissertação ou tese. Cuidar da amostragem tem a ver com a representatividade das conclusões. Pode-se querer representatividade ou não. Lembro-me, agora, do Florestan Fernandes falando de se estudar o “tipo extremo” no seu livro *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica*, que

estudei na graduação. Para muitos alunos, a amostragem tem que ser matemática, mesmo que seja aquela bobagem de se selecionar 10% do universo. Como dizia o Hoffman: “Pode ser 9,96%, 8,75%...”. Não tem um número “cabalístico”, depende do que se quer. Também pode-se garantir a representatividade, se é isso que se quer, qualitativamente. Citando de novo o Becker (sou fã mesmo), não há tanta diferença assim na lógica das pesquisas quantitativas e qualitativas como querem os detratores de cada uma delas. O que não vale é escolher um número de entrevistados, de comunidades, de famílias, de qualquer coisa que não representa o universo todo e concluir em nível desse universo. Melhor assumir os limites da pesquisa.

O problema, nas bancas, é que nem sempre o orientador também tem formação nessa área. Mas o pessoal fazer questão de ir para campo, eu acho bom. O campo “sacode” a gente! Se a gente desistir... Se a gente tem uma semana, a gente vai uma semana, prepara bem o campo antes, mas fala a verdade. Não vai falar que fez pesquisa-ação, pesquisa participante, observação participante, etnografia, porque a gente não fez. A gente fala a verdade, mas faz, não perde a oportunidade de conviver com as pessoas. Um bom pesquisador de campo tem que ter um bom “repertório” de procedimentos, técnicas, “soluções emergenciais”. Se não se pode adquirir isso participando em muitas investigações reais enquanto estudante, como aconteceu comigo e outros da minha geração que “ajudavam” os professores a concluir suas dissertações e teses, discutir experiências alheias também é bom. Acho interessante a última reforma do currículo de nossa graduação em Ciências Sociais ter incluído as disciplinas Práticas de Pesquisa I e II, nas quais os alunos trabalham dentro dos núcleos de pesquisa existentes e ativos.

*Entrevistadores: Em relação às categorias teóricas que estão em uso para pensar o mundo rural: você tem algum balanço disto?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Eu acho que se faz um esforço, nós estamos sempre fazendo um esforço. Tem um pessoal, por exemplo, todo pensando o rural. Você concordando ou não, eles estão pensando o

rural. O gozado é que nos países da Europa e nos Estados Unidos, ninguém se abala. É só Sociologia Rural mesmo que se diz, não inventam outros nomes. É Sociologia Rural, é camponês. Eles tiveram a Idade Média com seus camponeses... Diferente de nós, cuja agricultura familiar já nasceu com a expansão mercantil do Velho Mundo. Talvez, por isso, nem todo mundo aceitou o termo. Nos países ditos desenvolvidos ninguém quer mudar o rural de nome. Até o último livro de um autor que eu gosto muito, o James Scott, camponês, ele escreveu sobre mudança. Tentou fazer umas coisas diferentes. Eu gosto do livro dele. Mas ele escreve sobre o camponês da Ásia. Eu acho que no Brasil a gente está sempre um pouco desconfiado com os conceitos. O José Vicente Tavares dos Santos, na Anpocs de 1990, tentou mudar para algo como Sociologia das Sociedades Agrárias. Tentou mudar mas não colou. Foi tão divertida essa Anpocs! Agora, o Sérgio Schneider está com uma outra proposta, eles querem estudar sistemas alimentares. Algo como Sociologia dos Sistemas Alimentares. Nos outros países fala-se em rural e todo mundo sabe do que a gente está falando. Ninguém se incomoda. Os congressos em que eu vou, América Latina, Europa, fala-se em rural o tempo todo. Eu fui em muitos congressos na América Latina, agora estou meio cansada. Mas na Europa também. Eu fui em congressos em Portugal e Espanha, você fala em rural numa boa. Eu também estive na África, Moçambique e Cabo Verde, mas não tive tempo de me aprofundar. Eles falam muito de mulheres rurais porque elas trabalham nas lavouras mesmo, com a terra. Eu tenho os trabalhos das moçambicanas, os trabalhos das cabo-verdianas. Quem faz Sociologia Rural bem é a França.

A Sociologia Rural no Brasil sempre foi francesa. Maria Isaura Pereira de Queiroz, todo mundo, estudava na França. Quando eu estava no Museu, todo mundo fez pós-doutorado com Bourdieu [Pierre Bourdieu]. Eu fui me meter na Inglaterra, primeiro porque o meu orientador, o Otávio, tinha feito pós-doc na Inglaterra e, em segundo, porque eu só sabia falar inglês, francês não tinha jeito. E fui. Mas

eu queria mesmo ir. Eu conhecia os trabalhos daquele grupo interdisciplinar famoso de pesquisadores de Newcastle, Inglaterra: Terry Marsden, Jonathan Murdoch, Philip Lowe e acho que mais três. Eu me impressionei muito, gostei da linha deles, do que eles escreviam. Eram seis, cada um de uma formação. Eu tenho dois livros deles. Na Inglaterra eles publicam pouquinho [tiragens pequenas]. Daí você quer e tem que fazer fotocópia.

Eu fui até a saída da Inglaterra com a França, com um medo medonho, pegando trens sem saber bem o que fazer, só pra conhecer a Ruth Gasson. Aconteceu o seguinte na Inglaterra: eu não sou uma pessoa desinibidíssima assim e não nasci para grandes aventuras. As aventuras acontecem não sei por quê. Que eu goste e procure, não. Lugar diferente, eu vou. Mas que eu me sinta à vontade... Eu sou muito caipira de interior. Aí, o que que aconteceu? Eu fui pra Inglaterra assim, muito desarvorada. O meu supervisor foi o Anthony Hall, que fala o português do Brasil bem mesmo. Mas eles acham que brasileiro é atrevido. Então, eles não se preocupam com os estudantes brasileiros. Acham que a gente vai meter a cara. Eu fui com um projeto sobre feminismo. Eu escrevia para as pesquisadoras inglesas que pesquisavam América Latina. Só Ruth Gasson me atendeu, ninguém mais. Elas marcavam, desmarcavam, marcavam de novo, desmarcavam a segunda vez e eu não tinha mais coragem de remarcar. Quando eu falei com a Ruth Gasson, ela falou: “Não se preocupe”. Esqueci a universidade dela, era bem longe.

As feministas de Londres têm preconceito contra mim também. Então, eu não conseguia me encontrar com elas. O meu supervisor eu via pouco, porque não era obrigação dele me pajar. Eu fiz disciplinas por minha conta. Uma das professoras era indiana. Ia a palestras para poder ouvir sobre rural e feminismo... Metodologia de Pesquisa eu fiz com um professor ótimo, George Gaskell, que depois o livro, em parceria com Martin Bauer, foi traduzido [Martin W. Bauer e George Gaskell] para o português. Ê, livro bom! Eu fui aluna dele porque eu me metia nos cursos, mas assim, aqueles cursos pra 50 alunos. Eu

acho que se eu fosse invisível na Inglaterra, era igualzinho. Quando o professor John Wilkinson, inglês, fez a carta de recomendação, ele falou: “Eu faço a carta de recomendação, mas só se você quiser ficar ao léu por lá, porque ninguém vai te dar atenção”. Dito e feito. Só me deram um caixotinho assim, que era pra eu pôr as minhas coisas, mas tava cheio de lixo. Não tive direito a computador, a sala, nada.

Eu não era recém-formada, tanto que eles não me aceitaram como pós-doutorado. Me aceitaram como Academic Researcher, que é um pouco acima. Porque, pra eles, eu tinha trabalho publicado e tudo, eu não era uma pós-doutoranda. Eu pus no meu currículo “Pós-doutorado”, porque eu saí com bolsa da Capes pra fazer pós-doutorado. Mas eu tinha uns privilégios, que não eram tão privilégios assim, que era poder almoçar no restaurante dos professores (comida inglesa de universidade, todo mundo sabe, não é muito boa, pesada). Lá era tudo muito hierárquico. Então, os meus colegas pós-doutorandos diziam que eu podia convidar outras pessoas, eles queriam ir. Mas a gente não ganha nada. Eu era considerada do *staff*, eu podia entrar no banheiro exclusivo do *staff* e ir nesse restaurante. Mas se eu fosse transparente dava no mesmo.

Então, eu ficava me metendo nos cursos, assistindo. Agora, tem uma coisa: a pessoa acabou de falar, ela publica. Eu tinha a mania do Brasil de “arrancar” o trabalho da mão das pessoas. O Moacir Palmeira é o próprio. Ele fala, fala as coisas, mas até ele publicar... Eu estava acostumada a arrancar. Quando eles faziam palestras, xerocar as folhas. A gente fazia e faz cada coisa! Aquele economista, o Guilherme Delgado, fez uma palestra. Eu catei o *pen drive* dele. Eu não sei fazer essas coisas, pedi ajuda pra todo mundo. Todo mundo copiou. A gente estava acostumada assim. Então, eu achava que lá era igual. Mas não. Depois eu percebi que as pessoas publicavam muito. Que se podia conhecer as pessoas lendo. Eu não precisava entrevistar. Aí eu sosseguei. Mas quando eu fui embora, eu pedi para o meu supervisor, Anthony Hall, fazer uma carta (eles não sabem fazer essas coisas) para o Brasil, sobre o que eu fiz. Mas ele falou: “Você não apresentou

palestra, você não fez nada?”. Aí, a culpa ainda era minha! “Porque você tinha que ter insistido.” Eu falei pra ele: “Mas eu marco uma vez, a pessoa desmarca. Marco uma segunda vez, a pessoa desmarca, eu não tenho coragem de marcar uma terceira”. Ele falou: “Errado! Você tinha que insistir. Você tinha que marcar a terceira”. Mas não. A imagem do brasileiro lá é essa. O brasileiro se vira! Ele é cara de pau, ele se vira! Quando ele viu que eu não me virei, se espantou e se irritou um pouco... Foi um ano perdido em termos de currículo. Sim, porque ninguém me convidou para dar uma palestra.

Agora também eu não gostava do meu inglês, tinha vergonha. Mas eu já fiz palestra em inglês. Eu mando traduzir, ensaio e leio. Minha filha tem um inglês perfeito, britânico, shakespeariano. Quando ela morou lá comigo, tinha aquele inglês da adolescência. Depois eu a mandei estudar lá de novo, o professor era shakespeariano e ela pegou o jeito. Minha filha lia, gravava a fita (nada de celulares ainda...), e eu ficava ensaiando. Não teve problema. Eu falei inglês em Amsterdã, eu dizia: “Dá pra entender?”. Diziam que dava. Eu também passava cópia para as pessoas, mas eles achavam um exagero. Depois, uma russa e um japonês falaram em inglês e eu não entendi nada. Eu não tenho bom ouvido, mas franceses falando inglês é uma beleza. Porque não é sua língua-mãe e eles têm vogais como a gente. Os ingleses, mesmo os estadunidenses, se eu ficasse perto, olhando a boca, eu entendia porque estudei inglês minha vida inteira. Mas, quando a russa falou e o japonês falou, eu pensei: “Acho que a minha não estava tão ruim assim, não”. Então, foi timidez. Porque se alguém me convidasse eu daria um jeito. Eu faria tradução, eu leria. Eu consigo entender as perguntas. Mas ninguém me convidou. Eu ia meter a cara? Eu achei engraçado que mesmo as feministas que estudavam a América Latina, e eu já sendo pesquisadora, ninguém quis conversar comigo.

Na Inglaterra é que eu percebi uma coisa que depois se acentuou. A América Latina é só a América Hispânica no exterior. Quando eu era jovem, se dizia muito que a gente estava de costas para a América

Latina, que o Brasil só mirava a Europa. Não estava totalmente errado, mas essa via tem duas mãos. Comprei livros em outros países sobre a América Latina que nem citavam o Brasil. Outra coisa que eu notei: o português não é facilmente compreensível pelos hispanofalantes e um linguista belga me explicou uma vez os porquês (são mais de um), mas faz muito tempo e tenho medo de falar besteira. Um dos motivos eu me lembro: o português tem sons que o espanhol não tem. As vogais “a”, “e” e “o” nós pronunciamos às vezes de maneira aberta e, outras, de maneira fechada. O som “ão” é só nosso. O português, em termos de sons, segundo ele (não me culpem) “contém” o espanhol. Ele tentou me explicar também diferenças entre línguas silábicas e não silábicas, mas confesso que não entendi. Hugo Ratier, antropólogo argentino, amigo meu de décadas e décadas, falante de um português impecável, fica admirado porque, antes de publicar um artigo ou livro, eu pago para um profissional rever todo o português, apesar de eu mesma corrigir a redação das teses e dissertações de meus alunos. Ele disse que isso não acontece na Argentina com professores do meu nível. Meu professor de Português, durante todo o ensino médio, foi seu Evaristo Pereira, formado em Coimbra. Era exigente! Até outro dia me mandaram a poesia: “Última flor do Lácio, inculta e bela. És, a um tempo, esplendor e sepultura...” [Olavo Bilac, poema “Língua portuguesa”]. Me deu vontade de mandar, por brincadeira, para as minhas amigas que falam espanhol e se queixam do português. Eu estive num congresso em 2018 em Montevidéu. Éramos quatro coordenadoras do GT: nicaraguense, mexicana, uruguaia e brasileira (eu). A gente se revezou duas a duas. Um dia não era minha vez e não pude mesmo estar presente. Houve um debate furioso em português, mas as coordenadoras não conseguiram entender do que se tratava para fazermos o relatório final.

Acho que o português é uma língua rude mesmo! E pior, empolada. A minha avó era espanhola mas não falava espanhol porque veio pro Brasil pequena, falava português sem sotaque. Mas a gente cantava em espanhol até arrebentar. E teve uma época que o tango teve

muita importância nas rádios. Cantava-se em espanhol, mas também se traduzia muito. Minha mãe, que tocava bandolim (tocou piano quando jovem), adorava cantar o tango. Às vezes, parte da música era em espanhol e parte em português. Eu não lembro quando comecei a entender o espanhol falado e escrito. Falar e escrever, isso nunca fiz, mas entender...

Além da barreira da língua, eu percebi que os países da América Latina que atraíam mais a atenção das pesquisadoras inglesas eram os que tinham populações indígenas herdeiras de grandes civilizações: Peru, Bolívia, México. Fiquei surpresa quando a Ruth Gasson, na Inglaterra, me perguntou se eu estudava o Terceiro Mundo. Eu respondi que era brasileira e estudava o Brasil. Então ela disse: “Brasil não é Terceiro Mundo!”. Eu levei um susto tão grande! Eu não sabia o que responder. A Carmen Deere é estadunidense, mas a mãe é porto-riquenha. Espanhol pra ela é língua materna e ela entende português muito bem, mas disse que isso não é muito comum. Falou que o português antigo e o espanhol são muito parecidos. É verdade, basta a gente ver as letras das cantigas dos trovadores medievais de Portugal e Espanha. A Carmen me contou que ela conseguiu traduzir um texto escrito em espanhol gótico justamente porque conhecia o português. Nesse texto se usava o “f” em lugar do “h”, por exemplo, “faço” ao invés de “hago”. Ela traduziu tudo, sofreu pra burro, depois apareceu o texto traduzido! Porque letra gótica é fogo! Esses documentos antigos, que as revistas de história brincam reproduzindo para ver se a gente consegue ler, não entendo nada! Então, eu percebi que o diálogo entre o Brasil e o restante da América Latina é difícil mesmo.

Quem está fazendo isso é a María Luisa Femenías, argentina, em seus livros sobre os feminismos latino-americanos. Ela inclui trabalhos sobre o Brasil. Mas é uma das poucas. Depois, começou a aparecer um pouco mais o Brasil. Eu não sei dizer quando, mas eu acho que é muito recente. Gozado [risos], a gente foi colonizado por Portugal, mas você não acha livros de feministas portuguesas ou de outros países que falam português nas livrarias daqui, de jeito nenhum. Mas

quando você vai para países da América Hispânica, por exemplo, para a Argentina ou Uruguai, as livrarias têm exemplares da Espanha, do Peru, do México e por aí vai... Eu gosto muito do feminismo espanhol. Quando vou para a Espanha, volto carregada de livros. Porque eu acho que o feminismo espanhol conservou essa coisa de falar da desigualdade econômica, de publicar dados sobre grandes disparidades entre grupos sociais, da pobreza de algumas áreas rurais. Porque o feminismo brasileiro ficou muito urbano e entrou na virada linguística com tudo. Não sou contra essa virada, também gosto. Você ver que tudo é discurso, isso é muito importante, mas achar que todos os discursos se equivalem em termos de ciência, acho absurdo. De repente, não se fala em desigualdade, é só diversidade de sexo ou reprodução. Reconhecimento e reprodução. Quando eu li que a Carmen Deere também sentia falta, no feminismo, de estudos sobre as diferenças entre propriedade e renda, me vi compreendida. Coisas que eu gosto de estudar, entende? E o feminismo espanhol fala disso, então eu gosto. Mesmo das autoras mais filosóficas. Leio a Célia Amorós, a María José Guerra Palmero, a Alicia Puleo, a Nuria Varela, a María Ángeles Durán, a Rosa María Rodríguez Magda, a Cristina Carrasco... Eu gosto demais dos livros delas. Gosto também quando falam que o Iluminismo não é para ser jogado fora, no lixo, como a gente tá fazendo. Elas falam que o feminismo é o filho não querido, acho que é essa a expressão em espanhol, o filho rejeitado, mas é filho do Iluminismo. Se a gente não tiver umas bandeiras universais, como é que a gente briga, né? Não dá para jogar o Iluminismo no lixo.

*Entrevistadores: Eu queria que você retomasse a questão das categorias teóricas, especificamente sobre uma categoria que surgiu há algumas décadas e que acho que as Ciências Sociais abandonaram, não tenho certeza, mas que ainda é utilizada em outras áreas, que é a categoria de “novo rural”. O que você tem a falar sobre isso?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Sobre o novo rural... É que no Brasil, de repente, a gente acha que está acontecendo no Brasil inteiro, mas não está. Foi quando saiu, por exemplo, a pluriatividade. Eu gosto da categoria porque, inclusive, tem um texto muito bonito que eu dei para meus alunos lerem, da Maria José Carneiro, que fez doutorado na França com o Godelier [Maurice Godelier]. Ela tem um livro, que é sua tese de doutorado, e tem um capítulo sobre pluriatividade em que ela estabelece limites para o uso do termo. Se chamarmos tudo pelo mesmo nome, o conceito perde a utilidade. Isso aconteceu com a ideia de agricultor *part time*... Nem foi traduzido o termo para “tempo parcial”, ficou *part time* mesmo. Era uma ideia de que esse agricultor estava com o pé na cidade. Eu acho que quem sacou bem foi a Nazareth Wanderley num debate que a gente estava fazendo sobre os sem terra. Ela falou: “Não, as pessoas vão para outro trabalho para continuar agricultor, para continuar produtor. E a gente vê como um crime, quase, os assentados fazerem isso”. Aquele trabalho do José Graziano... Eu gosto muito dos trabalhos dele. Mas quando afirma que os agricultores estavam virando administradores dos sítios de fim de semana, me pareceu uma conclusão muito “paulista”, não acontece em Santa Catarina, poderia acontecer em volta da cidade de São Paulo. Tanto que eu fiz até uma distinção em um texto meu. Para falar que há pluriatividade, a gente tem que dizer se é o agricultor, o homem ou a mulher, que está fazendo outras coisas, ou quando são os filhos, porque aqui, com a mineração e com a indústria têxtil, tinha muito agricultor que fazia as duas coisas. E também muitos filhos de agricultores que continuavam morando na propriedade. A hora que acabou isso é que a gente começa a falar de pluriatividade em Santa Catarina? [risos] E o novo rural foi um pouco assim.

É interessante. É um fenômeno interessante porque é um pessoal que de repente, através da agroecologia (as duas coisas surgiram meio juntas), começou a ir para o campo. Moradores da cidade, com propostas mais ecológicas, começaram a plantar e a criar de forma diferente. A isso, deu-se o nome de “novo rural”. Eu organizei uma

revista, aqui, e meu amigo Hugo Ratier, que é antropólogo, escreveu sobre isso na Argentina e chamou a atenção que, geralmente, os novos rurais eram ricos, comparados aos agricultores tradicionais [risos]. Um pouco isso, entende? Quem é que está indo, na Argentina, no caso? Ele chamou a atenção para uma coisa: “Quem são esses novos rurais?”. Um que fez muita fama, que veio aqui, ajudou a destruir umas coisas, o francês, o Bové [José Bové]. Filho de professores universitários. Então, foi uma categoria que impressionou, porque nunca alguém tinha largado tudo para ser agricultor a não ser no tempo do anarquismo, das comunidades igualitárias. Não tinha isso. De repente, começou a acontecer um novo rural, assim, na França.

*Entrevistadores: Certo, mas você considera o emprego dessa nova categoria “novo rural” adequada?*

*Maria Ignez Silveira Paulilo:* Olha, eu nunca usei porque acho que é um pouco restrita a alguns lugares e tipos de produto. Claro que você fala nos novos rurais, mas nos meus estudos, assim, foi uma categoria que não me ajudou muito, eu não topo muito com eles, são raros. Agora, quem estuda deve entrevistar vários e ver como eles pensam. Agora eu, enquanto estudante do rural, ela não me ajuda muito porque eu estou estudando Santa Catarina e não estou estudando em volta de São Paulo ou de grandes centros. A Paola Cappellin me contou que foi visitar uma mulher que criava cabritinhos, coisas mais lindinhas do mundo, e foi mostrar os filhotinhos pra ela com anéis de brilhante no dedo. Então, tem coisas interessantes. Mas, para mim, aqui em Santa Catarina, não é ainda uma categoria amplamente explicativa. Agora, para quem estuda essas pessoas que decidiram ir para o rural, sejam muitas ou poucas, espalhadas ou concentradas, a categoria novo rural deve fazer bem mais sentido. Existe um rural novo no Brasil, neste sentido? Acho que não. Novo rural pode ser uma categoria para pensar um grupo, que pode aumentar, pode não aumentar. Mas que exista um novo rural no Brasil, eu acho um pouco de exagero. Claro que mudou, mas tudo mudou, há novas cidades, novos bairros, novos carros, novos

tudo. Não acho que essa categoria é suficiente para quebrar o entendimento que tínhamos de alguns fenômenos...

Algumas categorias existentes foram simplesmente abandonadas. Como quando eu falo do feminismo, de repente, no Brasil, praticamente se abandonou a ideia de desigualdade econômica para se estudar mais reconhecimento e reprodução, mas a desigualdade está aí. Até eu brinquei uma vez, quando eu estava no Chile, e falei: “Primeiro foi sexo sem filho, agora é filho sem sexo e a miséria continua tão cristã quanto moura, *tan cristiana quanto mora*”, para brincar com uma frase de um poema satírico de Francisco de Quevedo. Principalmente para os espanhóis, cristãos e mouros não deveriam ter nada em comum. Aí foi uma gargalhada geral porque, realmente, você começa a trocar muito de categorias e a miséria mesmo, a pobreza, tão cristã quanto moura, está aí. A questão fica meio de lado, mudam-se as ênfases, mas não fica resolvida.

Então eu acho que a categoria novo rural não pode obscurecer outras categorias. Claro que o rural se tecnificou, aconteceu muita coisa. A gente tem que rever as categorias o tempo todo, mas não sei se todas as revisões levam a maior compreensão. Novo rural é um conceito genérico demais. Talvez por eu ser uma pesquisadora de campo, gosto de conceitos mais operacionais.

### *Entrevistadores: Categorias empíricas?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Prefiro não chamar de categorias empíricas, porque, antigamente (e talvez mesmo hoje), se a gente falasse que utilizava “categorias empíricas”, queria dizer que você criava o conceito a partir da pesquisa de campo. Você estava lá e a própria realidade falava com você. Eu acho que categoria empírica às vezes dá certo, às vezes não dá. É mais fácil não dar certo. Você pode criar algumas categorias empíricas quando você conhece muito bem a região que estuda. Um pensador de campo que conhece bem o que ele está fazendo, daí ele pode criar, mas, mesmo assim... Está apoiado em muito conhecimento teórico prévio. Por exemplo, Bourdieu. Bourdieu

ajudou muito a Sociologia brasileira, a Antropologia também, porque ele é de campo! Por isso que os conceitos de Bourdieu a gente operacionaliza mais fácil, a gente dá um jeito. Já Giddens [Anthony Giddens], não é, Giddens não é de campo. Mas Giddens tem uma coisa interessante. Ele dá muito valor aos pensadores de campo que o ajudaram a pensar. Inclusive as feministas. Então você vê o livro *Sociologia*, do Giddens, tem um capítulo sobre feminismo. Quando eu li, por exemplo, a *Dominação masculina*, do Bourdieu, fiquei com tanta raiva! Ele não falou nada – nisso eu já tinha 40 anos de feminismo – que as feministas já não sabiam! Aí, a Miriam Grossi consertou meu pensamento. Bourdieu ter escrito sobre o feminismo na academia francesa legitimou essa área de estudos. Ele legitimou os estudos feministas, vê que interessante! Ele estudou rural, ele estudou tudo isso, mas ele teve que escrever *Dominação masculina* para dizer que um grande pensador também pensava em feminismo.

Eu, às vezes, falo mais de feminismo do que de rural. Agora, esse grupo de Newcastle estudava o rural da Inglaterra com uma tranquilidade tremenda. Eles eram de campo, estudos de caso. Eu gostava do jeito deles. Inclusive o Terry Marsden, o Graziano traduziu. Ele coorientou a tese do Mior [Luiz Carlos Mior]. O grupo se desfez... Eu adoro o conceito de localidade deles! O local como uma arena e não uma comunidade. As ações coletivas que lá acontecem são resultantes de jogo de forças, não de consensos. Mas eles também têm muito a ideia do conceito de trabalhar em rede. A ideia de trabalhar com a perspectiva de redes nunca me seduziu. Eu gosto de ler o trabalho dos outros, mas de fazer, não. Então essa parte de rede que eles desenvolveram não me emocionou muito. Mas as outras partes, por exemplo, a de que o rural é uma construção, sim. Porque as pessoas pensam que a gente, que é do rural, quando chega lá, enxerga tudo. Eles que são especialistas em rural escrevem todo um texto maravilhoso sobre a construção do rural, como o rural é construído em várias épocas. Quer dizer, a gente sabe disso, embora muitos vissem (ainda veem? Acho que não) o professor de Metodologia e, também,

quem pesquisava o rural, como aquele que considerava que o mundo era dado, ninguém entendia ou imaginava que a gente lia epistemologia, que a gente conhecia epistemologia. Agora, esse pessoal de Newcastle, eles eram seis, eram muito bons para juntar teoria e campo. Os que estão ainda pesquisando não o deixaram de ser. Terry Marsden continua sendo. Philip Lowe veio aqui, a Julia [Julia Guivant] o trouxe, não me lembro o ano. Mas não atraiu muita gente. Eu sei, eu fui na conferência, mas ele falou de outras coisas, eu queria que ele falasse desse pedaço que eu adoro, das diferentes construções do rural, porque a gente não engole um autor com casca e tudo; você gosta mais de um pedaço da obra que de outro. A gente, na verdade, dialoga com eles.

*Entrevistadores: Um dos textos mais conhecidos e citados da produção sobre mundo rural é um texto seu chamado “O peso do trabalho leve”. Foi publicado em 1987 na revista Ciência Hoje. Você poderia contar para a gente sobre a produção deste artigo?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Foi em 87 que foi publicado. Eu defendi minha tese em 87. Não sei quem me pediu o texto. A decisão de escrever para a revista *Ciência Hoje* foi do meu orientador de mestrado, Albertino Rodrigues. Eu escrevi e ele foi parecerista. E ele assinou o parecer, apesar de que parecerista não precisa assinar. Falou um monte de coisa. “Você não pôs nada aqui! Você deve incluir esta experiência aqui...” Ele foi meu professor de graduação, desde o primeiro ano, e foi meu orientador de mestrado. Eu li o parecer ouvindo a voz dele, como se estivesse falando. Aí, eu refiz nem sei quantas vezes. Ele dizia “não serve”. Aí eu disse: “Desisto, desisto porque não dá, não fica bom, não entra, não vai”. Aí, ele escreveu assim: “Um pouco mais de paciência!”. Mas eu o ouvia falando comigo! “Um pouco mais de paciência!” Assim, bem autoritário. Aí parece que veio a luz. Mas eu falei: “Eu tinha desistido, o texto não saía”. Aí, quando ele escreveu “Um pouco mais de paciência”, eu mandei o artigo de novo. “Só falta fechar o texto”, me responderam. Mas os jornalistas fizeram um

trabalho tão lindo! O texto estava mais pesado, sem mudar minhas palavras, eles fizeram um trabalho com aquele texto fazendo-o ficar mais leve.

Agora, “O peso do trabalho leve”, todo mundo pergunta de onde eu tirei este título. Eu falo “não sei”, acho que foi quando eu li *A insustentável leveza do ser*, do Milan Kundera. Eu via outros títulos como “Mulheres não sei o quê”, mas ninguém gostava, aí eu coloquei: “O peso do trabalho leve”. Ah!, se eu tivesse jogado na loteria! Aquele Claudius, cartunista, fez um cartum engraçadíssimo do texto, usando as palavras das mulheres. Ele fez até um fulano sentado na cama: “Fulana, faz isto; fulana, faz aquilo; agora, enrola aquele cigarrinho que só você sabe fazer”. Olha, o texto fez muito sucesso. Tem gente que xerocou (aquela era a época do xerox) e pregou na parede. Aquela charge do Claudius foi o maior sucesso. A Delma [Delma Pessanha] tinha me falado: “Quando você publicar na revista *Ciência Hoje*, você vai ver como repercute, as pessoas leem”. Mas eu não esperava tanto. Esse texto já completou 30, em 2017, 30 anos. Um dia recebi uma carta do Ministério do Trabalho, quando eu me aposentei. Eu sou tão ansiosa para estas coisas que eu pensei: “Negaram a minha aposentadoria...”, embora eu tenha trabalhado mais anos do que precisava. Aí, eu abri e dizia algo assim: se eu, como autora, permitia que eles pusessem esse texto no portal deles. Eu, como autora, detentora do direito moral... Se a revista publicou é ela que tem o direito. Do jeito que eles puseram! Esse texto, a Igreja já tinha publicado, e aconteceu em muitos outros lugares, sem autorização nenhuma! Já fizeram de tudo com esse texto e, mais de 20 anos depois, esse pedido! Saí rindo sozinha. Porque eu fiquei muito tensa. Quando abri o envelope, eu estava sozinha, descendo a escada e andando pelo campus, eu fui rindo sozinha o caminho todo, aí encontrei alguém e falei: “Você não acredita o que está escrito aqui! Já fizeram de tudo com o texto e agora vêm pedir licença!”. Mas que eu esperasse essa repercussão, não! Depois, quando fui para a Inglaterra fazer pós-doutorado, eu completei o texto com mais uma pesquisa sobre produtoras de leite,

que no texto da *Ciência Hoje* não tem. Completei, mandei traduzir, e enviei para algumas pessoas. Me serviu de passaporte. Me ajudou. Mas o pessoal brinca muito. O peso do trabalho leve. Acho que foi o título, a charge.

Também não é assim que o texto saiu levinho. Eu, naquelas alturas, 87 (eu comecei a fazer campo sobre agricultura em 1975), em 1987 já eram 12 anos, 12 anos que eu fazia campo. Quando eu escrevi, eu tinha feito campo em São Paulo, campo no Nordeste, tinha passado pelo Norte, tinha feito campo em Santa Catarina, tinha 12 anos de trabalho de campo! Não é que saiu do nada, né? E para escrever deu muito trabalho, se não fosse o Albertino Rodrigues! Só quando entendi assim, o peso do trabalho leve, é sobre isso que eu vou falar, desse trabalho de mulher que ocorre e nem se vê, parece que clareou. Mas demorou. E outra, os pareceres do Albertino ajudaram. Então, é esta a história de “O peso do trabalho leve”. Eu não esperava essa repercussão tremenda. Mesmo pesquisando outros temas, estava vendo as mulheres porque eu era (e sou) feminista. As feministas falam da cegueira com relação às mulheres. E é verdade, não se enxerga. Quando eu fiz esta coletânea [*Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*, Editora da Ufsc, 2016] me disseram: “Se nesta coletânea não sair ‘O peso do trabalho leve’, não dá!”.

CLAUDIUS

# O PESO DO TRABALHO LEVE



ACORDEI MAIS CEDO QUE VOCÊ, PREPAREI O CAFÉ, TIREI O LEITE, ENCAMINHEI O ALMOGO, POTEI UMAS ROUPAS DE MOLHO...



... AI! VOCÊ LEVANTOU, TOMOU O CAFÉ PRONTINHO, E FOMOS À ROÇA JUNTOS. TRABALHAMOS IGUAL, O DIA INTEIRO...



AI! A GENTE VOLTOU, EU FIZ O JANTAR, LAVEI A ROUPA ENQUANTO VOCÊ DESCANSAVA...



... ESTENDI, PENDUREI A ROUPA, PUS A MESA, CHAMEI VOCÊ QUANDO O JANTAR FICOU PRONTO...



VOCÊ JANTA E VAI DEITAR, ENQUANTO EU LAVO A LOUÇA, ARRUMO A CASA, DOU UM JEITO NAS COISAS... VOCÊ NÃO QUER MAIS NADA, NÃO?



QUERO SIM - ENROLA UM CIGARRINHO PRA MIM COMO SÓ VOCÊ SABE FAZER, TÁ'?



... E NO FIM DO MÊS ELE AINDA GANHA MAIS DO QUE EU

CLAUDIUS

*Entrevistadores: A questão da sucessão na propriedade é um grande embate na agricultura familiar por conta da dificuldade da reprodução das famílias em virtude da emigração, das famílias pequenas e tudo o mais. Você vê isso como um problema, tem acompanhado o debate?*

**Maria Ignez Silveira Paulilo:** Eu vou falar de uma perspectiva muito feminista para discutir a sucessão. Mas uma coisa que me invoca é as mulheres não levarem terra mesmo! Tanto que o pessoal duvida muito de mim. Eu lembro uma vez que a Ilse [Ilse Scherer-Warren], filha de agricultores, e o Ari [Ari Minella], que vem de família de agricultores, falaram: “Na minha casa todo mundo recebeu herança”. Isso acontece, todo mundo recebe quando a terra já não é mais importante, todos os filhos estudaram, têm outras profissões. Quer dizer, aquela ideia de que mulher não herda terra, nem meus colegas, vindos de agricultura familiar, acreditam. Tanto que uma falou: “Imagine, no caso do meu avô, do meu pai, todos herdaram!”. Eu perguntei: “Herdaram em proporções iguais?”. Isso ela não soube responder. Porque tem muitos pais que eram um pouco mais abertos, davam dinheiro, alguma coisa para a mulher, mas o comum era a máquina de costura para ela trabalhar, uma vaca... Os pais davam enxoval, alguns mais, outros menos. E a que não casava, ficava solteira, nem ia estudar, não ganhava nada. Mas nunca ninguém se interessou pelas solteiras no mundo rural. O Bourdieu estudou o solteiro [risos]. Aí cada vez que eu perguntava sobre as solteiras, diziam: “Elas ficam jogadas de um lado para o outro”. E eu vi. As que não casam cuidam dos pais. Depois, morrem os pais, vocês pensam que elas ficam com a casa? Ela vai morar com o irmão ou irmã e ajuda em tudo!

Podem falar o que quiserem, a mulher não herda! Mas se você falar isso aqui no meu departamento [na Ufsc], os exemplos são sempre os das famílias para quem a terra não é mais importante ou, se não, é tão pequena que os pais já venderam e foram para a cidade. A mulher só pode fazer agricultura se ela casar. Na Inglaterra eu li sobre uma experiência de mulheres lésbicas que resolveram ser agricultoras

e fizeram um espaço para elas. Uma coisa diferentíssima. Mas no Brasil não tem, são diferentes. Agora, quando eu pergunto, por exemplo, sobre o sucessor, aí eu quero saber de mulher, é um assunto que ninguém toca. Você quer um tabu na vida? Todos os movimentos de mulheres têm coragem para tudo, menos para tocar nesse assunto. Elas só reivindicam terra quando é do governo, da reforma agrária, então reivindicam. Mas, na família, não. A última vez que eu perguntei, uma líder do MMC [Movimento de Mulheres Camponesas] falou: “Este não é mais o problema, Ignez, nem sucessor tem! Não vamos discutir isto”. Mas elas nunca quiseram discutir isso. Então, que as mulheres têm mais estudo no rural, todo mundo sabe. Os pais sabem que elas não vão ter lugar lá e mandam estudar. Então eu fico com esta pergunta: talvez não tenha sucessor mesmo, seja homem ou mulher? Mas alguém perguntou: “Se abrisse a sucessão para as mulheres, alguma coisa mudava ou não?”. Eu não sei. Eu realmente não sei porque eu nunca vi.

Entre os caboclos, as brasileiras falam que elas herdaram também, mas é tudo muito regional. Depois, você lê a Margarida Moura, que estuda caboclos, e a ideia é que como ela nunca ganha nada, quando ela ganha um pouquinho, já está bem. Eu conheci caboclas que tinham seu pedacinho de terra, o pai deu, mas não é a regra. Por exemplo, às vezes o pai só tem filhas, o filho não quer. Regra rígida mesmo não tem, quem vai suceder? Agora não sei se abrisse para as filhas, se resolvia também. Porque na França, a Miriam Grossi fala que as mulheres não querem ficar no meio rural. O trabalho sobre o celibato do Bourdieu, eu adoro. Eu li o Bourdieu quando não existia tradução, ele não coloca vírgula nem ponto, você vai ficando sem fôlego. Hoje eu leio melhor inglês do que francês. Mas tinha que ler. Eu li muito em francês quando fiz doutorado, no início dos anos 1980. Ele mostrou que se dizia que os homens não casavam e ele via que as estatísticas, que as taxas de casamento, não mudavam, não diminuíam. Pesquisando, ele percebeu que quem não casava era o dono da terra, por isso chamava atenção, que era justo o herdeiro. Mas daí

é aquela história, o trabalho na roça é muito duro. A Miriam Grossi fala que as mulheres preferem trabalhar no correio da cidadezinha, fazendo qualquer coisa, mas não ficar no campo. Mas e agora, com essa valorização das mulheres agricultoras que está acontecendo, com essa nova preocupação ecológica, será que nada muda? As mulheres do MMC falam que querem ficar no campo. Porém, as moças, o que estão fazendo? Elas estão estudando para ser técnicas em agroecologia. Eu não estou vendo um movimento delas para debater a questão da herança.

A holandesa Ineke van Halsema foi morar junto com produtores do Rio Grande do Sul, por volta de 1990, e fez uma monografia muito bem-feita. Cito como exemplo para meus alunos. Ela usou diversas técnicas. Pena que não foi traduzida. Ela usou muitas técnicas: observação participante, entrevistas, enquetes curtas... Todas as técnicas que pôde. Ela chamou atenção para uma coisa que eu nunca tinha percebido: ela fala que o dote não tem nada a ver com herança. Que o dote, tradicionalmente, é algo que a mulher recebe antes de casar para poder ser independente. No Brasil, as mulheres ganhavam máquina de costura, enxoval, uma vaca ou porca, é uma coisa diferente... Aí que ela chamou minha atenção, eu não tinha feito doutorado ainda, eu era bem nova, mas eu percebi a importância do que ela dizia. Eu conheci a Ineke pessoalmente, inclusive. O que ela afirmou foi o seguinte: “O trabalho da mulher não é considerado trabalho. O homem herda a terra porque trabalhou e a mulher não herda porque se considera que não trabalhou”. Na verdade, não é herança que você ganha sem fazer nada? Então, por que o moço que sai para estudar não ganha terra?

A gente usa o termo herança e dote de maneira errada. Não com o significado que tiveram originalmente. E eu, depois de muito tempo de campo, eu desconfiava. Quando eu estava com as mulheres passeando na roça, as mais velhas, elas tinham uma revolta: “Trabalhei tanto quanto meus irmãos e não herdei nada”. Essa afirmação começou a ficar recorrente e eu comecei a sair sozinha com as mulheres

por ali para ver se eu escutava de novo. Uma estava com uma dor no estômago horrível naquele dia, aí a mulher falou: “Hoje mesmo fui no cartório assinar! Ah, é por isso que estou com esta dor no estômago!”. Não sei se ela assinou a desistência ou a venda da sua parte da terra a preços simbólicos, já que no Brasil, pelo Código Civil, todos os filhos herdam. Estava com dor de raiva! Aí eu percebi que elas assinam, mas não sabem o que assinam. Eu tive alunas de pós-graduação, que vieram da agricultura familiar, e parece que a memória delas vira fumaça! Pergunto: “O que foi que você assinou – doação ou vendeu mais barato?”, não sabem, não lembram... Muitas delas diziam que faziam uma venda fictícia, por um preço baixo. Muito tempo depois, eu descobri outra coisa que eu não podia imaginar. O pai de família vende ficticiamente a terra para o vizinho, que revende ficticiamente para o filho herdeiro. Todo mundo sabe. Depois que eu soube (não iria adivinhar nunca porque é segredo muito bem guardado), perguntei: “Mas, e se o vizinho ficar com a terra?”. Resposta: “Isso não existe porque a comunidade inteira controla”. Pelo Código Civil brasileiro, todos os filhos herdam igual. Eu acho engraçado porque isso nunca foi respeitado. Nunca. Então, a lei no Brasil, neste sentido, eles burlam de tudo quanto é jeito. Só se você não fizer papel nenhum ou morarem todos os herdeiros juntos, na mesma propriedade. Mas, no fim, algum papel (documento) se faz. Não é como em lugares remotos que ninguém tem escritura nenhuma. Tem. Então, para isso, eles burlam. Agora, essa de venda fictícia? Aí eu perguntei: “Como eles faziam com os impostos?”. Não sei. Isso é burlar mesmo. Então, você vê, o que se faz para excluir alguns herdeiros, que são os homens que vão para a cidade estudar e as mulheres. Olha que no Código Civil brasileiro faz tempo que todos os filhos herdam.

Eu conheci um agricultor que, como ele tinha ido estudar, agricultor forte, como eles falam, excelente agricultor, já velho, ele tinha uma mágoa tremenda porque, como ele foi estudar, o pai não deu terra a ele. Ele comprou a terra. Engraçado que isso magoa, embora seja feito de comum acordo. O que eu achei interessante foi essa mágoa

das mulheres. Porque a Ineke disse: “As mulheres parecem se conformar muito bem com isso”. É a única coisa que eu discordo dela. Mesmo que ela tenha feito no Rio Grande do Sul, em outro estado, é a mesma tradição. As mulheres têm uma mágoa profunda que nunca ninguém viu. Uma vez, o Klaas Woortmann, sobre um estudo feito no Nordeste, disse: “O que eu faço com a dor de uma mulher?”. O que a gente faz com a dor, vamos dizer, da Maria? Porque é o seguinte: a família só podia fazer o casamento de uma das filhas, então a filha mais velha namorava e fizeram aquele casamentão, com direito a festa e enxoval. A segunda, não queriam que namorasse, implicavam com o namorado, mas um dia saiu todo mundo e a deixaram sozinha, facilitaram o rapto, como se diz, o moço veio e roubou a moça. Quer dizer, a primeira ganhou tudo aquilo e a segunda, por que a deixaram levar? Era uma estratégia porque você não podia fazer a mesma coisa para todas as filhas. E essa moça percebeu e tem uma grande mágoa. Então eu falo: o que eu faço com essa dor e mágoa dessas mulheres? Todo mundo está discutindo a sucessão e você viu alguém falar de mulher no problema da sucessão? Alguém falou que as mulheres não herdam? Mas alguém viu a dor das mulheres? Alguém perguntou para elas se queriam herdar terra?

A agricultura familiar tem suas estratégias de sobrevivência, toda vida ela teve. Quando falaram do que viveriam os filhos dos sem terra assentados, eu falei: “Gente, as legiões romanas eram feitas de sem terra. Eles ganhavam terras na Palestina, na África, nas áreas conquistadas. Desde que o mundo é mundo, a agricultura familiar deu um jeito, nem que fossem legiões romanas”. Lembra daquele que fala, acho que é Eric Wolff, que os camponeses deram ótimos soldados para os países da Europa? É verdade. Então, por exemplo, toda a vida, a agricultura familiar teve problemas, ela tinha que ter muitos braços para trabalhar e não tinha terra para todo mundo; a diminuição da natalidade já foi uma coisa que se alterou não faz um século. Um holandês me falou que em seu país não tinha problema de sucessão, porque o casal tinha dois filhos, um filho. Um ficava com

a terra e outro ficava trabalhando na terra, que vale uma fortuna. Já foi uma grande novidade a diminuição do número de filhos. Outra novidade que estou vendo são as estratégias atuais de sobrevivência. Pela lei, o filho do agricultor parece-se com o príncipe Charles, que nunca reina porque a rainha, me disseram, jurou que reina até a morte. O filho herdeiro fica na terra, mas é o pai que é o dono da propriedade, quando ele vai adquirir a maioria? É uma situação difícil. Há muitos anos, eu conversei com uma italiana e ela me disse que, na Itália, estavam tentando fazer uma legislação para a agricultura familiar que contemplasse problemas como este, tornando os filhos maiores sócios no empreendimento, por exemplo. Não sei no que deu. A França tem seu Direito Agrário. Em nosso país, tudo se rege pelo Código Civil, complementado por legislações particulares, como o Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. Nossa Constituição tem artigos que reforçam a função social da terra e outros que defendem mais a propriedade privada. É por isso que dizemos que temos juizes mais agraristas e outros mais civilistas; as decisões dependem da interpretação do juiz e das normas constitucionais que escolhe para embasar suas decisões.

Aquele assentamento bem coletivizado no Oeste, em Dionísio Cerqueira [Assentamento Conquista da Fronteira], quando a pessoa fica maior de idade, ela se torna sócia. Mas é engraçado porque o homem trabalha para o coletivo o dia inteiro e a mulher, meio período. Um dos líderes reconhece a desigualdade, mas disse que o cuidado da casa e dos filhos ainda fica com a mulher. Então, o que o agricultor está fazendo para não ficar sem sucessor? Ele arrenda um pedaço de terra para o filho para que ele tenha mais autonomia e renda própria. Ou deixa um ou mais ramos das atividades, como a avicultura, a suinocultura, a produção de leite, aos cuidados de filhos adultos. A persistência da agricultura familiar ao longo da história sempre foi atribuída a essa sua elasticidade, essa capacidade de adaptação. São muitos os que já previram seu fim. Percebendo que vai ficar sem herdeiro, o agricultor vai criando estratégias, ele dá mais autonomia, ele

faz mil coisas, mas a legislação não muda. Não há empenho em incluir a agricultura familiar como um agente importante da economia do país. Os agricultores vão sobrevivendo como podem.

Não se discute o papel da agricultura familiar no novo momento em que estamos vivendo, e isso não só no Brasil. A revolução verde já está se esgotando em termos de mais produtividade, além de que ela não resolveu o problema da fome e acentuou as agressões ao meio ambiente. Obriga-se o agricultor a burlar as muitas e, às vezes, contraditórias legislações que não foram feitas pensando nele (nem o consultaram), depois o acusam de ignorante, individualista, pouco empreendedor, de tudo que possa desqualificá-lo. Com o agronegócio destruindo o meio ambiente, como essa poluição das águas que estamos vendo, peixes morrendo entupidos de plástico, como não pensar na agricultura familiar como um elemento de importância fundamental para resistir a este capitalismo agrário predatório? E as mulheres, como ficam? Neste caso, não temos nem dois tipos de juiz. Se a mulher abandonar a terra porque o marido é violento, acabou, fica sem. Ela tinha direito! Antigamente a mulher tornava-se sócia da terra no Brasil, através da comunhão total de bens quando se casava. Com a lei do divórcio, acho que de 1977, as coisas mudaram. A herança recebida pelo marido, mesmo depois de casado, é só dele, isso deixa a mulher ao Deus dará. Elas não sabem. Uma, quando contei, disse: “Fique quieta, não vou contar para o meu marido”. A Carmen Deere chamou atenção para isso. Enquanto nos outros países da América Latina tentaram colocar a mulher como sócia quando ela não era, o Brasil foi na linha contrária. Agora, por que não ter uma legislação própria para o rural? A legislação civil é assim depois do divórcio: você casa com comunhão parcial de bens. Esse é o regime oficial; se você não abre a boca, você chega lá e casa com comunhão parcial de bens. Se você quiser comunhão total de bens, tem que fazer um outro contrato, mas alguém esclarece? Eu perguntei para minhas alunas: “Quando você foi casar no civil, o cartório explicou?”. Não! Existem três regimes de casamento no Brasil: regime de comunhão parcial,

comunhão universal e separação total. Ninguém avisa. Então quando você casa, você casa pela legislação oficial. Porque alguns cartórios avisam, mas outros não. Não sei quantos avisam. Um pouco que eu pedi para uma bolsista investigar, as explicações são muito raras.

*Entrevistadores: Tem algum tema que você gostaria de comentar e que não perguntamos?*

*Maria Inez Silveira Paulilo:* O que eu gostaria de registrar é que eu queria muito que a parte de humanas da Universidade Federal de Santa Catarina se dedicasse mais ao estudo da agricultura e do rural. Agora, como fazer, está difícil. Valmir Stropasolas, do Centro de Ciências Agrárias, fez questão de trazer o encontro das Redes Rurais para cá, foi um esforço grande dele e de outros alunos ligados ao NAF [Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar, da Ufsc]. Saiu um bom congresso, mas não atraiu o pessoal de humanas da Ufsc. Eu gostaria muito que houvesse um investimento. Eu noto que há muitos alunos da graduação que vão à minha sala, querem estudar o rural, mas não encontram disciplinas optativas para fazer! Os alunos fizeram até um abaixo-assinado pedindo mais investimento na área de estudos rurais, mas só deu confusão. Houve mais preocupação com a legalidade do abaixo-assinado, que foi algo espontâneo, do que com o tema em questão. Está certo que não há mais professores que se dediquem a essa área entre os efetivos. Por que tem que ser professor efetivo? O regimento tem suas limitações, mas toda a vida os colegiados (do curso, do departamento, da pós-graduação) foram feitos para isto, decidir em situações consideradas excepcionais e nos famosos “casos omissos”. A última frase dos regimentos é sempre algo assim: “Em casos excepcionais ou omissos, o colegiado decide”. Se os regimentos se bastassem, se fosse só para se seguir a lei à risca, não precisaria existir colegiado para nada, mesmo com o risco de criarmos mordças para nós mesmos, pedras legislativas para tropeçarmos. Mas percebi que não houve simpatia nenhuma por parte dos professores do meu departamento. A reação me foi inesperada.

Muitos são contratações novas e eu os conheço pouco. Para mim foi um pouco traumático. Para os alunos interessados também. Talvez tivesse que ter tido mais diálogo. Mas, realmente, dada a forma como o departamento reagiu, perdi as esperanças. Por sorte, tem o Valmir Stropasolas e o Ademir Cazella, na Agronomia, e os alunos vão fazer disciplinas com eles. Acho que devemos ampliar também a relação com a Udesc; tem coisas interessantes acontecendo por lá.

Na Ufsc, meus colegas afirmaram que os concursos estão sendo feitos para áreas mais genéricas, como Teoria Sociológica, Ciência Política, Metodologia de Pesquisa, ao invés de Sociologia Rural, Sociologia Urbana... Não sou contra isso, só que o profissional genérico não existe. Todos que prestam concurso têm sua área específica de estudo, não importa, o que é importante é que os aprovados dominem as disciplinas de formação básica, que tenham tido uma sólida formação profissional antes de terem optado por uma especialidade. Mas o que parece é que se consideram especialistas em outras áreas como sociólogos ou cientistas políticos (a Antropologia tem seu departamento próprio) propriamente ditos, mas os especialistas em estudos rurais, não. O especialista em rural é um cientista social como qualquer outro. Ele fez todas as cadeiras obrigatórias que todo mundo fez! Ele tem toda a formação clássica necessária. Você sabe que na Inglaterra vi a mesma coisa? Os estudiosos do rural se queixarem de discriminação? Pensei, será que aqui também? Um pouco assim, se você é do rural, você só sabe aquilo. Eu estava num encontro do Chile, acho que em 1994, onde se esperava a presença de umas 200 pessoas e vieram mais que o dobro. Um dos organizadores falou: "Nós mesmos não sabemos quantos somos". Você faz um congresso de rural e sempre vem muita gente, sinal que essa área atrai estudiosos de diferentes áreas e níveis, gerando muitas inquietações. Porém, em um estado tão rural como é Santa Catarina, nunca houve muitos pesquisadores sobre o tema na academia. Tanto que se você olhar meu currículo, quando eu ainda tinha energia, eu participava de três a cinco congressos por ano para me atualizar. Não era assim tudo na

internet, não. Eu tinha que ir lá. Não dá para se igualar agricultores com outros trabalhadores.

O pessoal acha que a tecnologia venceu tudo, que a terra se corrige de qualquer jeito, que se faz chover, que se pode controlar a produção como em uma fábrica, mas não é assim. Conforme professores e alunos vão se distanciando de suas origens rurais, mais se esquecem de certas especificidades. Já tive colega que se admirou de que a vaca, para dar leite, precisa ser fecundada, ter o bezerro e, depois, ser ordenhada. O animal não cresce e começa a dar leite. Já a galinha virgem é que bota ovo, informação que surpreendeu uma outra colega. Mais um argumento usado para diminuir a importância do rural é a informação, muito difundida e defendida, de que só estão na agricultura pouco mais de 20% da população. Só tem essa proporção porque o censo considera como cidade, como urbano, espaços que em outros países são considerados rurais. O José Eli da Veiga até escreveu um livro sobre isso: *Cidades imaginárias*.

Eu acho interessante é que se considera que um grupo de surfistas na praia, ou jovens que frequentam determinado *shopping*, podem dar um trabalho de pós-graduação. Por que, na agricultura, eles dizem que tem pouca gente? Quantos milhões? E em termos de importância, não são os agricultores que produzem grande parte de nossa alimentação? Gosta-se muito de falar que a diferença entre campo e cidade está diminuindo. Que os agricultores estão se “urbanizando”. O que é se urbanizar? Vestir-se, se comportar e falar como os jovens da cidade? Isso é mais importante que o fato de que eles continuam sendo produtores e produtoras de alimentos? No urbano, você tem música *country*, por que não se fala que a cidade está se ruralizando? Eu fico louca com a expressão “tratar com urbanidade”! É porque só o urbano é gentil? Cortesia vem de corte. Só os cortesãos sabiam ser cortesões, o resto era raça bruta. Parece que continua um pouco essa ideia! Tudo tem que ser pior no meio rural. Quando se fala de violência doméstica, todo mundo acha que o pior é no rural! Claro que existe o fato de que uma mulher vivendo em uma casa isolada pode

ficar mais vulnerável, pode ser mais difícil pedir socorro. Nas favelas acontece da família da mulher morar ao lado e não conseguir evitar a violência. Matam-se mulheres em prédios de apartamento, dentro de elevadores, até dentro do próprio carro da polícia! O que eu queria era que aqui em Santa Catarina a Universidade Federal, entidade à qual pertença, na área de humanas, tivesse mais interesse pelos estudos rurais, só que eu não sei se isso vai acontecer. É sintomático que eu esteja sendo entrevistada, neste momento, pelo pessoal da Udesc.

*Entrevistadores: Maria Ignez Paulilo, nós agradecemos por esta conversa tão interessante.*



## O peso do trabalho leve<sup>1</sup>

Maria Ignez Silveira Paulilo

*A mulher ganha menos porque é mulher, né? O trabalho dela não vai com o do homem [...] O homem pega uma foice, broca mato, cava rego, abre a valeta, traz água... e a mulher não vai fazer esse serviço. A mulher planta, a mulher semeia, a mulher alimpa, mas não pode fazer o serviço mais pesado, fica sempre pra parte do homem. Aí, quer dizer, por isso o homem ganha mais (Moradora de fazenda, Brejo, PB).*

*Sendo disposta, a mulher ganha a mesma coisa que o homem [...] Agora, o seguinte é esse: o homem não tinha os meninos. Aí não se empalhava... aí ganhava 30 cruzeiros num dia. Eu já ganhava em dois dias. Porque ajeito os meninos, fazendo o comer, isso e aquilo, me empalho... (Trabalhadora volante, Brejo, PB).*

*Eu disse que ia mais não, senhora, Porque... a carreira que os homens botava, eu botava. Trabalho igual aos homens. Eles ganhavam 30 cruzeiros, eu 20. Vou mais não, senhora. Vou*

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na revista *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

*arrancar feijão que é 20 cruzeiros, mas pra limpar mato vou mais não...* (Trabalhadora volante, Brejo, PB).

*A mulher acorda e levanta antes do marido. Prepara o café, tira o leite, encaminha o almoço e, às vezes, ainda põe a roupa de molho. Aí o marido levanta, e vão pra roça juntos. Voltam da roça o marido está cansado, claro. A mulher não, porque ela é feita de aço inoxidável [...] Eu já assisti – e me escandalizei – a esposa ter até que cortar o fumo e fazer o cigarro para o homem fumar...* (Professora primária e esposa de pequeno produtor, sul de Santa Catarina).

*Se o fomicultor for realmente calcular o custo, se calcular o preço da mão de obra, não seria vantagem [...] A vantagem é que, com dois hectares, ele já pode ter uma estufa. Então ele bota guri desde cinco, seis, sete anos, bota mulher, ele bota todo mundo pra trabalhar...* (Secretário da Agricultura de um município do sul de Santa Catarina).

*[O fumo] dá trabalho, mas não durante o ano todo. Naquele tempo da colheita. Em dois meses dá bastante trabalho. Mas não é assim um trabalho pesado. É um trabalho um tanto cansativo, porque, chega de noite, tem que cuidar do fogo. E a plantação do fumo é pra gente nova [...] Claro que um velho não vai lá se abaixar!* (Fomicultor, sul de Santa Catarina).

Sertão de Paraíba, 1978, municípios de Pombal, São Bento, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha e Riacho dos Cavalos. Predominam a pecuária e a cultura do algodão. Os empregados residentes nas fazendas (“moradores”) são parceiros, em regime de meia e de terça: em troca do uso da terra, em geral entregam ao proprietário metade da produção de algodão e 1/3 do produto das outras lavouras. Trabalho “pesado” é a limpeza do mato e a criação de gado. Mulheres e crianças ajudam no plantio e na colheita das lavouras, cuidam das atividades domésticas e procuram complementar a renda familiar dedicando-se

a ocupações artesanais como tecer linha, fazer acabamento de rede, fabricar chapéus e rendas. Todo o material necessário à execução dessa tarefa é fornecido pelos intermediários, que depois vêm apanhar o produto. A especialização é grande: algumas mulheres fazem só varandas, outras só punhos de rede. O pagamento desse trabalho “leve” e moroso, que exige habilidade e paciência, é ínfimo.

Brejo da Paraíba, 1978, municípios de Alagoa Nova, Areia, Pilões, Serraria e Arara. Aqui a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara. Entre os trabalhadores volantes, é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar. Para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas. Nas fazendas onde há olarias rústicas, as mulheres carregam tijolos em carrinhos de mão, serviço também considerado “leve” e pago como tal. Nenhum homem é contratado para fazer trabalho considerado feminino, embora algumas atividades possam ser realizadas por ambos os sexos. Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que despendem para limpar uma mesma área de cana. Já nas atividades em que a força física não traz maior rendimento, como o plantio e a adubagem, evitam presença masculina para melhor caracterizá-las como trabalho “leve”. Apesar da sutileza empregada na exploração da mão de obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos.

Sul de Santa Catarina, 1981, municípios de Içara, Orleans, Nova Veneza e Criciúma. Área de cultura de fumo, muito exigente em termos de mão de obra. Além de semear, regar, cultivar, capinar e colher, deve-se tecer o fumo nas varas, carregar a estufa, vigiá-la a noite, descarregá-la, desamarrar as folhas das varas, classificá-las, amarrar pequenos molhos, enfardá-los e etiquetá-los. E mais: lavar

todo o paiol antes de enchê-lo, para evitar que restos de grãos atraíam ratos; tornar a lavá-lo depois de entregar o fumo, para que os venenos que impregnaram as folhas não contaminem os alimentos que lá serão guardados. Finalmente, é preciso começar a derrubar a lenha para a próxima safra. Mulheres e crianças participam de todas as fases e, mais uma vez, é a ideia do trabalho que ajuda a explicar o baixo preço pago pelas agroindústrias ao plantador. Vigora ali, na verdade, uma distinção entre trabalho “cansativo” e “pesado”. A lavoura se enquadra na primeira categoria, mas não na segunda: exige muito trabalho, mas todo ele “leve”. Para o fumicultor, “pesado” é trabalho que exige força física e é sempre feito por homens adultos.

Regiões distintas, culturas diferentes. Como traço comum, a distinção entre trabalho “leve” e “pesado”. O primeiro, atribuição de mulheres e crianças. O segundo, incumbência masculina. A mesma divisão aparece em outros locais que estudamos. Na região de Araçatuba (SP), por exemplo, há preponderância de mulheres e grande número de crianças entre os empregados temporários encarregados da colheita de produtos agrícolas, principalmente o café. Explicação dada por quase todos os fazendeiros para esse fato: elas trabalham bastante, não fazem questão de registro, não dão queixa na Justiça, concordam em receber menos por jornada. O sustento da casa cabe ao marido, a mulher não precisa trabalhar o ano todo. Emprega-se apenas para “ajudar em casa”, ganha só “um dinheirinho a mais”. Uma vez que não faz serviço pesado – como levantar cerca ou cuidar do gado –, recebe 75% da diária masculina. Poder-se-ia pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque, de fato, estas são “leves” por sua própria natureza. Mas não é bem assim. Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto

a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe.

A falácia da “naturalidade” da distinção entre trabalho “leve” e “pesado” salta aos olhos ao constatarmos a variação que sofre conforme o lugar. No sertão, as mulheres consideravam “pesado” o que no Brejo era “leve” (a capina das áreas de lavoura, por exemplo). Embora muito difíceis, as condições de vida do sertanejo, vítima constante da seca, são menos drásticas do que as enfrentadas nos mares verdes de cana do Brejo. Para entendê-lo, vale a pena nos determos nas condições do trabalho feminino rural nas duas regiões.

Nas fazendas de cana-de-açúcar do Brejo paraibano, vigora o chamado “regime de sujeição”: os empregados que nela residem, os moradores, têm direito a fazer sua roça num pequeno pedaço de terra (não mais que 2 hectares); em troca, devem “pagar a sujeição” isto é, trabalhar para o proprietário alguns dias por semana (em geral, três), recebendo uma diária menor que a dos trabalhadores que moram fora das plantações canavieiras.

Como é impossível sustentar a família apenas com essa renda, o morador se obriga a trabalhar cinco ou seis dias por semana para o patrão. Mas não é só: “pagar a sujeição” implica uma subserviência que impede o empregado – e, muitas vezes, todos os membros da família – e trabalhar para outro proprietário por uma diária maior. Sobretudo, impede-o de determinar a própria vida, já que a vontade do patrão se sobrepõe a qualquer outra obrigação, necessidade ou desejo: o morador deve estar sempre pronto a atendê-la a qualquer hora. Nas palavras de uma moradora: “Sujeito? Não pagava nada (pela terra), mas quando viesse um recado do patrão, ele podia estar fazendo o que estivesse, que era obrigado a ir...” Nessas circunstâncias, o roçado – onde cultivam produtos de subsistência, principalmente milho, feijão e mandioca – fica por conta da mulher e dos filhos, que são obrigados a arcar com quase todos os serviços “pesados” ou “leves”.

Considerados ainda mais “pesados” que os trabalhos do roçado são a capina e a colheita de cana feitas pelas trabalhadoras volantes.

As folhas são ásperas e cortam a pele. Quanto mais altas as plantas, maior o desconforto. Por ocasião das greves de cortadores de cana em alguns estados do Nordeste, o Brasil inteiro pôde ver, pela televisão, como se vestem essas trabalhadoras volantes para evitar machucaduras, calças compridas, camisas ou vestidos de mangas compridas sobrepostos, lenços no rosco, pés cobertos e faixas na mão. A lida da cana é considerada tão penosa que só se dedicam a ela – além dos homens, evidentemente – mulheres sozinhas, isto é, mulheres chefes de família, mães solteiras, separadas, abandonadas ou com marido doente.

No Sertão, como vimos, as grandes propriedades de gado ou de algodão empregam trabalhadores em regime de parceria. O homem trabalha a maior parte do tempo na própria plantação, vendendo um dia ou outro de serviço, conforme sua necessidade financeira ou a vontade do patrão. Os moradores, como no Brejo, são “sujeitos”. Mas, visto que o gado, ao contrário da cana, requer pouca mão de obra, os homens e os meninos mais velhos cuidam também da lavoura. Mulheres e crianças ajudam a plantar e colher, mas não a “limpar mato”, ou seja, capinar a roça.

Trabalho “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino é mais barato. Essa constatação é frequente na literatura sociológica sobre a força de trabalho feminina nas cidades: as profissões consideradas femininas têm remuneração sempre inferior à daquelas consideradas masculinas. Mesmo em profissões iguais e cargos iguais, os dois sexos têm remunerações distintas.

A carência de estudos sobre a mulher no campo explica o relativo descaso com que essa realidade tem sido tratada no meio rural, apesar de estar ali amplamente disseminada. Nós a reencontramos, por exemplo, no sul de Santa Catarina, região que tem no fumo de estufa uma de suas principais culturas. A empresa pioneira – Companhia de Cigarros Souza Cruz – adotou desde o início da década de 1950 a

chamada produção integrada, fornecendo insumos e assistência técnica aos fumicultores, que, em troca, lhe vendem toda a produção. Hoje, outras empresas do ramo operam ali no mesmo sistema, empregando diretamente muitas mulheres e crianças. Admite-se, como vimos, que o trabalho é “cansativo”, mas não “pesado”. Vamos a ele.

Plantam-se na região dois tipos de fumo de estufa: o Virgínia (voltado principalmente para a exportação) e o amarelinho (para consumo interno). Utilizam-se poucas máquinas, o que significa uso intensivo de mão de obra, fator responsável por pouco mais de 50% do custo total da produção. São necessárias, em média, 200 a 300 jornadas de trabalho por hectare de fumo num ciclo produtivo de seis meses, motivo que leva famílias numerosas e com poucos recursos a optar por essa lavoura. Em geral, uma família consegue cuidar de uma ou duas estufas.

Antes de plantar, é preciso preparar os canteiros para a semeadura. Para cada estufa, são necessários quatro canteiros que comportam 7 mil mudas cada um. Esse preparo – que dura cerca de três semanas e geralmente ocupa duas pessoas – exige revolvimento da terra com trator ou animais, trabalho com enxada, adubagem e aplicação de brometo de metila para evitar ervas daninhas e pragas. Semeado o fumo, a germinação se dá em torno de 12 a 15 dias, período em que é preciso regar os canteiros diariamente e aplicar veneno de dois em dois dias. Quando alcançam cerca de 20 centímetros, as mudas devem ser transplantadas para outro terreno, devidamente preparado. O replantio dura cerca de 20 dias. Depois é preciso revirar a terra entre as carreiras de fumo, capinar e, novamente, adubar.

Passados 70 a 80 dias do replantio, no caso do Virgínia, e 120 dias no caso do amarelinho, inicia-se a colheita. Na primeira fase, a mais difícil, tem-se que trabalhar o tempo todo abaixado, para apANHAR as folhas rente ao chão. A colheita é a etapa de maior utilização de mão de obra: quatro a seis pessoas, dedicadas em tempo integral, dão conta de 2 hectares, que abrigam cerca de 25 mil pés, quantidade necessária para encher uma estufa. Passa-se de 8 a 12 vezes por um

mesmo pé de fumo para colhê-lo todo. Os mais velhos e as crianças pequenas só participam da colheita se houver falta de mão de obra. Para os primeiros, a posição abaixada é dolorosa, enquanto as crianças nem sempre têm discernimento para saber quando a folha está no ponto certo. O fumo perde qualidade se for colhido verde. Os pés não amadurecem todos ao mesmo tempo, principalmente quando, por causa da morte de várias plantas, outras mudas são replantadas em seus lugares.

Além de demandar enorme quantidade de trabalho, a colheita depaupera a mão de obra que dela se ocupa: as folhas soltam um líquido escuro, pegajoso, que gruda nas mãos e na roupa. O cheiro da planta e dos venenos extremamente tóxicos nela aplicados provocam náuseas e desmaios frequentes. Segundo os trabalhadores, há quem fique da cor da planta nessa época:

*Aqui em casa [...] é a maior tristeza na colheita. É por isso que eu já quero deixar [o fumo] mais de tudo, porque é uma dó mesmo! É um naquela janela, outro naquela janela, a janta fica dentro da panela, um não janta, outro não toma café à tarde... eles ficam verdes!* (Esposa de um fumicultor de Santa Catarina).

O fumo colhido é levado para um prédio onde estão a estufa, um paiol e uma varanda coberta. Fazem-se molhos que são colocados numa banca, etapa de que até as crianças de 5 anos podem participar. Os molhos são tecidos numa vara de madeira de cerca de 1,30 metro, o que pode ser feito manualmente ou com uma máquina, a tecedeira. As varas prontas são colocadas num estaleiro para secar. Quando todo o fumo colhido está arrumado, enche-se a estufa, que comporta cerca de 3 toneladas de fumo verde, correspondentes a 500 quilos de fumo seco. Carregada a estufa, acende-se o fogo. As folhas demoram cerca de quatro dias para secar e a temperatura da estufa deve ser controlada dia e noite. Cada safra exige cerca de dez “estufadas”, chegando cada estufa a produzir, no total, 4 a 5 mil quilos de fumo seco.

Trabalhar o dia todo em pleno verão e ainda ficar acordado à noite é uma das piores exigências do fumo, mas não a única. Após as primeiras estufadas, quando se seca o fumo “baixeiro” (as folhas que estão mais rente ao chão), é preciso desbrotar a lavoura, ou seja, correr as fileiras plantadas e quebrar os brotos. Não se pode deixar as plantas florirem, porque toda a sua energia deve ser concentrada no aumento das folhas, em tamanho e peso. Depois, com a máquina ou a mão, passa-se um dos mais fortes venenos, para impedir o surgimento de novos brotos. Como as plantas não se desenvolvem de maneira homogênea, esse processo deve ser repetido algumas vezes, com a aplicação de diversos inseticidas. Nas palavras de um fumicultor:

*Tem gente que não pode passar [o antibrotante]. A pessoa, sendo fraco, alérgico, não pode. Dá uma alergia forte no corpo, avermelha tudo, queima a pele, queima os olhos, queima a pele todinha como se fosse uma praia.*

Apesar de todos os entrevistados se referirem ao perigo dos agrotóxicos, foram unânimes em afirmar que não tomam os cuidados necessários. Tentamos descobrir as causas desse descuido. Desconhecimento das possíveis consequências? Falta de dinheiro para comprar equipamentos de proteção? Supervalorização da capacidade de resistência do próprio corpo? Não. O motivo principal é que o trabalho com o fumo é muito intenso e se realiza no período mais quente do ano, não permitindo que se pare nem mesmo nas horas de sol a pino. Suportar a temperatura com roupas leves é um grande esforço. Suportá-la com roupas que cubram o corpo todo e com máscaras no rosto é impossível.

A etapa final é a classificação das folhas em quatro tipos – baixeiros, semibaixeiros, meeiros e ponteiras –, a feitura de pequenos molhos, seu empacotamento e etiquetagem em fardos. O fumo é classificado a olho nu, pela cor e tamanho das folhas. Os fardos são levados para as indústrias pelos “puxadores”, que são os donos de caminhões que fazem o serviço de frete. Recebido o fumo, porém, a

empresa reclassifica-o, usando para isso luzes especiais. Nem sempre os dois processos de triagem – o do produtor e o da empresa – coincidem, o que gera grande descontentamento.

Dados o grande esforço que a cultura de fumo demanda e os riscos para a saúde que representa, por que escolhê-la? Os produtores alegam, basicamente, cinco motivos. O primeiro é o bom rendimento, comparado ao de outras culturas. Em segundo lugar, a colocação no mercado é certa, uma vez que as empresas de cigarro se comprometem a comprar toda a produção. Em terceiro lugar, a cultura do fumo ocupa a terra só metade do ano, deixando nela o adubo necessário para o plantio do milho e do feijão. Em quarto lugar, o fumo pode ser cultivado em pequenas parcelas descontínuas de terreno. Finalmente, como o trabalho que exige não é “pesado”, é possível utilizar intensivamente a mão de obra feminina e infantil disponível nos grupos domésticos. A partir dos 5 anos, as crianças já podem ajudar a recolher o fumo para tecer os rolos.

Após as revoltas dos fumicultores em 1979 e 1980, o preço do quilo dos diferentes tipos de fumo passou a ser negociado entre o Sindicato das Indústrias de Fumo de Estufa e a Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Santa Catarina (Fetaesc). No cálculo do custo da produção do fumo, que ambas as entidades fazem, uma das divergências prende-se exatamente ao componente representado pelo preço da diária paga aos trabalhadores. Na colheita de 1982-83, as empresas, ao calcular o custo da produção de fumo, estabeleceram uma diária média de Cr\$ 1.371,00 (Cz\$ 1,37), quando agricultores estavam pagando Cr\$ 2.000,00 (Cz\$ 2,00) aos trabalhadores contratados. Na safra de 1983-84, o primeiro valor foi de Cr\$ 3.222,00 (Cz\$ 3,22) enquanto o segundo variava entre Cr\$ 4.000,00 e Cr\$ 5.000,00.

As empresas alegavam que seu cálculo tinha por base o preço médio da força de trabalho nas várias regiões fumicultoras, e que o sul de Santa Catarina era uma região de mão de obra relativamente cara, dada a presença das minas de carvão e a força sindical dos

mineiros. Esta argumentação era rejeitada pela Fetaesc. Segundo ela o sindicato patronal baseava-se, na época, no índice nacional de preços ao consumidor (INPC), sempre defasado da realidade dos preços, para a correção anual do cálculo das diárias. Mas o que importa aqui não é a causa da diferença entre a remuneração calculada e a efetivamente paga pelo trabalho. Interessa-nos, sim, indagar: seria essa defasagem aceita, não fosse o trabalho do fumo feito sobretudo por mulheres e crianças? De fato, os fumicultores admitem que, não fosse a mão de obra utilizada, não compensaria trabalhar com tal lavoura.

Sob a hegemonia do fumo, principalmente durante os meses de colheita, tudo mais passa a segundo plano: casa, escola, culturas de subsistência, lazer e até o sono. Como está incumbido do trabalho “pesado”, o homem deixa de se ocupar de outras atividades. Mas a mulher, que faz trabalho “leve”, continua a cuidar da casa e dos filhos. A cultura do fumo, como dizem os plantadores e como nós próprios narramos, é “cheia de servicinhos”. Mulheres e crianças maiores participam de quase todas as atividades, inclusive da derrubada da lenha, porque a árvore utilizada para isso é o eucalipto, considerado madeira mole. Só arar, cuidar da estufa à noite e passar veneno nas plantas são, em geral, atividades consideradas masculinas. Quando há número suficiente de pessoas, os homens se encarregam da colheita, enquanto as mulheres tecem. Noutros serviços, como amarrar as folhas, classificá-las e fazer os pequenos molhos, a participação masculina é pouca. Na classificação das folhas, costuma ser grande a participação dos membros idosos da família. Quando se trata de fazer esses trabalhos mais “maçantes”, os homens têm sempre que “ir à cidade resolver um negócio”, que atender a algum compromisso mais urgente ou mais interessante, ou estão simplesmente cansados do serviço “pesado”.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: por

que se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação decorre da valorização social do homem como “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nesses casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar.

A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar.



## Cultura náutica e patrimônio material: um olhar sobre a Costa da Lagoa, Ilha de Santa Catarina<sup>1</sup>

Esdras Pio Antunes da Luz  
Pedro Martins

### Introdução

No filme *Conrack* (1974), do diretor Martin Ritt, Jon Voight interpreta um professor de ensino primário que vai lecionar na Ilha de Yamacraw, Carolina do Sul. Pat Conroy, o professor, encontra seus alunos, todos negros, em situação de lastimável abandono e vítimas de racismo. Os alunos não sabiam ler nem fazer contas, sequer eram capazes de dizer em qual país viviam. O fato que mais o surpreende, no entanto, é que nenhum habitante da ilha fluvial sabia nadar – o que era motivo de recorrentes acidentes fatais.

Este preâmbulo ajuda-nos na aproximação do mote deste texto. A Ilha de Santa Catarina, que representa 87% do território do

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente em *RBEUR*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 205-223, nov. 2014.

município de Florianópolis, a capital do estado de Santa Catarina, enfrenta nesta segunda década do século XXI o estrangulamento do seu sistema rodoviário com a peculiaridade de não fazer uso de seus recursos náuticos para o transporte de massas. Parte-se, aqui, da lembrança de que Florianópolis era, até o início da década de 1930, servida exclusivamente por transporte náutico para o seu contato com o continente e tinha neste modal de transporte sua principal ferramenta de comunicação entre as suas localidades. Decorridas poucas décadas, o transporte aquaviário cotidiano restringe-se a apenas uma localidade, a Costa da Lagoa, onde o transporte por barcos é a forma dominante de acesso<sup>2</sup>.

Este fenômeno é uma característica do século XX que afetou grande parte do Brasil, mesmo as localidades que ainda utilizam o transporte náutico em grande escala. Trata-se do efeito da popularização do automóvel e do caminhão aliado à abertura de estradas por toda parte. O transporte ferroviário sofreu impacto semelhante como efeito deletério da expansão da indústria automotiva.

Poucos foram os lugares do litoral brasileiro com tradição náutico-marítima que mantiveram seus saberes e práticas conectados a esta forma de mobilidade e transporte. No entanto, a cultura náutica<sup>3</sup> seguiu sendo desenvolvida em localidades menores com o trabalho na pesca artesanal ou nas cidades maiores que tinham porto para a pesca industrial e, principalmente, para o traslado de mercadorias em navios de forma transoceânica.

Se imaginarmos que na Costa da Lagoa, até 40 anos atrás, só existiam canoas e hoje a localidade conta com um patrimônio naval diversificado e uma embarcação a cada três moradores,

---

<sup>2</sup> Existem na região, também, várias trilhas para caminhadas que ligam diferentes localidades.

<sup>3</sup> “Entenda-se como cultura náutica a forma como o homem se relaciona com o objeto náutico, ao estabelecer uma dependência ou hábito de se deslocar através da navegação, em um ambiente específico” (Antunes da Luz, 2014).

aproximadamente, podemos afirmar que a região foi contra a corrente de desaparecimento contínuo da cultura náutica que aconteceu no Brasil durante o século XX, como constata Vieira Filho (IPHAN, 2012) ao afirmar que o patrimônio naval brasileiro é “[...] um dos mais ricos e expressivos, mas também um dos mais ameaçados contextos do patrimônio cultural do Brasil” (p. 9).

Neste artigo trataremos de abordar a cultura náutica da Costa da Lagoa no contexto contemporâneo, com o propósito de inventariar, sem exaurir, o patrimônio material representado pelas embarcações que constituem a representação física desta cultura na localidade em apreciação.

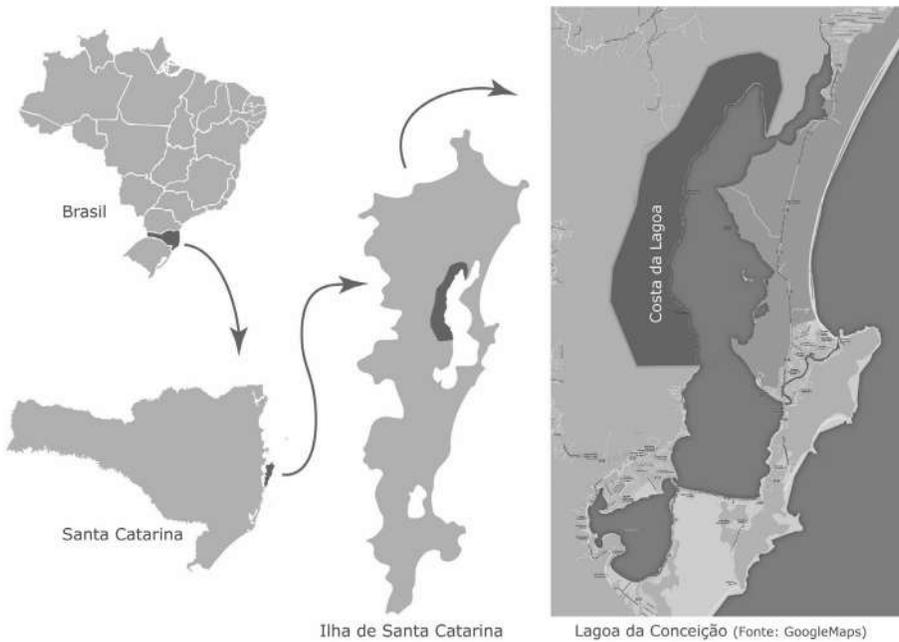


Gráfico de aproximação da localidade da Costa da Lagoa.

Fonte: Google Maps com arte de Leo Romão.

## *A pesquisa*

Pensar a importância dessa transformação cultural tendo como espaço a Ilha de Santa Catarina, que já foi considerada “O melhor porto do sul do Brasil” (Várzea, 1985), com as duas baías (Norte e Sul) e a Lagoa da Conceição como locais privilegiados dessa cultura, é o pano de fundo deste artigo, que faz uma reflexão sobre o aspecto patrimonial da navegação por meio de um estudo de caso. Trata-se aqui de compreender como a pequena localidade da Costa da Lagoa, dentro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis/SC, além de manter parte do seu patrimônio naval histórico, reuniu nos últimos trinta anos, de forma autônoma, uma mostra diversificada do patrimônio naval brasileiro com mais de duas centenas de embarcações articuladas para pesca, lazer e, principalmente, para o transporte aquaviário urbano.

As informações aqui desenvolvidas são provenientes de uma pesquisa mais ampla que tinha como proposta investigar a cultura náutica na localidade da Costa da Lagoa, empregando uma abordagem qualitativa, com o uso da observação participante (Goldenberg, 1999) e da fotografia como recursos metodológicos para o levantamento de dados, que permitiu caracterizar o patrimônio material contido no espaço da comunidade.

O referencial teórico transdisciplinar (Nicolescu, 1999; Morin, 2002), definido para investigar o fenômeno cultural estudado – que é construído e cerceado por uma infinidade de fatores históricos, sociais, econômicos, geomorfológicos, biológicos, materiais, entre outros –, possibilitou a compreensão dos diferentes elementos e conhecimentos que formam essa realidade. Entenda-se por realidade

[...] aquilo que resiste às nossas experiências, representações, descrições, imagens ou formalizações matemáticas. A física quântica nos fez descobrir que a abstração não é um simples intermediário entre nós e a Natureza, uma ferramenta para descrever a realidade, mas uma das partes constitutivas da Natureza (Nicolescu, 1999, p. 28).

Além disto, buscou-se propiciar um deslocamento autoral de pesquisa que priorizou a compreensão da vida e de conhecimentos vindos das práticas cotidianas com o objeto barco e sua relação com o mundo natural. Para tanto, o objeto de pesquisa foi observado à luz das categorias de paisagem, identidade e patrimônio. A escolha se fez em função da circularidade e complementaridade dos termos entre si, os quais auxiliaram na investigação e na elucidação do tema. A paisagem (Simmel, 2009; Sauer, 1925; Meneses, 2002), na sua significação plena, contém elementos da natureza associados às especificidades identitárias que são heranças do passado. A identidade (Hall, 2006; Castells, 1999), elemento basilar da cultura, distingue-se e se confunde com a paisagem e estrutura a importância patrimonial. A noção de patrimônio, como bem resgata Tempass (2006), remete à ideia de um bem público, ainda que produzido e transmitido ao longo da história por indivíduos ou grupos de indivíduos. Deve-se, de qualquer forma, considerar que o patrimônio cultural possui dois aspectos, material e imaterial.

É declarado que o objeto barco é essencial para a navegação mas, como nos lembra Malinowski (1976, p. 91),

A canoa é elemento da cultura material e, como tal, pode ser descrita, fotografada e até mesmo fisicamente transportada para um museu. Contudo – e esta é uma verdade frequentemente negligenciada – a realidade etnográfica da canoa não poderia ser transmitida ao estudioso simplesmente colocando-se diante de um exemplar perfeito da embarcação.

Malinowski afirma, ainda, que não podemos fetichizar a canoa. Que o estudo etnográfico profundo, com o levantamento de suas finalidades, com dados sociológicos sobre sua posse, cerimoniais e costumes, nos aproxima sobre o que a canoa representa para o nativo, mas

Nem mesmo isso, entretanto, se aproxima da realidade mais vital de uma canoa nativa, pois um barco, seja ele feito de casca de árvore ou madeira, de ferro ou de aço, vive a vida de seus navegantes e, para o marinheiro, representa mais do que um simples pedaço de madeira moldada. Para o nativo, não menos do que para o marinheiro branco, o barco está envolto numa atmosfera de romance, construída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva que possui personalidade própria (Malinowski, 1976, p. 91).

Os navegadores da Costa<sup>4</sup>, com o passar do tempo, adaptaram-se às novas necessidades da vida, substituindo e renovando seu quadro de embarcações e histórias. Até a década de 1960 as canoas (bordada e lisa) dominavam a localidade, movimentadas a vela, a remo (de pá ou de voga) ou varejão (vara de empurrar). Na década de 1970, aparecem os primeiros motores a gasolina, que são adaptados em algumas canoas maiores. Aparecem também as primeiras baleeiras na região, já motorizadas. A vida na Costa, no entanto, sofre uma mudança mais radical na década de 1980 e as embarcações acompanharam as transformações inerentes.

A Costa é uma das localidades ao redor da Lagoa da Conceição que têm um histórico de ocupação humana secular que, possivelmente, antecede a ocupação açoriana no século XVIII (Antunes da Luz, 2014). Possui aproximadamente 800 moradores nos 293 domicílios (em 2010, segundo o Censo do IBGE) dispersos em vários conglomerados de casas dispostas nos sopés dos morros. Tem seu acesso apenas a pé, através de diferentes trilhas, pela via do transporte aquaviário desenvolvido por duas cooperativas de barcos, Coperbarco e Copercosta, que desenvolvem seu trabalho de transporte por intermédio de concessões públicas em três trajetos ou por embarcações privadas. A diferenciação no acesso fez com que a comunidade se

---

<sup>4</sup> A Costa da Lagoa, no contexto da Lagoa da Conceição, é comumente chamada apenas de Costa. É uma contração que será também utilizada a partir deste ponto.

desenvolvesse com características específicas e um quadro cultural ritmado e permeado pelo uso de variados tipos de embarcações na demanda das atividades cotidianas, constituindo uma cultura náutica que se aprimorou no transporte de pessoas, mas que ainda mantém a pesca tradicional com a canoa e com barcos capacitados para a pesca no mar. A economia local se divide entre o transporte de pessoas, o turismo gastronômico e a pesca artesanal em menor escala.



Vila principal da Costa da Lagoa.

Foto: Esdras da Luz, 2011.

A localidade da Costa não possui acesso rodoviário por decisão tomada pela própria comunidade e por ter o seu caminho principal – que só pode ser percorrido a pé – tombado pelo município pelo Decreto Municipal nº 247/86. Essa decisão pública foi fundamental para a manutenção da cultura náutica e a forma de vida estabelecida no local.

Até a década de 1960, a comunidade da Costa assemelhava-se a muitas outras do litoral do Brasil que viviam em relativo isolamento, caracterizadas por uma forma de vida “anfíbia” (Mussolini, 1953), ao dividir suas atividades entre a agricultura familiar e o extrativismo da pesca. Nessa época, ou mesmo décadas antes, não havia muitas

alternativas de trabalho e isso motivava a migração pendular dos homens das famílias para trabalhar na pesca no Rio Grande do Sul ou embarcados em traineiras<sup>5</sup> nos portos de Itajaí, Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro.

Teodato (84 anos), morador da Praia Seca, na Costa, recorda a primeira das três viagens que fez ao Rio Grande do Sul:

*A minha primeira vez foi de navio. Peguei o navio em Ratonos, naquela ilha de Ratonos. Tinha ali navios, a lancha pegava ali e levava pro centro pra gente pegar o navio do Hoecpke. Fomos sessenta “catarinas”. Naquele tempo a gente pagava sessenta mirreis [pela viagem] e trabalhávamos com os barcos de lá, com os portugueses. E lá ficava em rancho igual às nossas casas aqui. Tinha acomodação e quando acabava o mantimento ia pra cidade e trazia. Tinha um cozinheiro só pra isso. O resto do tempo era pra consertar a rede e sair pro mar. E era na barra mesmo. A cidade mais próxima era São José do Norte, mas era para o leste, nós ficávamos no outro lado. Pesquei lá também.*

Com o passar do tempo, a agricultura acabou não sendo mais uma alternativa viável<sup>6</sup> e a comunidade passou por um período de dificuldades, de “pobreza e desesperança”, como definiram dois moradores mais velhos, que durou até a década de 1980. A situação só veio a melhorar com o desenvolvimento do turismo, com os passeios de barco e com o oferecimento gastronômico dos produtos da pesca da região. Os restaurantes foram paulatinamente sendo criados e em 2014 somavam um total de aproximadamente 14 estabelecimentos, em locais espalhados pela orla da comunidade. O transporte público

---

<sup>5</sup> Embarcações de madeira ou ferro, que podem conter até centenas de toneladas, preparadas para pesca em alto-mar.

<sup>6</sup> Por imposição das leis ambientais, como a Lei Federal 4.771 de 1965, que instituiu o Código Florestal Brasileiro, entre outras, e por não ter competitividade econômica com seus produtos retirados de uma terra exaurida e de baixa produção.

aquaviário foi organizado para atender à demanda dos moradores e do movimento turístico, sendo concedido para duas cooperativas de barqueiros da comunidade, Copercosta e Coperbarco, que administram três trajetos, respectivamente: Campo do Rio Vermelho para Costa, Lagoa da Conceição para Costa e Lagoa da Conceição para Barra da Lagoa.

Destacam-se alguns dos marcos da transformação local: a construção do primeiro restaurante (1980); a instalação da rede de energia elétrica (1982); posto de saúde e prédio da escola (1985); o tombamento do caminho e a formalização pública do transporte aquaviário da Lagoa à Costa (1986) e a consolidação da atividade turística durante essa década. Na década de 1990, registra-se a instalação da rede de água encanada, o segundo acesso público aquaviário do Campo do Rio Vermelho à Costa e a criação das cooperativas de barco (Copercosta e Coperbarco). Na década de 2000 foram construídos os 23 trapiches públicos que deram estrutura para a parada dos barcos. Além disto, outra ação pública que foi reivindicada em 2003, a rede de esgoto, só foi concluída, com cabo submarino para Barra da Lagoa, em 2013. Em 2014 a demanda turística por restaurantes chegava a milhares de pessoas em um fim de semana.

O estudo das embarcações ajuda a entender a história do lugar e as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Paralelamente a essas ocorrências, os barcos da Costa, que representavam algumas dezenas em 1960, passaram para mais de duas centenas, com diversos tipos e tamanhos, para atender à demanda de passageiros. Inicialmente foram incorporadas baleeiras maiores ao transporte, com cabines e coberturas de madeira para dar mais comodidade aos passageiros. Com o aumento do volume de pessoas transportadas, botes de diferentes tipos foram reestruturados e adaptados ao serviço. A tipologia de todas essas embarcações maiores se caracteriza, segundo o IPHAN (2012), como “barcos encavernados”, dotados de estruturas de madeira – como se fosse um esqueleto – que são chamadas de cavernas.

Observar o desenvolvimento das formas e técnicas<sup>7</sup> desse objeto, que é essencial para a cultura náutica, institui as bases do entendimento e da complexidade de relações com o ambiente natural onde ele está circunscrito.

## O patrimônio material da cultura náutica

O discurso dos nativos acerca do patrimônio material da cultura náutica coincide com a classificação proposta pelo IPHAN (2012) apoiando, desta forma, a sua compreensão.

### *As canoas*



Canoas de borda lisa.

Foto: Esdras da Luz, 2011.

---

<sup>7</sup> Como afirma Leroi-Gourhan (1971, p. 11), “A tecnologia [como um ramo do conhecimento humano] é a única que evidencia uma continuidade total no tempo, é a única que permite apreender os primeiros atos propriamente humanos e acompanhá-los de milênio em milênio até o limiar dos tempos atuais”.

A canoa é o objeto mais antigo, derivado da canoa monóxila indígena, que se transformou, nas mãos açorianas, em dois modelos: a canoa de borda lisa e a canoa bordada ou de voga. Foi com esses objetos que a Costa conviveu por séculos os quais permitiram o domínio territorial da lagoa e do mar. Por muitos anos – pois não se sabe ao certo quando isso começou –, na primeira metade do século XX ou até antes, os moradores da Costa possuíam na Barra da Lagoa<sup>8</sup> dois ranchos de pesca que eram utilizados, principalmente, nas épocas das safras da tainha e da anchova. Para lá eram levadas as canoas maiores, as bordadas, com todos os aparatos para a pesca no mar. Nessas temporadas de pesca se abria o que eles chamavam de “sociedade”, para que não houvesse brigas entre o pessoal da Costa e o da Barra. Como a tainha, quando aparecia, sempre chegava pelo sul, quem estivesse mais ao sul sempre levaria vantagem na pesca. Nessa época, o canal da Barra fechava, geralmente, no inverno. Um grupo (por exemplo, o da Barra) se estabelecia no canto da praia e o outro grupo (o da Costa) ia para a Prainha, mais ao sul. No outro dia, eles trocavam. Teodato, que também trabalhou por muito tempo com esse acordo, explica:

*A relação com a Barra era só tempo de festa. Eram duas associações: a da Barra e a associação da Costa. Quem era da Costa pescava com as redes da Costa, quem era da Barra pescava com as redes da Barra. Às vezes tinha algum que trocava, tinha um parente aqui ou daqui que tinha um parente lá, mas tinha que definir aonde ia ficar. Se um dia um [a sociedade] começava pescando na Prainha, no outro dia era o outro.*

É possível que essa fase de contato com o mar do leste da Ilha e o processo de migração pendular para trabalhar embarcado em outras regiões do Brasil, conjuntamente, tenham constituído a base

---

<sup>8</sup> Próximo à saída do canal da Barra, quando não existia o molhe de pedra, no local que se chamava “Croa”.

do conhecimento de navegação presente no lugar. Não só pela diversidade da navegação em diferentes ambientes (lagoa, baía, costeiro, oceânico e até em rios), como pelo conhecimento dos variados tipos de embarcações e suas funcionalidades, com seus materiais e técnicas construtivas. A soma de tudo isso é a verdadeira “herança do passado”, um patrimônio que não se limita ao objeto que desenvolve a ação, mas que impõe um diálogo entre o navegador e o ambiente para sua existência e continuidade.

### *As baleeiras*

As baleeiras da Costa, como as de Santa Catarina como um todo, eram confeccionadas com tábuas pregadas com pregos de cobre, umas sobre as outras, criando um casco escamado (não liso). Isto faz com que a água bata no casco, produza um ruído característico e espirre para longe do barco. São, portanto, diferentes das baleeiras construídas nos Açores, as quais possuíam o casco liso, “[...] devido à convicção de que o ruído produzido por este acabamento assustava as baleias” (Pacheco, 2009, p. 43).

Tem estrutura (esqueleto) de cavernas, feitas de cambotas<sup>9</sup>, sobre uma quilha que termina na roda de proa e na roda de popa quase com o mesmo desenho lateral. Era considerado grosseiramente um barco “igual” na popa e na proa, mas, certamente, a proa era sempre mais esguia (mais afinada) que a popa. A proa acaba com adornos superiores à borda, chamados de barbados, e a popa com um pequeno capelo por baixo da cana do leme – uma peça que se encaixa e dirige o leme. O leme, para ser usado com barco a vela, era projetado para ir além da quilha (mais fundo), para ganhar pressão e força durante seu deslocamento e dar dirigibilidade. Com o uso do motor, o leme passou a ter sua profundidade limitada ao nível da quilha e a pressão

---

<sup>9</sup> Pranchas de madeira retiradas de galhos curvos da ilha, com o desenho da curvatura necessária ao esqueleto do barco, que são menos curvos nas extremidades e mais acentuados, quase com ângulos retos, no meio da embarcação.

da água no leme, para sua dirigibilidade, passou a ser desenvolvida pela hélice. Além disso, o leme maior também atrapalhava no deslocamento das embarcações sobre as redes de pesca.

O interior da baleeira é todo forrado de um lado a outro, por cima das cavernas, até a altura de uma madeira estrutural chamada de serreta, que fica embaixo dos bancos. Os bancos são considerados, junto com a quilha, as únicas tábuas retas na embarcação e são fixados por uma peça chamada de mão-de-banco ou curvatão, duas de cada lado, que fazem a junção e reforço com o casco e o talabardão ou cordão de fora.

É um barco muito adequado para o uso com velas, com a capacidade de conter até dois mastros (com velas quadradas e uma triangular de proa), com quatro ou cinco tripulantes para fazer o contrapeso das velas.

A história desse tipo de embarcação certamente contou com as mãos açorianas para ter sobrevivido até nossos dias. As baleeiras têm sua origem nos povos nórdicos que produziam um barco de duas proas que, após conquista da região pela Inglaterra, passou a ser fabricado pelos ingleses e utilizado como barco de apoio para a caça da baleia, trabalho do qual herdou o nome baleeira. Os ingleses foram os responsáveis por levar esse barco para os Estados Unidos e Açores. Ao passarem pelos Açores, as baleeiras eram utilizadas pelos açorianos contratados para a pesca e, como serviam de apoio com a terra, passaram a ser construídas, consertadas e utilizadas pelos açorianos, os quais trouxeram o domínio construtivo quando migraram para o Brasil. Há relatos que confirmam, também, que quando os baleeiros estadunidenses passavam pelo Brasil trocavam essas embarcações por mantimentos e outras necessidades para apoiar a viagem de retorno (Várzea, 1985).



Baleeira sem cabine.

Foto: Esdras da Luz, 2013.

É um barco extremamente leve e de uma beleza reconhecida pelos navegadores, além de ser ligeiro e de fácil manobra. Em outros pontos do litoral, pelo fato de ganhar um motor e ter que enfrentar o “mar grosso”, as baleeiras tornaram-se maiores, mais robustas e pesadas, ficando com um desenho não tão gracioso.

Já não se fabricam mais baleeiras na Ilha de Santa Catarina e os construtores que ainda dominam suas características construtivas estão velhos e são poucos os que querem aprender. As baleeiras ainda em uso encontram muita dificuldade para a sua manutenção, pois poucos dominam suas curvas e quem sabe fazê-lo alega ser muito difícil encontrar quem pague pelo trabalho, que é demorado e caro.

Existem dois tipos de estruturas cavernadas nas baleeiras, a de caverna cortada de pranchas, ou cambotas, e a de caverna cozida. A primeira possuía características mais artesanais, tornando cada barco um exemplar único, e a segunda, como necessita de uma caldeira

para o aquecimento da madeira – utilizada no cozimento das ripas que se transformarão em cavernas –, era considerada um produto de estaleiro naval, onde os barcos poderiam ser construídos em série.

Seu formato é considerado “*o senhor dos desenhos*”, como definiu um entusiasta em embarcações da lagoa. Já se realizaram várias tentativas industriais de construí-la em fibra, com moldes, mas as tentativas falharam, pois as canoas de fibra não ganharam mercado. A baleeira de fibra não teve uma boa aceitação, uma vez que, quando mantido o motor de centro a diesel, o barco se tornava desconfortável pela sua trepidação e resistência inferior. Para o ouvido do navegador mais exigente, o som da água batendo na madeira é incomparável ao som da água batendo no casco de fibra. O barulho na madeira é “surdo”, suave, e na fibra é estridente, pois o corpo do barco funciona como uma caixa de ressonância para quem está dentro dele.

A baleeira é considerada um dos barcos mais bonitos da região e patrimonialmente um dos mais ameaçados. Por se caracterizar como um dos barcos mais detalhados, com formatos de madeiras difíceis de se encontrar, a mão de obra para construí-la e reformá-la é rara e tecnicamente muito exigente.

### *O bote e seu ecletismo*

O bote é uma denominação de embarcação que engloba inúmeros modelos e possui uma grande diversidade de formatos, tipos de casco e tamanhos. Sua variação depende do tipo de trabalho que desenvolve e da capacidade de manutenção de quem o cuida. A embarcação, portanto, pode ser mais detalhada, esguia ou mais rústica e quadrada. No passado, na região em foco, também era utilizado com velas, mas isto já é algo raro.

Dos botes, o mais “*estiloso*” – segundo um morador que gosta desse casco – é o bote do Rio Grande, com fundo curvo, proa alta com um capelo desenhado e popa terminando em rabo de baleia. Sem dúvida é o bote mais aerodinâmico e que tem o melhor desempenho na vela (recurso que é, hoje, pouco utilizado nesse barco). Suas tábuas

são colocadas uma ao lado da outra, deixando o casco liso (não escamado). Sua construção não é tão simples, pois muitas de suas tábuas têm que ser aquecidas para que ganhem a curvatura necessária e exige técnicas específicas para algumas curvaturas.



Bote do Rio Grande.

Foto: Esdras da Luz, 2014.

Existem botes de fundo curvo, chato e fundo em “V”. Proa baixa, alta, inclinada ou em pé. Popa cortada fina, larga e baixa, tábuas lisas e/ou escamadas, enfim, depende do construtor e do pedido. É a embarcação mais eclética, de mais fácil manutenção e a de mais fácil construção – menos o bote do Rio Grande, motivado pelas suas tábuas e linhas curvas. Possui também boa capacidade de carga e de manobra, chegando, em muitos casos, a fazer a manobra de girar sem sair do lugar – o que é impossível para uma baleeira ou uma canoa a motor –, o que faz dele um barco de pesca e de transporte bastante requisitado.



Bote de pesca do Mar Grosso.

Foto: Esdras da Luz, 2013.

Os que não gostam de bote e procuram desqualificá-lo afirmam que “*o motor empurra até uma caixa quadrada que flutua*”. Há muitas pessoas que optam pelo uso apenas particular da embarcação e acabam por escolher o bote por ser prático, resistente e de fácil manutenção.

### *O bote do lixo*

Na Costa existe um barco que é especial não pelas suas características, mas pelo seu trabalho: é o bote que carrega todo tipo de lixo produzido na Costa. É um bote do Rio Grande, pelo seu feitio, mas que poderia ser qualquer um, desde que fosse um barco dedicado exclusivamente a essa finalidade e tivesse baixo calado, para que seu carregamento e descarga possa ser feito mais próximo da praia. É uma embarcação contratada de particular pela Companhia

de Melhoramentos da Capital (Comcap) e com três funcionários que fazem a coleta em toda a Costa, do ponto 4 ao ponto 23, com a sua descarga no campo (Rio Vermelho) em uma caçamba específica para este fim. A partir desse ponto o lixo é recolhido por caminhões da companhia. Os moradores precisam levar seu lixo da casa até os trapiches principais perto das praias onde se localizam as cestas da Comcap.



Bote do Rio Grande transportando lixo.

Foto: Esdras da Luz, 2013.

### *Embarcações diversas*

Existem na Costa vários outros barcos, de diferentes materiais e tamanhos, que muitos moradores possuem para o deslocamento rápido e para o lazer. Os mais populares são as chamadas “voadeiras”, como são conhecidas as pequenas embarcações de alumínio ou fibra com capacidade para, no máximo, cinco pessoas. São abertas, sem

cabine, com motor de popa a gasolina. Sua velocidade é diretamente proporcional à potência do motor. São muito utilizadas nos dias em que a lagoa está calma, espelhada, pois nos dias de vento o barco se torna desconfortável e as pessoas chegam ao seu destino sempre molhadas. Esses barcos são utilizados e postos para terra assim que chegam à praia. Como são barcos pequenos, com motores normalmente mais caros que os próprios cascos, nota-se um cuidado especial com a sua guarda.



Voadeira de fibra de vidro.

Foto: Esdras da Luz, 2013.

Outras embarcações observadas são as canoas de fibra, bateiras e catraios – utilizadas esporadicamente para a pesca do camarão –, barcos de fibra formatados para a vela e lazer, além de alguns cascos, em menor número, que não possuem uma classificação específica e são usados diversificadamente.

## *Os botes de pesca no mar*

Restam na Costa apenas quatro barcos aprontados para a pesca em alto-mar e só um deles não possui cabine, razão pela qual necessita ir e voltar no mesmo dia. Os outros possuem cabines na popa para até seis tripulantes e podem passar alguns dias pescando sem retornar à terra, pois possuem também câmaras frias no convés abastecidas de gelo para a manutenção do pescado. Seus donos possuem três tipos de rede que lhes permitem trabalhar com várias e diferentes safras de peixes, como explica um desses donos de barco, Diogo (30 anos), que aprendeu a pescar lá fora na “*guerrilha*”<sup>10</sup>:

*Só tenho rede de tainha, anchova e corvina e nós da Costa trabalhamos com essas três aí. Aqui a pesca é sazonal: aqui acabou a tainha, é anchova. Acabou, é corvina. Tainha abre 15 de maio e fecha 15 de julho, dois meses. Acabou a tainha, tira a rede toda e coloca a de anchova. Começa a anchova. Ela fecha no verão – em dezembro, janeiro, fevereiro e março, não pode. Começa em abril, mas ela não dá, só começa a ter peixe aqui depois de julho, agosto, depois da tainha, porque ela passa, vinda do sul, e depois ela retorna em novembro. A corvina vai e volta também.*

Hoje em dia todos os barcos possuem um guincho na proa para puxar a rede do mar e isso facilitou muito o trabalho. Até cerca de dez anos atrás eram necessários no mínimo seis homens para puxar qualquer rede no mar. Por esta razão os barcos não tinham cabine e eram menores, o que forçava o retorno do mar no mesmo dia. Com o guincho, a tripulação diminuiu para quatro pessoas e os barcos puderam ser aumentados, levar redes maiores, ter instalada uma

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada pelo entrevistado para definir o fato de comprar um barco sem nunca ter pescado no mar e incentivar o pai, tio e amigos que “*dominam a pesca lá fora*”, no mar grosso. Diz ele que, após quatro anos, já aprendeu um pouco.

cabine com beliches e um espaço de cozinha, com pia e balcão, além de propiciar um espaço fechado para quem comanda o barco com todo o instrumental eletrônico de que se necessita, como sonda, rádios comunicadores e até computador ligado à internet para previsão do tempo.



Bote de pesca com guincho para rede.

Foto: Esdras da Luz, 2014.

Com o aumento do espaço útil do barco e a possibilidade de pernoitar, o espaço territorial desses pescadores aumentou cobrindo o litoral de Santa Catarina inteiro. Antes, com os barcos menores, eles se restringiam ao limite da Ilha. Conseqüentemente, a pesca também mudou, não mais dependendo tanto do olhar e da procura intuitiva, mas das informações trocadas com as embarcações que estão fora pescando e dos dispositivos eletrônicos, como a sonda que “enxerga” o cardume de peixe a quilômetros do barco.

Um grande obstáculo para os barcos maiores da lagoa, que pescam lá fora e fazem o transporte de pessoas para a Barra, tem sido a altura da ponte da Fortaleza da Barra – que é muito baixa e impede que esses barcos saiam da lagoa em dias de maré alta. Outro obstáculo é o assoreamento do canal que liga a lagoa ao mar em três pontos específicos – o que dificulta a passagem em marés muito baixas. Muitos desses barcos de pesca perderam parte do melhor momento das safras de diferentes peixes, por não poderem sair em determinados dias, e os maiores barcos da Coperbarco são impedidos de fazer esse trajeto.

Os barqueiros da Costa, favoráveis ao aumento da altura da ponte, apoiaram a construção da nova ponte construída na Fortaleza da Barra e uma pequena ação de desassoreamento nesses pontos problemáticos. Mas com restrições para os dois casos. Uma delas foi que o aumento máximo da nova ponte não deveria exceder os 2 metros para que os “*iates de luxo não invadam a lagoa*”, segundo a opinião de várias pessoas entrevistadas. A outra restrição é que não houvesse uma retirada excessiva de areia do canal, pois os pescadores temem que a lagoa tenha uma oscilação de maré que venha a prejudicar a navegabilidade hoje existente ou inunde as poucas praias da Costa, onde estão localizados seus ranchos de pesca e áreas de manutenção dos barcos. Pelo menos uma das restrições não foi atendida. A ponte, após muita discussão, foi construída com 6 metros de altura. Aos 2,70 metros da ponte anterior, aos quais os pescadores reivindicavam que não se somassem mais de outros 2 metros, foram acrescentados outros 3,30 metros. Quanto ao aprofundamento do canal, ninguém pode afirmar quanta areia foi retirada.

## Considerações finais

A Costa sobreviveu e se reinventou em todos os aspectos, fazendo do seu “isolamento” geográfico um leque diversificado de atratividades

turísticas que inclui a paisagem, com a observação da floresta e da lagoa, os passeios de barco e a gastronomia do pescado local. Mas nada disso seria possível – no volume de trabalho e distribuição dos rendimentos financeiros na comunidade – se não fosse a navegação desenvolvida por todos aqueles que dominam suas variáveis.

Segundo Castells (1999, p. 23), “[...] para a maioria dos atores sociais na sociedade em rede, o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) autossustentável ao longo do tempo e espaço”. Essa identidade estrutural na Costa é a navegação, marcada por um artefato que permite esta ação e permeia a vida em vários sentidos práticos. Ela existe na região desde o início da ocupação do território, para a simples locomoção, trabalho (pesca e transporte de passageiros) e lazer, e continuará a existir enquanto não houver uma estrada automotiva que possibilite o acesso. Sabe-se, com exemplos em todo o Brasil, que em todos os lugares que o carro, ônibus e caminhão se fizeram presentes a dinâmica da navegação sucumbiu, pressionada pela força de uma política voltada para o transporte sobre rodas. A Costa só se manteve assim, sem estrada, porque a maioria de seus moradores decidiu recusar essa possibilidade. A navegação é, hoje, o elemento estrutural da comunidade, elemento que produz uma ação prática, cotidiana, e uma riqueza simbólica, patrimonial, para a Ilha de Santa Catarina.

Florianópolis já foi um porto muito procurado por sua posição geográfica privilegiada no sul do Brasil, pelas condições seguras de ancoragem e por propiciar toda a sorte de materiais e mantimentos para a navegação. A vida náutica na Ilha, antes da construção da ponte Hercílio Luz, em 1926, tinha uma importância vital na dinâmica cotidiana ao articular todas as “freguesias” (localidades) ao redor das duas baías (Norte e Sul) e, através do porto, conectar a Ilha com os lugares mais distantes, dentro e fora do Brasil. Navegar era parte da vida. Tudo passava pelo barco: dos materiais necessários à vida, da informação oficial, geral e notícias, ao indivíduo que se deixava levar de um lugar ao outro.

Viver na Costa continua sendo assim – com a diferença de que a “informação” chega instantaneamente pelo “ar”, diminuindo a sensação da distância, e de que navegar passou a ser a fonte de renda direta ou indiretamente (por intermédio dos restaurantes e o recebimento dos turistas) para a maioria dos seus moradores. Ou seja, a questão patrimonial local passa pelo domínio do objeto barco, sobre o ambiente da lagoa (navegação interior) e do mar (navegação costeira), com uma riqueza de saberes e fazeres de uma população que tem a canoa como elemento histórico, mas que hoje adquiriu outros tipos de embarcações e que, com esses objetos, consegue manter a dinâmica da vida na localidade.

Como procuramos demonstrar, a navegação na lagoa feita pelos moradores da Costa constrói uma paisagem dinâmica que extrapola o espaço local e tem um efeito simbólico para a Ilha de Santa Catarina. Ela dissemina uma forma de viver e pensar que, na prática, produz parte do patrimônio naval brasileiro e constitui um modelo de transporte público aquaviário, superavitário e profissional, organizado e mantido pela comunidade. Essa vida e esse simbolismo precisam de uma política pública patrimonial que, com ações educativas, evidenciem sua “excepcionalidade, exemplaridade e singularidade”<sup>11</sup> e, com a ajuda de ações normativas e executivas, auxiliem na resolução dos conflitos para a preservação e continuidade desse bem cultural.

A peculiaridade desse modo de vida, de estar contida dentro de uma lagoa, dentro de uma ilha oceânica, com acesso cotidiano regulado pela navegação, com laços histórico-culturais que envolvem o mar, a floresta e a própria lagoa, faz da Costa da Lagoa uma realidade muito particular, com a peculiaridade de este modo de vida ser conduzido por seus moradores com autossuficiência no que diz respeito a produzir – o transporte, a gastronomia, a pesca – e gerenciar o uso sustentável da floresta e da lagoa com a atividade turística desenvolvida no local. Isto, como já foi mencionado, não significa

---

<sup>11</sup> <http://portal.iphan.gov.br>.

dizer que não apresente problemas diversos, que esse modo de vida não seja ameaçado constantemente pelo processo de globalização, de interesses contrários ao interesse patrimonial ou de sua “minimização”, como acontece com a atividade da pesca, por exemplo.

A Costa da Lagoa contém um simbolismo como lembrança representativa de que os moradores vivem em uma ilha e é uma das paisagens culturais de Santa Catarina que necessitaria ser salvaguardada pelo poder público, pela sua fragilidade e unicidade. Portanto, pensar o aspecto patrimonial não é somente lembrar sua existência e identificação, mas encontrar formas que permitam sua continuidade como um bem coletivo que se transformará, como tudo, mas que seguirá seu curso dependendo da sua importância e reconhecimento.



Rancho para barcos e canoas.

Foto: Esdras da Luz, 2013.

A comunidade da Costa da Lagoa sempre encontrou sozinha o caminho da sua sobrevivência coletiva. Há algumas décadas, quando

não puderam mais plantar nem pescar para manter o sustento da família, decidiram praticar a acolhida ao turista. Lograram constituir uma organização econômico-estrutural, em função dessa nova atividade, exemplar enquanto comunidade. Souberam transformar o isolamento e sua forma de vida em atratividade e reelaboraram o transporte aquaviário com uma coleção diversificada de barcos do sul do Brasil, formando um acervo em constante ampliação.

No entanto, o aumento da frota de barcos, somado à ocupação de espaço pelos restaurantes, ocasionou uma pressão sobre a orla da lagoa, produzindo uma série de conflitos com o poder público e entre os próprios membros da comunidade. Talvez esta questão seja um dos maiores desafios práticos que precisará ser enfrentado se o número ou o tamanho das embarcações continuar a avançar. Como conciliar no mesmo espaço a demanda náutica – de atracadouros e de locais de manutenção – com a atividade gastronômica e o turismo desenvolvido? Esse problema só não é maior por conta da dependência mútua, econômica, entre as atividades do transporte aquaviário e dos restaurantes e por possuir um quadro de pessoas de diferentes famílias que atuam misturadas nas duas atividades – o que ajuda a amenizar os conflitos entre as pessoas. Mas, para o poder público e a legislação que a ordenam, a orla é sempre muito problemática.

Estudar as variações culturais históricas locais, sua interatividade com o espaço, possibilitou uma visão ampliada da comunidade, uma melhor compreensão das ações humanas naquele lugar e de uma cultura náutica que persiste apesar da falta de reconhecimento público sobre a questão do seu valor como um bem cultural. O fato de a Costa sempre ter dependido da forma de transporte aquaviário produz uma naturalização da sua importância e isso ocasiona atitudes reificadas do poder público ao constatar os conflitos fiscalizatórios/jurídicos na região, principalmente próximos à orla da praia.

Até agora, a organização urbana da comunidade foi espontânea, fundamentada nas necessidades práticas da vida local, muitas vezes atuando contra as determinações legais pela manutenção da sua

forma de vida. Caso a Costa venha a ter um reconhecimento oficial do seu patrimônio naval, ou da sua forma de vida como um bem cultural, a relação do poder público com a comunidade teria que ser revista na execução normativa e fiscalizatória.

Uma das formas possíveis para isto acontecer poderia ser através da aplicação da Portaria 127/2009 do IPHAN, que define: “Paisagem Cultural Brasileira é a porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Art. 1º).

A ideia da portaria é possibilitar uma ação pactuada entre os moradores, poder público e agentes privados, sobre um plano de gestão para proteção da paisagem cultural por intermédio do cancelamento coordenado pelo IPHAN.

Essa possibilidade é uma das formas de fazer com que a deliberação pública, tomada por diferentes entes executores, normatizadores e fiscalizadores, reconheça as especificidades locais e uniformize suas ações dentro de uma política pública comum que oriente a comunidade e sua atual estrutura turística para um modelo de desenvolvimento sustentável e juridicamente viável.

A gestão compartilhada proposta na chancela serviria, exatamente, para contribuir em preservar o patrimônio cultural por intermédio do diagnóstico e discussão dos problemas com todos os envolvidos direta ou indiretamente no planejamento da localidade. Sabe-se, pela experiência já acumulada no IPHAN, dos projetos de Paisagem Cultural no país, que o momento mais delicado do processo é como esse ordenamento institucional público e privado se constitui, em função de um interesse comum que ficará estabelecido no plano de gestão. Não é uma coisa fácil, nem existe um modelo que possa ser seguido, mas a intencionalidade da proposta, por si só, contém um aspecto pedagógico que aponta para a solução de variados problemas.

Como começar esse “xadrez” institucional? O poder público, ao reconhecer a necessidade, tem o dever de agir, mas não tem como

obrigar ou impor soluções. Se os moradores da Costa considerarem que isto não é importante, não há como fazer sua aplicação. Portanto, a primeira providência seria informar a comunidade da Costa sobre a existência dessa ferramenta institucional que permite à comunidade entender o que isso significa e avaliar sua real necessidade. Seria um bom começo se a comunidade da Costa, se assim o entender, solicitasse a instauração do processo administrativo visando o estudo para chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

Como foi observado, a Costa da Lagoa contém vários elementos identitários e patrimoniais que precisam ser reconhecidos por uma política pública comum, que compreenda seus elementos formadores, ambientais e culturais, e auxilie em preservar um equilíbrio entre o mundo antrópico e o meio natural.



Barco de transporte de passageiros enfrentando onda.

Foto: Esdras da Luz, 2011.

Quando chegou à Ilha de Yamacraw, o professor Conroy, cujo nome a população local só conseguia pronunciar como Conrack, trouxe logo de ensinar às crianças a habilidade de nadar. Qual lição poderia ensinar aos habitantes da Ilha de Santa Catarina, levando em conta a existência de um amplo mar navegável no seu entorno, considerando que o principal problema cotidiano da Ilha é o sistema de transporte rodoviário que paralisa a vida de milhares de pessoas diariamente?

## Bibliografia citada

ANTUNES DA LUZ, Esdras Pio. **Na reversa do vento: a cultura náutica da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC**. Dissertação de mestrado – MPPT/PPGPlan/Udesc. Florianópolis, 2014.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio naval brasileiro**. Brasília (DF): Iphan, 2012.

LEROI-GOURHAN, André. **Evolução e técnicas: I – O homem e a matéria**. Lisboa: Edições 70, 1971.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como um fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da cultura e da vida social no litoral brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 81-97, 1953.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PACHECO, Joel. **A canoa baleeira dos Açores e da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2009.

SAUER, Carl O. The morphology of landscape. **Publications in Geography**, California, v. 2, n. 2, p. 19-54, 1925.

SIMMEL, Georg. **A filosofia da paisagem**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

TEMPASS, Martin Cesar. Sobre a questão do patrimônio cultural: repensando princípios e fins. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, n. 35, p. 133-144, 2006.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.



## A maricultura como campo de conflitos ambientais territoriais<sup>1</sup>

Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes

### Introdução

A partir dos anos 1980, em decorrência de uma ideia de que a pesca extrativista estava esgotando os estoques de pescados nos mares, rios e estuários do planeta, o cultivo de organismos aquáticos (peixes, moluscos, crustáceos, algas) expandiu-se em escala industrial por países da Ásia, África e América do Sul, impulsionado especialmente pelo fomento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na revista *GeoNordeste*, São Cristóvão, ano XXXI, n. 2, p. 76-95, jul./dez. 2020.

Agricultura (FAO)<sup>2</sup>. Para se ter uma ideia dessa expansão, em 1966 os produtos aquícolas foram responsáveis por 6% do consumo total de pescado comestível no mundo, em 1986 por 14% e, em 2006, por 41%. Em 2013, pela primeira vez a contribuição do setor aquícola à quantidade de pescado disponível para o consumo humano superou a da pesca extrativa, atingindo um marco de 51,4%, e em 2016 essa porcentagem chegou a 53% (FAO, 2018).

Foi nesse contexto de desenvolvimento da aquicultura que a atividade foi implementada no Brasil. Hoje, no que diz respeito ao cultivo de moluscos bivalves, o país é o segundo produtor latino-americano, superado apenas pelo Chile, e é em Santa Catarina que se concentra a produção de mexilhões, ostras e vieiras, espécies cultivadas no mar (maricultura). Em 2016, o estado produziu 97,9% do total nacional – Palhoça é o município de maior destaque, com 65,7% da produção nacional e 67% da produção estadual, e Florianópolis foi responsável por 90,8% do total de sementes de moluscos produzidas no país (IBGE, 2017).

Todos esses números refletem a transformação da aquicultura em um negócio rentável, que se deu por meio de um “conjunto poderoso de iniciativas capazes de produzir e desenvolver a revolução azul”, como argumenta Ramalho (2015, p. 522). Para essa transformação, que o autor entende como o advento do *aquabusiness*, foram necessários grandes investimentos privados, financiamentos dos governos, licenciamentos ambientais facilitados, alianças com universidades públicas e órgão de pesquisa, uma nova divisão do trabalho nacional e internacional, além de mudanças técnico-tecnológicas na produção.

Quando a maricultura começou a ser implantada em Santa Catarina em fins dos anos 1980, num projeto que articulava os governos

---

<sup>2</sup> A FAO surgiu em 1943 como uma organização permanente para tratar de assuntos relativos à alimentação e à agricultura no mundo, em decorrência dos problemas alimentares decorrentes da II Guerra Mundial. Em 1945, a entidade se estabeleceu como uma agência das Nações Unidas e tem como missão promover pesquisas e projetos voltados ao combate à fome, além de prestar assistência a diversos países para a modernização de práticas agrícolas, de pesca e outras ligadas à segurança alimentar.

federal e estadual, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), o argumento utilizado para angariar a anuência das comunidades costeiras envolvidas era que a atividade representaria uma alternativa de renda para os pescadores artesanais, empobrecidos ante a superexploração das espécies por parte da pesca extrativista industrial. Ainda, com a adesão aos cultivos, os pescadores não precisariam se deslocar de seus locais de origem em busca de outros trabalhos. Todavia, conforme apontado por Paulilo (2002), a pesca e a extração de moluscos já eram práticas dos indígenas que habitavam a costa catarinense antes mesmo da chegada dos açorianos e madeirenses no século XVIII. Isto significa que a maricultura se instalou onde prevaleciam costumes arraigados de vivência coletiva e ajuda mútua. Seria de esperar, portanto, que a introdução da maricultura nas comunidades de tradição pesqueira acarretaria novos conflitos, além dos já existentes entre pescadores artesanais e pescadores industriais, pois a atividade dos cultivos se fundamenta em uma lógica de produção para o mercado, competitiva e centrada no trabalho assalariado.

Uma vez que a maricultura tem sido pouco tratada pelas ciências sociais, em contraposição aos diversos estudos que se voltam para os seus aspectos produtivos e tecnológicos, empreendeu-se uma pesquisa que observou a atividade do ponto de vista cultural e sociológico, considerando as problemáticas e consequências sociais de sua implementação. Buscou-se analisar os conflitos decorrentes da prática da maricultura no bairro da Caieira da Barra do Sul, na Ilha de Santa Catarina, e também verificar se os pescadores artesanais haviam de fato obtido uma melhora de vida por meio da produção de moluscos. Para atingir tais objetivos, a metodologia utilizada envolveu observação participante, entrevistas abertas com maricultores e pescadores artesanais da localidade pesquisada e um questionário aplicado aos trabalhadores de uma fazenda marinha de ostras<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Este conteúdo é mais bem detalhado em Garcez (2018).

## O campo teórico-temático

A maricultura é aqui abordada no âmbito das problemáticas ambientais, portanto também sociais. Como toda prática social, se dá em um território. Por isso o território é utilizado como categoria de análise dos empreendimentos aquícolas, entendido como o espaço da prática, um espaço apropriado e disputado que envolve a noção de limite e de poder (Becker, 2005; Souza, 2015). Como a projeção espacial de uma relação de poder, ou seja, uma relação social espacializada, o território seria então, fundamentalmente, um espaço definido e delimitado “por” e “a partir” de relações de poder, importando-se saber, então, quem domina ou influencia um determinado espaço e “como” domina ou influencia esse espaço (Souza, 2000, p. 78-79).

A partir dessa perspectiva a respeito do território, para a análise dos conflitos gerados pela maricultura na Caieira da Barra do Sul buscou-se o referencial teórico de Zhourri e Laschefski (2010). Os autores destacam que o campo dos conflitos ambientais caracteriza-se pela diversidade e heterogeneidade dos sujeitos e dos seus modos de pensar o mundo. Embora indiquem as limitações de toda e qualquer classificação, formulam uma tipologia dos conflitos ambientais para fins analíticos, o que possibilita visualizá-los quanto à forma e à profundidade do enfrentamento entre os grupos envolvidos. Apontam então três tipos: os conflitos ambientais distributivos, os conflitos ambientais espaciais e os conflitos ambientais territoriais (Zhourri; Laschefski, 2010).

Os conflitos ambientais territoriais, que se dão entre grupos que apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, possibilita uma análise abrangente do objeto pesquisado. Esse tipo de conflito marca, em geral, situações em que existe uma sobreposição de reivindicações de diversos segmentos sociais – com identidades e lógicas culturais diferenciadas – sobre um mesmo recorte espacial. Os autores dão como exemplos a instalação de hidrelétricas ou a expansão dos agrocombustíveis, mas a implementação da aquicultura de caráter empresarial em comunidades de tradição pesqueira pode ser enquadrada

nessa modalidade de conflito, pois envolve grupos com racionalidades distintas: um grupo chamado de “tradicional”, não inserido ou parcialmente inserido no modelo de sociedade urbano-industrial-capitalista, e outros grupos, hegemônicos, inseridos nesse modelo.

Nesse tipo de conflito os consensos são difíceis, segundo os mesmos autores, pois estão implicadas formas diferentes de apropriação, nesses recortes espaciais, do que se chama de natureza. Para os grupos tradicionais, a comunidade e o território representam uma unidade que garante a produção e a reprodução de seus modos de vida, o que resulta em uma forte identidade com o espaço onde se vive. Por outro lado, a sociedade urbano-industrial-capitalista se caracteriza pela divisão do trabalho e a individualização dos sujeitos sociais, que se relacionam em grande parte pela mediação do mercado. Como decorrência do progresso tecnológico e da criação de redes para as trocas de produtos, com inúmeros intermediários, há um distanciamento físico e a alienação dos indivíduos em relação à base territorial necessária para a reprodução de seus modos de vida.

No contexto desses empreendimentos econômicos (hidrelétricas, agronegócio, aquicultura), tem importância o papel do Estado que se alia aos segmentos do capital contra as territorialidades de outros grupos – em especial os povos tradicionais – e os seduz com a promessa de emprego e renda. Tal discurso, de cunho ideológico, tem agido em defesa do modelo de desenvolvimento hegemônico contemporâneo, por isso julga-se importante, em concordância com a posição de Zhouri e Laschefski (2010), colocar a discussão dos conflitos ambientais territoriais no interior da produção de conhecimento acadêmico.

Tal abordagem leva à necessidade de uma reflexão a respeito da ambientalização dos conflitos e lutas sociais, da participação popular e, ainda, sobre justiça ambiental e justiça social (Leite Lopes, 2004; Acselrad, 2010; Pereira, 2017; Fraser, 2002, 2007). Conforme Acselrad (2010), a noção de justiça ambiental envolve uma “ressignificação” da questão ambiental, inserindo a temática do meio ambiente nos debates sobre a construção da justiça social. As lutas por justiça ambiental no Brasil têm se caracterizado pela defesa dos direitos a

ambientes culturalmente específicos, pela defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação socioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado, além da defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais (Acselrad, 2010). Assim, à medida que certos empreendimentos são instalados em locais que apresentam condições político-institucionais favoráveis à acumulação de riqueza – normas ambientais frouxas, direitos sociais revistos e leis urbanísticas flexibilizadas –, a questão ambiental tem sido vista cada vez mais como mesclada às questões sociais do emprego e da renda.

O cultivo de moluscos na Caieira da Barra do Sul se enquadra nessa discussão. O discurso que o promove como uma atividade “ambientalmente sustentável” e “geradora de renda” busca neutralizar qualquer movimento de contestação contra o padrão dominante de desenvolvimento. Para Acselrad (2010), a noção de “modernização ecológica” refere-se a um processo por meio do qual as instituições políticas internalizam preocupações ecológicas a fim de conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, “dando-se ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso” (p. 107). Ou seja, ao veicular a maricultura como uma prática que tem se desenvolvido de maneira predominantemente artesanal, propiciando trabalho às famílias e lhes dando o sustento, o Estado a desloca da discussão ambiental e social e escamoteia a razão utilitária do mercado.

Fraser (2002, 2007), por sua vez, preocupada com questões que dizem respeito à justiça social, defende que não basta haver (re)distribuição e reconhecimento, é preciso ter participação. Num contexto em que se confrontam sujeitos com um nível de poder tão desigual – como é o caso dos pescadores e maricultores artesanais frente ao Estado e aos empresários da maricultura –, na luta por justiça social a participação nas esferas de decisão é essencial. Como apontou Pereira (2017), a participação tem o mérito de evidenciar conflitos não percebidos nos processos tecnocráticos e “fortalece territorialidades

construídas a partir de uma cultura ou da densidade participativa de certas comunidades, aumentando as horizontalidades” (p. 249).

No campo intelectual, é possível constatar que existe uma situação de enfrentamento que denota as diferentes abordagens da pesquisa científica sobre os cultivos marinhos. Uma dessas abordagens, em linhas gerais, prioriza a cadeia produtiva maricultora e se ocupa de aspectos ligados ao seu ordenamento, à sua gestão e à modernização tecnológica, entendidos como essenciais para o crescimento do setor e eliminar seus “gargalos”. Ramalho (2015) até mesmo menciona que, acompanhando o crescimento do mercado, a partir dos anos 1990 houve uma proliferação de cursos de graduação e pós-graduação em universidades públicas, com a finalidade de dar suporte técnico e científico ao setor – o que vem se juntar aos financiamentos de pesquisas do CNPq, da Finep e de algumas agências estaduais de fomento à pesquisa. Desse modo, surgiram muitos profissionais treinados para atender às demandas do mercado sem formação crítica e plural a respeito do tema, “vendo o mar, rios, estuários e mangues apenas como simples engenheiros de produção e, assim, ideólogos de um negócio” (Ramalho, 2015a, p. 530).

Em outra perspectiva, na qual as pesquisas são mais escassas, a maricultura é observada do ponto de vista cultural e sociológico, com um caráter analítico voltado para as problemáticas e consequências sociais de sua implementação. Os pescadores artesanais, vistos desse mirante, são percebidos em suas sociabilidades e territorialidades, em suas práticas laborais, e não como um sinônimo de “atraso”, como sujeitos incapazes de promover o desenvolvimento de localidades e regiões, como ocorre na abordagem anterior. É nesse segundo horizonte que se encontra o trabalho de Paulilo (2002), Vinatea Arana e Vieira (2005), Rosso (2010a; 2010b) e Ramalho (2015), selecionados após a revisão temática realizada para a pesquisa, por meio de levantamento bibliométrico.

Paulilo (2002) chamou atenção para o incentivo da Epagri ao desenvolvimento de uma mentalidade empresarial por parte dos

maricultores ex-pescadores, chegando a fazer uma comparação com a extensão rural brasileira:

Há, porém, riscos nesta atitude, no sentido de diminuir o papel social que está tendo a maricultura, possibilitando melhores alternativas de vida a populações de baixa renda. Não devemos nos esquecer do quanto a extensão rural foi seletiva no Brasil, tendo criado grandes contingentes de excluídos, parte dos quais se integraram ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dependendo do modelo de desenvolvimento que for adotado para a produção marítima, poderemos ter os “sem mar” (Paulilo, 2002, p. 107).

Com o intuito de verificar os modos de apropriação e gestão patrimonial dos recursos costeiros, Vinatea Arana e Vieira (2005) realizaram um estudo de caso sobre o cultivo de mexilhões *Perna perna* e de ostras *Crassostrea gigas* na Baía de Florianópolis, em duas localidades: Enseada de Brito (município de Palhoça) e Santo Antônio de Lisboa (noroeste da Ilha de Santa Catarina). Em ambas foi constatado o convívio simultâneo entre sujeitos (moradores, turistas, pescadores, maricultores, navegantes), entidades (associações, colônias de pescadores) e governo (prefeituras municipais, secretarias estaduais, universidades, ministérios), o que implicava a instauração de conflitos variados.

Os principais usos por parte dos maricultores, dos pescadores e dos moradores eram, respectivamente, o cultivo de moluscos, a pesca e a ocupação do solo vinculada ao lazer. Do ponto de vista ambiental, esses usos apresentavam os seguintes riscos potenciais: sobrecarga dos fundos litorâneos por sedimentos oriundos dos cultivos, impacto nos estoques pesqueiros pelo excessivo esforço de pesca e a prática de técnicas de captura predatórias, além da degradação da qualidade da água da baía pelo despejo de esgotos domésticos não tratados, expansão urbana desordenada e especulação imobiliária. Por meio de depoimentos, observou-se então que os maricultores e os técnicos (da

UFSC e da Epagri) eram a favor do cultivo de moluscos e, por outro lado, entre os pescadores e entre os moradores de beira de praia, havia posições tanto a favor quanto contra a maricultura.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos principais conflitos encontrados nas duas localidades investigadas pelos dois autores.

Ator	Principal queixa	Tipo de conflito
Pesca artesanal <i>vs</i> pesca industrial	Pescadores artesanais queixam-se de que a pesca industrial depreda e sobre-explora os recursos pesqueiros.	Contendas armadas, litígios.
Pescador artesanal <i>vs</i> maricultor	Pescadores artesanais queixam-se de que a maricultura limita o acesso ao mar, faz perigar a navegação e depreda os costões.	Rivalidade, discussões.
Morador <i>vs</i> maricultor	Moradores queixam-se de que a maricultura degrada a paisagem por meio do lixo e da poluição visual.	Discussões, litígios.
Maricultor <i>vs</i> técnico	Maricultores queixam-se da burocracia das instituições públicas envolvidas na gestão da atividade. Técnicos queixam-se da teimosia dos maricultores e, em geral, da sua índole.	Discussões
Técnico <i>vs</i> técnico	Técnicos da UFSC queixam-se da existência de certa incoerência na demarcação das áreas feita pela Epagri. Técnicos da Epagri queixam-se da falta de retorno dos resultados das pesquisas realizadas pela UFSC.	Discussões, rivalidade técnica.

Resumo dos principais conflitos constatados em Santo Antônio de Lisboa e Enseada de Brito em 2005.

Fonte: Vinatea Arana; Vieira (2005).

Para os pesquisadores, a ocorrência de conflitos socioambientais devido à diversidade de percepções, racionalidades e interesses acaba por reforçar o risco socioambiental, e tais conflitos demonstram que não existe consenso quanto aos diferentes modos de se usar o recurso natural e de se obterem dele benefícios. Como conclusão, apontam que os sistemas de gestão da maricultura e da Baía de Florianópolis são deficitários no sentido social e no ambiental.

Rosso (2010a; 2010b) também enfatizou o aspecto da exclusão, afirmando que estaria havendo um processo de privatização do mar. Por meio da maricultura e sua necessidade de utilização de áreas fixas nas águas marinhas, o Estado estaria promovendo a privação de acesso da população local a essas áreas e também dos pequenos produtores – ao incentivar a produção industrializada, apenas as empresas têm mais facilidade, por seu poder econômico e de influência, em conseguir as licenças exigidas pela legislação.

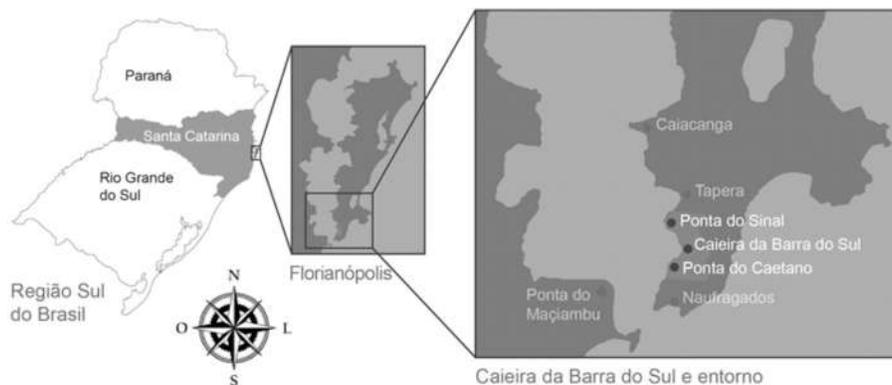
Na pesquisa de Ramalho (2015), já mencionada na introdução do capítulo, o autor argumenta que a aquicultura empresarial não teria se desenvolvido tanto nas últimas três décadas se não tivesse ocorrido a constituição de uma ideologia particular, que referendou processos de acumulação primitiva, alienando o pescador dos meios de produção. Tal ideologia, “uma descendente pródiga do ideário neoliberal”, disseminou os supostos bons atributos da atividade e fez ressurgir preconceitos de classe a fim de justificar sua ampliação territorial e desqualificar as práticas societárias de pescadores artesanais. Ou seja, ao divulgar a aquicultura como a alternativa mais viável para enfrentar os impactos ambientais negativos do extrativismo pesqueiro, aumentar a produção do pescado nacional e os lucros gerados por meio da exportação, além de gerar emprego e renda e produzir alimento de alto valor proteico, fomentou sua expansão desenfreada e situou os pescadores tradicionais como entraves ao chamado desenvolvimento e como “meros reprodutores da própria subsistência” (Ramalho, 2015, p. 530).

## A Caieira da Barra do Sul e os conflitos na maricultura

A pesquisa em campo ocorreu entre os meses de setembro de 2017 e abril de 2018. Inicialmente, diversos momentos foram destinados à observação na localidade, com o apoio de diário de campo e máquina fotográfica, quando houve participação em festas e atividades cotidianas dos moradores do bairro, durante as quais foram travadas conversas informais e realizadas as primeiras entrevistas.

A Caieira da Barra do Sul localiza-se no extremo sul da Ilha de Santa Catarina, no distrito do Ribeirão da Ilha, distando 34 quilômetros do centro de Florianópolis, a capital catarinense. Juntamente com a praia de Naufragados e a praia da Tapera, integra o que se conhece por Barra do Sul. Até meados do século XX, o bairro abrigava famílias que praticavam a pesca e a agricultura para o seu sustento e viviam num certo isolamento – a comunicação com as partes centrais da cidade era feita pelo mar. A rodovia Baldicero Filomeno, que hoje percorre todo o Ribeirão da Ilha, chegou até a Caieira apenas em 1968 e ficou sem pavimentação até a primeira metade da década de 2000. A energia elétrica chegou ali em fins dos anos 1970 e o abastecimento de água pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento (Casan) só foi concluído nos anos 2000.

Ainda hoje o bairro guarda modos de vida marcados por relações de parentesco, de solidariedade e compadrio, associadas à preservação de tradições e práticas sociais. Esse aspecto definiu a escolha da localidade de pesquisa, pois ali as mudanças têm ocorrido mais lentamente do que em outros lugares da Ilha, o que permite observar melhor a mescla entre passado e presente, o contraste com os elementos da modernidade. De acordo com um entrevistado, de 54 anos, nascido e morador no bairro, a Caieira da Barra do Sul era um lugar de muita ostra, a ostra nativa, e de muito berbigão também – que extraídos dos costões e da areia lodosa da baía, respectivamente, serviam de alimento para as famílias. Ali, segundo ele, havia um “*casamento muito bonito, que era o casamento da pesca e da roça*”.



### Localização da Caieira da Barra do Sul.

Ilustração: Flávia Torrezan, elaborada a partir de mapas do Google Maps – 2018.

Era nos morros que se plantavam o feijão, a mandioca e o milho. Havia muitos engenhos de farinha e a população ocupava os morros, não tinha o hábito de fazer suas casas na beira da praia, que era reservada aos ranchos de pesca. As casas ficavam perto dos engenhos para facilitar o transporte dos produtos.

Antigamente havia o escambo. Trocava-se o produto do mar pelo da roça. Mas não tinha uma divisão entre quem pescava e quem se dedicava à roça. Havia, contudo, aqueles que tinham maior familiaridade com a pesca, gostavam mais de pescar, “*mesmo que a pesca exigisse um pouco do esforço físico...*”. Sobre o motivo dessa preferência, o entrevistado respondeu:

*Estou falando isso até pelo sentimento que tu sente no outro. Quando eu converso com pescador antigo, ele vai dizer: “O mar atraía mais do que a roça”. Talvez pela própria natureza do mar... [...]. Nunca vi que quem tivesse roça, nos dias atuais, que trabalhe na roça por hobby. Mas uma grande parte das pessoas gosta de fazer a pescaria por hobby.*

Mais tarde, em outra oportunidade, esse entrevistado contou que seu pai era de Naufragados, localidade próxima em que a pesca era a atividade principal. E a mãe era nativa da Caieira da Barra do Sul, nascida numa família de pequenos agricultores. Ela gostava mais da roça, enquanto o marido, da pesca. Então, é possível pensar que o “*bonito casamento entre a pesca e a roça*”, como uma metáfora, referia-se ao casamento do próprios pais do entrevistado.

Quando perguntado sobre a pesca na atualidade, ele disse que ninguém hoje vive só de pescar: “*Ela dá contribuição... porque ela contribui na renda, ela contribui nos subsídios da prole... Vende. Faz a troca*”. Mas como se dá essa troca? E a resposta foi:

*Assim ó: tu vai me trazer banana, e eu tenho peixe, eu vou te dar o peixe e tu vai me dar banana. Não necessariamente nessa proporção. O que é essa troca? Essa troca pode ser afetiva. Eu te dou o peixe hoje. E tu não precisa me dar nada de troca... de volta hoje. Então tem uma relação afetiva ainda. E isso é importante pra vida de uma comunidade. Ela se mantém na sua tradicionalidade, na sua afetividade, por via dessas práticas.*

Ali também se produzia cal (daí o nome de Caieira) e também teve fábrica de anzol. E o entrevistado continua:

*Quem fabricava os anzóis usados na Ilha, uma grande parte, segundo se conta, eram os noruegueses. Mas houve, por causa do período da guerra, essa falta. E aí, pera aí, nós vamos ter que produzir. Produzia-se aqui, tinha uma linha de produção, distribuída na ilha. Depois passa esse período, aí começa a voltar esse produto de fora, e claro, aqui deixou-se de vender de novo, e a fábrica deixou de existir. [...] Minha mãe, por exemplo, ela trabalhou nessa fábrica. [...] Uns faziam a ponta do anzol, outros faziam a pata do anzol, outros faziam a volta do anzol, e gerou emprego e renda pra essa comunidade.*

Retomando o seu pensamento inicial, o entrevistado continua: *“Então, como eu te falei, havia esse casamento bonito entre a pesca e a roça. Assim também dessas indústrias. Do cal, do anzol... criadas pelo povo da região. Nos dias atuais, nós temos a maricultura...”*.

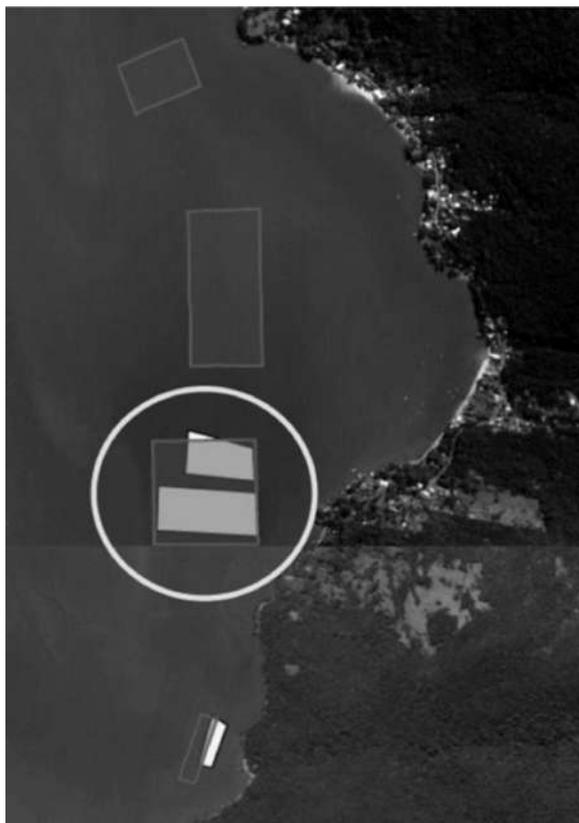
Foram selecionadas duas fazendas marinhas: uma de ostras e vieiras (caracterizada como “empresarial” devido à sua organização, em que o proprietário trabalha com mão de obra contratada, assalariada, e o produto de seu cultivo é largamente comercializado, destinado a restaurantes, hotéis, empreendimentos situados dentro e fora do estado – o proprietário não esclareceu se exportava seu produto), e uma de mexilhões (caracterizada de “artesanal”, cujo proprietário também é pescador artesanal e barqueiro e trabalha sem nenhum funcionário contratado, contando apenas com familiares e camaradas, e vende em pequenas quantidades para consumidores individuais). Essas modalidades, classificadas aqui de “empresarial” e “artesanal”, correspondem aos dois tipos característicos das fazendas marinhas catarinenses.

Conforme o Sistema de Gestão dos Parques e das Áreas Aquícolas de Santa Catarina da Epagri/Ciram, no parque em que se localizam essas fazendas há seis áreas aquícolas (duas onerosas e quatro não onerosas<sup>4</sup>), licitadas pela União para seis cessionários. No lote central e no lote mais ao norte, não existiam fazendas produzindo na época da pesquisa. Em relação ao lote central, não há fazendas marinhas instaladas porque os moradores do bairro não se conformaram com sua ocupação, alegando que atrapalharia a navegação e comprometeria a

---

<sup>4</sup> Os corpos d’água de domínio da União foram cedidos pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por meio de concorrência pública, com cessão de uso por pessoa física ou jurídica por um período de até 20 anos. As áreas não onerosas, ou seja, de uso gratuito, contemplam geralmente beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como os pescadores artesanais, e podem medir até 2,11 hectares; a modalidade onerosa destina-se a empreendimentos com fins lucrativos e são maiores que 2,11 hectares, mediante pagamento à União. Desse modo, o MPA vendeu espaços aquáticos públicos para cultivos de particulares.

paisagem. Sobre o lote ao norte, não foram obtidas informações. A área mais ao sul, não onerosa, tem 1 hectare de cultivo e foi licitada em nome de um cessionário. As duas fazendas marinhas pesquisadas encontram-se no interior da área aquícola, assinaladas com o círculo na figura a seguir, uma área onerosa.



Localização das fazendas marinhas pesquisadas na Caieira da Barra do Sul.  
Fonte: Adaptado de Epagri/Ciram (2018).<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Imagem capturada do Sistema de Gestão dos Parques e das Áreas Aquícolas de Santa Catarina, desenvolvido em 2008 pelo Ciram e pelo Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca (Cedap) – ambos centros de pesquisa da Epagri –, que permite consultas e visualizações das áreas aquícolas da costa catarinense. Para acessar o sistema: <http://ciram.epagri.sc.gov.br/sipldm/>.

Destaca-se que os parques aquícolas marinhos e estuarinos nacionais foram criados por meio dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDMs), seguindo uma instrução normativa da então Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (Seap-PR) – que disponibilizou recursos por intermédio de um convênio com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (Fundagro) para a elaboração dos PLDMs do estado, quando então participaram as instituições envolvidas com o desenvolvimento da atividade e do setor produtivo. O processo de planejamento dos parques do estado, desde as primeiras iniciativas em 1992 até a finalização dos PLDMs em 2008, levou 16 anos e serviu de modelo para as normativas de execução dos planos em todo o Brasil.

Foram analisadas 6 entrevistas (2 maricultores, 1 maricultor-pescador-barqueiro, 1 funcionário de fazenda marinha, 1 morador do bairro e 1 parente de maricultor, morador de um bairro próximo) e o resultado de um questionário com 26 perguntas abertas aplicado a 7 funcionários da fazenda marinha “empresarial”. A seguir, é apresentado um perfil dos trabalhadores da maricultura “empresarial” mencionada, a partir das respostas obtidas com o questionário aplicado, além de algumas considerações sobre essas respostas.

Os trabalhadores da fazenda são na maioria jovens: com uma média de idade de 27,7 anos, 2 têm pouco mais de 40 anos, 1 tem 27 e os outros 4 estão entre 17 e 24 anos. Entre os pesquisados, 1 tem o Ensino Fundamental completo, 1 não completou o Fundamental, 1 tem o Ensino Médio completo e 3 não terminaram o Ensino Médio. Um deles não frequentou nenhum estudo formal. O proprietário, por sua vez, contou em entrevista que tem o Ensino Superior incompleto.

Sobre o local de nascimento: 4 nasceram em Florianópolis (mas não na Caieira ou localidades próximas), 2 em Uruçuca, na Bahia, e 1 em Alvorada, Rio Grande do Sul. O local de moradia também é variado: 2 moram na Caieira da Barra do Sul (um há 6 anos, outro há 10); 1 mora perto, em Caiacanga; 4 moram em locais mais distantes

(3 na Tapera/Pedregal e 1 no Campeche). Um dos funcionários trabalha na fazenda marinha há mais de 6 anos, 4 trabalham ali há 1-2 anos e dois há 2 meses, a maioria (5 deles) desempenhando a função de auxiliar de maricultura, 1 como encarregado de produção e 1 auxiliar administrativo.

Nenhum dos funcionários precisou fazer algum curso para entrar no emprego e, entre as experiências de trabalho anteriores, surgiram as seguintes atividades (com repetição, pois alguns respondentes desempenharam atividades diversas): ajudante de pedreiro, empacotador em supermercado, caixa, balconista, motorista de caminhão, técnico em geotecnia, emprego em uma empresa cerealista, em abatedouro de gado. Houve apenas uma experiência anterior em maricultura. A maioria tem o trabalho na fazenda como única fonte de renda, apenas 2 possuem outra renda: um de aluguel e outro declarou fazer trabalhos de *free lancer*, embora não tenha especificado a natureza desse trabalho.

Sobre o que mais gostam no trabalho, as respostas foram: o período de plantio das sementes e quando começam a ser vendidas (1); gosta de puxar as lanternas<sup>6</sup> no mar (1); clima de amizade, companheirismo (1); por ser perto do mar (1); de tudo, mas que o trabalho é obrigação (1). Dois não responderam. Sobre o que menos gostam: quando não consegue fazer o que planeja para o dia (1); acha o trabalho pesado (1); não gosta de lavar lanterna (2). Três não responderam.

À pergunta sobre o trabalho que gostariam de realizar se não tivessem esse emprego, dos 5 que responderam, 1 informou que quer permanecer na área da maricultura, 3 indicaram motorista rodoviário, caseiro, trabalho em escritório e o outro respondeu que

---

<sup>6</sup> Lanternas são estruturas cilíndricas envoltas por uma rede e com pratos (ou bandejas) em seu interior, formando andares, nos quais as ostras são acondicionadas para o período de engorda. Nesse sistema de cultivo, as lanternas com as ostras se mantêm imersas na água presas a cabos ancorados e suspensos por meio de boias – os chamados *longlines*.

trabalharia em qualquer lugar que estejam precisando, pois trabalhar para ele é obrigação, não uma opção.

Quanto ao trabalho que gostariam de realizar no futuro, dos 5 que responderam, 4 querem ter seu próprio negócio (1 quer ter uma fazenda marinha) e 1 gostaria de ser caseiro.

Quando perguntados se costumavam pescar, 4 responderam que não pescam e 3 pescam sem regularidade ao longo do ano. Nenhum respondeu que faz pescaria quando as perguntas se referiram ao que fazem nos momentos em que não estão trabalhando ou sobre o que mais gostam de fazer nas horas de lazer. À primeira pergunta as respostas foram: futebol, cerveja e família; em casa com o filho; mexe com motos em oficina que tem em casa; na rua conversando com amigos; descansa ou joga bola; faz trabalhos domésticos e assiste TV; faz serviços gerais em casa. À segunda pergunta, as respostas incluíram (com repetição) o futebol (3), ficar com a família ou o/a filho/a (3), ver televisão (1), ir à praia (1), samba (1), cerveja (1), andar de moto (1), jogar sinuca (1).

O questionário foi elaborado não apenas para se traçar um perfil dos trabalhadores na maricultura da Caieira da Barra do Sul, mas também para que se pudesse ter uma ideia do envolvimento que essas pessoas têm com seu trabalho, quais são suas expectativas em relação ao trabalho e ao futuro, quais são seus interesses, se eram oriundos da pesca ou se haviam nascido e/ou moravam na Caieira ou proximidades – já que um dos argumentos utilizados para a introdução da maricultura entre as localidades costeiras de Santa Catarina (e do Brasil) foi a perspectiva de gerar emprego e renda para os pescadores artesanais, evitando que eles tivessem de abandonar seu local de origem em busca de trabalho.

Os resultados mostraram que nenhum desses trabalhadores é pescador artesanal e apenas dois residem no bairro. Portanto, no caso dessa fazenda pesquisada, a maricultura não cumpriu com sua função social de dar trabalho e emprego aos pescadores artesanais da localidade. A atividade ampliou as possibilidades de trabalho e

emprego, mas para pessoas vindas de outros lugares – à época da pesquisa, não aos moradores da Caieira. Os que moram no bairro e nas proximidades (caso do funcionário que mora na Caiacanga), incluindo o proprietário, foram morar lá para trabalhar no cultivo. A única respondente que encontrou trabalho em seu local de moradia foi a auxiliar de escritório, que mora na Caieira há dez anos.

Quanto à relação dos funcionários com seu trabalho, 2 disseram não gostar de lavar lanternas, uma das atribuições que têm no cotidiano de trabalho, outro afirmou que acha o trabalho pesado e outro indicou que gosta de tudo o que faz, mas que trabalha por obrigação. Embora um deles tenha manifestado gostar do emprego por ser perto do mar e outro apreciar o ambiente de amizade e companheirismo, esses aspectos poderiam ser encontrados em outros empregos. Assim, o trabalho tende a ser encarado como um “*mal que não pode ser evitado*”.

Esse aspecto remete à fala do entrevistado morador da Caieira que mencionou o fato de alguns antigos, que viviam entre a atividade na roça e a pesca, demonstrarem preferência por pescar: “*Mesmo que a pesca exigisse um pouco do esforço físico*”, completou ele. Sem dúvida, o trabalho na roça também exigia esforço físico mas, no entendimento do entrevistado, a pesca exigia mais – o que era superado pela “atração” que o mar exercia sobre eles. Cabe esclarecer que esse “esforço físico” diz respeito ao fato de os pescadores terem de suportar muitas condições adversas em suas pescarias: o perigo do mar, as viradas de tempo, a necessidade de passarem muito tempo longe de casa e, ainda, ficarem num ambiente úmido, com as roupas e o corpo molhados, na chuva e no sol. Eram essas condições que o morador tinha em mente, assegurou mais tarde, pois o trabalho da pesca representa muitas vezes voltar doente para casa. Mesmo assim, gostavam mais de pescar. A roça, sim, para eles, talvez fosse o “*mal que não pode ser evitado*”. A pesca, por outro lado, por mais penosa que fosse, na compreensão do entrevistado, não era vista como “trabalho”, neste sentido.

Sobre a expectativa de trabalho futuro, todos os funcionários manifestaram a vontade de ter um negócio próprio, serem

“empreendedores” em outras áreas. Apenas um, o encarregado de produção, quer continuar na maricultura, justamente um dos que vieram de mais longe (Bahia) e que nunca havia entrado no mar – mas que também projeta ser o “dono” do próprio trabalho. Assim, nenhum deles quer ser “empregado” de ninguém.

Quanto ao maricultor dono da fazenda “artesanal”, entrevistado mas não solicitado que respondesse ao questionário, cabem algumas considerações. Verificou-se que, para ele, a maricultura não é uma atividade preponderante, mas apenas uma entre as outras que pratica: como pescador artesanal e como barqueiro, realizando o transporte de moradores e, principalmente, de turistas. Essas três atividades, juntas, garantem o seu sustento. Segundo o entrevistado, não há uma atividade entre essas de que ele goste mais. Ele foi enfático em suas palavras: *“Quem dá meu trabalho é o mar. Nasci na água e dela não pretendo sair”*.

Em relação aos conflitos reportados pelos sujeitos entrevistados da Caieira da Barra do Sul, foram considerados todos os trechos em que a temática surgiu ao longo das 6 entrevistas realizadas. Os conflitos estão separados de acordo com os sujeitos envolvidos na relação conflituosa:

- *Maricultor x maricultor*: entre os maricultores, surgiram reclamações de que muitos não dão um destino adequado aos resíduos sólidos da maricultura (cascas de moluscos, luvas, boias, cabos), deixando-os para a coleta comum ou os depositam no mar ou pelo entorno. Há reclamações também sobre a “ganância” por parte de alguns, que avançam com seus *longlines* para além de suas próprias áreas, com o objetivo de ampliar sua produção.
- *Maricultor x morador*: maricultores reclamam que moradores canalizam seu esgoto para o mar, contaminando os moluscos.
- *Morador x maricultor*: moradores são contrários aos cultivos previstos para ocupar a área central da baía, alegando

poluição visual. Também reclamam que os cultivos provocam assoreamento do mar devido às fezes dos moluscos, além de apontarem a poluição pelo abandono dos resíduos sólidos (cascas de moluscos, luvas, boias, cabos) para a coleta comum ou deixando-os pelo entorno.

- *Maricultor x condutor de jet ski e lanchas*: maricultores reclamam que os usuários de *jet ski* e condutores de lanchas invadem as fazendas e poluem a água com o diesel, o que contamina os moluscos.
- *Pescador x maricultor*: pescadores reclamam que os cultivos atrapalham a pesca da tainha, impedindo alguns pescadores de botarem suas redes.
- *Dono de embarcação x maricultor*: os proprietários de embarcações reclamam que os cultivos atrapalham a navegação e o estacionamento dos barcos.
- *Maricultor x órgão público*: os maricultores reclamam dos órgãos públicos por imporem a localização das fazendas sem conhecimento dos fluxos de maré (são “*técnicos de gabinetes*”, como afirmaram); pela burocracia necessária para regularizar as fazendas (e poderem acessar linhas de crédito); por sua desorganização interna (por exemplo, falham no envio de boletos de cobrança para as áreas onerosas); por não atenderem às demandas solicitadas (ampliação/redução de áreas e mudanças de localização); pelo uso de material “*de quinta categoria*” para a sinalização das áreas, e agora fica por conta dos maricultores corrigirem essa “*mazela*”, arcando com as despesas; por não autorizarem a construção de ranchos necessários para o manejo dos moluscos, enquanto privilegiam outras pessoas que constroem suas casas em áreas de preservação permanente; por terem realizado a implantação da maricultura sem antes fazer uma discussão com moradores/as e pescadores/as do bairro; pelo descaso com a comunidade no caso do esgotamento sanitário (não

há perspectiva de implantação de um sistema de esgotamento na região).

- Órgão público x *maricultor e pescador artesanais*: os órgãos públicos e os técnicos, como seus mediadores e/ou representantes, reclamam que os pescadores e maricultores artesanais são difíceis de lidar, são refratários, não têm “*boa índole*”.

Esses resultados parecem corroborar o que já afirmava a socióloga Maria Ignez Paulilo (2002) há mais de 15 anos: a introdução da maricultura nas comunidades de tradição pesqueira poderia acarretar novos conflitos, além dos já existentes entre pescadores artesanais e pescadores industriais. Pelo levantamento dos conflitos relatados na Caieira da Barra do Sul, é possível verificar que as maiores reclamações dizem respeito aos confrontos entre maricultores e pescadores artesanais, de um lado, e órgãos públicos e maricultores empresariais de outro.

As entrevistas e observações realizadas mostraram que a desorganização e o desentendimento entre os órgãos públicos, a legislação confusa que regula a prática da maricultura e a burocracia funcionam como obstáculos difíceis de ser transpostos. Esses obstáculos podem estar servindo para desmobilizar qualquer movimento social relativo à maricultura, na medida em que grassam os comportamentos irregulares que dão abertura a soluções individuais por meio de práticas clientelistas. Se todos estão produzindo seus moluscos comendo irregularidades, ninguém pode protestar.

No entanto, pôde-se constatar que, a partir desses conflitos, há algumas conquistas por parte dos moradores e pescadores artesanais da Caieira, que além de conseguirem impedir a instalação de cultivos no centro do saco da Caieira da Barra do Sul, fazem o tempo todo arranjos entre si para enfrentar a burocracia e as exigências feitas pelos órgãos públicos relativas às suas práticas cotidianas no mar. Essas exigências, que tentam impor um modo de trabalhar que pouco ou

nada tem a ver com seus modos de entender o mundo e se posicionar nele, fazem dos pescadores pessoas em permanente resistência. Na verdade, nada ao que eles, historicamente, não estejam acostumados, na relação de força desproporcional em que sempre estiveram inseridos ante o poder das instituições públicas e do capital.

## Considerações finais

Olhar para os conflitos gerados pela maricultura na Caieira da Barra do Sul, de acordo com o relato dos sujeitos envolvidos, corroborou a perspectiva de Zhouri e Laschefski, permitindo inferir que a implantação da modalidade empresarial dos cultivos nas localidades litorâneas brasileiras, caracterizadas basicamente por uma longa tradição pesqueira, sempre vão produzir o que os autores chamaram de conflitos ambientais territoriais.

É difícil pensar em um consenso, em uma convivência “pacífica” entre a maricultura, a representação da “modernidade”, e outras formas de apropriação da natureza, em especial as tradicionais. Os interesses do Estado e das empresas aquícolas são antagônicos aos interesses dos pescadores artesanais. Estes têm sido historicamente excluídos pelas políticas públicas relativas à pesca – que privilegiam o capital vindo do setor empresário-industrial – e vão sendo paulatinamente alienados de sua base territorial necessária para a reprodução de seus modos de vida. A apropriação do mar e das áreas costeiras por empresas particulares – que estendem as linhas brancas dos cultivos sobre a água e ocupam espaços em terra que deveriam ser destinados aos ranchos de pesca – vai totalmente de encontro à lógica e às práticas identitárias do pescador artesanal, que vê o mar e as praias como espaços de uso comum, com suas territorialidades negociadas a partir da prática cotidiana. Conforme apontado em Ramalho e Negreiros (2009), os pescadores artesanais não veem as águas como linhas de montagem. As águas são territórios fundados em laços de

pertencimento, elos familiares, mitos, com tempos e ritmos próprios, costumes antigos e lógicas econômicas que não se distanciam de outros vínculos societários pesqueiros.

É importante salientar que os conflitos são manifestações constitutivas das relações sociais e, portanto, a “compatibilização” da maricultura com outras práticas territoriais não pode desconsiderar os conflitos nem as relações de poder que permeiam as dinâmicas sociais. Mas, como observado por Zhourri (2008), na busca de um consenso entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais para um denominado “desenvolvimento sustentável”, o Estado, como regulador, abstrai essas dimensões e ajuda a perpetuar a ideologia hegemônica.

Cabe citar mais uma vez Ramalho (2015), para quem o denominado “colapso da pesca” tem sido utilizado como instrumento ideológico dos empreendimentos aquícolas para obter apoio social e legitimar aportes de recursos públicos em seu benefício. Assim, nega-se qualquer alternativa para enfrentar a questão, em especial a partir de uma política abrangente, democrática e sustentável que valorize a pesca artesanal como projeto de desenvolvimento regional e local. Para esse autor,

Repensar e traçar outra direção para a aquicultura é essencial [...], colocando seu esteio organizativo na produção de base familiar com espécies nativas, respeitando, com isso, a sustentabilidade socioeconômica, a desconcentração de renda, a soberania alimentar e as dinâmicas ecológicas dos ecossistemas locais. A tecnologia a ser empregada no setor e seu crescimento se tornariam objetos de controle popular e social e não mais exclusivos das vontades privadas e das necessidades do mercado, o que evitaria gerar exclusões socioambientais (Ramalho, 2015, p. 541-542).

Por isso é preciso que a discussão dos conflitos ambientais territoriais seja trazida com mais empenho ao interior da academia, para que se possa repensar a maricultura de modo mais amplo e mais

democrático, a fim de evitar exclusões sociais. Numa visão de totalidade, seria necessário olhar a maricultura como atividade produtiva que alimenta o chamado centro dinâmico do capitalismo, como comprova a sua maior exploração situada na América do Sul, África e Ásia. Do contrário, os pescadores artesanais terão de continuar eternamente resistindo, à sua maneira “refratária” de enfrentamento, a maneira de que dispõem para fazer frente à alienação de seus meios de produção, ao seu alijamento dos processos de decisão política, e garantir sua reprodução social.

## Bibliografia citada

ACSELRAD, Henri (org.). *Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

BECKER, Bertha. Síntese das contribuições da oficina da Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MI/SDR. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional (MI), Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR). Brasília: MI, 2005.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2018**: cumplir los objetivos de desarrollo sostenible. Roma, 2018. Licencia: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <http://www.fao.org> \_ Acesso em: 5 out. 2021.

FAO. 2020. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2020**: la sostenibilidad en acción. Roma. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca9229es>. Acesso em: 5 out. 2021.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 7-20, 2002. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, n. 70, p. 101-138, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>. Acesso em: 5 out. 2021.

GARCEZ, Carmen S. M. **Práticas territoriais e conflitos socioambientais: uma narrativa sobre a maricultura na Caieira da Barra do Sul** – Florianópolis. Dissertação de mestrado – PPGPLAN/UEDESC. Florianópolis, 2018.

IBGE. **Produção da pecuária municipal**, Rio de Janeiro, v. 44, 2017.

LEITE LOPES, José Sergio (coord). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. *Geosul*, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 87-112, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13694>. Acesso em: 5 out. 2021.

PEREIRA, Elson Manoel. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 19, n. 2, p. 235-250, maio/ago. 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Ideologia e aquicultura: uma das faces da revolução azul. *Contemporânea*, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 521-544, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/344>. Acesso em: 5 out. 2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; NEGREIROS, Emílio de Brito. Dinâmicas societárias, ação política e usos territoriais: unidades de conservação e pesca artesanal. *In: SILVA, Aldenor Gomes da; CAVALCANTI, José Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (Org.). Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha, 2009. p. 253-284.

ROSSO, Kelem Ghellere. **“Plantadores do mar”**: a maricultura catarinense e o processo de exclusão dos produtores familiares. Trabalho

de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010a. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/99090>. Acesso em: 5 out. 2021.

ROSSO, Kelem Ghellere. Exclusão e acesso à água: observações a partir da maricultura. *In: Anais do 5º encontro nacional da ANPAS*. Florianópolis: ANPPAS, 2010b. Disponível em: <https://silo.tips/download/v-encontro-nacional-da-anppas-4-a-7-de-outubro-de-2010-florianopolis-sc-brasil-17>. Acesso em: 5 out. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas*. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

VINATEA ARANA, Luís; VIEIRA, Paulo. Modos de apropriação e gestão patrimonial de recursos costeiros: o caso do cultivo de moluscos na baía de Florianópolis, Santa Catarina. **Boletim do Instituto de Pesca**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 147-154, 2005. Disponível em: [https://www.pesca.sp.gov.br/31\\_2\\_147-154.pdf](https://www.pesca.sp.gov.br/31_2_147-154.pdf). Acesso em: 5 out. 2021.

ZHOURI, Andréa. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability. Desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 97-107, out. 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 5 out. 2021.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.





## Maricultura e a expropriação de águas públicas<sup>1</sup>

Carmen Garcez  
Douglas Ladik Antunes

### Introdução

O cultivo de organismos aquáticos em ambiente marinho (maricultura) e nas águas interiores (aquicultura continental) é uma prática milenar: já na antiguidade a China e o Egito criavam espécies como a carpa e a tilápia, respectivamente, as duas espécies de peixes mais produzidas atualmente no mundo (Siqueira, 2017). O desenvolvimento das técnicas produtivas proporcionou um controle cada vez maior do ambiente das águas, que se traduziu em ganhos de produtividade no cultivo de peixes (piscicultura), camarões e lagostas (carcinicultura), moluscos (malacocultura) e algas (algicultura). Hoje são as fazendas aquícolas, instaladas especialmente em países da Ásia, África e América do Sul, que sustentam mais da metade do consumo mundial

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado originalmente na revista *Mares: Revista de Geografia e Etnociências*, Rio Grande, v. 3, n. 2, p. 21-34, 2021.

de pescado. Muitos países, em todas as regiões do planeta, estão produzindo mais animais cultivados que os oriundos de sua pesca de captura. Isso quer dizer que, de atividade artesanal, a aquicultura foi transformada em um negócio altamente rentável, capaz de produzir o que tem sido chamado de “Revolução Azul”.

Com o fomento da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), a vertiginosa expansão da aquicultura nas últimas décadas tem sido justificada com o argumento de que a prática predatória da pesca extrativa vem causando uma importante diminuição dos estoques pesqueiros. Assim, os cultivos seriam a alternativa mais viável e sustentável para combater o impacto ambiental decorrente. De acordo com o relatório *The state of world fisheries and aquaculture*, da FAO (2020), 90% dos estoques estavam classificados como “biologicamente sustentáveis” no ano de 1974. Em 2017, o percentual caiu para 65,8%, sendo que boa parte desses estoques estaria no limite máximo de captura, podendo entrar em sobrepesca a qualquer momento.

Para o biólogo Thomaz Lipparelli, da Universidade Estadual Paulista de Rio Claro, é difícil identificar uma única razão para explicar por que certos estoques já foram totalmente explorados. Para ele, contudo, há dois indicadores importantes: o aumento significativo da sobrepesca, que já dizimou muitos estoques de peixes comerciais, e o aumento crescente do descarte, caracterizado pela captura de espécies não desejadas. Autoridades pesqueiras da União Europeia estão preocupadas com o descarte pois pesquisas recentes indicaram que mais de dois terços dos peixes capturados são devolvidos ao mar, em geral mortos, como resultado do atual sistema de cotas e da utilização de equipamentos de pesca não seletivos – que capturam espécies sem valor comercial ou uma excessiva quantidade de reprodutores, assim como de indivíduos que ainda não atingiram a idade reprodutiva (Lipparelli, 2020).

De todo modo, é no contexto mundial de desenvolvimento da aquicultura que a atividade foi implantada no Brasil. Ainda segundo

a FAO (2020), o país ocupa hoje a 13<sup>a</sup> posição entre os produtores mundiais de peixes em cativeiro e a 8<sup>a</sup> posição na produção de peixes de água doce. No que diz respeito ao cultivo de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras), é o segundo produtor latino-americano, seguindo o Chile. A maior produção brasileira de moluscos se concentra em Santa Catarina. Em 2016 o estado produziu 97,9% do total nacional, tendo a capital Florianópolis como responsável por 90,8% do total de sementes de moluscos produzidas (IBGE, 2017).

Todas as formas de cultivo de espécies aquáticas implicam a apropriação de espaços fluviais, marinhos e costeiros, e diversos pesquisadores brasileiros têm abordado as implicações de sua implantação no interior das comunidades camponesas e de pescadores artesanais (Cardoso, 2001; Machado, 2002; Paulilo, 2002; Rosso, 2010; Silveira, 2012; Pérez, 2014; Oliveira, 2014; Ramalho, 2015; Nascimento, 2016; Garcez, 2018; Moreno, 2019, 2021; Garcez; Antunes, 2020; Silva, 2020). Para Ramalho (2015), a crise dos estoques pesqueiros poderia ser enfrentada com um manejo sustentável na captura das espécies, a valorização do saber-fazer dos pescadores, a conservação de ecossistemas marinhos, costeiros e fluviais, o combate à poluição hídrica e ao desmatamento dos mangues e matas ciliares e, ainda, uma gestão democrática das regiões costeiras, ribeirinhas e lacustres, onde a aquicultura de base familiar, assentada em espécies nativas, entrasse como parceira. No entanto, ao contrário disso, o que se tem visto é a viabilização de grandes empreendimentos aquícolas por meio de investimentos privados, financiamentos governamentais, licenciamentos ambientais facilitados pelas agências estaduais de meio ambiente, alianças com universidades públicas e órgãos de pesquisa, alterações técnico-tecnológicas na produção e uma nova divisão social do trabalho em âmbitos nacional e internacional.

Nesse processo, o Estado tem desempenhado um papel central. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap/PR) em

2003<sup>2</sup>, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, teve como propósito formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola. Assim, a Seap propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro que incentivava uma conversão progressiva da atividade da pesca artesanal para a aquicultura em todo o território nacional. A justificativa estatal para tamanho empreendimento era de que a atividade representaria uma alternativa de renda para os pescadores artesanais, empobrecidos ante a superexploração das espécies por parte da pesca extrativista industrial. Ademais, argumentava-se, com a adesão aos cultivos os pescadores não precisariam se deslocar de seus locais de origem para buscar outros trabalhos. O lançamento do plano Mais Pesca e Aquicultura, em 2008, estimulava as vendas externas e a ampliação do consumo nacional de pescados por meio da crescente participação de produtos da aquicultura.

Em Santa Catarina, as experiências que levariam à implantação da aquicultura no estado já haviam se iniciado em 1966 com a construção da Estação Experimental de Aquicultura em Florianópolis (Nascimento, 2016). Em 1983, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) dá os primeiros passos para o projeto de maricultura fazendo experimentos com a ostra nativa, a *Crassostrea rhizophorae*, e anos depois importou-se do Rio de Janeiro a ostra-do-pacífico (*Crassostrea gigas*). Em convênio com o Instituto Brasileiro do Meio

---

<sup>2</sup> Em 2009 a Seap/PR foi transformada no Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), extinto em 2015 pela reforma ministerial do governo de Dilma Rousseff após oito ministros diferentes no comando da pasta. Com a recriação da secretaria, desde então a gestão da pesca e da aquicultura nacionais vem sendo realizada no interior de distintos órgãos do Executivo: do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) no ano de 2016; do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) em 2017; da Secretaria-Geral da Presidência da República em 2018 e, desde o início do governo de Jair Bolsonaro em 2019, está de volta ao Mapa. Para um panorama histórico e uma análise das políticas públicas federais relativas ao ordenamento pesqueiro, em especial sobre os conflitos entre as pastas de pesca e meio ambiente, ver Ishisaki (2021).

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 1995 a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) fez a primeira demarcação de áreas para a maricultura, resultando nas 100 primeiras áreas mapeadas (Silveira, 2012). Esse movimento, que articulava o governo federal e o estadual, a UFSC e a Epagri, culminou com a instituição dos Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM)<sup>3</sup>, que acabaram servindo de modelo para a execução dos planos em todo o Brasil (Garcez; Antunes, 2020).

É com base nesse cenário de articulação entre diversos agentes que promoveram a apropriação de águas públicas por particulares que este texto traz algumas reflexões sobre a implantação do cultivo de moluscos na Caieira da Barra do Sul, bairro situado no extremo sul da Ilha de Santa Catarina (SC).<sup>4</sup> Pensar analiticamente a maricultura implica apreendê-la em sua totalidade, na relação com o espaço, a sociedade e o Estado (Silva, 2014), refletir sobre o processo histórico de sua implantação, em que um conjunto de tecnologias flui da esfera administrativa para uma situação local e estabelece uma nova divisão social do trabalho. Todavia, quando novas divisões do trabalho se instalam em um lugar, não excluem divisões do trabalho anteriores (Santos, 2009) e, assim, mesclam-se distintas formas sociais de trabalho e produção num todo complexo que dá singularidade ao local.

Para conduzir essa reflexão, inicialmente é feita uma breve apresentação da Caieira da Barra do Sul e das transformações ocorridas no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina e, em seguida, são descritas as formas de organização do trabalho e da produção em duas fazendas marinhas locais. Por fim, são trazidos alguns elementos para se pensar a maricultura como um processo de acumulação

---

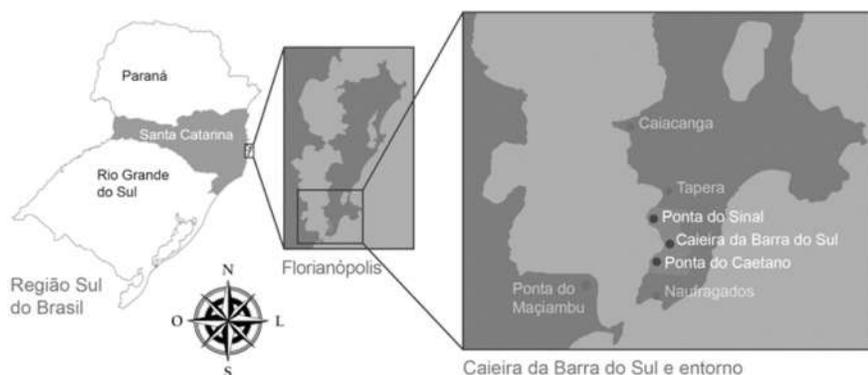
<sup>3</sup> Sobre os PLDM de Santa Catarina, ver Novaes et al. (2010; 2011), Novaes e Vianna (2020).

<sup>4</sup> Os dados que embasam as reflexões foram obtidos em uma pesquisa etnográfica realizada entre 2016 e 2018 que buscou analisar os conflitos ambientais territoriais decorrentes da implantação da maricultura na localidade (cf. Garcez, 2018).

de capital, inserido na ampliação das expropriações que constituem a base social da relação capitalista (Fontes, 2010).

## A Caieira da Barra do Sul e seus tempos

Apontado por historiadores como a primeira região da Ilha de Santa Catarina ocupada por europeus, o Ribeirão da Ilha, distrito em que se localiza a Caieira da Barra do Sul, situa-se na parte sudoeste da Ilha, ao longo da Baía Sul. A Caieira é um dos últimos bairros ao sul do distrito. Conforme a Lei n. 5.847/2001, que estabeleceu a denominação das praias do município de Florianópolis, a praia da Caieira tem 860m de extensão e de 2m a 40m de largura. Apresenta águas claras e mansas e seu traçado forma uma linha curva suave. A areia é fina, em grande baixio, pois o aprofundamento é lento e prolongado até cerca de 100m mar adentro, e a pesca ali é feita com tarrafa e redes de arrasto, esta última especialmente na captura da tainha. Atualmente o local é de grande produção de mariscos e mexilhões, fato que gerou alguns conflitos pois, na baixa profundidade, as boias instaladas pela Epagri dificultam o trabalho dos maricultores para a instalação das ostras e mexilhões de cultivo.



Localização da Caieira da Barra do Sul.

Ilustração: Flávia Torrezan, a partir do Google Maps (2018).

O divisor de águas que marca a contribuição fluvial para a Baía Sul estende-se por todo o distrito, de norte a sul. Devido à declividade e por correrem diretamente das encostas para a baía, na área há poucos rios importantes, mas diversos córregos intermitentes. A baía tem uma profundidade média de 3m em toda a sua área, o que se considera um ambiente pouco profundo (Boscatto, 2008). Na parte central, no sentido sul-norte, há um canal de maior profundidade, tradicionalmente utilizado pelas embarcações. No extremo sul da baía ocorre um estrangulamento entre a Ilha e o continente, na altura da Ponta do Maciambu, no município de Palhoça, e a profundidade ali pode chegar a 30m – a circulação de água é maior, o que provoca o transporte de sedimento que poderia se depositar no local. Essa estreita faixa de mar é abrigo natural de uma fauna marinha diversificada. Os rios que descem pelas serras vizinhas dão origem a manguezais, criadores naturais de várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos, o que atraiu grupos de caçadores-coletores que, quando puderam abandonar o nomadismo, se fixaram na terra à beira-mar e aprenderam a extrair o berbigão, a ostra e o marisco e a pescar com redes e anzóis (Pinho, 2016). Dada a importância histórica e ecológica, esta mesma região é definida contiguamente pelo estabelecimento de diferentes unidades de planejamento, como a Terra Indígena Morro dos Cavalos, o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro e mais ao sul pela APA da Baleia-Franca.

Esse foi o ambiente natural que encontraram os primeiros europeus a aportar na região. Há relatos de que desde 1506 navegadores de diversas partes do mundo passavam pelo Ribeirão da Ilha para se abastecer de água, madeira e frutas, quando fizeram contato com os índios Carijó (indígenas Guarani do litoral). Conforme Brighenti e Oliveira (2007), Melià, profundo conhecedor da cultura e da história Guarani, afirma que os Guarani chegaram ao Brasil há 2 mil anos pelo Paraná e Paranapanema e o rio Uruguai. Suas técnicas de navegação e pesca teriam sido adaptadas ao ambiente marinho

da Ilha, onde também começaram a coletar moluscos e a praticar a agricultura, a caça e a coleta silvestre tradicionais dos ilhéus (Pinho, 2016). Um dos locais de habitação de população indígena é a região do Maciambu, ainda hoje habitada por indígenas Guarani. A Caieira da Barra do Sul fica em frente a essa região e, em dias sem vento, a travessia de canoa é rápida, o que facilita o contato entre as pessoas da Ilha e do continente.

Até meados do século XX, a Caieira da Barra do Sul abrigava famílias que viviam da pesca e da agricultura. A comunicação com as partes centrais da cidade era até então feita por mar. A rodovia que hoje percorre todo o distrito chegou à Caieira apenas em 1968 e ficou sem pavimentação até a primeira metade da década de 2000. Até fins dos anos 1970 não havia energia elétrica e o abastecimento de água só foi concluído também nos anos 2000. Em outros tempos, em seus morros eram plantados o feijão, a mandioca e o milho. Havia muitos engenhos de farinha e a população ocupava as encostas, não se tinha o hábito de fazer as casas na beira da praia, como em outras partes da Ilha povoadas pelas famílias açorianas. As casas ficavam perto dos engenhos para facilitar o transporte dos produtos. Havia o escambo, pelo qual o produto do mar era trocado pelo da roça.

Conforme depoimento de um morador da Caieira, uma liderança nascida no bairro que hoje está com 55 anos, “*a Caieira da Barra do Sul era um lugar de muita ostra, a ostra nativa, e de muito berbigão também*” – que extraídos dos costões e da areia lodosa da baía, respectivamente, serviam de alimento para as famílias. Existia no local um “*bonito casamento entre a pesca e a roça*”, diz ele. Não tinha uma divisão entre os que pescavam e aqueles que se dedicavam à roça, embora houvesse quem gostava mais de pescar.

As histórias dos antigos mobilizam o interesse dessa liderança, que vê nelas um grande saber. “*Quando nos afastamos desse saber*”, afirma, “*penso que se perde muito. Porque nós perdemos as raízes, assim como uma árvore sem raiz que não para em pé*”. Com a chegada a Florianópolis da UFSC e da empresa pública de geração e

transmissão de energia, a Eletrosul, em 1960 e 1968, respectivamente, esse morador acha que a cultura local foi deixando de existir ante as influências das pessoas vindas de fora, especialmente do “*pessoal do veraneio*”. “*Não quero dizer que isso é ruim. Mas tem uma face negativa. Que é a perda da cultura do ilhéu, que não é exatamente o manezinho. Porque manezinho é pejorativo. Hoje todo mundo quer ser manezinho*”<sup>5</sup>.

Quando o entrevistado estava com 18 anos, as pessoas do bairro já haviam começado a sair “*em busca de estudos curriculares*” e de trabalho. Nessa época começou a se formar um grupo de jovens empenhados em resgatar as tradições, como a cantoria da Bandeira do Divino<sup>6</sup>. Assim ele explica o declínio dessas manifestações:

*O ilhéu começou a ficar com vergonha da sua cultura. Chega a televisão. O que é que é bonito? Bonito é o cara montado num cavalo, fumando cigarro, naqueles filmes que o pessoal chamava de banguê-banguê. Aí vêm as novelas. E o pessoal começa a ficar com vergonha de sair com a Bandeira do Divino, com as cantorias, tocando violão, batendo num tambor...*

---

<sup>5</sup> Wiggers (2006) observa que com a ampliação da cidade para os lugares mais distantes, basicamente rurais, ficaram evidenciadas as diferenças entre os nativos ou moradores mais antigos e os recém-chegados. A falta de familiaridade dos nativos com os saberes e valores das classes médias urbanas acentuou essa diferença, que era de classe social, de valores e modos de vida, e foi posta de forma hierarquizada, em que os nativos foram inferiorizados. Nesse processo, eles passaram a ser chamados de “manezinhos”, uma forma pejorativa de se referir às pessoas que não dominavam os códigos da cidade. O livro *A cidade dividida* (Fantin, 2000) traz uma análise consistente sobre as transformações de Florianópolis a partir dos anos 1980 e a construção da figura do manezinho.

<sup>6</sup> A Cantoria do Divino na Barra do Sul começa a percorrer as casas com a Bandeira do Divino Espírito Santo na primeira semana após a Páscoa. As visitas são uma preparação para a Festa do Divino Espírito Santo, uma prática do catolicismo popular originada em Portugal (Morari, 2010).

A questão religiosa é importante para as comunidades da Ilha. Esse morador, que tem formação em teologia, acha que a religião cria um sentido forte de unidade: quando se reúnem na igreja, as pessoas conversam, trocam ideias, falam de seus problemas e resolvem problemas em conjunto. É o momento em que o ser humano se “*sensibiliza face ao sagrado*”, diz. E faz uma reflexão:

*Por que nós conseguimos sobreviver às intempéries, num tempo em que não tinha padre, não tinha delegado, não tinha médico? Então a gente percebe que nas rezas, nas novenas, isso ajuda as pessoas, a comunidade, a ir transpondo os obstáculos.*

Entre as mudanças que ocorreram a partir dos anos 1970, cabe mencionar também o que se registrou em Wiggers (2006). A abertura da estrada, para a autora, não significou apenas a facilidade de acesso às outras partes da cidade: ela dividiu os terrenos em duas partes – uma à beira da praia, outra no lado do morro. Os terrenos da praia não tinham grande valor para os moradores, pois não eram os mais férteis. Com a chegada de pessoas de fora, que valorizavam os terrenos à beira-mar – e estavam dispostas a pagar preços que, para os “nativos”, eram considerados elevados –, os proprietários os venderam. Para os veranistas, a praia tem um caráter distinto, lúdico, não é lugar de trabalho. Para os moradores mais antigos, ela serve para pescar, limpar peixes, consertar redes, coisas que prosseguiram fazendo, agora sem ser proprietários dos terrenos de frente para o mar. Mas a estrada tem ainda um outro significado: a abertura literal e simbólica em direção à cidade, a outras perspectivas de vida. Muitos saíram para residir e trabalhar no centro, especialmente os mais jovens, tornando-se assalariados. E sem essa mão de obra, as roças foram sendo abandonadas (Wiggers, 2006).

Outro fator que contribuiu para o processo de abandono das roças foi a criação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, em 1975, a maior unidade de conservação do estado de Santa Catarina.

A Caieira foi considerada zona de amortecimento do PEST, área em que as atividades humanas ficam submetidas a restrições a fim de minimizar a pressão e os impactos sobre a área protegida.

Quanto à pesca, hoje na Caieira ninguém vive só de pescar: “*Ela dá contribuição... porque ela contribui na renda, ela contribui nos subsídios da prole... Vende. Faz a troca*”, contou o entrevistado. Mas, como se dá essa troca?

*Assim, ó: tu vai me trazer banana, e eu tenho peixe, eu vou te dar o peixe e tu vai me dar banana. Não necessariamente nessa proporção. O que é essa troca? Essa troca pode ser afetiva. Eu te dou o peixe hoje. E tu não precisa me dar nada de troca... de volta hoje. Então tem uma relação afetiva ainda. E isso é importante pra vida de uma comunidade. Ela se mantém na sua tradicionalidade, na sua afetividade, por via dessas práticas.*

A toponímia Caieira deve-se ao antigo processo utilizado para a produção de cal, comum também em outros lugares da Ilha de Santa Catarina como o bairro Saco dos Limões (Várzea, 2014). As conchas de berbigões, ostras e caramujos eram recolhidas, trituradas e incineradas nas caieiras.<sup>7</sup> Por muito tempo essa foi uma importante atividade econômica, além dos engenhos de farinha, açúcar e cachaça.

---

<sup>7</sup> Várzea (2014, p. 62) nos explica o processo das caieiras: “São dispostas, como dissemos, em forma circular, e a confecção de cada uma começa por uma grossa camada de mangue da altura de um pé, cujas varas bem ajustadas em comprimento dispõem-se, unidas em raios, sobre um centro ou eixo composto de um molho de paus finos e secos lançado em posição vertical. Sobre esta camada de mangue assenta uma de conchas (em geral as chamadas berbigão, muito abundantes em toda a costa da Ilha e do continente, à embocadura dos rios e nos montículos de sambaquis ou *kjökkenmöddings* aí existentes em profusão) com a mesma espessura da outra e em ordem simétrica; e assim alternadamente – concha e mangue – até a altura de quatro metros. Pronta a caieira, que fica como uma imensa e grossa roda deitada, formando uma massa grisalha pelo escuro do mangue e o pintalgado miudinho das conchas – prende-se-lhe fogo, em cima e embaixo, e começa a fabricação da cal, que dura de dois a três dias, numa crepitação de onde se ergue um cheiro acre [...]. Cada caieira dá comumente de seis a oito moios de cal.

Como relata ainda o morador entrevistado, na Caieira também se produziram outras mercadorias:

*Aqui teve fábrica de anzol. Aqui se forneceu lenha. A fábrica de anzol é um negócio interessante. Quem fabricava os anzóis usados na Ilha, uma grande parte, segundo se conta, eram os noruegueses. Mas houve, por causa do período da guerra, essa falta. E aí pera aí, nós vamos ter que produzir. Produzia-se aqui, tinha uma linha de produção, distribuída na ilha. Depois passa esse período, aí começa a voltar esse produto de fora, e claro, aqui deixou-se de vender de novo, e a fábrica deixou de existir. [...] Minha mãe, por exemplo, ela trabalhou nessa fábrica. [...] Uns faziam a ponta do anzol, outros faziam a pata do anzol, outros faziam a volta do anzol, e gerou emprego e renda pra essa comunidade.*

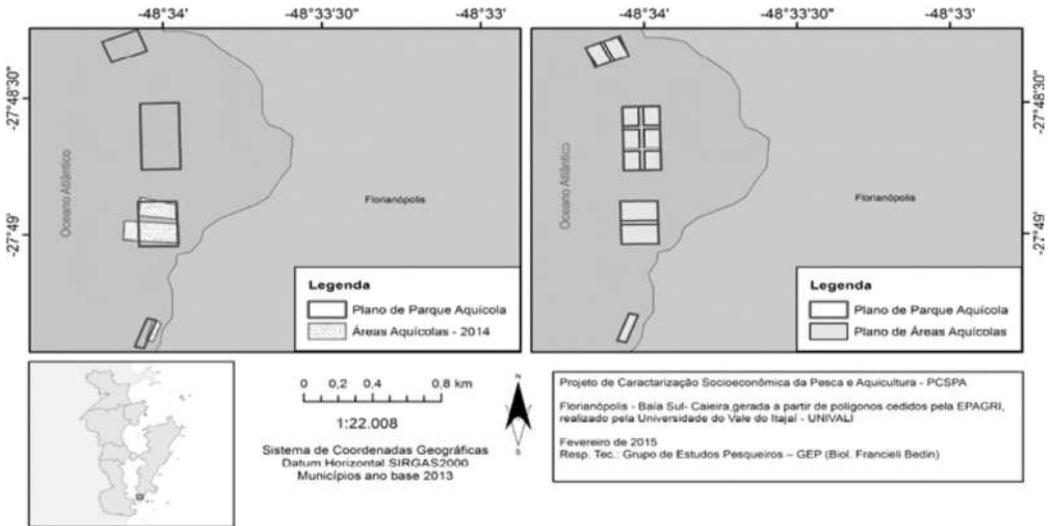
Em outra oportunidade, ele relatou que seu pai nasceu na praia de Naufragados onde a pesca era a atividade principal. A mãe, nascida na Caieira em uma família de pequenos agricultores, gostava mais da roça. Então, foi possível pensar que o “*bonito casamento entre a pesca e a roça*”, como uma metáfora, referia-se também ao casamento dos próprios pais desse morador. Retomando o pensamento do outro dia, o depoente continuou: “*Então, como eu te falei, houve esse casamento bonito entre a pesca e a roça. Assim também dessas indústrias. Do cal, do anzol... criadas pelo povo da região. Nos dias atuais, nós temos a maricultura...*”.

As áreas aquícolas da Caieira da Barra do Sul fazem parte do Parque Aquícola Florianópolis 05 – Sul da Ilha (Tapera, Ribeirão e Caieira da Barra do Sul), que possui uma área de 243,9 hectares e foi outorgado em 2011 ao antigo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU)<sup>8</sup>. A figura a

---

<sup>8</sup> Sobre o processo de cessão de uso do espaço marinho e licitação dos parques aquícolas, ver Silveira (2012) e Garcez (2018).

seguir mostra a localização das áreas da Caieira, confrontando o posicionamento atual e o remanejamento esperado para se adequarem ao que foi estabelecido pelos PLDMs.



Representação geográfica das áreas aquícolas da Caieira da Barra do Sul.

O mapa da esquerda apresenta o posicionamento das áreas aquícolas em atividade em 2018, sobrepostas pela demarcação para onde as áreas deveriam ser remanejadas. O da direita apresenta a localização pretendida.

Fonte: Adaptado de Univali/Petrobras – 2015<sup>9</sup>.

Algumas áreas aquícolas não tinham fazendas marinhas instaladas em 2018. Esse é o caso do conjunto de áreas situadas no centro do saco da Caieira, objeto de controvérsia entre moradores do bairro que

<sup>9</sup> Imagem obtida em publicação do Projeto de Caracterização Socioeconômica da Atividade de Pesca e Aquicultura em Santa Catarina (PCSPA-SC), executado como parte do projeto Caracterização Socioeconômica da Pesca e Aquicultura nas Áreas de Influência dos Empreendimentos de Exploração e Produção na Bacia de Santos (que envolveu também os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná). O levantamento de dados das atividades de pesca e aquicultura no litoral desses estados foi uma condicionante para o licenciamento ambiental da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos.

não se conformaram com sua ocupação, alegando que atrapalharia a navegação e comprometeria a paisagem.

As duas seções seguintes apresentam as duas fazendas marinhas que aparecem juntas no mapa da esquerda, uma que cultiva ostras e vieiras (mais ao sul) e a outra de mexilhões. Ambas se diferem quanto à organização produtiva, correspondendo às duas formas comuns entre as fazendas marinhas instaladas na Ilha de Santa Catarina. Com base em classificação feita por Diegues (1983) sobre as formas produtivas pesqueiras, considera-se que a fazenda de ostras e vieiras se insere no modo de produção mercantil capitalista e a outra, de mexilhões, na modalidade de pequena produção mercantil ampliada, em que o proprietário trabalha em sistema familiar e de compadrio (Godelier, 1978). Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e entrevistas com os proprietários.

## A fazenda marinha de ostras e vieiras

O maricultor proprietário dessa fazenda tem 40 anos e disse ser “*manezinho*” (referindo-se ao fato de ser natural da Ilha de Santa Catarina). Cresceu na cidade, chegou a cursar Administração de Empresas, mas desistiu do curso e resolveu morar na casa de veraneio que os pais tinham na Caieira. Contudo, precisava encontrar um meio de sustento. Pensou em montar um barco de pesca, ou para fazer passeios a Naufragados, mas isso não lhe garantiria renda o ano inteiro. Foi assim que resolveu investir na maricultura.

Como ainda não possuía licença de área aquícola, colocou na área de um maricultor (nativo da Caieira, pescador) alguns *longlines* – os cabos que sustentam na água a estrutura que contém as seementes, chamada de lanterna. Providenciou a documentação da área pretendida, ao lado, até que saiu a licitação, quando reformou o rancho de pesca do avô e, com o apoio dos pais, montou a própria fazenda marinha:

*Aí eu migrei pro lado, botei minhas poitas, botei as estacas e... documentou a área, tô legalizado na área. Constrói pra lá, constrói pra cá, higieniza e vê o que que acontece porque... uma coisa é você produzir ostra, outra coisa é você comercializar ostra, são duas coisas que não têm nada a ver uma coisa com a outra. Eu posso não ser produtor, mas posso comercializar, ou ao contrário, posso só produzir e vender pra empresas que comercializam [...].*

A fazenda marinha desse produtor iniciou as atividades em 2004 e dedica-se ao cultivo da ostra *Crassostrea gigas* e de vieiras, numa área aquícola onerosa<sup>10</sup> de 3,8ha. À época da entrevista havia na água 43 *longlines* de 100m cada, com 100 a 110 boias em cada um deles – entre as boias são fixadas as lanternas para acondicionar os moluscos, em densidades variáveis conforme o estágio de seu desenvolvimento. A área em terra, de manejo dos moluscos, é uma construção de cerca de 150m<sup>2</sup>, quase toda de alvenaria e revestida com piso cerâmico antiderrapante. Na área de seleção e limpeza das ostras, no térreo, havia uma lavadora circular de inox, de 60cm de diâmetro e 2m de comprimento. Pelos orifícios distribuídos por toda a extensão desse cilindro a água passa para eliminar os incrustantes (*fouling*) das conchas – o movimento da máquina, o atrito entre as ostras e o jato de água salgada fazem esse trabalho de limpeza. A área também possui bancadas de concreto com 1,2m de altura, onde os auxiliares de maricultura, os funcionários, fazem uma seleção manual das ostras.

A limpeza dos materiais, como as lanternas, é feita num local na parte externa, onde há um equipamento de lavagem a hidrojato elétrico. O resíduo sólido gerado na limpeza é descartado com o

---

<sup>10</sup> Pelas áreas onerosas, aquelas com mais de 2,1ha, é preciso pagar, “ganha quem paga mais”. Para cultivar em áreas não onerosas, de 1ha, é necessário preencher alguns pré-requisitos: ter Bolsa Família, filho na creche, ser morador, apresentar comprovante de residência e ser associado a alguma associação de produtores. De acordo com o proprietário dessa fazenda, no mês da licitação da qual participou muita gente se associou para poder obter a licença de uso.

lixo comum (não existe em Florianópolis coleta específica para os resíduos da maricultura) e a água é drenada para o mar. O resíduo orgânico é deixado por um tempo ao sol, para que não sobreviva, e depois é lançado no mar.

Na área interna havia um lugar reservado para os procedimentos de comercialização, no qual se entrava passando por um pedilúvio para evitar possíveis contaminações. Existia também um almoxarifado, onde estavam estocadas caixas de isopor e materiais utilizados no processo de embalagem, como sacos plásticos, fitas para lacrar as caixas, balanças. Os produtos saíam com o rótulo de certificação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), informação nutricional, instruções de estocagem e prazo de validade (de 5 dias). No segundo andar havia duas salas de escritório e um espaço aberto utilizado como refeitório e lugar de controle da produção, que era feito por meio de anotações em uma grande lousa verde fixada numa parede.

Trabalhavam ali nove pessoas: uma gerente de produção (engenheira de aquicultura), uma auxiliar administrativa, um encarregado de produção, cinco auxiliares de aquicultura e um motorista. À exceção da auxiliar administrativa, todos estavam contratados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O proprietário não atua diretamente na lida com os moluscos, faz a gestão do negócio e a comercialização. Estava à época com 75 clientes fixos, especialmente restaurantes e hotéis da Grande Florianópolis, cujas encomendas eram levadas em uma caminhonete refrigerada da própria empresa (um segundo veículo estava sendo preparado). É comum, nessas empresas de cultivo, que outros produtores recorram à produção da fazenda quando falta ostra para suas entregas.

A fazenda tem uma localização privilegiada: por estar a 900m da boca da barra, que dá para o mar aberto, há uma constante renovação de água e isso garante água limpa para as ostras, que crescem bem brancas e salgadas. As sementes de ostra-do-pacífico eram compradas no Laboratório de Moluscos Marinhos (LMM) da UFSC e deixadas no mar em caixas-berçário por cerca de 90 dias antes de

ir para as lanternas, período em que são manejadas com frequência para limpeza das estruturas, lavação e peneiramento das sementes para a formação de novos lotes com uniformidade de tamanho e densidade mais reduzida nas caixas. Recentemente, em visita a essa empresa, constatou-se que o proprietário havia feito uma parceria com o LMM e estava produzindo sementes.

Quando as sementes são retiradas das caixas, vão para as lanternas. Na lanterna-berçário (com seis pratos) ficam as ostras ainda pequenas, para crescer por 45 dias e poderem ir para as lanternas intermediárias (cinco pratos). Após mais 45 dias, passam para as lanternas definitivas (cinco pratos) para engorda, onde ficarão até a fase adulta.

O manejo dos moluscos é trabalhoso. As lanternas com as ostras pesam cerca de 50kg e são retiradas do mar manualmente e trazidas para a terra em uma embarcação a motor. A embarcação é posicionada diante de um carrinho, onde as lanternas são depositadas e depois puxadas com o auxílio de um guincho através de uma rampa de desembarque. Os funcionários retiram as lanternas do carrinho, pegam as ostras e as lançam para dentro de caixas plásticas e, destas, para a máquina lavadora. Após a limpeza, as ostras vão para a bancada de seleção e, uma a uma, são classificadas por tamanho. As que não sobreviveram são descartadas. Depois de classificadas, as ostras são colocadas outra vez nas lanternas e voltam para o mar até estarem prontas para ser comercializadas.

Essa unidade de cultivo ainda tinha um depurador de ostras, composto por um tanque de concreto, uma motobomba para o bombeamento da água armazenada em um tanque, um filtro ultravioleta para a esterilização da água e um *chiller* para o seu resfriamento. A água entra no tanque por um cano cheio de furinhos, utilizado como chuveiro e promovendo também a aeração no tanque. As ostras ficam nesse tanque por mais ou menos 12 horas, quando estão prontas para venda. Como se trata de organismos filtradores, nesse tempo em contato com água limpa elas naturalmente tendem a eliminar os patógenos e o conteúdo de fezes e pseudofezes.

O fluxograma da figura a seguir resume as etapas de produção. Cabe lembrar que, nesse processo produtivo, há variáveis imprevisíveis: as chuvas, que alteram a salinidade da água; a temperatura da água, que se for muito alta as ostras não resistem e morrem; e os ventos e as correntes, que podem danificar a estrutura dos *longlines*.

A produção de vieiras da fazenda é feita em pouca quantidade, pois seu cultivo tem um custo superior ao de ostras. O manejo é mais delicado e precisa ser mais constante, a densidade nas lanternas é menor e o preço da semente, mais elevado.

Quando o proprietário foi perguntado sobre os conflitos existentes na comunidade em relação à maricultura, entre os maricultores e entre os próprios moradores, declarou que acha que os moradores da Caieira brigam muito, são muito “estourados” – herança que, ele supõe, vem dos açorianos. Segundo o entrevistado, são todos muito imediatistas e os pescadores não pensam no futuro. “Não, nem a pau. É hoje, é só hoje”, diz.



Fluxograma da produção de ostras.

Fotos: Carmen Garcez, 2018.

## A fazenda marinha de mexilhões

Contígua à área de cultivo descrita anteriormente, fica a fazenda marinha de outro produtor, com uma história pessoal e uma forma de produzir bastante distintas. O proprietário mora mais afastado de sua área de cultivo, embora no mesmo bairro, do outro lado da estrada, e “ganha a vida” como barqueiro, pescador e produtor de mexilhões. Guarda seus petrechos de pesca, sua canoa e os materiais de cultivo em um pequeno rancho na praia, em um terreno que pertence à cunhada.

A marisqueira desse pescador, como é chamada por ele, está instalada em uma área aquícola onerosa de 2,71ha. Ali mantém sete *longlines* e está na atividade de cultivo desde o início, quando a prefeitura foi até a Caieira divulgar a maricultura e solicitar a adesão dos pescadores. Nessa época, adquiriu algumas sementes de *Crassostrea gigas* da universidade e colocou umas cordas no mar. Mas pelo custo da produção, e a impossibilidade do manejo, desistiu da atividade. Passou anos em tratativas com o poder público tentando licença para a construção de um rancho adequado (é uma exigência legal ter área de manejo em terra), mas não obteve sucesso porque alegavam que não se podia construir em terreno de marinha.

A respeito do conjunto de áreas aquícolas licitadas no centro da baía da Caieira, onde não havia nenhum maricultor instalado, esse produtor contou que a prefeitura criou ali um conjunto de áreas não onerosas, de 1 hectare cada. Local em que ele já possuía um cultivo. Perto do costão, foi criado outro lote, de áreas onerosas (2,7 ha cada). A prefeitura então solicitou que ele remanejasse seus *longlines* para a área central. No entanto, como a comunidade não queria uma maricultura diante da praia, a fim de evitar conflito no bairro ele não fez a transferência e se candidatou para participar do processo licitatório de uma outra área, mesmo que onerosa. Ocorreu que ele ficou com uma área muito grande, que para ele é “*muita coisa*”, e por isso estava em negociação com os órgãos públicos para solucionar a questão.

Cultivar mexilhões é menos dispendioso porque não é preciso comprar sementes, nem manipulá-los ou tirá-los do mar. O produtor coloca em seus *longs* coletores feitos com um pedaço de corda e um retalho de rede de pesca enrolada nela – as larvas se instalam naturalmente nessa rede, pois as águas da baía são repletas delas. Ali crescem, formando penca, e em 7 ou 8 meses estão prontas para a coleta. Assim ele não se “aborrece” tanto quanto com as ostras. Em um passeio de barco com esse pescador, foi observado que os mexilhões também se fixam nas boias e nas cordas, por onde conseguem um apoio, do modo como se fixam nos costões. Nesse passeio notou-se também que não existiam mais as boias cor-de-laranja que a Epagri havia instalado quando da demarcação das áreas. Segundo o relato do produtor, os cabos colocados não eram de boa qualidade e haviam se rompido quatro meses após a instalação. Pelo Ribeirão da Ilha é possível encontrar muitas boias laranja pelos cantos das praias, ou servindo de decoração aos ranchos dos pescadores, como móveis pendendo das estruturas de madeira.

Conforme informação obtida durante a pesquisa, a Epagri havia produzido uma balsa para mexilhões, mecanizada, como um experimento. A balsa estaria naquele momento no norte da Ilha e possuía um sistema de elevação das penca e debulho, trabalho de retirada dos mexilhões da penca, que esse pescador faz manualmente.

Os coletores de mexilhões devem ser feitos de um a dois meses antes dos principais períodos de eliminação dos gametas da espécie. Na Baía Sul, as principais épocas reprodutivas são maio-julho, setembro, novembro-janeiro. Assim, os melhores meses para se instalar os coletores na água são fevereiro-março, junho, setembro-novembro. Quando surge um comprador, o produtor vai até a marisqueira, retira o que for vender e leva para a praia, onde faz o debulhe. Ou faz essa etapa no próprio barco.

O maricultor não tem empregados. O processo de produção é realizado com o irmão ou algum camarada da vizinhança. Assim, trabalho e renda são compartilhados. Ele disse ainda que pretendia

continuar no cultivo de mexilhões, que demandava dele apenas ficar sempre atento porque além da necessidade de limpeza nos *longs*, por causa das incrustações, o mexilhão é muito sensível à água doce. Na Caieira, a água é captada do morro onde existem três “cachoeiras”. Enquanto vai desenhando na areia onde elas se situam, o pescador diz que a ostra não se incomoda quando chove muito, pois ela “vem de fora”. Mas que os mexilhões morrem. Além disso, essas cachoeiras provocam o assoreamento da baía.

O processo produtivo na marisqueira é apresentado a seguir.



Fluxograma da produção de mexilhões.

Fotos: Carmen Garcez, 2018.

Como a maricultura é apenas uma das práticas realizadas por esse produtor, buscou-se informações sobre suas atividades de pescador. Ele revelou que nem sabia se ainda era pescador, pois no ano anterior havia chegado a perder o direito ao seguro-defeso em determinados meses por ter emitido uma nota fiscal de produtor de

moluscos. Na época da entrevista, feita no mês de junho, era período de pesca da tainha e lhe foi perguntado se ele estava participando de algum grupo de pescadores. O informante respondeu que não pesca tainha, que apenas ajudava a trazer o peixe de Naufragados (onde sempre há um grupo grande de pescadores nas temporadas dessa pesca), quando o pessoal telefonava pedindo. Não há acesso de veículos a Naufragados, o trajeto é feito a pé ou a cavalo por um caminho no meio da mata. Nas temporadas de tainha, os pescadores vão para essa praia e ficam dois meses por lá, a partir de 15 de maio. Não é possível nem mesmo sair de Naufragados, segundo ele conta, pois é preciso “*ficar preso*”. Do contrário, os outros reclamam e, se ocorre algum “*lanço*”, quem saiu não recebe a sua parte.

Na baía, o entrevistado disse que pesca anchova, corvina, linguado, ali “*pelas beiradas*”, nas épocas desses peixes. Também tem uma rede de emalhe, mas afirmou que nunca pesca em grande quantidade. Só para vender um pouco e para comer. Se pescar muito, o atravessador chega e oferece um preço “*lá embaixo*” e ele fica sem saída. E, se colocar uma câmara fria para estocar e vender melhor, a fiscalização aparece e é preciso “*entregar toda aquela porcaria*”.

Quanto à atividade de barqueiro, em que faz o transporte de turistas a outras praias, o movimento acontece apenas no verão, quando o pescador ganha mais dinheiro e pode guardar para o sustento ao longo do ano. Esse trabalho também é feito junto com o irmão.

Ele não gostaria de voltar a cultivar ostras? A resposta é “*não*”. Disse que essa questão é problemática. “*A maioria do pessoal de ostra aqui que tinha empresa foi quebrando. Os caras quebraram porque quando o cara tem uma empresa, toda a fiscalização vai em cima dele...*” O que significa o cumprimento de diversos processos para a legalização dos cultivos e o pagamento de muitas taxas. Mesmo ante a notícia da reativação da cooperativa do sul da Ilha naquele momento, o entrevistado se mostrou desconfiado. Para ele, as cooperativas não funcionam, porque há muitas disputas entre os cooperados: “*Aqui, a maioria do pessoal, eles só visam dinheiro*”.

## Considerações finais

A partir do que foi exposto, torna-se mais claro por que a apreensão da maricultura envolve uma análise do espaço, do Estado, dos agentes locais e das mudanças ocorridas em suas práticas produtivas e na sua sociabilidade. Como se viu, a Caieira da Barra do Sul é uma localidade em que o extrativismo, a caça, a pesca e a extração de moluscos já eram práticas dos indígenas que habitavam a costa catarinense antes da vinda dos açorianos e madeirenses no século XVIII, o que quer dizer que a maricultura foi instalada onde vigoravam costumes tradicionais de vivência coletiva e ajuda mútua.

Paulilo (2002), Machado (2002) e Rosso (2010) já haviam acenado para o surgimento de outros conflitos além do que já existia entre a pesca artesanal e a pesca industrial. Traçando um paralelo com o processo de privatização de terras públicas no Brasil, em que o Estatuto da Terra, a partir de 1964, promoveu a expulsão dos homens do campo, essas autoras apontaram como a extensão rural foi seletiva no país, criando uma massa de excluídos. Estaríamos, então, com o advento da maricultura, no caminho para a formação de um grande contingente de trabalhadores “sem-mar”, já que o mar surge como fator de produção.

Fontes (2010), por sua vez, argumenta que as transformações sociais não decorrem da introdução de novas técnicas ou tecnologias, como externalidades, como um *deus ex machina*, mas resultam de exigências sociais e históricas para sua elaboração e implementação. Ou seja, é para a reprodução ampliada do capital, a necessidade de aumentar indefinidamente a produção de valor (de troca), que o capital não pode prescindir da técnica. É o que mostram as metas estabelecidas no *Plano estratégico para desenvolvimento sustentável da maricultura catarinense (2018-2028)*. Segundo esse planejamento, entre os objetivos mais recentes de desenvolvimento da maricultura no estado estão: concessão de áreas aquícolas remanescente do PLDM, novas solicitações de áreas aquícolas e reposicionamento

de áreas aquícolas com problemas de localização em baixios ou em zonas de conflito; prover mecanismos para adoção de técnicas mais avançadas de cultivo; aumentar o consumo e expandir o mercado interno de moluscos; habilitar a exportação de moluscos produzidos em Santa Catarina (Suplicy, 2018).

Desse modo, além de uma nova divisão social do trabalho, que coloca pescadores e maricultores artesanais na condição de semiprotetários, uma vez que ainda são proprietários de alguns meios de produção (como barco, rede, petrechos e a técnica de pescar), o Brasil também se insere na divisão territorial do trabalho, conectando centros consumidores (Estados Unidos, União Europeia, Japão) às regiões produtoras de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia), como destaca Ramalho (2015).

É dessa perspectiva que o conceito de expropriação, como base fundante da relação social capitalista, permite apreender a maricultura em sua totalidade. A investida sobre áreas ou setores que eram escassamente controlados pelo capital, como os mares e a pesca artesanal, suprimindo mesmo que parcialmente os trabalhadores artesanais de suas condições de existência, insere-os nas relações mercantis, ainda que de modo desigual e dependente, e no mercado da força de trabalho. Nesse quadro, destaca-se a importância de a academia apoiar e dar visibilidade às lutas e resistências dos pescadores artesanais pela garantia de suas formas de pescar e existir, para que se superem as visões do “ideário neoliberal”, como refere Ramalho (2015), e não sejam mais vistos como o símbolo do “atraso”.

## Bibliografia citada

BOSCATTO, Flavio. **O uso do CTM no planejamento e gestão da malacocultura**. Dissertação de mestrado – Engenharia civil/UFSC. Florianópolis, 2008.

BRIGHENTI, Clovis Antonio; OLIVEIRA, Osmarina de. **Terra Indígena Morro dos Cavalos: acordos políticos ignoram direitos**. Cimi Sul – Equipe

Florianópolis. 2007. Disponível em: <https://cimi.org.br/2007/03/25854/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

CARDOSO, Eduardo S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. Orientador: Gil Sodero de Toledo. Tese de doutorado – Geografia/USP. São Paulo, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FANTIN, Márcia. **A cidade dividida**. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura 2020: la sostenibilidad em acción**. Roma: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GARCEZ, Carmen S. M. **Práticas territoriais e conflitos socioambientais: uma narrativa sobre a maricultura na Caieira da Barra do Sul** – Florianópolis. Dissertação de mestrado – PPGPLAN/UEDESC. Florianópolis, 2018.

GARCEZ, Carmen S. M.; ANTUNES, Douglas Ladik. A maricultura como campo de conflitos ambientais territoriais. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXXI, n. 2, p. 76-95, jul./dez. 2020.

GODELIER, Maurice. Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, Edgard A. (Org.). **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 45-83.

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal**, Rio de Janeiro, v. 44, 2017.

ISHISAKI, Fabio Takeshi. **Pesca por inteiro: histórico, panorama e análise das políticas públicas federais**. Rio de Janeiro: Instituto Talanoa, 2021.

LIPPARELLI, Thomaz. Entendendo o problema da sobrepesca. **Fauna News**, 10 jul. 2020. Disponível em: <http://faunanews.com.br/2020/07/10/entendendo-o-problema-da-sobrepesca/>. Acesso em: 10 out. 2021.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como base produtiva geradora de emprego e renda:** estudo de caso para o distrito de Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis – SC – Brasil. Tese de doutorado – Engenharia de produção/UFSC. Florianópolis, 2002.

MORARI, Delma Cristiane. **A paisagem da Praia dos Naufragados da Barra do Sul, Florianópolis, SC, segundo a percepção dos moradores:** uma abordagem etnográfica. Dissertação de mestrado – Arquitetura/UFSC. Florianópolis, 2010.

MORENO, Larissa Tavares. A atividade artesanal pesqueira *versus* a aquicultura empresarial: as disputas que envolvem a pesca brasileira. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 14, n. 32, p. 178-207, abr. 2019.

MORENO, Larissa Tavares. **A nova ordem sociometabólica da produção pesqueira no Brasil:** as formas de controle do trabalho e da natureza *versus* as formas de resistência dos(as) trabalhadores(as). Tese de doutorado – Geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2021.

NASCIMENTO, Ana. **Trabalho e formação do espaço urbano.** Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

NOVAES, André Luís Tortato et al. Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura de Santa Catarina. **Panorama da Aquicultura**, nov./dez. 2010.

NOVAES, André Luís Tortato et al. Regularização da atividade de maricultura no Estado de Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 51-53, mar. 2011.

NOVAES, André Luís Tortato; VIANNA, Luiz Fernando de Novaes. Desafios para a regularização do uso de águas da União para a prática da maricultura em Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 15-19, jan./abr. 2020.

OLIVEIRA, Jaqueline da S. **Políticas aquícolas no Pontal do Paranapanema e o controle privado da água.** Dissertação de mestrado – Geografia/UNESP. Presidente Prudente, 2014.

PAULILO, Maria Ignez. Maricultura e território em Santa Catarina – Brasil. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 87-112, jul./dez. 2002.

- PEREZ, Mercedes Solá. Políticas de desenvolvimento da pesca e aquicultura: conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagui, Paraná, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 37-47, jan./abr. 2014.
- PINHO, Ricardo. A pesca artesanal na Baía Sul da Ilha de Santa Catarina: um patrimônio da cultura local. **Conferências Culturais**, v. 5, n. 2, p. 10-28, set. 2016.
- RAMALHO, Cristiano W. Noberto. Ideologia e aquicultura: uma das faces da revolução azul. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 521-544, jul./dez. 2015.
- ROSSO, Kelem G. Exclusão e acesso à água: observações a partir da maricultura. In: **Anais do 5º Encontro Nacional da ANPAS**. Florianópolis: ANPPAS, 2010.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2009.
- SILVA, Catia Antonia. **Pesca artesanal e produção do espaço: desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- SILVA, Hugo Juliano H. da. **O desenvolvimento recente da maricultura no Brasil: políticas de incentivo ao setor, impactos e injustiças socioambientais nas comunidades pesqueiras artesanais**. Tese de doutorado – PPMAD/UFPR. Curitiba, 2020.
- SILVEIRA, Mariane. **Processo de cessão de uso de áreas da União para a maricultura de Santa Catarina**. Relatório de Estágio Supervisionado II – Departamento de Aquicultura/ UFSC. Florianópolis, 2012.
- SIQUEIRA, Tagore Villarim de. Aquicultura: a nova fronteira para aumentar a produção mundial de alimentos de forma sustentável. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 17, p. 53-60, jul./dez. 2017.
- SUPLICY, Felipe M. **Plano estratégico para desenvolvimento sustentável da maricultura catarinense (2018-2028)**. Florianópolis: Epagri, 2018.
- VÁRZEA, Virgílio dos Reis. **Santa Catarina: a ilha**. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

WIGGERS, Raquel. “**Sou daqui da Caieira da Barra do Sul**”: parentesco, família, casa e pertença em uma localidade no sul do Brasil. Tese de doutorado – Ciências Sociais/ UNICAMP. Campinas, 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



## Quem são as autoras e os autores

### Carmen Garcez

Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) com Licenciatura em História pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan/Udesc), com pesquisa entre os maricultores da Caieira da Barra do Sul, Florianópolis (SC). Doutoranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Udesc (PPGPlan/Udesc), desenvolvendo pesquisa entre os pescadores artesanais de Laguna (SC) – Linha de Pesquisa Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Econômico e Espacial. Pesquisadora no grupo de pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST. Bolsista Capes/DS.  
E-mail: garcez.carmen@gmail.com.

### Douglas Ladik Antunes

Doutor em Design, na área de concentração em Design e Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2011), mestre em Engenharia Ambiental, área de concentração em Tecnologias de Saneamento Ambiental, pela Universidade Federal

de Santa Catarina – UFSC (2001), engenheiro mecânico pelo Instituto Mauá de Tecnologia/Escola de Engenharia Mauá – IMT/EEM (1998). É professor associado do Departamento de Design da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e professor efetivo do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan/Udesc).

E-mail: douglasladik@gmail.com.

### **Elisa Quint de Souza de Oliveira**

Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan/Udesc). Advogada do APPE – Assessoria para Projetos Especiais Ltda., Brasil.

E-mail: elisa21355@gmail.com.

### **Esdras Pio Antunes da Luz**

Professor da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), com especialização em Arte-Educação e mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

E-mail: dicodaluz@gmail.com.

### **Fábio Andreas Richter**

Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), mestre em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e graduado em História e Administração pela Ufsc. Servidor concursado e efetivo, no cargo de Analista Cultural Historiador, da Fundação Catarinense de Cultura, desde o ano de 2010.

E-mail: fabiorichter@gmail.com.

## Fernanda Cerqueira

Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2009), foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) Geografia, desenvolvendo pesquisa e extensão relacionadas a diagnóstico socioambiental. Desde 2010 é servidora da Fundação Nacional do Índio – Coordenação Regional Litoral Sul, atuando principalmente em atividades e projetos de Gestão Ambiental e Territorial em comunidades indígenas. Possui mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan/Udesc), tema de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas.

E-mail: cerqueira.fe@gmail.com.

## Isa de Oliveira Rocha

Professora titular do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PPGPlan), coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (Labplan) e líder do grupo de pesquisa Natureza e Sociedade: Autonomia e Relação da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).

E-mail: isa.rocha@udesc.br.

## Ivón Natalia Cuervo

Discente do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), bolsista Capes-DS. Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGPlan/Udesc) e graduada em Sociologia pela Universidad Nacional de Colombia (Unal). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST.

E-mail: icuervof@gmail.com.

## João Mitia Antunha Barbosa

É doutor em Direito pela Université d'Angers (École Doctorale Pierre Couvrat – Laboratoire de Droit Privé) e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Concluiu sua tese em 2012, sob a coorientação dos professores Dalmo de Abreu Dallari (USP) e Pascal Lehuédé (Univ-Angers), sobre o tema “Povos autóctones, conhecimentos tradicionais e direitos” (“Peuples autochtones, connaissances traditionnelles et droits”). Foi bolsista CNPq (2016-2017), realizou pesquisa de pós-doutorado junto ao Grupo de Pesquisa em Antropologia Jurídica do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), sobre o tema “Indigenismo, política indigenista e paradoxos dos Estados Nacionais”. É indigenista especializado da Fundação Nacional do Índio.

E-mail: mitiaantunha@hotmail.com.

## Juan Carlos Aguirre-Neira

Doutor em Ciências (área de concentração: Recursos Genéticos Vegetais) pela Universidade Federal de Santa Catarina – Ufsc (2020), mestre em Agroecossistemas (com ênfase em sistemas produtivos e desempenho socioambiental) pela Ufsc (2008) e engenheiro agrônomo pela Universidad Nacional de Colombia – Unal Bogotá (2002).

E-mail: jcaguirren@unal.edu.co.

## Márcia Fusinato Barbosa Athayde

Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc (2016). Especialista em Gestão de Recursos Hídricos em Áreas Urbanas pela Universidade Federal de Santa Catarina – Ufsc (2006). Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar pelo Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG (2005). Graduada em Geografia pela Udesc (2000). Professora efetiva da Rede Pública Estadual de Ensino de Santa Catarina.

E-mail: mfsecret@hotmail.com.

## Maria Ignez Silveira Paulilo

Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp (1973), mestrado em Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP (1976), doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (1987) e pós-doutorado pela London School of Economics and Political Science, Inglaterra (1997).

E-mail: ipaulilo@terra.com.br.

## Orivaldo Nunes Júnior

Bacharel em Filosofia (2005) e mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGPlan/Udesc (2022).

E-mail: nunonunes3@gmail.com.

## Pedro Martins

Professor titular da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP (2001). Realizou pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa/Portugal (2005-2006) e na Freie Universität Berlin/Alemanha (2015-2016), além de estágio técnico junto à Universidade Nacional Autônoma do México (Unam/México) em 2011. Diretor científico do Instituto Egon Schaden (IES), membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Associação Brasileira de Editores Científicos (Abec).

E-mail: weltermartins@yahoo.com.br.

## Suzana Morelo Vergara Martins Costa

Mestra em Teatro pelo Programa de Pós-graduação em Teatro da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), com apoio de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina. Graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). Atualmente realiza pesquisa na área de teatro, teatro de mulheres, teatro feminista, teatro LGBTQIA+ e antropologia. É estudante do grupo de pesquisa Poéticas Teatrais do Programa de Pós-graduação em Teatro da Udesc. Integra a Rede Nigs de pesquisadoras e pesquisadores.

E-mail: [suzanamartinscosta@gmail.com](mailto:suzanamartinscosta@gmail.com).

## Tânia Welter

Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – Ufsc (2007). Pesquisadora da Ufsc.

E-mail: [taniawelter@yahoo.com.br](mailto:taniawelter@yahoo.com.br).

## EGON SCHADEN (1913–1991)



Foto: Arquivo da Família Schaden, 1990.

Egon Schaden é um antropólogo brasileiro que dedicou a maior parte de sua vida ao estudo das culturas indígenas e à cooperação científica internacional – em especial com a Alemanha. Filho do imigrante alemão Francisco Schaden, nascido em Leipzig, e de Catarina Roth Schaden, descendente de alemães da Renânia, Egon Schaden nasceu em São Bonifácio (SC, Brasil) em 4 de julho de 1913. Era o mais velho

dos 11 filhos de Francisco e Catarina. Após o curso primário, realizado em São Bonifácio sob supervisão do próprio pai, Egon Schaden foi beneficiado por uma bolsa de estudos do governo de Santa Catarina que lhe possibilitou realizar o curso secundário no Colégio Catarinense. Dotado de grande inteligência e sensibilidade, fez sua formação acadêmica e seguiu carreira na Universidade de São Paulo, onde implantou as cadeiras de Antropologia e Antropologia da Comunicação. Conviveu com grandes expoentes do mundo acadêmico, como Antonio Candido, Florestan Fernandes, Claude Lévi-Strauss e Marshall McLuhan. Foi casado com Margarida Regina Sauff, com quem teve um filho e duas filhas, vindo a falecer em São Paulo aos 16 de setembro de 1991.





Este livro foi composto e impresso no formato 16 cm x 23 cm e mancha de 13 cm x 18,8 cm, fonte Sabon, tamanho 11,5 pt, capa dura em 4 cores, miolo em papel Pólen Soft de 80 g/m<sup>2</sup> e impresso pela Gráfica Editora Pallotti de Santa Maria para as Edições do Instituto Egon Schaden – IES, no inverno de 2022 – aos 109 anos de nascimento do Professor Egon Schaden e 200 anos da Independência do Brasil.



# TERRITÓRIO & SOCIABILIDADE

População, Memória e Fronteiras



Edição comemorativa da passagem dos 20 anos de criação do grupo de pesquisa Práticas Interdisciplinares em Sociabilidades e Territórios – PEST aos 200 anos da Independência do Brasil.

ISBN 978-85-54158-02-6



PEST 20 anos